



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - N° 071 - TERÇA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1^ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2^º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1^º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2^º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)¹

3^º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4^º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1^º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
2^º - João Durval - (PDT-BA)
3^º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4^º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

3. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29</p> <p>Líder Humberto Costa - PT</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 15 Humberto Costa</p> <p>Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias</p> <p>Líder do PR - 4 Magno Malta</p> <p>Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz</p> <p>Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p>Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferrão Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amelia</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB (9)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6)</p> <p>Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)</p> <p>PTB - 6</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
<p>PSOL - 2</p> <p>Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p>PPS - 1</p> <p>Líder Itamar Franco - PPS</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 67ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 9 DE MAIO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o centenário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos termos do Requerimento nº 337, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Srs. Senadores.

14510

1.2.1 – Execução do Hino Nacional

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Lindbergh Farias)

1.2.3 – Oradores

Sr. Ricardo Motta Miranda (Magnífico Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

14513

Senador Cristovam Buarque.....

14516

Senadora Gleisi Hoffmann.....

14519

Sr. José Geraldo de Sousa Júnior (Magnífico Reitor da Universidade de Brasília).....

14521

Sr. Jorge Almeida Guimarães (Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES).....

14522

Sr. José Roberto Peres (Representando o Presidente da Embrapa).....

14522

Sr. Jorge Nova da Costa (Suplente do Senador José Sarney e ex-aluno da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).....

14523

Sr. Zaqueu Teixeira (Deputado Estadual, representando a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro).....

14524

Sr. Ricardo Motta Miranda (Magnífico Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

14526

Sr. Cléber Vinícius Vítorio da Silva (Representante do Diretório Central dos Estudantes).....

14528

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 68ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE MAIO DE 2011

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2011 (nº 2.837/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre

o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.....

14530

2.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2011, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre a proposição.....

14536

2.2.3 – Pareceres

Nº 237, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2011.....

14536

Nº 238, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2011.....

14543

Nº 239, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2011.....

14550

Nº 240, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 275, de 2009.....

14555

Nº 241, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010.....

14562

Nº 242, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2008.....

14567

Nº 243, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2007.....

14601

Nº 244, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2011.....

14609

2.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 6, 21 e 23, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente.....

14616

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei da Câmara nºs 275, de 2009; e 146, de 2010, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

(Ofícios nºs 15 e 16/2011, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte).....	14616
Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2008, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (Ofício nº 49/2011, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).....	14616
Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 385, de 2007; e 66, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (Ofícios nºs 22 e 23/2011, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte).....	146417
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2011.....	14617
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2011.....	14617
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 310, de 2006; e 49, de 2011.....	14617
2.2.5 – Avisos de Ministros de Estado	
Nº 111, de 2011, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 769, de 2010.	14618
Nº 341, de 2011, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 876, de 2010.	14618
Nº 108, de 2011, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 934, de 2010.	14618
2.2.6 – Ofícios de Ministros de Estado	
Nº 68, de 2011, da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 7, de 2011.....	14618
Nº 53, de 2011, do Ministro de Estado da Previdência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 86, de 2011.	14618
Nº 31, de 2011, do Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 88, de 2011.	14618
Nº 4.567, de 2011, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 132, de 2011.....	14618
2.2.7 – Leitura de requerimentos	
Nº 503, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2010, com o Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2010.	14618
Nº 504, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior, de 12 a 18 de junho próximo.	14619

2.2.8 – Comunicação

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Ofício nº 110/ 2011, de 9 do corrente). Designação do Senador Ataídes Oliveira para compor, como titular, a referida Comissão.

14619

2.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR ACIR GURGACZ – Anúncio da licitação para duplicação da rodovia BR-364, no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia; e outros assuntos.

14620

SENADORA ANA AMELIA – Necessidade de revisão das relações entre os Poderes, em decorrência da situação de subordinação do Poder Legislativo em relação ao Poder Executivo; e outro assunto.

14621

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Elogio ao Deputado Aldo Rebelo e à Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, pelo esforço destinado à aprovação do novo Código Florestal.

14627

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre matéria publicada na revista *Veja* desta semana, que apresenta relatos de empresários sobre suas relações com o Poder Executivo; e outro assunto.

14629

SENADOR PAULO PAIM – Registro de compromissos cumpridos por S. Exª durante o fim de semana; e outros assuntos.

14631

SENADOR VITAL DO RÊGO – Orgulho pela classificação da cidade de Campina Grande/PB entre as 45 cidades do Brasil com maior potencial de inovação, segundo pesquisa divulgada pela revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*; e outro assunto.

14647

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Comentários sobre a morte de Osama Bin Laden.

14654

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Considerações sobre os trabalhos da subcomissão criada, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).....

14658

SENADOR WALDEMAR MOKA – Solidariedade à Marcha dos Prefeitos, com o registro de apoio à regulamentação da Emenda nº 29.

14668

SENADOR WILSON SANTIAGO – Apoio ao lançamento da nova Campanha Nacional do Desarmamento.

14669

SENADOR LINDBERGH FARIA – Apelo ao Senado Federal para que se estabeleça um consenso em torno da PEC que trata do processo de apreciação das medidas provisórias no Congresso Nacional; e outro assunto.

14673

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Cumprimentos à Associação Comercial do Rio de Janeiro pela eleição do Sr. Antenor Gomes de Barros Leal para ocupar sua presidência e do Sr. Humberto Mota para ocupar a presidência do Conselho Superior daquela entidade.

14676

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa da proposta de convocação de plebiscito sobre a divisão do Estado do Pará.

14677

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro de que apresentará, na próxima reunião da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Defesa do Consumidor, proposta de audiência pública para debater a merenda escolar em nosso País.	14680
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro da edição da Resolução Normativa nº 252, da Agência Nacional de Saúde – ANS, que amplia as regras de portabilidade, carências e transferências dos planos de saúde; e outro assunto.....	14716
SENADORA MARISA SERRANO – Considerações sobre o progresso do Estado de Roraima, governado pelo PSDB, estado que mais cresceu na Amazônia, conforme dados do IBGE.	14718
SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do ex-Procurador de Justiça do Estado do Piauí, José Ribamar Machado; e requerimentos de voto de aplauso à TV Cidade Verde e ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí; e outros assuntos.....	14619
SENADOR WELLINGTON DIAS – Registro da visita de S. Ex ^a ao Estado do Piauí para participar, entre outros eventos, da inauguração da estrada que liga as cidades de Curimatá a Parnaguá; e outros assuntos.	14721
2.2.10 – Leitura de requerimentos	
Nº 505, de 2011, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Procurador de Justiça José Ribamar Machado.	14724
Nº 506, de 2011, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de aplauso ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.	14725
Nº 507, de 2011, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de aplauso à TV Cidade Verde, do Estado do Piauí.	14725
2.2.11 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Terror e Poder”, publicada pela revista Veja , em sua edição de 13 de abril de 2011.	14726
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro do editorial intitulado “Gente que mente”, do articulista Eduardo Graeff, publicado pelo jornal Folha de S. Paulo , em sua edição de 20 de abril de 2011...	14727
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários acerca de matéria intitulada “Verba, jabá e água fresca”, publicada pela revista Veja , em sua edição de 27 de abril de 2011.....	14728
SENADOR ROMERO JUCÁ – Homenagem ao Senado Federal pelo transcurso de seus 185 anos de existência.....	14729
2.2.12 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 10, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	14729
2.3 – ENCERRAMENTO	

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA**SENADO FEDERAL****4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 67ª Sessão Especial, em 9 de maio de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Lindbergh Farias

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 4 minutos e encerra-se às 13 horas e 20 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Centenário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, de acordo com o **Requerimento nº 337, de 2011**, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores.

Convidado para compor a Mesa, primeiro, o Magnífico Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Sr. Ricardo Motta Miranda.

Convidado, também, para compor a Mesa o Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, Sr. José Geraldo de Sousa Júnior.

Convidado o Sr. José Roberto Peres, representando o Presidente da Embrapa, Sr. Pedro Arraes, que se formou, também, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Chamo, representando a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Deputado Zaqueu Teixeira.

Convidado a todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senhores e senhoras; Magnífico Reitor Professor Ricardo Motta Miranda; Magnífico Reitor José Geraldo de Sousa Júnior – agradeço a presença da nossa UnB nesta sessão comemorativa dos 100 anos da origem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –; Sr. Maurício Rocha Lucas, em nome de quem saúdo todos os funcionários da instituição; nossa Vice-Reitora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Srª Ana Maria Dantas; nosso Decano de Assuntos Administrativos, Sr. Pedro Paulo de Oliveira Silva; Decano de Assuntos Estudantis, Sr. Carlos Luiz Massard; Decano de Assuntos Financeiros, Sr. Eduardo Mendes Callado; Sr. José Roberto Peres, que, como já citei, representa aqui o Presidente da Embrapa, Sr. Pedro Arraes, e que faz parte da nossa Mesa; Srªs Di-

retoras, Srs. Diretores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; acadêmico, nosso representante do Diretório Central dos Estudantes, que tem uma grande trajetória de lutas, Cleber Vinícius Vitorio da Silva; demais autoridades presentes; minhas senhoras e meus senhores que acompanham esta sessão neste plenário e em todo o País, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, pela TV Senado e pela Rádio Senado, segundo o educador Anísio Teixeira, o motor que faz a sociedade mover-se é a educação. Precisamos, assim, considerar que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro vem ajudando a mover a história do Estado e do País, há mais de um século.

Não sou historiador, sou político e tenho muita honra de representar o Estado do Rio de Janeiro como Senador da República, mas quero fazer aqui um breve relato dessa história. Quem tem de falar, verdadeiramente, sobre essa história são os próprios membros da comunidade universitária, e o vão fazer aqui. Voltamos a 1910, quando teve início o processo de construção do ambiente acadêmico que culminou na situação que agora comemoramos.

Em 20 de outubro daquele ano foi formalmente criada a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), que entrou em atividade somente em 1913 e foi extinta em 1934.

Em seu lugar foram constituídas três instituições distintas: a Escola Nacional de Agronomia (ENA), a Escola Nacional de Veterinária (ENV) e a Escola Nacional de Química, que em 1937 foi incorporada pela Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Essas instituições foram decisivas para a superação do caráter fragmentário e diferenciado do ensino agrícola e veterinário, existente ao longo do séc. XIX, para criação de um espaço acadêmico de referência.

Em janeiro de 1944, a Universidade Rural é criada como um órgão do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) e incorpora a ENA e a ENV.

Em 1963, pelo Decreto nº 1.984, a Universidade Rural passou a denominar-se Universidade Rural do Brasil.

Em 1967, surge a atual denominação: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com o Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, que transferiu para o

Ministério de Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e estabeleceu nova denominação para as universidades transferidas.

Todavia, a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária representa a origem da Universidade Rural e, conforme deliberação do seu Conselho Universitário, reconhecemos o dia 20 de outubro de 1910 como nosso marco histórico original e assim celebramos 100 anos de educação da ESAMV à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Ao longo desse período, da ESAMV à UFRRJ, essa instituição que começou como referência nacional nas áreas de Agronomia e Veterinária, ampliou sua atuação em ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento, chegando, em 2010, à oferta de 55 cursos de graduação, em diferentes modalidades, turnos e *campi*. Consolidou-se como centro de excelência na área de pesquisa, com 18 cursos de pós-graduação, 9 dos quais com mestrado e doutorado, além do primeiro doutorado binacional – Brasil/Argentina, aprovado pela Capes/MEC.

Como disse há pouco, sou político e não historiador. Nesse momento histórico para a Rural, não é possível esquecer que também se vive um momento político especial para todas as demais instituições federais de ensino superior no Rio e no Brasil.

A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos *campi* das universidades federais. Com isso, o número de Municípios atendidos pelas universidades passou de 114, em 2003, para 237, até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos *campi*, que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

Com o Reuni – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, respeitando a autonomia universitária (nenhum Reitor de 2003 a 2010 foi nomeado sem ganhar a eleição, na forma de lei, em sua Comunidade). O Presidente Lula, recém-doutorado *honoris causa* em Coimbra, deu uma aula àqueles que questionavam o papel crucial da universidade pública do Brasil.

Hoje é lugar comum afirmar que a escada para o desenvolvimento é a inovação tecnológica, e as universidades públicas no Brasil são as grandes responsáveis pela pesquisa de base.

Porém, há pouco tempo (uma pequena turbulência para a história centenária da Rural), o papel da universidade pública foi fortemente questionado, reduzindo-se sua utilidade apenas à formação de profissionais e comparando-se sua efetividade com a lógica e os indicadores de mercado. Digo isso com

todo respeito às instituições privadas, que cumprem papel importante e que também foram estimuladas pelo ProUni e pelo Fies.

Porém, a universidade pública tem um papel estratégico de constituir-se como referencial de qualidade e de modelos de formação para todo o sistema educacional, além de responder pela maioria da formação em áreas de interesses econômico, social e cultural (engenharias, agronomias, geologia, formação de professores, etc.)

E também funcionam como agências de desenvolvimento, formulação de políticas públicas, incubadora de empresas e, com grande destaque, polos de pesquisa e inovação tecnológica, além de auxiliar no processo de integração nacional por sua capilaridade.

A Rural sempre teve experiência com *campi* avançados, como universidade “multicampi”, antes mesmo do Reuni, que já havia instalado o *campus* avançado de Macapá, no então território do Amapá, nas décadas de 70 e 80, onde foram desenvolvidas atividades de extensão e oferecidos cursos de graduação. Também o *Campus Experimental Leonel Miranda*, situado no Município de Campos de Goytacazes, desde o início dos anos 90, está vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

No final dos anos 90, uma experiência de expansão associada a convênios com municipalidades levou a Rural a oferecer turmas fora da sede, nas cidades de Paracambi, Três Rios, Quatis, Nova Iguaçu e Volta Redonda. Essa experiência teve curta duração, pois era marcadamente instável, carecendo de uma política institucional que garantisse a qualidade do ensino indissociada da pesquisa e extensão.

Foi com o Reuni que essa vocação da Rural se consolidou. Após a sua criação pelo Consu, em 20 de julho de 2005, ocorreu na unidade de Nova Iguaçu, em 17 de abril de 2006, a aula inaugural do novo *campus*, recepcionando os primeiros 250 estudantes matriculados nos seis cursos de graduação do Instituto Multidisciplinar, nome do décimo instituto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e, em abril de 2010, o Instituto Multidisciplinar, que já conta com mais de dois mil estudantes matriculados nos 11 cursos de graduação presenciais – um a distância, dois mestrados, três cursos de especialização e inúmeros projetos e atividades de pesquisa e extensão –, vai ocupar o seu *campus* definitivo.

Magnífico Reitor da Universidade Federal Fluminense, daqui a pouco vamos convidá-lo para compor esta Mesa.

Tive oportunidade, como Deputado Federal eleito em 2003 pelo Estado do Rio de Janeiro, de viver um pouco essa história antes da criação do Instituto Mul-

tidisciplinar de Nova Iguaçu, quando nós e o Reitor, na gestão do Ministro da Educação Cristovam Buarque, através de uma emenda parlamentar – ainda não era universidade federal – construímos, primeiro, um consórcio entre a Universidade Federal Rural, Cefet e UFF e abrimos três cursos em Nova Iguaçu. Foi com o Reuni, já com o Ministro Fernando Haddad à frente, que aquela experiência consorciada em três universidades foi transformada, para grande satisfação minha como Prefeito de Nova Iguaçu, em Instituto Multidisciplinar.

Deve dizer aos senhores que presenciei, em conversa com o povo, o que foi a mobilização pela criação daquele *campus* em Nova Iguaçu. Quando se fala hoje dessa nova classe média que surge no Brasil, eu devo dizer aos senhores que não há nada que fale mais alto para um pai trabalhador do que ver uma oportunidade de seu filho entrar na universidade. Esse movimento todo acabou culminando na universidade, e devo dizer que, há mais de dez anos, antes da apresentação daquela emenda, existia um movimento extremamente articulado no Município de Nova Iguaçu, com toda a sociedade, igreja, assinaturas, abaixo-assinados, porque a cidade sentia que era importante nós termos um *campus* da universidade pública ali naquela cidade.

Vejo com muita satisfação esse novo momento das universidades públicas brasileiras. Eu fui Presidente da União Nacional dos Estudantes e conheço todas as universidades públicas do Brasil e muitas das universidades privadas. Inclusive, quero abrir um parênteses para dizer – e não é porque estou na frente dos senhores – que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é a mais bela do Brasil. Em segundo lugar, está a Universidade Federal de Viçosa. A mais bela entre todas, repito, é a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e falo com isenção porque viajei e conheço todas, estive em todas participando, Vinícius, do movimento estudantil.

Naquela época, nós observávamos uma composição diferente nas universidades públicas. Hoje começamos a ver, por várias políticas aplicadas, pela expansão das universidades públicas, pela política de cotas, uma universidade diferente, com jovens negros, com filhos de trabalhadores. Nós temos um novo momento. Houve uma democratização do acesso à universidade pública brasileira. Talvez essa tenha sido uma das grandes marcas do Governo do nosso Presidente Lula. Tenho convicção de que isso fazia parte da estratégia.

A estratégia lançada pelo Governo do Presidente Lula era a construção deste País, transformar este Brasil numa grande democracia popular. Houve 30 milhões de brasileiros que saíram da miséria, outros 30 milhões que entraram na classe média. Nós temos de

transformar este País nessa grande democracia popular, e a universidade pública tem um grande papel.

Saí do meu texto original porque falamos de Nova Iguaçu, mas volto, falando, para concluir, da história da Universidade Rural em Três Rios, que teve início em 1998, com a instalação do Colégio Entre Rios, dos cursos de Ciências Econômicas e Administração, que funcionavam como turmas fora da sede, ligadas ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais em Seropédica.

Em 2007, ocorreu a inclusão no Programa de Expansão do Governo Federal e, em 2008, a criação da unidade de Três Rios pelo CONSIU e, no ano seguinte, foi aprovada a denominação Instituto Três Rios, a 11ª unidade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Em 2010 está prevista a mudança para o *campus* definitivo.

A centenária Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro hoje é uma universidade *multicampi*, com sedes nos municípios de Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios, Campos de Goytacazes e na cidade do Rio de Janeiro. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro hoje tem cerca de doze mil alunos de graduação, matriculados em 55 cursos de graduação; 1.240 alunos de pós-graduação; mais de 750 professores efetivos, sendo 99% com nível de mestrado ou doutorado; e 161 professores substitutos. O corpo docente atua em pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, em cursos de graduação e de pós-graduação e em atividades de extensão. Em 2009, a instituição ofereceu para acesso 3.450 vagas em cursos de graduação presenciais e 495 vagas em cursos a distância, pelo Consórcio Cederj.

Por fim, outra nota digna de destaque para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Com sua participação no Sistema de Seleção Unificada – Sisu, utilizando o Enem, a Rural coloca-se novamente como vanguarda, agora na democratização do acesso ao ensino superior público, traduzida em números inquestionáveis:

– ingressantes com renda entre um e três salários mínimos: em 2009, 26,2%; em 2010, atinge 45,8%;

– ingressantes egressos de educação básica em escola pública (bônus de 10% sobre a nota do Enem): em 2009, 23,3%; em 2010, 63,2% – parabéns!

– ingressantes que não cursaram pré-vestibulares: em 2009, 35,5%; em 2010, 48,7%.

Congratulo e parabenizo, assim, toda a comunidade da Rural e, lembrando novamente Anysio Teixeira, para quem a Educação é obra que nunca acaba, encerro minha fala na certeza de que muitos Senadores, Reitores, Professores, Servidores e Estudantes retornaram a este plenário para celebrar aniversários e outros centenários desta instituição.

Viva a Universidade Pública! Viva o Rio de Janeiro! Viva a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro! (*Palmas*)

Quero anunciar aqui a presença de dois ilustres Senadores: a Senadora Gleisi Hoffmann, cuja brilhante atuação enche de orgulho esta Casa, e o nosso Senador Cristovam Buarque.

Eu conversava com o nosso Magnífico Reitor da UnB e perguntava em que ano nosso Senador Cristovam tinha sido Reitor da Universidade de Brasília, porque eu vivi isso. Eu não era Presidente da UNE ainda, mas era estudante de Medicina na Paraíba, participava dos congressos e já admirava o hoje colega Senador Cristovam Buarque naquela época. Hoje nós somos liderados na matéria de educação pelo Senador Cristovam, o que é motivo de grande prazer para nós. O Senador Cristovam coloca a educação como eixo central de seu mandato.

Eu quero dizer ao Senador Cristovam e à Senadora Gleisi que os dois estão inscritos e podem usar da palavra a qualquer momento.

Eu queria registrar a presença do Professor Jorge Guimarães, Presidente da Capes, e pedir-lhe desculpas pelo fato de a Mesa estar composta. Quero dizer a V. Ex^a, porém, que se sinta participante desta Mesa.

Registro também a presença do nosso Magnífico Reitor da Universidade Federal Fluminense, Professor Roberto Salles. Muito obrigado. Sinta-se também prestigiado como participante desta Mesa.

Registro ainda a presença do nosso Magnífico Reitor da UniRio, Professor Luiz Pedro Jutuca. Muito obrigado por sua presença. Sinta-se também fazendo parte desta Mesa.

Concedo agora a palavra ao nosso Magnífico Reitor da Universidade Federal Rural, Professor Ricardo Motta Miranda.

O SR. RICARDO MOTTA MIRANDA – Cumprimento o Senador Lindbergh Farias, a quem dirijo uma saudação especialíssima por esta iniciativa. Em seu nome saúdo todos os Senadores que não estão aqui presentes, o Presidente da Casa, Senador José Sarney, que assinou o convite para este evento.

Quero saudar os companheiros que fazem parte desta Mesa: Magnífico Reitor José Geraldo de Souza Júnior, Reitor da UnB; meu colega de turma José Roberto Peres, que aqui representa o Presidente da Embrapa Pedro Arraes, também egresso da Universidade Rural.

Fazem parte da Mesa, além de mim, José Roberto Peres, que representa Pedro Arraes, egresso da Rural; o Deputado Zaqueu Teixeira, grande companheiro nosso em vários momentos, momentos importantes, principalmente lá em Nova Iguaçu, onde tivemos que

superar algumas dificuldades para poder estar hoje presentes em Nova Iguaçu com instalações próprias, corpo docente próprio, servidores e técnicos contratados por concurso e um contingente de quase dois mil alunos – só lá no *campus* de Nova Iguaçu, Instituto Multidisciplinar.

Saúdo todos os meus companheiros Reitores aqui presentes, especialmente o Professor Jutuca, que parabenizo publicamente por sua brilhante eleição – está respondendo ainda *pro tempore*, mas em breve estará tomando posse como Reitor eleito na Unirio. Cumprimento também Roberto Salles, grande companheiro da UFF, e os companheiros do Rio de Janeiro.

Uma saudação muito especial dirijo também ao nosso Professor Emérito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Jorge Guimarães, atual Presidente da Capes. Muito nos honra a sua presença aqui, Jorge. Muito obrigado.

Uma saudação muito carinhosa e especial dirijo ao Senador Cristovam Buarque e à Senadora Gleisi. Muito envaidece a mim e a toda a comunidade da Rural a presença de V. Ex^as neste momento. O Professor Cristovam é, sem dúvida, uma referência para os gestores e uma referência para a prática política de quem tem compromisso e responsabilidade com a educação neste País. Seu pensamento é, sem sombra de dúvida, como disse o Senador Lindbergh, liderança na área de educação que se destaca e penetra com bastante capilaridade por todo o Senado e entre todas as forças políticas. Senador Cristovam, é uma honra muito grande tê-lo aqui neste momento.

Uma saudação muito carinhosa dirijo a todos os nossos companheiros da Rural. Nós somos eleitos em grupo. Nós temos uma prática política na Rural: apresenta-se a candidatura de Reitor, Vice-Reitor e a de seis Decanos. Apesar de o Senador Lindbergh ter deixado pouco para eu falar da história da Rural – quase tudo foi dito –, tenho a satisfação de comunicar que a dinâmica da universidade atropelou um pouco o brilhante documento apresentado, do qual, aliás, quero ter uma cópia, porque ele junta a Rural de ontem, a de hoje e projeta a de amanhã. Mas há um detalhe importante: a Rural aprovou e publicou no dia 3 de maio – aprovou em dezembro, publicou e passou a valer a partir de 3 de maio; hoje é dia 9, então, vale há uma semana praticamente – o novo estatuto da universidade. Nesse novo estatuto, eles não são mais Decanos, são Pró-Reitores. Deixamos, portanto, de adotar a nomenclatura, inspirada pela UnB, que constava do estatuto que estava em vigor na Rural, nomenclatura que era da época da ditadura. Havíamos incorporado o nome “Decano”, mas agora nós temos os nossos Pró-Reitores.

Quero, a propósito, saudar aqui todos os membros da nossa administração, que foram eleitos junto comigo: a Professora Ana Maria Dantas, Vice-Reitora; o Professor Eduardo Mendes Callado, nosso Pró-Reitor Financeiro; o Professor Pedro Paulo de Oliveira Silva, Pró-Reitor de Assuntos Administrativos; o Professor Carlos Luiz Massard, Pró-Reitor de Assuntos Estudantis; a Professora Nídia Majerowicz, Pró-Reitora de Graduação; a Professora Áurea Echevarria Aznar Neves Lima, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós Graduação; e o Professor José Cláudio Souza Alves, Pró-Reitor de Extensão. Essa equipe de oito membros foi eleita e está desempenhando essa agradável, difícil, mas apaixonante missão de conduzir essa nossa instituição, que tem uma história bonita, uma história centenária de origem, como disse aqui o nosso Senador Lindbergh, mas também uma história com muitos tropeços.

O Senador Lindbergh mencionou no histórico, muito bem levantando aliás, que houve uma mudança de nomes. Na realidade, a Rural, Lindbergh, foi criada em 1910 e começou a funcionar em 1913. Foi criada por um decreto de Nilo Peçanha, mas em 1915 ficou meio no exílio; foi uma reitoria no exílio, porque ela foi interrompida durante quase um ano. O decreto que criou a Universidade Rural criou também outras instituições e organizou o ensino agrário no País. A Rural, para compor seu corpo docente, nesses dois anos e meio, de outubro de 1910 ao início de 1913, fez, primeira vez, concurso público para professor e para servidor técnico-administrativo da universidade. Isso fazia parte do estatuto de origem da universidade e do próprio decreto que a criou. Foi um dos decretos mais parrudos, mais volumosos, esse decreto que criou a nossa *cellula mater*, que é Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária – Esamv.

Vivendo este momento extremamente gratificante de estar Reitor e podendo participar dessas comemorações centenárias, mas não posso deixar de mencionar que as dificuldades e as superações pelas quais a Rural passou ao longo dos 100 anos continuam nos estimulando e nos desafiando.

Também não posso deixar de aproveitar esta oportunidade e trazer aqui duas questões que afligem a Universidade. São duas questões que a Universidade Rural está precisando que a opinião pública, que as forças políticas, que a negociação e o bom senso apontem para o caminho que nos trouxe até aqui e que, certamente, vai-nos projetar ao Rural do futuro.

O Senador Lindbergh Farias lembrou o *campus* avançado do Amapá e lembrou o nosso *campus* em Campos dos Goytacazes, Estação Experimental Dr. Leonel Miranda.

Essa estação experimental foi criada quando houve a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool, o Planaúcar. E houve a doação de uma área de uma usina em Campos dos Goytacazes para o IAA. Quando o instituto foi extinto – e essa doação foi feita anteriormente –, ele não doou ao IAA, mas à União. Quando o IAA foi extinto, uma procuradora do instituto tomou a iniciativa de fazer a devolução da União para a usina.

Isso aconteceu em 1990. De lá para cá, nunca houve necessidade de haver qualquer tipo de ação. Foi um erro, ocorreram problemas com relação à permanência da atividade lá, pois estava extinto. Assim, a Rural absorveu a Estação Experimental Dr. Leonel Miranda desde o primeiro momento, em 1990, e as atividades nunca pararam. Ou seja, absorvemos e, por meio de acordos, protocolos e comodatos, estamos administrando aquela área.

Hoje, fazemos parte da Ridesa, a maior rede interuniversitária que existe na área de desenvolvimento sucroalcooleiro, que detém 60% do material genético da cana-de-açúcar plantada no Brasil.

Muito bem, como esse comodato vence agora no final do ano, há alguns meses, recebi do grupo empresarial que assumiu o controle da usina um documento comunicando que, tendo em vista não haver mais interesse em renovar o comodato, vão despejar as atividades da Estação Experimental Dr. Leonel Miranda, de onde ela funciona há pelo menos 40 anos, desde a época do IAA, e, depois, quando a Rural a absorveu.

Então, peço aos Srs. Senadores, a todos presentes, a todos aqueles que repercutem essas questões... A instituição centenária tem certeza da sua importância para a sociedade e confia nisso, como o Senador Lindbergh disse. Temos que funcionar como verdadeiras agências de desenvolvimento local, regional e nacional. E funcionamos.

A própria retrospectiva que o Senador Lindbergh apresentou mostra que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, hoje, projeta um futuro para onde ele está presente com muito mais envolvimento, com muito mais responsabilidade social do que ela demonstrou ao longo de toda essa história centenária. E é assim mesmo, é assim que as coisas funcionam. Essa mudança se dá em função das mobilizações, da consciência da população.

E é assim que a Rural chega, em 2011, com 55 cursos, oferecendo vagas na graduação, com mais de 20 pós-graduações, com o primeiro doutorado binacional credenciado pela Capes – Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária.

Voltei da Argentina ontem, onde temos uma parceria com a Universidade de Rio Cuarto, em Córdoba. Somos também a primeira universidade no Brasil que

adere a um grupo de universidades em práticas de desenvolvimento sustentável, coordenado pela Universidade de Columbia, com mais 22 universidades no Brasil inteiro. Temos parceira com a UniLúrio, em Moçambique, e com algumas universidades aqui no Brasil, como a Federal do Amapá, a UFMG e a UFRJ.

Enfim, a Rural é uma universidade que, como as demais federais, vive um momento ímpar na sua história: grandes investimentos, reestruturação, expansão, programas de governo que são verdadeiros programas de Estado. E não podemos ficar expostos a um risco absurdo, o de desativar nossa atividade na indústria sucroalcooleira, o desenvolvimento de pesquisas nesta Rede Interuniversitária (Ridesa), por conta de erro que aconteceu no passado. Estamos, obviamente, com uma ação na Justiça que objetiva anular essa retrocessão, feita equivocadamente há 20 anos.

Precisamos externar isso a todos e pedir o apoio, no que for possível, para nossa resistência e para mais uma superação da história mais que centenária da nossa Universidade Rural. E outra questão que afeta o campus mais lindo do Brasil, um dos mais lindos do mundo, que o Senador Lindbergh também mencionou na sua fala, é o Campus Seropédica. Sobre o Campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, eu seria suspeitíssimo para falar, porque fui para lá com 17 anos, fiz Escola Agrícola, estou Reitor, mas falo com toda a tranquilidade: é realmente não só o campus mais lindo do ponto de vista paisagístico e arquitetônico, mas é um ambiente... Eu costumo dizer que quem passa pela Rural carrega o DNA da Rural no sangue.

Meu companheiro de turma José Roberto – a gente fica se segurando para não falar apelido, porque a gente tem a cultura do apelido – viveu isso na Rural, vivendo intensamente, como eu costumo dizer. Não só estudando lá, mas dormindo no alojamento, comendo no bandejão, passando mal por alguma razão, sendo tratado no posto médico, namorando por lá, brigando por lá, e vivendo, vivendo intensamente, tendo uma lição de vida. Coincidência ele estar aqui hoje, representando Pedro Arraes, estar à Mesa comigo. José Roberto representa isso que costumo dizer nas formaturas: quem passa pela Rural leva o DNA da Rural para sempre, e quem passa pela Rural encontra a Rural em todos os lugares.

O Campus Seropédica permite isso. Oferecemos vagas para 2.200 estudantes. Oferecemos cerca de 5.000 a 6.000 refeições por dia no nosso Restaurante Universitário. Criamos um programa de produção integrada de ensino, pesquisa e extensão que mantém autossuficiência para grande parte dos itens produzidos, trabalhados e oferecidos no Restaurante Univer-

sitário. Estamos criando um Restaurante Universitário em Nova Iguaçu, vamos criar em Três Rios. A Rural não perde essa característica de ser o maior programa proporcional de assistência estudantil do Brasil, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Isso, meu querido Senador Lindbergh, está ameaçado.

O Campus Seropédica tem suas atividades fins de ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável, comprometidas pela presença do que se chama, vulgarmente, de lixão. Sabemos que, tecnicamente, não é. E não somos contra aterro sanitário. Sabemos que aterro sanitário é um passo avante da irresponsabilidade que é Municípios terem lixões a céu aberto sem nenhum tipo de cuidado. Mas é inadmissível que se coloque em cima de um aquífero, o aquífero Piranema, que tem atividades envolvidas... Nós somos a primeira universidade brasileira parceira num programa internacional de práticas para o desenvolvimento sustentável e temos a incoerência de ter, na nossa vizinhança, uma CTR que foi instalada recentemente e implantada agora, cuja tecnologia não garante segurança. Esse é o xis da questão.

Oferecemos, desde 2008, alternativas. Escrevemos documentos para todas as autoridades: Governador do Estado, prefeito, secretarias; enfim, todos os órgãos envolvidos. E, ao longo desse tempo, temos, permanentemente, desenvolvido trabalhos, oferecido nossos dados: os trabalhos, os resultados, as publicações, que têm sido utilizados por várias ações judiciais. Mas, infelizmente, nada tem logrado êxito, e as atividades começaram.

O que queremos nesse momento é defender o exercício da atividade-fim da instituição centenária, no campus mais lindo do Brasil, e interromper, de imediato, as atividades da CTR Santa Rosa, da Central de Tratamento de Resíduos Santa Rosa, que é na vizinhança da nossa Universidade.

Estamos entrando com uma ação. Nossa procurador. Finalmente, está concluindo, agora, esses dias, um estudo delicado, cuidadoso, para não cair em alguma figura jurídica que comprometa, que postergue a decisão judicial. Estamos entrando com uma ação específica, por conta de ser uma atividade que vai contra a previsão constitucional de preservação do meio ambiente, devido à presença da CTR. E que vai contra também o direito de vizinhança. Nossa Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro não pode deixar de exercer seu dever constitucional de praticar ensino, pesquisa e extensão de forma dissociada e de referência em várias áreas de conhecimento, como é a área ambiental; como é a de ciência, tecnologia, inovação e agropecuária; como são as áreas das ciências humanas e sociais, bem como todas as áreas

do conhecimento. Os nossos 55 cursos ofertados, que congregam 37 profissões, não podem estar em cheque nesse momento.

Então, para não fugir à tradição de lutas e de superações, contornando, batendo de frente com a adversidade, ao longo dos seus 100 anos de origem, no seu 1º ano do 2º centenário, nossa Universidade está com esse combate, que é o combate pelo direito de ter mais 100 anos e ter mais centenários, em Seropédica, em Campos e onde a Universidade Rural estiver.

Então, estamos com ações judiciais, precisamos do apoio das forças políticas e administrativas do País para que possamos cumprir a nossa missão e fazer aquilo que Jorge Guimarães conhece bem, nosso professor emérito, ex-professor da universidade, que estudou na universidade em uma época. Vários que estão aqui passaram pela universidade. O professor Roberto Sales fez o doutorado dele, ou parte do doutorado dele na nossa universidade.

Além dos outros já citados, vários membros da administração e estudantes aqui presentes vivem intensamente isso que José Roberto, meu colega, viveu, esse negócio de estar lá, vivendo e aprendendo, quer dizer, não é só uma universidade em que você aprende Agronomia, Veterinária, Zootécnica, Administração, Economia, Pedagogia, ou faz graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado. Temos ensino fundamental no Caic, temos nível médio no Colégio Técnico da Universidade Rural, com vários cursos técnicos, e temos 55 cursos que oferecem vagas à população brasileira e com convênios internacionais com países africanos, com países latinos.

Um detalhe: um número precisa crescer nesse relato, de que quero uma cópia, porque está muito bem feito. Um número recente: em 2011, 80% dos ingressantes pelo Enem/Sisu foram oriundos de escola pública. A Rural está fazendo – 60% em 2010; em 2011, 80% -, por meio das políticas afirmativas, o acesso da realidade social do País à universidade pública de qualidade.

Tenho certeza de que nada vai ameaçar a trajetória da universidade e, para isso, conto com o apoio de V. Ex^{as}s.

Agradeço, em nome de toda a comunidade, a oportunidade que o Senador Lindbergh nos deu.

Nesse momento, alguns amigos meus do meio acadêmico comentaram: "Ricardo, mas não era para ter sido feita essa sessão no ano passado, em 2010? Afinal de contas, completou 100 anos em 2010." Não, é aquela coisa: Deus escreve certo por linhas tortas.

Estamos no momento adequado, porque é o momento em que a Rural está precisando do apoio do Congresso Nacional, está precisando do Senado, está

precisando das forças políticas, está precisando das parcerias para superar esse inferno astral que estamos vivendo. E não estou falando de maneira emocionada, de maneira passional, não. Estou falando com muita responsabilidade. É muita responsabilidade, para cada um de nós que vive este momento, saber enfrentá-lo.

Mais uma vez: não somos contra aterro sanitário com tecnologia adequada; não somos contra definir lugares adequados. Nós somos radicalmente contra levar o lixo de toda uma região urbana como o Rio de Janeiro para um local como aquele, em cima de um aquífero, em uma região que tem uma universidade com o perfil e com a história da Universidade Rural.

Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado e parabéns ao nosso Magnífico Reitor Ricardo Motta Miranda.

Passo a palavra, imediatamente, ao nosso Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom-dia a cada uma e a cada um.

Meus cumprimentos iniciais ao Senador Lindbergh Farias pela iniciativa; em segundo lugar, obviamente, ao meu chefe, José Geraldo de Sousa que, como reitor da UnB, a que eu sou, até hoje, ligado, é meu chefe.

Quero cumprimentar, também, o Sr. Ricardo Motta Miranda, a Sr^a Ana Maria Dantas e quero fazer um cumprimento especial, dos que estão aqui, ao Jorge, companheiro por muito tempo nas lutas universitárias.

Eu sinto, Lindbergh e reitor, uma certa inveja. Uma inveja boa. A inveja de que a nossa universidade, a UnB, agora é que vai fazer 50 anos, mas, se eu for por aí, sentirei inveja também dos países latino-americanos, que têm universidades com 400 anos, sem falar dos países europeus, que têm universidades com quase mil anos.

Demoramos muito para construir universidades no Brasil e, hoje, temos até uma discussão sobre qual é a mais antiga. A Senadora Gleisi me perguntou se a mais antiga não é a Universidade do Paraná. De fato, alguns assim consideram, sobretudo os paranaenses, é verdade.

Eu poderia dizer, também, que a escola onde estudei Engenharia foi criada em 1905, mas não era uma universidade. Dá para dizer, sim, que vocês, da Universidade Rural do Rio de Janeiro, têm mais tempo que as outras, pela origem, como se iniciou no Rio de Janeiro, em 1922, quando – sobre isso é triste a gente pensar – o rei da Bélgica veio ao Brasil e uma das coisas que foram exigidas no protocolo era que ele recebesse um título de Doutor *honoris causa*. Aí,

criaram a Universidade do Rio de Janeiro, juntando os cursos que já existiam.

Por isso, essa inveja boa, mas, ao mesmo tempo, orgulho por ver uma instituição universitária – e sou uma pessoa da universidade, que estou no Congresso mas sou, na verdade, da universidade – que sobreviveu, cresceu e melhorou ao longo de 100 anos. Isso justifica, Senador Lindbergh, a homenagem que o senhor tomou a iniciativa de prestarmos aqui, no Senado.

Eu gostei muito de ouvir o reitor dizer que, agora, é a luta pelos próximos 100 anos. É isso que temos de fazer numa instituição e, nesses próximos 100 anos, além de manter a memória do passado e o reconhecimento a todos que fizeram essa instituição centenária, creio que vamos ter de dar dois passos: um, que a gente pode dizer que é adiante, e outro que será para trás, no sentido do processo educacional.

Para adiante é porque nossas universidades vão ter de ser muito mais, daqui para a frente, que formadoras de mão de obra de alta qualificação. Elas deverão ser, também, produtoras de conhecimento por meio da ciência e da tecnologia. Nós já estamos assim. Nossas universidades já conseguem dar esse passo, já deram esse passo, muitas delas, mas, daqui para a frente, cada vez mais, especialmente as universidades que trabalham com o problema da alimentação, como também aquelas que trabalham com energia, como aquelas que trabalha com a desigualdade social, que são os temas fundamentais que vão orientar o século XXI, buscando-se a sua solução.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro tem essa característica. O seu lado é o da produção do conhecimento para um dos problemas centrais que vamos viver. Daqui para a frente, não vai ter como fazer a economia avançar se as universidades não participarem desse processo.

Dois anos atrás, eu estava em uma cidadezinha de Alagoas chamada Maragogi, numa praia, e dois senhores foram apresentados a mim pelo dono do restaurante. Disseram-me que eram investidores, mas que tinham desistido de investir em Alagoas porque não encontraram mão de obra qualificada. Perguntei qual era a área em que eles investiam e, para minha surpresa total, eles investiam em criação de cavalos. Eu até perguntei qual era a qualificação de que precisavam os vaqueiros. Eu não tinha o direito de fazer a pergunta, mas ele me disse: "Nossos cavalos custam dois, três, quatro milhões de reais. Nós não os deixamos nas mãos de pessoas que não tenham formação veterinária e que não saibam ler a bula do remédio em inglês, porque nossos remédios são importados".

Isso mostra duas coisas: uma é que a gente ainda não está produzindo os remédios na quantidade e

com a qualidade necessária para que a bula venha em português; a segunda é a exigência de mão de obra de alta qualificação, mesmo em um setor que, tradicionalmente, é de mão de obra sem qualificação.

Ele disse mais: "Nossos cavalos são acompanhados em tempo real: quanto saltam, quanto comem, que remédio tomam. Precisamos de pessoas que tenham familiaridade com o computador e com os nossos softwares." E disse mais: "Nós fazemos os investimentos, voltamos para a Europa e administrarmos de lá".

Então, uma parte considerável da mão de obra é de alta qualificação. Apenas alguns, obviamente, trabalham com baixa qualificação.

É aí que entra o papel da universidade, e de uma universidade que trabalha com o setor rural, daí esse exemplo que venho citando muitas vezes, desses investidores que desistiram de Alagoas. Não sei se desistiram do Brasil, porque é provável que, em outras áreas, ainda encontrem mão de obra qualificada para isso, até não é por que ela não exista, mas ela é em número pequeno, e aí ele não conseguiria trabalhar no seu haras, como ele disse.

Então, o primeiro salto é adiante. Tem que ir ao conhecimento e não só à formação pela transmissão do conhecimento já consolidado.

Nossos centros de ensino têm que ser cada vez mais centros também de pesquisas, de produção do conhecimento. E o outro, como eu disse, em vez de ser para frente, é para trás. Não vamos ter as universidades com a maior qualidade que a gente quer enquanto não tivermos todas as crianças concluindo o ensino médio e todo ensino médio de alta qualidade. Isso que – confesso –, às vezes, tenho dificuldade de convencer o meio universitário. Cada estudante universitário que passou por um curso médio de má qualidade gera um peso na instituição universitária e ele puxa para baixo a qualidade. Aqui mesmo, Reitor José Geraldo, no nosso curso de Engenharia, está-se ensinando matemática para rever o que os alunos não aprenderam no ensino médio. Isso puxa a universidade para baixo. Tem que ser de alta qualidade o ensino médio. Agora, não basta isso, é preciso que seja para todos. Porque cada pessoa, Senadora Gleisi, que não teve a chance de estudar pode ter sido um gênio perdido. A gente esquece que um curso médio de alta qualidade para poucos perdeu a qualidade dos que ficaram de fora.

Somos campeões mundiais de futebol e temos os melhores craques porque todos jogam bola desde os quatro anos, e a bola é redonda para todos. Felizmente a elite brasileira não teve a ideia de fazer bola quadrada para os pobres, mas teve a ideia de fazer escola quadrada para os pobres e escolas redondas só para eles. Isso leva a um desperdício de dois terços

de nossos cérebros que não concluem o ensino médio. E eu diria que, mais a metade dos trinta e quatro que terminam o ensino médio, desperdiçados, porque foi um ensino médio sem boa qualidade.

A universidade, nesses próximos 100 anos, Reitor – o senhor estava preocupado –, a meu ver, tem que lutar dentro dela para dar esse salto adiante no que se refere à alta qualidade na ciência e na tecnologia. Deve também, no ponto de vista político, ser um instrumento de luta para que, neste País, não haja um analfabeto, porque os 14 milhões de analfabetos que temos hoje poderiam ter sido gênios. Muito dificilmente o serão sem alfabetização. E a luta para que a escola pública de qualidade seja para todos e, se possível, tão iguais como são as bolas de futebol. Considero que isso não vai ser possível, sei que é polêmico, se não fizermos a federalização da educação de base. Não vejo como ter escolas iguais em Arixá, no Maranhão, com uma renda *per capita* de R\$2 mil, e aqui em Brasília, onde a renda *per capita* chega a mais de R\$30 mil. Não há como! E não nos esqueçamos de que, aqui em Brasília, com a renda *per capita* alta, todas as escolas são financiadas quase integralmente pelo Governo Federal. Por que, aqui em Brasília, nossas crianças têm direito a ter escola federal, com tudo pago pelo Governo Federal – era tudo pago; depois que fui Governador, começamos a ter de colocar dinheiro do Governo Distrito Federal também – e as de outras cidades não têm? Por que temos quase 300 escolas federais de ensino médio, incluindo aí as técnicas, os colégios de aplicação, o Colégio Pedro II e as escolas militares, que têm a melhor média do Ideb? As pessoas acham que a melhor média do Ideb é das particulares. Não o foi no ano passado, que foi das federais. Se você escolher uma escola isolada, é possível que uma particular seja melhor do que todas, mas a média das particulares está abaixo da média das federais, e essas duas estão muito acima das municipais, que estão acima das estaduais, por incrível que pareça.

Não vejo outra saída a não ser caminharmos para um processo de criarmos uma carreira nacional do magistério. Na verdade, seria pegar a carreira do Pedro II, ou dos colégios de aplicação, ou dos colégios militares – quando falo em colégios militares, não falo colégio da carreira de militar; falo desses colégios dirigidos por militares que recebem todos os alunos – e a transformarmos em uma carreira que se espalhe pelo Brasil.

Também não defendo aqui que, amanhã, se faça um ato dizendo que todo professor municipal e estadual passa a ser federal. Isso não resolveria nenhum problema.

A minha proposta é de que a gente passe a implantar essas escolas federais em um ritmo que, em 20 anos – vejam que sou modesto – chegaria a todo o Brasil. Cem mil novos professores federais por ano, concentrados todos eles, Senadora Gleisi, nas mesmas cidades, porque, se espalhá-los pelo Brasil, eles se perdem, com um salário que, comparado com os de outras entidades, não seria tão alto: R\$ 5 mil. Mesmo assim, comparado com a média, é muito alto para o Brasil.

Estes 100 mil concentrados em 250 cidades de porte médio, atendendo três milhões de crianças em 10 mil escolas. Depois, mais 100 mil professores, mais três milhões de crianças, mais 10 mil escolas, mais 250 cidades. Levaríamos 20 anos para chegar às 5,5 mil cidades, 60 milhões de crianças, 200 mil escolas, dois milhões de professores. É claro que os professores atuais fariam concurso para virarem professores federais. Os que passassem seriam absorvidos; os outros ficariam numa carreira paralela durante algum tempo.

Não vejo outra saída para dar um salto educacional a não ser esse.

Estamos melhorando em educação. É falso dizer que o Brasil está piorando. Mas estamos melhorando numa tendência linear, enquanto que as exigências estão crescendo numa tendência exponencial. Por isso, apesar de melhorar, todos sabem que faltam oito milhões de profissionais de nível técnico na economia brasileira.

A Presidenta Dilma vai fazer um grande esforço nesse sentido, continuando o que o Presidente Lula começou, que foi a implantação de mais escolas técnicas. Mas temo que elas não darão certo suficientemente, porque os alunos que entrarão nelas no ensino médio não tiveram um ensino fundamental de qualidade. Sem um bom ensino fundamental, é difícil virar um bom profissional no mundo de hoje.

Essa é a luta que, acho, a universidade poderia ingressar: política, Como fizemos a campanha das Diretas, como fizemos a campanha da anistia, como fizemos a campanha da liberdade de Imprensa, temos de fazer a grande campanha da revolução pela educação. Revolução, não evolução apenas.

Claro que, se a gente faz uma revolução nessas cidades que citei, transformando todas as escolas em federais, em horário integral, com equipamentos mais modernos, professores bem-remunerados, bem dedicados, às outras, a gente iria fazendo um esforço para melhorar também, como já vimos fazendo e até um pouco melhor. Não abandonaríamos as outras, até por que, para fazer no Brasil inteiro, não há recursos. E os recursos não seriam apenas financeiros, os R\$7 bilhões de que precisaríamos a cada ano, R\$7 bilhões,

depois R\$14 bilhões, R\$21 bilhões, é por que não temos jovens querendo ser professores com competência para sê-lo. Não temos. Se amanhã, passarmos o salário para R\$10 mil por mês, não teremos o número de candidatos necessários. Pior: entre os candidatos, uma boa parte não tem vocação.

Saibam que hoje um problema da Polícia Federal é que, graças aos altos salários, contrataram pessoas de alta qualificação, mas sem vocação. Então, entram na carreira e começam a fazer outros concursos para mudar de ramo, para mudar de atividade. Não vale a pena também aumentar os salários e trazer gente sem vocação. Ainda menos sem qualificação. Mas isso é possível. Mas falta uma grande luta. Falta uma grande luta de um partido que eu diria que é o partido educacionista, que não é um partido organizado. Aliás, as grandes mudanças no Brasil vieram de partidos que não existiam. O partido abolicionista não existia. Era um partido transversal aos três daquela época. Quando eu falo em partido educacionista, eu falo transversalmente, entre as siglas que temos hoje. Eu considero que, aqui, a Senadora Gleisi, o Senador Lindbergh e eu somos do partido educacionista, independente de estamos em siglas diferentes. Mas as universidades têm obrigação, todas elas, de estarem envolvidas nessa luta.

É isso, Sr. Reitor, que eu queria aqui falar: felicitar toda a comunidade da Universidade pela luta que fez em manter e crescer nesses 100 anos, pelo pioneirismo no passado e, ao mesmo tempo, o desafio de que sejamos pioneiros do futuro, por meio do avanço da universidade, dentro dela, para, cada vez mais, ser de ponta na ciência e tecnologia, e o pioneirismo de lutarmos agora por aquilo que a gente precisa: escola igual para todos.

Houve um tempo em que, para mim, o socialismo era tirar o capital do capitalista e dar para o trabalhador. Socialismo, para mim, hoje, é pegar o filho do trabalhador e botar na escola do filho do patrão. Só que para isso a gente precisa ter 200 mil escolas, não bastam apenas as escolas onde estudam hoje os filhos dos ricos.

Mas isso é possível. Desde que a gente não imagine que faz de um dia para o outro. Mas precisa saber qual a estratégia para chegar lá. A estratégia existe, aliás as estratégias existem, falta é uma luta política firme para conseguir levar isso adiante. Eu gostaria de ver a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ser vanguarda também nessa luta política.

Um grande abraço para todos da comunidade, parabéns ao Senador Lindbergh, e muito obrigado a vocês por estarem aqui, numa sessão que é muito mais gratificante para mim do que a maior parte das sessões que temos nesta Casa.

Um grande abraço e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Quero agradecer ao Senador Cristovam Buarque, que abrilhanta esse dia, essa homenagem à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Acho que depois desse pronunciamento, já temos um motivo de fazer uma publicação desta sessão, e fazer o convite – não sou o Magnífico Reitor, mas tomo a liberdade, como Senador do Rio de Janeiro, de fazer o convite – para visitar a Universidade Federal Rural.

Senadora Gleisi, vocês vão ter oportunidade de ver que não é bairrismo nosso falar que é a mais bonita das universidades. Mas de fato eu...

O SR. RICARDO MOTTA MIRANDA – Melhor relações públicas do que você é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas é verdade. Não estou falando para homenagear, porque estou aqui. Eu já tinha falado que conhecia todas as universidades e, de fato, a Universidade Rural... E a segunda, eu diria, é a Universidade Federal de Viçosa, que também é belíssima.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/ PDT – DF) – Precisa levá-lo à UnB.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu conheço. Conheço de tantas manifestações, de tantas mobilizações estudantis. Estudei na UnB, que é uma universidade fantástica, com uma história fantástica, inclusive de resistência democrática.

Muito obrigado, Senador. Falo de coração, agradecendo a sua participação nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh. Bloco/PT – RJ) – Passo imediatamente a palavra para a nossa Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom-dia a todos e a todas. Quero aqui fazer uma saudação mesmo, primeiro, ao Senador Lindbergh por esta sessão homenageando a nossa Universidade Federal do Rio de Janeiro. Não é porque eu não sou carioca que também não me sinto pertencer a essa instituição.

Saúdo o Senador Cristovam, por quem tenho grande admiração. Eu sempre digo que ele é o nosso condutor da utopia educacional. Utopia não no sentido do inatingível, mas daquela linha no horizonte que, a cada passo que avançamos, nos convida a avançar mais. E o Senador Cristovam tem feito nesta Casa exatamente esse papel, chamando a atenção para que comemoremos avanços mas não nos esqueçamos de que temos de avançar cada vez mais na área educacional.

Saudo o Reitor Ricardo Miranda, que hoje está aqui representando toda a Universidade Federal do Rio de Janeiro, na pessoa de quem quero saudar todos os docentes, professores, alunos dessa Universidade e parabenizá-los pelos cem anos – controversos, é claro, porque eu vou defender aqui que a mais antiga é a Universidade Federal do Paraná.

Eu estava até brincando, porque quando vocês falavam da beleza do *campus*, eu disse: é impossível um *campus* ser mais bonito do que o *campus* sede da Universidade Federal do Paraná, que é muito bonito também. Mas essa é uma concorrência boa!

Quero saudar também o nosso Reitor da Universidade de Brasília, Sr. José Geraldo. É um prazer tê-lo aqui.

Sentimos muito orgulho de participar de uma sessão como esta, que mostra que temos instituições sólidas em nosso País. Apesar de todas as dificuldades, de todos os problemas, no decorrer da história, são instituições que se firmaram e que são referência na educação brasileira. Então eu fico feliz com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a Universidade Federal do Paraná, com a Universidade de Brasília, enfim, com todas as instituições federais de ensino. Nós sentimos muito orgulho.

E, como disse o Senador Cristovam, avançamos muito nesse período e devemos avançar mais, com certeza.

O Governo do Presidente Lula foi um governo de marco no fortalecimento das instituições federais de ensino. Aliás, no conjunto da educação. Saímos de um orçamento de R\$24 bilhões do MEC para um orçamento de quase R\$60 bilhões em 2010. Isso mostra a importância que o governo deu à área educacional. Foi o orçamento que mais cresceu em relação a todos os orçamentos da União, inclusive o das universidades, que, se compararmos 2010 a 2005, teve quase 120% de aumento.

Claro que precisamos mais. Mas eu acho que isso mostra a vontade que teve o Governo do Presidente Lula, como ele sempre dizia, um homem sem ensino superior, de investir naquilo que faz o diferencial do desenvolvimento do nosso País. Então, isso é muito legal.

E fiquei muito feliz porque o primeiro pronunciamento da Presidenta Dilma, em cadeia de rádio e TV, foi sobre a educação, saudando a volta às aulas e colocando a educação como o centro do seu mandato. Isso faz muita diferença e toda a importância.

Então, é claro que comemoramos os 14 novos *campi* que tivemos em todo o País. Só no Paraná, Senador Lindbergh, ficamos com a gloria da Universidade Federal do Paraná por quase 90 anos sendo a única instituição federal de ensino no Estado. No Governo

do Presidente Lula, conquistamos mais três universidades: a Universidade Federal Tecnológica, a Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* interiorizado, e a Unila – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, cujo *campus* estamos inaugurando agora. É a primeira universidade que o Brasil faz em cooperação com a América Latina. Cinquenta por cento das suas vagas são para estudantes latino-americanos. Isso é muito importante também para o nosso Estado e para o nosso País.

São 128 novos *campi* de universidades federais em todo o País, com interiorização, contratação de professores, valorização. O Reuni é um grande programa que trouxe às nossas universidades a importância que elas precisavam ter. E o MEC disse que chegaremos a 2012 com mais de um milhão de alunos nas universidades federais. Isto também é de grande impacto.

É óbvio que nós precisamos de mais. Como disse o Senador Cristovam, temos um País em pleno desenvolvimento, temos carência de profissionais. E, com certeza, são as nossas universidades os celeiros de formação e capacitação. E aí é investir na educação não em partes, mas como um processo, ou seja, a educação é processo. É da pré-escola, da creche à universidade.

Ficamos muito felizes de termos também um programa que pretende, até 2014, universalizar as creches, universalizar a educação infantil, ou seja, toda a demanda de educação infantil será coberta neste País. Se conseguirmos isso, com certeza, o impacto na universidade, que é a ponta, tanto na graduação quanto na pós-graduação, vai ser muito diferente do que vivenciamos até agora.

Então, vim aqui para parabenizar, para felicitar e para dizer que ficamos muito felizes de participar de uma sessão como esta, porque evidencia os valores que nós temos na educação brasileira.

Parabenizo os reitores, todo o corpo docente e de trabalhadores, porque quem faz o dia a dia das nossas universidades são vocês, com todos os problemas e desafios que acontecem lá.

Queremos estar aqui à disposição. O Senador Lindbergh pode contar comigo nessa luta da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre o centro de tratamento de resíduos em cima do Aquífero, que é muito preocupante. Vamos, com certeza, ter essa situação como objeto de debate nosso aqui no Senado da República.

Então, parabéns! Que possamos comemorar aqui muitos e muitos anos de vida das nossas universidades.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradecemos muito a participação e o pro-

nunciamento da Senadora Gleisi Hoffmann, que falou sobre o que eu já havia tocado em meu pronunciamento: os avanços de 2003 a 2010. Falou também de três novas universidades federais no Estado do Paraná, que tem muitas universidades estaduais. Eu conheço, por exemplo, o campus da UEL (Universidade Estadual de Londrina) e o da UEM (Universidade Estadual de Maringá). Mas há mais duas estaduais.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Temos 12 universidades.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Doze universidades estaduais.

Muito obrigado, Senadora, por sua presença prestigiando a Universidade Rural do nosso Estado do Rio de Janeiro.

Quero dizer que está presente nesta sessão o Senador Suplente do Presidente Sarney, Jorge Nova da Costa, que também é ex-aluno da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Daqui a pouco vou ofertar a palavra a S. Ex^a, mas antes quero passar a palavra ao nosso Magnífico Professor Reitor da Universidade de Brasília, José Geraldo de Sousa Júnior.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias, pela honra de receber a palavra nesta sessão de homenagem, de sua iniciativa, que celebra, como vimos, uma das instituições mais representativas do movimento brasileiro de criação de sua universidade pública, sua universidade federal.

Quero cumprimentar o Reitor Ricardo Miranda e os demais membros da Mesa, os Reitores aqui presentes, Roberto Salles e Luiz Pedro Jutuca; também a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Cristovam Buarque, o Presidente da Capes, Jorge Guimarães; e toda a comunidade representando a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a representação estudantil e dos servidores.

Os discursos anteriores dão a medida do alto significado do quanto essa instituição é uma referência para o processo de formação da universidade brasileira. Como foi dito aqui, embora na América do Sul as universidades já sejam do século XVI, muitas sendo referência do projeto de formação do nosso continente, e ainda que no plano colonial tivesse a medida da necessidade da educação superior para consolidar os quadros necessários ao desenvolvimento – universidades como São Marcos, no Peru; Santo Domingos, no México; e, mesmo mais recentemente, universidades que tiveram um balizamento importante para marcar a característica de um padrão universitário sul-americano que pudesse caracterizar a importância da universidade nesse processo, como o Movimento de Córdoba,

na Argentina –, a nossa não é negligenciada nessa experiência.

Como sabemos, houve muitos projetos para criar a universidade. Os inconfidentes tinham um projeto de universidade. Mas a resistência colonial aqui criou obstáculos quase intransponíveis, que só foram superados quando, na Constituinte de 1823, se colocou o projeto da universidade. E mesmo aí frustrado, porque, do debate para a sua criação, o máximo que tivemos foi a criação dos dois cursos jurídicos de 1827, em Olinda e em São Paulo. É verdade que frustrando o projeto de universidade, mas inserindo na criação desses dois cursos o modelo universal de formação dos quadros para o Estado, da diplomacia, da magistratura, e o embrião daquilo que depois viria a ser a universidade brasileira.

Então, não é pouco celebrar 100 anos nesse contexto. Se somos retardatários no processo de criação da universidade, essa marca centenária é muito significativa. E ela traduz, no experimento específico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o que melhor podemos consolidar como projeto e como aspiração nacional. Então, é digno de ser celebrado esse centenário. É uma honra poder estar nesta mesa, quase com o dever de anfitrião, porque é a universidade da capital, e com o dever de membro de uma comunidade que, como foi dito aqui hoje, se esforça como projeto nacional para consolidar a universidade pública brasileira.

Gostaria também de celebrar o que foi dito aqui, todos os esforços que estão sendo feitos para essa consolidação, os grandes programas, como o Reuni, os programas que a Capes vem desenvolvendo, não só do ponto de vista do financiamento da formação de grandes pesquisadores, mas também da formação de professores e da elevação da qualidade dos alunos de graduação. Na última reunião da Andifes, o professor Jorge Guimarães apontou uma série de novos programas com esse apoio.

Especialmente, quero lembrar – e creio que esta é uma luta em que o Senador Lindbergh tem sido uma liderança – que é importante, neste momento, avançarmos para além dos programas de governo, para criarmos uma base de Estado, no sentido de consolidarmos esse avanço e a sustentabilidade das universidades públicas e da educação, de um modo geral. Sem dúvida, o programa Reuni e outros que alcançam todas as dimensões da educação superior permitiram esse grande salto.

Hoje celebramos a expansão das universidades, sua interiorização. Até aqui na UnB já estamos com três novos *campi*, no que podemos chamar de interiorização no Distrito Federal – se é que podemos chamar

assim –, estamos presentes nas cidades do Gama, de Ceilândia e de Planaltina. Mas é importante que lancemos as balizas para uma sustentabilidade que vá além dos governos.

Então, sei da sua luta, por exemplo, na definição dos fundos decorrentes do pré-sal, a especificidade da sustentabilidade da educação, da saúde e da pesquisa, para que não se dilua em referências genéricas o que poderia reduzir a significação desses campos, a necessidade de um financiamento e de uma sustentabilidade que vá além da conjuntura governamental, ou seja, a base de uma premissa que possa, como disse o Senador Cristovam, construir esse pacto de futuro, que é reconhecer que o País não dará seu salto de potência nem de sujeito relevante, de ator relevante, no processo internacional de considerar o desenvolvimento com uma solidariedade global sem um apoio forte à educação e à universidade pública.

Então, quero registrar o júbilo de poder estar nesta sessão e tributar a V. Ex^a a percepção, fiel à sua própria trajetória de interesse na área de educação, de celebrar este aniversário, este centenário, este centenário de futuro, porque o Reitor Ricardo já começa a considerar o primeiro ano após o centenário, e dizer que, ao homenagear a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o senhor está também homenageando toda a universidade pública brasileira.

Muito obrigado, e as homenagens também à Universidade Federal Rural. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Sr. José Geraldo de Sousa Júnior, nosso Reitor da UnB.

Quero chamar aqui nosso Presidente da Capes, Professor Jorge Guimarães, para fazer uma breve saudação à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O Sr. Jorge Guimarães não se inscreveu, foi inscrito.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Muito obrigado pelo honroso convite, Senador Lindbergh, a quem parabenizo pela iniciativa.

Meu caro Ricardo Miranda, é um prazer muito grande falar aqui em homenagem a nossa casa *mater*.

Vivi na Universidade Rural durante vinte anos, onze dos quais como estudante. Entrei lá com treze anos de idade, na Escola Técnica, internado durante sete anos, com muita honra. Guardo o DNA ali, na raiz da minha juventude, em que passei momentos muito felizes na Rural.

Meus caros Professor Geraldo, que nos honra muito com sua presença, colegas de Mesa, Srs. Senadores e autoridades presentes, de fato, Ricardo, a Rural merecia uma sessão desta. Por isso, está de parabéns nosso jovem Senador Lindbergh, que fez

sua trajetória na União Nacional dos Estudantes, que também frequentei anos antes, no famoso Congresso de Quitandinha e outros que enfrentamos para combater uma ditadura perversa, sobretudo para os jovens e os estudantes.

A Rural tem tido uma presença enorme em todos os estados brasileiros e também países latino-americanos. Eu me lembro que, nessa época, a proporção de estudantes de toda a América Latina e Caribe era tão grande, na Rural, que chegaram a pedir aula em espanhol. Era uma proporção muito grande de estudantes, o que ainda tem, mas, naturalmente, não mais tão grande assim.

A Rural passa a atuar também no Continente, num outro segmento, que é a pós-graduação. Temos orgulho muito grande de um curso da Universidade Rural, em Rio Cuarto, na Argentina, um dos primeiros sinais de internacionalização da pós-graduação brasileira e, consequentemente, da universidade brasileira.

De modo que trago aqui, em nome da Capes, a certeza de que as dificuldades serão vencidas, e pode contar com todos nós para isso. A Rural vai ter não apenas mais cem anos, mas muitos outros centenários.

Levo aos nossos colegas, estudantes, professores e técnicos administrativos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro os parabéns da Capes por mais essa efeméride. E que continuemos a ser, se não a melhor, a mais bonita, pelo menos uma das mais bonitas do Brasil. Tenho muito orgulho de ir lá com muita frequência. Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Professor Jorge Guimarães.

Chamo agora, para usar a tribuna, José Roberto Peres, que representa o Presidente da Embrapa, Sr. Pedro Arraes. José Roberto Peres também estudou na Rural.

O SR. JOSÉ ROBERTO PERES – Sem dúvida.

Senador Lindbergh, gostaria de, em nome do Presidente da Embrapa, parabenizá-lo pela sensibilidade, a brilhante ideia e a iniciativa de propor esta sessão plenária em homenagem aos cem anos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Nosso Magnífico Reitor Ricardo, meu amigo e colega de turma, comigo vivenciou boa parte das nossas vidas de juventude naquele *campus* universitário, que é um grande orgulho para todos nós. A Rural, realmente, é uma referência nacional e internacional na integração ensino, pesquisa e extensão.

Magnífico Reitor José Geraldo, satisfação em conhecê-lo.

Serei breve. Vou contar algumas historinhas do nosso amigo Reitor. Trouxemos algumas marcas do passado: eu era magro e cabeludo, você era magro

e cabeludo; hoje, sou gordo e careca e você é gordo e cabeludo, teve a satisfação de continuar cabeludo.

Mas eu só gostaria de dizer o seguinte: a Embrapa foi criada há 38 anos. Hoje, a Embrapa se confunde e necessita da parceria com as universidades. E a Universidade Federal Rural foi a primeira grande parceria, em termos de integração, pesquisa e ensino, não só na formação de boa parte dos nossos pesquisadores, mas continua sendo fundamental na implementação do nosso modelo institucional.

A Embrapa foi criada para fazer pesquisa aplicada e resolver os problemas da agricultura brasileira. E nessa parceria de elaboração e de operacionalização do nosso modelo institucional, a universidade é fundamental para complementarmos os avanços de conhecimento que temos em nossas demandas, junto à pesquisa aplicada. Então, essa interação, essa simbiose, é fundamental. E, por falar em simbiose, vou dar um exemplo aqui de que, de fato, a universidade, junto com a Embrapa, contribuiu e continua contribuindo para a agricultura brasileira.

Temos hoje, dentro do *campus* da Universidade, a Embrapa Agrobiologia, que foi criada há 38 anos, com a grande Professora, vamos dizer assim, que criou uma equipe de trabalho que hoje forma uma rede nacional, em todo o Brasil, nas unidades da Embrapa, fazendo uma pesquisa que talvez seja a mais significativa de todos os tempos no Brasil. Foi ali que se originaram as bactérias que hoje são usadas na fixação de nitrogênio na soja, o que, de fato, viabilizou o plantio da soja no Brasil. Se não fosse a fixação de nitrogênio, seria inviabilizado o plantio da soja.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Professora Johanna Döbereiner.

O SR. JOSÉ ROBERTO PERES – Johanna Döbereiner, certo?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Para os senhores terem uma ideia de como, pela TV Senado e pelas redes sociais, já chegaram aqui várias mensagens para que citássemos a Professora Döbereiner.

O SR. JOSÉ ROBERTO PERES – E eu tive a satisfação de ter começado minha carreira de pesquisador com a Doutora Johanna; aliás, de ter começado como bolsista de iniciação científica. Ela foi quem de fato me ensinou tudo o que sou na vida até hoje. Então, mais uma vez, parabenizo a UFRRJ pelos 100 anos e agradeço a oportunidade de estar presente.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. José Roberto Peres.

Passo a palavra, agora, ao suplente do Presidente José Sarney, Jorge Nova da Costa, ex-aluno da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O SR. JORGE NOVA DA COSTA – Desejo, inicialmente, agradecer a Deus esta oportunidade.

Casualmente, eu vinha de uma ginástica, recomendada pelos médicos – já estou com meus 85 anos –, e ouvi: “Hoje haverá uma reunião da Universidade Rural do Rio de Janeiro”. Eu disse: “Não é possível!” Cheguei em casa, liguei para minha secretária, que confirmou. Eu rapidamente me preparei e estou aqui.

Como se explica minha presença neste Congresso? Meu primeiro contato com o Congresso aqui foi por intermédio de um Deputado do Rio de Janeiro pelo PSB – Partido Social Democrático. Havia uma Comissão Mista, de Agropecuária, que estudava os problemas da agricultura e seus reflexos na economia regional. E me indicaram, pois pediram dois agrônomos. Eu já tinha feito a mudança do Rio de Janeiro para cá, do meu Departamento, já que sempre fui da parte de agronomia dentro do Ministério da Agricultura. E Breno da Silveira desenvolveu um trabalho. Ele gostava muito de relatórios, mas uma ruptura democrática no Congresso... Fecharam.

Apresentei relatório, as considerações; houve muitos depoimentos importantes, que estão arquivados nesta Casa, dos quais fiz relatórios. Voltei para a minha atividade.

Nesse meio tempo, formei-me no Rio. Preciso dizer que fui da turma também que lutou para levar da Praia Vermelha... Eu fui um dos que plantou a árvore ali no asfalto. Então, meu irmão era ajudante de ordens do Dutra e me disse: você está meio “esquerdinha”, não é? E eu disse a ele: não, estamos querendo levar a universidade. Fui lá, vi instalações formidáveis. Em que pese tivéssemos os melhores gabinetes, não sintonizávamos muito. Estudávamos Agronomia na Praia Vermelha. De vez em quando, a gente ia até lá, no ônibus. Falavam que se chamava KM 47 da rodovia federal Rio/São Paulo, esse era o nome.

Então, continuando, voltei para as minhas atividades, e, nessa história, como eu tinha doze anos na Amazônia, o Jânio Quadros tinha mandado para Fordlândia, eu já tinha um certo conhecimento de borracha. Mas, quando cheguei a Minas Gerais, eu era chefe do Fomento, dizia: olha, preciso aumentar os meus conhecimentos. E os mais brilhantes colegas do Fomento Agrícola diziam: “Mas você tem de fazer vestibular”. E eu disse a eles: só é reprovado quem faz. Fiz e passei. Com isso, tirei meu curso de Economia, e foi meu colega de turma o Costa Couto, que foi Ministro e que prestigiou muito o Ministério do Interior.

Entrei, então, nessa canoa, da interiorização do desenvolvimento. Passei pela Sudene, nunca me mandaram para a Sudam e me mandaram, então, como Governador interino, por cinco meses, para ver se organizava a política lá, no então Território do Amapá, e escolhesse o Governador, o que não foi possível, por mais entendimento que se viesse conduzindo.

No fim, o Costa Couto falou com o Presidente do Partido e pegou... Não se tinha de nomear efetivo, porque o cargo, no tempo dos Territórios, era de nomeação de confiança do Ministro. Então, essa é a minha história.

Terminei meu mandato, fiz um bom governo, já com um pouco de conhecimento de economia e tendo conhecimento ligado ao Instituto Agrônomo do Norte, com aqueles conhecimentos todos... Quando chegava um colega lá, dizia: olha, falam muito em Lavras, falam muito isso, mas só estou conhecendo agrônomos da ENA aqui. Brincava muito com eles.

Veio uma nova etapa da minha vida. Fiz um bom governo de interiorização, já conhecia, passei doze anos e quero dizer que casei com uma mineira, de família tradicional, Araújo Moreira, ligada até... O tio dela tinha um cartório e tal. Mas isso não vem ao caso. Essa moça aderiu, foi comigo, tivemos três filhos lá, depois mais três em Minas, a família foi crescendo.

A minha vinda aqui, nessa nova fase... Eu não queria ser político, não é a minha formação. O Dr. Sarney tinha terminado o mandato dele, eu lhe telefonei e disse: "Presidente Sarney, gostaria de dizer que é contra a minha vontade" – fiz um discurso na Câmara, que está arquivado –, "que sou contra criar um Estado, se ele só tem matéria-prima, não têm produtos acabados. Se nós importamos matéria-prima e a balança é desigual à beça, o que vamos fazer? Vai ser um segundo Acre. Esse território vai ser uma segunda Rondônia em dificuldade." Os territórios foram uma grande visão de Getúlio Vargas, mas era para criar com precondições de economia, para emancipar.

Bem, a verdade é essa. O Sarney disse: "Espere um pouco, eu vou esperar o PMDB definir o meu registro". Isso, mais ou menos, nos idos... Logo que deixou o Governo, ele ligou para mim e disse: "O PMDB não me deu o registro, diga ao PMDB do Amapá". A essa altura, chamei o rapaz, como já disse aqui; lá ele era o presidente. Nem do Partido eu participava ainda, eu era um técnico, e ele foi bem-sucedido. Eu disse: olha, Presidente, não fica bem dois maranhenses aqui, o senhor como titular e eu como suplente; vamos indicar o professor Paulo Guerra, um intelectual, que foi Deputado e que vai desempenhar bem – naquele tempo o território podia ter quatro Deputados.

Depois, ele veio e me convidou, eu aceitei, mas reconheço que meu ramo é a parte técnica.

Isso é um resumo que quero dar sobre por que estou aqui presente. Quando soube da notícia... E, quando vi as fotografias da escola, lembrei-me dos meus colegas, do Helinho Saul Ramos Barreto, do Escobar, que já não vive mais. Tantos colegas. Em 2009 não pude ir. Quando chegou a correspondência, falei com nosso prezado Luiz Rodrigues Freire: "Na próxima, mande com antecedência, e estarei lá para dar meu depoimento, para mostrar o amor que tenho por aquela escola, para lembrar os professores, o Peter". Quando eu via a aula do Peter, queria até estudar solo. Octávio Domingues e tantos outros.

Já vi que estou cansando um pouco, de falar tanto. Quero encerrar, dizendo que foi uma alegria muito grande. Cheguei em casa e disse: estou com pressa, porque a minha universidade está sendo honrada com sua presença lá, no Senado. E quero, então, ir lá, para dar minha contribuição, para dizer que sou um homem feliz por ser agrônomo.

Foi bom conhecer a Amazônia e quero dizer uma simples palavra. Se Deus criou a política, a política se fez para servir a liberdade, e a liberdade é um legado de Deus. Para conseguir isso, é por meio de programas para corrigir os desequilíbrios sociais, econômicos, a fim de que tenhamos uma divisão melhor dessa pirâmide etária de economia, em que 50% ganham de meio a um salário mínimo.

Muito obrigado pela atenção. Agradeço a honra de estar aqui e a alegria de conhecer tanta gente nova – alegria do idoso que já está com 85 anos.

Que Deus me ajude e ajude vocês todos!

Tenho dito.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, nosso suplente de Senador, Senador Jorge Nova da Costa, que é suplente do Presidente Sarney.

Eu passo a palavra, representando a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e todos os Deputados Estaduais do Rio de Janeiro, ao Deputado Zaqueu Teixeira.

O SR. ZAQUEU TEIXEIRA – Boa-tarde, Sr. Presidente, que preside esta sessão, Senador Lindbergh Farias; boa-tarde aos professores e ao nosso companheiro Reitor da Universidade Rural do Rio de Janeiro, Professor Ricardo Motta Miranda.

Desejo boa-tarde ao Professor José Roberto Rios e ao Professor José Geraldo. Quero dizer que é uma satisfação imensa representar a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro nesta homenagem à nossa Universidade Rural.

Homenagear a Universidade Rural é reconhecer um legado que o Rio de Janeiro tem por ter sido capital deste País. Se nós temos oportunidades no Rio de Janeiro, se temos a Universidade Federal Fluminense, se fomos agraciados com a Universidade Federal com diversos *campi*, se temos a Unirio, se temos oportunidades de estar nessa história da Universidade Rural, é em razão desse legado que a Capital Federal nos deixou.

No que diz respeito a esse legado, é importante frisarmos o avanço que a Universidade Rural teve no nosso Estado, principalmente quando o Senador Lindbergh esteve à frente da Prefeitura de Nova Iguaçu. Esse legado, Senador, ficará. O Instituto Multidisciplinar, criado quando V. Ex^a estava Prefeito, é um legado que ficará para os próximos 100 anos da Universidade Rural do Rio de Janeiro.

Participei junto com V. Ex^a da valorização do profissional de educação, quando os secretários fomos favoráveis à medida que V. Ex^a tomou, de cortar o salário dos secretários, para que pudesse haver a valorização do professor, principalmente do professor que concluisse cursos de pós-graduação. Esse é um legado e uma ação, Senador, que mostram a responsabilidade que V. Ex^a tem com a educação.

Sabemos muito bem que o nosso País avançará de forma consistente, da mesma forma que avançaram os investimentos em educação, porque o futuro de um país está no intelecto que ele possa produzir dos seus nacionais.

Tenho certeza de que o avanço conquistado pelas universidades no governo do Presidente Lula, que mais do que triplicou os investimentos públicos com a criação do programa Reuni e com os investimentos verdadeiros por que passaram as universidades, prova que o governo do Partido dos Trabalhadores colocou a educação na pauta, e essa prioridade continua no Governo da Presidente Dilma.

Quero dizer aqui da força que precisamos ter para que os recursos do pré-sal sejam priorizados efetivamente no investimento em educação, pois assim deixaremos um legado permanente para o nosso País.

Professor Ricardo Motta, estamos juntos nessa batalha contra o aterro sanitário de Seropédica. Sou membro permanente da Comissão de Saneamento, onde conseguimos aprovar pedido de informações ao Inea para que tenhamos o inteiro teor do licenciamento do CTR Santa Rosa. Com essa documentação, entraremos com medidas judiciais a fim de fazer com que o estrago seja reduzido.

Temos certeza de que, se continuar a operação desse aterro sanitário, se continuarmos colocando em risco o aquífero de Piranema, vemos no horizonte que qualquer acidente naquela manta causará um estrago

em todo trabalho que a Universidade Federal Rural faz ali em Seropédica junto com a Embrapa. E, mais do que isso, está sendo colocada em risco a água que o carioca bebe no Rio de Janeiro, pois toda água que a cidade do Rio de Janeiro e os Municípios vizinhos consomem é produzida na adutora do Guandu. Contaminar o aquífero de Piranema ou permitir um acidente que possa levar qualquer tipo de prejuízo à estação de tratamento de água do Guandu é um mal irreparável. Isso não pode continuar dessa forma.

Estamos ao lado da universidade tentando conseguir de alguma forma reverter esse absurdo que foi feito quando da concessão da licença de operação para que ali fosse instalado o aterro sanitário.

Quero dizer mais uma vez da grata satisfação de ter sido aluno da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E eu, Sr. Presidente, fiz meu curso de Direito no Largo do Caco porque trabalhava no Galeão, e ficava distante. Mesmo morando em Queimados, sob o ponto de vista geográfico, ficava muito mais perto estudar na Universidade Rural do que ter feito meu curso de Direito no centro da cidade, na Universidade Federal. Entretanto, trabalhava no Galeão, saía do trabalho às cinco horas e ia direto para a faculdade, e o mais próximo que eu tinha era a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Quero dizer que, tendo sido camelô, jornaleiro, sargento especialista da Aeronáutica, se não fosse a universidade pública, não teria dado o salto de qualidade que dei na minha vida, tendo feito meu curso de Direito, tendo sido aprovado como delegado de polícia. A partir daí, desenvolvi minhas funções no campo da segurança pública.

Dar esse depoimento da importância que é ter a oportunidade de estudar numa universidade federal, ter a oportunidade de estudar numa universidade pública, porque quem não tem condições de buscar o ensino superior nas universidades particulares não tem outra solução a não ser o grande trabalho que fazem os Srs. Reitores. Os senhores que estão aqui hoje nesta sessão solene prestam um grande trabalho para este País, reduzindo substancialmente a desigualdade, e esse é o trabalho que eu quero ressaltar que as universidades públicas fazem.

Continuem assim, continuem firmes, porque tenham certeza de que o Senador Lindbergh, aqui neste Senado Federal, e tenham certeza de que eu, como Deputado Estadual no Rio de Janeiro, estaremos cada vez mais lutando pela universalização e o acesso cada vez maior de uma universidade pública de qualidade e que permita o avanço deste País.

Muito obrigado às senhoras e senhores. Parabéns, Senador Lindbergh! Parabéns à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro!

Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado. Agradeço ao Deputado Zaqueu Teixeira, Deputado eleito pela Baixada Fluminense, do Município de Queimados. Então, conhece bem toda a história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que é a Universidade da Baixada Fluminense.

Já para finalizar esta sessão, passo novamente a palavra ao nosso Reitor, Dr. Ricardo Motta, para fazer uma breve intervenção e concluirmos o nosso trabalho de homenagem aos 100 anos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O SR. RICARDO MOTTA MIRANDA – Obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Estou muito honrado pela oportunidade. A Universidade Rural e sua comunidade de estudantes, servidores, professores, comunidade das cidades, não só de Seropédica mas de todas as cidades que interagem com os programas de extensão, com os demais programas de ensino e pesquisa na nossa Universidade, através de várias e várias iniciativas, de várias projetos; todos, com certeza, estão muito honrados com esta oportunidade que o Senador nos deu: não só falar dos 100 anos de origem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, não só de falar do que é a Rural hoje, o que é a Rural para o futuro, mas a oportunidade de construir alianças, consolidar algumas, construir novas alianças, para que nós possamos virar essa página que está realmente colocando em risco atividades-fins da universidade, não só em Seropédica, mas também em Campos dos Goytacazes.

Tenho certeza de que esta sessão, com a transmissão que está sendo feita neste momento, vai repercutir, e muito, naquilo que eu costumo dizer que é a presença da Rural no País e no mundo. A Rural, com esta característica de grande mobilidade estudantil – parcerias internacionais, latino-americanas, África e outros países, outros continentes, gente espalhada pelo Brasil inteiro e pelo mundo –, com certeza, Lindbergh, é impar na nossa história. E eu estou muito feliz por estar Reitor neste momento.

Vou concluir minhas palavras agradecendo a presença dos diretores de instituto que estão aqui representando o conjunto dos nossos atuais 11 institutos. Vou citar a criação do IM, e do ITR, Instituto Multidisciplinar e Instituto Três Rios, Nova Iguaçu e Município de Três Rios respectivamente; está presente o Prof. Herbert, o Prof. Floresta o Prof. Fernando, do Instituto de Zootecnia; o Prof. João Batista, do Instituto de Ciências Exatas; o Prof. Abud, meu diretor do Instituto de Agronomia; a

Srª Katherine, representando o diretor do Instituto de Veterinária – acho que não faltou ninguém –, representando todos os demais institutos, cujos dirigentes lamentavelmente não puderam vir. Agradeço a todos os assessores, coordenadores, colaboradores da administração, os estudantes aqui presentes – obrigado por marcarem essa presença. Finalmente, agradeço aos companheiros aqui da Mesa, e um agradecimento especialíssimo, mais uma vez, ao Senador Lindbergh.

A Rural conta contigo, e queremos que você conte com a Rural sempre. Nós vamos trilhar muitos caminhos em torno daquilo que é o bom combate: a coisa pública, o interesse público. Essa é a base da nossa ação como gestor público, a minha e de todos os integrantes da equipe da administração Um Novo Tempo, o Tempo não Para, da Universidade Rural, o que certamente terá reflexos em todas as nossas parcerias, em todas as nossas iniciativas, em todas as superações de problemas.

O crescimento dói, não é fácil crescer, é complicado, mas é estimulante. As obras têm problemas, mas os parceiros nos ajudam muito nisso. O Professor José Geraldo e o Professor Salles vivem isso também.

É muito gratificante viver este momento de estar Reitor, um momento em que o poder público se faz presente, em que as políticas de governo certamente vão se tornar políticas de Estado, com a presença e o apoio de parlamentares e políticos como Lindbergh Farias.

Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço novamente ao Reitor Ricardo Motta Miranda.

Para mim foi uma satisfação muito grande ter apresentado esse requerimento. Nós estamos aqui nesta sessão plenária, mas, com certeza, nós estamos nos comunicando com toda a universidade, com seus funcionários, com seus estudantes. Aliás, o Diretório Central dos Estudantes, como sempre faz, estava aqui panfletando alguma coisa. Para mim foi uma honra ter apresentado esse requerimento.

O Senador Cristovam fez um belíssimo pronunciamento sobre a educação brasileira. Da mesma forma, a Senadora Gleisi Hoffmann.

Entrei na universidade no final dos anos 80, época em que houve uma ofensiva violentíssima contra a universidade pública brasileira. Primeiro, quiseram criar uma contraposição entre investimentos em universidades e investimentos na educação básica. Era esse o debate.

Lembro do que foi aquele período de resistência, dos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Não estou aqui para criticar Fernando Henrique, mas quem viveu nas universidades, os professores,

funcionários, sabem o que foi aquele período: oito anos sem reajuste de salários, um período de aperto. E eu peguei um período anterior ainda, quando falavam em privatização, em pagamento de mensalidade nas universidades.

E foi muito interessante o debate de hoje acontecer em torno da educação como um todo. A Senadora Gleisi Hoffmann falava do plano do Governo Federal, da Presidenta Dilma, de universalizar a educação infantil.

A minha torcida é grande. É sempre importante colocar essas metas, mas há tanta coisa a ser feita na educação infantil que acho muito difícil a universalização acontecer em quatro anos. Se ela acontecer, maravilha, mas, se não acontecer a universalização, vamos nesse caminho!

Falo sobre a educação infantil como ex-prefeito que viveu em cada bairro da cidade de Nova Iguaçu, que é uma cidade de um milhão de habitantes. Sabemos que o problema das creches é um problema gravíssimo: as mães vão trabalhar e as crianças não têm onde ficar. O problema que tínhamos em relação à evasão escolar e ao programa de horário integral Bairro-Escola é que as crianças de sete anos tinham de ficar tomando conta das outras crianças. Esse é um problema que acontece pelo país afora com muita frequência. Temos um longo caminho a percorrer para universalizar a educação infantil e, por isso, parabenizo a Presidenta Dilma por colocar isso como centro.

A nossa educação básica, fundamental, tem de avançar muito mais, mas temos de reconhecer que, desde a criação do Fundef pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nesses últimos dezesseis anos, temos avançado. Falamos em universalização hoje concretamente, e esse foi um avanço que tivemos nesses últimos dezesseis anos.

Há também o gargalo do ensino médio. A Presidenta Dilma fala em educação infantil e lança o Pronatec, que é um programa ambicioso de formação profissional, um programa que dá continuidade ao que o Presidente Lula fez – em seu governo foram criadas mais universidades do que as que foram criadas em toda a história. O Governo da Presidente Dilma dá muita ênfase ao Pronatec.

Sabemos que o ensino médio tem um grande gargalo pelo país afora, é assim no Estado do Rio de Janeiro e é assim no Brasil inteiro. Como Prefeito de Nova Iguaçu, implementei um projeto que se chamava Bairro-Escola: os alunos tinham horário integral, mas não dentro da escola. Poderíamos ter construído cinco ou seis escolas em nosso mandato, mas decidimos fazer o horário integral em parceria com clubes e instituições semelhantes, montamos uma rede no bairro.

Eu ficava sonhando construir isso no ensino médio. Ou seja, o jovem do ensino médio, naquele período decisivo da sua vida, poder ter um ensino profissionalizante e outras atividades culturais e esportivas no contraturno. Mas acho que a Presidenta Dilma acerta ao colocar como foco a formação profissional.

E aqui é onde eu quero entrar na discussão das universidades, até porque estamos tendo um apagão de mão de obra no Brasil. Para que o Brasil continue crescendo nesse ritmo – temos tudo para virar, em breve, a quinta economia mundial –, tem que haver um esforço direcionado para a formação profissional dos nossos jovens. Caso contrário, vamos ter esse apagão. Aliás, já o estamos tendo entre os engenheiros. Hoje, o déficit de engenheiros no País é enorme, isso com o País crescendo nessa velocidade.

Por isso, quero concluir a minha intervenção falando desse novo momento da universidade. Passamos por aquela resistência, sobrevivemos às ameaças dos anos anteriores à posse do Presidente Lula. E no Governo do Presidente Lula – já citei os números – houve a ampliação e a democratização do acesso à universidade pública. Nesse sentido, quero parabenizar a Universidade Rural pelos números dentro do item democratização, pois na Universidade Rural – e vou repetir aqui –, em 2010, 45,8% dos ingressantes tinham renda entre um e três salários mínimos; em 2010, 63,2% eram de escola pública – e o Reitor falou agora que esse índice, em 2011, subiu para 80% –; 48,7% não cursaram pré-vestibulares. Então, é uma universidade que está dentro desse espírito.

Mas quero chamar a atenção para o novo momento da universidade pública brasileira, algo que o Senador Cristovam Buarque também fez aqui. Estou convencido de que esse novo momento consiste em reforçar a inovação tecnológica no País, em fazer mais investimentos em ciência e tecnologia e na formação de pesquisadores, em aumentar o nosso número de doutores. Esse é o grande desafio do País.

Além disso, Governo e universidades têm que dialogar, mas respeitando a autonomia de cada um. Por exemplo, quais os profissionais de que precisamos com mais força para este Brasil de hoje? Mencionei o gargalo de vinte mil engenheiros... Fiquei, a propósito, muito bem impressionado com o que ouvi do Ministro Mercadante – e os senhores têm um grande aliado agora; as universidades públicas brasileiras têm agora, no Ministro da Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante, um grande aliado, pois ele está convencido dessa estratégia.

O País passa por essa necessidade no momento. Mas o Mercadante, em depoimento na semana passada na Comissão de Ciência e Tecnologia, falou que o

Governo vai lançar um plano em relação às engenharias. É preciso que isso ocorra, porque há um apagão de mão de obra.

E volto à fala do Ministro da Ciência e da Tecnologia Aloizio Mercadante, com a qual concordo, assino-a na íntegra. O Brasil vive um grande momento, a economia cresce. Trinta milhões de brasileiros saíram da miséria e outros trinta milhões de brasileiros entraram na nova classe média. Criamos um grande mercado de consumo de massa neste País. Temos um bônus demográfico. Vivemos um período especial da história com um bônus demográfico, um período em que o País pode dar um grande salto. Temos o pré-sal. Agora, o Brasil não pode ser o país das *commodities* apenas, não pode ser o país que vai exportar matérias-primas. Nós temos que diversificar a nossa indústria. Isso passa pela inovação tecnológica, isso passa por um papel maior das universidades nesse assunto.

Então, eu acho que os senhores e as universidades brasileiras serão chamados a enfrentar um novo momento, um novo estágio de desenvolvimento deste País. O Brasil vai continuar crescendo, com inclusão social. Estamos criando uma grande democracia popular, mas tudo passa pela inovação tecnológica, tudo passa pela diversificação de nossa indústria, tudo passa pela construção da sociedade do conhecimento. Se o Brasil não trilhar esse caminho, vai perder o bonde da história, vai perder a oportunidade dessa janela que se está abrindo.

E eu tenho plena convicção da correção da estratégia da Presidenta Dilma Rousseff. É a parte de seu governo que mais defendo. Ela tem clareza dos passos a serem seguidos, dos desafios que temos pela frente para o País crescer e virar o que ela falou na mensagem enviada a este Congresso Nacional: uma nação economicamente desenvolvida e social e ambientalmente justa.

Acho que esse é o desafio. E a universidade pública brasileira tem um papel a cumprir. É impressionante o papel da interatividade. As pessoas falaram da professora Johanna Döbereiner, que teve esse papel em relação ao programa brasileiro de melhoramento de soja. A gente vê como a nossa agricultura hoje está desenvolvida no País. E tudo passa pela pesquisa, passa por esta instituição fantástica que é a Embrapa.

Então, senhores, encerro minha fala aqui.

O representante do DCE deixou para se inscrever na última hora. Mas concedo-lhe, para encerrar, um pequeno aparte. Se tivesse pedido antes, eu já teria efetuado a inscrição, Vinícius! Abrirei essa exceção, porque quem sou eu para não dar a palavra ao representante do Diretório Central dos Estudantes?

Mas já encerro minha fala dizendo isso. Acho que a universidade vai ser chamada para essa grande tarefa. É o novo momento das universidades públicas brasileiras.

Vinícius.

O SR. CLEBER VINÍCIUS VITÓRIO DA SILVA – Uma boa-tarde, companheiros, uma boa-tarde, companheiras! Peço desculpas aos companheiros da Mesa pela demora na fala. O Diretório Central achou que não ia ter direito à fala na sessão, mas estou vendo que a sessão é realmente democrática. Peço desculpas de coração, mas vou ser rápido.

O Diretório Central dos Estudantes, em conjunto com a Administração Superior da Universidade Federal Rural do Rio do Janeiro, está nessa luta com relação ao aterro sanitário CTR Santa Rosa. Eu gostaria de reforçar um pouco mais a veracidade do perigo que esse empreendimento representa para a população do Rio de Janeiro.

A Universidade Federal Rural do Rio do Janeiro é centenária, e começamos agora a construir o bicentenário da Universidade Federal Rural do Rio do Janeiro. Pedimos um pouco mais de atenção aos estudos realizados nessa universidade, estudos que comprovam o perigo desse empreendimento, estudos que não estão sendo ouvidos, que não estão sendo lidos, realizados pela nossa Geologia, pela nossa Zoologia, estudos de respeito fora também dos perímetros deste Brasil.

Na área de construção do aterro, não temos simplesmente o perigo de contaminação do rio Guandu, mas na área do aterro, a menos de 500 metros, temos comunidades silvestres ameaçadas de extinção, senhores. A menos de 500 metros do aterro sanitário CTR Santa Rosa, temos populações de suçuanas, tamanduás-mirins e um peixinho também, ameaçado de extinção, que só existe em Seropédica e em nenhum outro lugar do mundo: é o *Leptolebias minimus*. Um peixe que, sem dúvida, pode vir a ter sua extinção por esse empreendimento. Muito além também, adentro, ao perigo com relação à vida humana, porque o Professor Massard, meu Exmº Professor, e eu fazímos parte do Comitê Guandu. Perguntamos qual eram as medidas com relação aos pequenos roedores, que, como se sabe, a Seropédica tem um dos maiores índices pluviométricos do Rio de Janeiro. E eles falaram simplesmente: “Não temos nada.” Imaginem só, na Baixada Fluminense, uma epidemia de leptospirose, com a população da Baixada Fluminense! Imaginem só a mortalidade!

O que é mais barato? Você ter que ajudar essas pessoas, criar meio medicinal para isso, ou simplesmente impedir esse aterro? São milhões de pessoas. E, para o Rio de Janeiro, são seis milhões de pessoas

que estão condenadas, se esse CTR vazar, a doenças como câncer, leptospirose, febre tifoide, entre outras.

Muito também aqui agradeço o posicionamento do Senador Cristovam, que, infelizmente, não se encontra mais aqui, falando com relação aos nossos analfabetos, que, se eles tivessem tido uma chance de conseguir estudar, os gênios que teríamos.

Termino minha fala com a frase de um homem que não teve muita ajuda da família, um homem que era disléxico, que falaram que era burro e idiota para continuar nos estudos. A frase do homem é a seguinte: "O mundo é um lugar perigoso de se viver. Não por causa daqueles que fazem o mal, mas, sim, por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer." O nome do homem é Albert Einstein.

Obrigado e uma boa-tarde, senhores!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Vinícius!

Saibam que, enquanto eu estava presidindo esta sessão, eu disse: os Diretórios vão sempre poder falar e se pronunciar.

Eu só queria dizer, em relação ao aterro sanitário: eu era Prefeito de Nova Iguaçu, na época, e existe uma outra discussão sobre outro viés, além do ambiental. Sentimos que tocou muito nas pessoas da Baixada a ideia de o Rio de Janeiro vir jogar seu lixo na Baixada Fluminense.

Há que se encontrar uma saída no Município. Há uma simbologia que foi encarada como ofensa pelo povo da Baixada. Quatro milhões de habitantes dessa Baixada Fluminense fantástica, onde há um povo trabalhador, uma região que é uma mistura do Brasil. Temos muitos nordestinos, paraibanos, cearenses, mineiros, cariocas, fluminenses, mas um povo fantástico! Se tenho que agradecer a Deus muitas coisas na minha vida, uma coisa que tenho que agradecer com muita força é ter convivido com aquele povo da Baixada, ter tido a honra de ser Prefeito em Nova Iguaçu, de ter andado de casa em casa, porque, aqui, neste Sena-

do, encerro – estou me alongando – dizendo isto: uma preocupação que tenho é não me distanciar do povo, dos problemas reais da vida das pessoas. Às vezes, o debate aqui, no Senado, é distante dos problemas objetivos que as pessoas enfrentam. Isso foi o que de mais importante conquistei como Prefeito de Nova Iguaçu, porque você, quando é prefeito, tem que discutir todos os assuntos, tem que andar nas ruas, ver o problema do saneamento, do esgoto a céu aberto, que é um problema das regiões metropolitanas hoje ainda, do País. Então, nossa Baixada merece respeito, e essa discussão do aterro sanitário também entra sob esse enfoque para o povo da Baixada Fluminense.

Magnífico Reitor Ricardo, senhoras e senhores presentes a esta sessão, eu queria agradecer muito e espero, em breve, estar na Universidade Rural.

O SR. RICARDO MOTTA MIRANDA – Posso? Obrigado.

Rompendo mais uma vez o protocolo, uma última fala para comunicar a todos que estamos convidando o Senador Lindbergh Farias para, em breve, comparecer à nossa Universidade, ao Anfiteatro Gustavo Dutra, para receber a Medalha Centenário, que foi cunhada pela Casa da Moeda, que homenageia nossas dignidades acadêmicas e nossos homenageados especiais. Já foram o Ministro Haddad, o Ministro Gregolin, Niemeyer, enfim, agora, Lindbergh Farias, nosso próximo homenageado. Está convidado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado. Agradeço. (*Palmas.*)

Antes de encerrar esta sessão, quero agradecer aos nossos intérpretes em libras pela participação neste evento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 20 minutos.)

Ata da 68^a Sessão, Não Deliberativa em 9 de maio de 2011

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência dos Srs. Cícero Lucena, João Vicente Claudino, Paulo Paim, Acir Gurgacz; da Sra. Ana Amelia e do Sr. Eduardo Suplicy.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 19 horas e 17 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados,

o Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2011 (nº 2.837/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o *texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.*

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 126, DE 2011 (nº 2.837/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretarem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA BÉLGICA SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO E CONSULAR

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Reino da Bélgica
(doravante denominados "Partes"),

Tendo em vista o estágio particularmente avançado de entendimento entre os dois países; e

No intuito de estabelecer novos mecanismos para o fortalecimento das suas relações diplomáticas;

Acordaram o seguinte:

Artigo 1
Escopo do Acordo

1. Com base no princípio da reciprocidade, os dependentes do pessoal diplomático e consular de uma das Partes, designado para exercer missão oficial na outra como membro de Missão diplomática, de Repartição consular ou de Missão Permanente perante Organização Internacional, sediada no Estado acreditado e por ele reconhecida, poderão ser autorizados a exercer atividade remunerada no território da Parte acreditada, em conformidade com o presente Acordo.

2. Para fins deste Acordo, "pessoal diplomático e consular" significa qualquer empregado de uma das Partes designado para exercer missão oficial em Missão diplomática, Repartição consular ou Missão junto a Organismo Internacional.

3. Para fins deste Acordo, são considerados "dependentes":

- a) cônjuge ou companheiro permanente; e
- b) filhos solteiros, menores de 18 anos, de um agente diplomático ou consular do Estado acreditante.

4. Tal autorização não se estende aos cidadãos do Estado acreditado ou a quem tenha residência permanente em seu território.

5. A autorização para o exercício de atividade remunerada é concedida pelas autoridades do Estado acreditado, de acordo com as leis e regulamentos vigentes nesse Estado, sujeita às provisões deste Acordo.

6. A autorização terá validade durante o período que o funcionário referido no parágrafo 1 deste Artigo estiver designado para Missão diplomática, Repartição consular ou Missão Permanente no território do Estado acreditado, até a conclusão da missão, e em qualquer hipótese até o momento em que o beneficiário da autorização deixar de ter a condição de dependente, a não ser que o Estado acreditado decida de outro modo.

7. Nada neste Acordo conferirá ao dependente o direito a emprego que, de acordo com a legislação da Parte acreditada, somente possa ser ocupado por nacional desse Estado, ou que afete a segurança nacional.

Artigo 2

Procedimentos

1. Todos os pedidos de autorização para o exercício de atividade remunerada deverão ser solicitados, em nome do beneficiário, pela Embaixada do Estado acreditante, ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, ou à Divisão de Protocolo do Serviço Público Federal, Assuntos Estrangeiros, Comércio Exterior e Cooperação e Desenvolvimento do Reino da Bélgica. Após verificar se a pessoa em questão é dependente, de acordo com as provisões do Artigo 1º, parágrafo 3, e processar a solicitação oficial, o Governo do Estado acreditado informará a Embaixada do Estado acreditante que o dependente está autorizado a exercer atividade remunerada.

2. Os procedimentos citados deverão ser aplicados de modo a permitir que o beneficiário da autorização possa exercer a atividade remunerada com a brevidade possível. As exigências relativas à autorização de trabalho e outras formalidades similares serão aplicadas favoravelmente.

3. A autorização para o beneficiário exercer atividade remunerada não significará a isenção das exigências legais ou de outra natureza, relativas às características pessoais, profissionais, ou outras qualificações, que o indivíduo em questão deva demonstrar para exercer a atividade remunerada.

4. Este Acordo não implicará o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior. Tal reconhecimento somente poderá ocorrer em conformidade com as normas em vigor que regulamentam essas questões no Estado acreditado. No caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas exigências a que deve atender um nacional do Estado acreditado, candidato ao mesmo emprego.

Artigo 3
Imunidade de jurisdição civil e administrativa

No caso em que o dependente autorizado a exercer atividade remunerada gozar de imunidade de jurisdição civil ou administrativa no território do Estado acreditado, conforme as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, ou qualquer outro ato internacional aplicável, fica acordado que tal dependente não gozará de imunidade de jurisdição no Estado acreditado, em ações contra ele iniciadas por atos diretamente relacionados com o desempenho da referida atividade remunerada. O Estado acreditante renunciará à imunidade de execução no caso de qualquer sentença relacionada a esses assuntos.

Artigo 4
Imunidade de jurisdição criminal

1. No caso em que o dependente autorizado a exercer atividade remunerada gozar de imunidade de jurisdição criminal no território do Estado acreditado, conforme as Convenções de Viena acima referidas, ou qualquer outro ato internacional aplicável:

- a) o Estado acreditante renunciará à imunidade de jurisdição criminal do beneficiário da autorização, no Estado acreditado, em casos relacionados a qualquer ato ou omissão que surjam no decurso da atividade remunerada, exceto em circunstâncias especiais, em que o Estado acreditante considere tal renúncia contrária a seus interesses;
- b) a renúncia à imunidade de jurisdição criminal não será entendida como extensiva à imunidade de execução da sentença, para o quê uma renúncia específica será necessária. No caso de tal pedido, o Estado acreditante considerará seriamente a solicitação do Estado acreditado.

2. Caso não haja a renúncia da imunidade e, na percepção do Estado acreditado, o caso seja considerado grave, o Estado acreditado poderá solicitar a retirada do país do dependente em questão.

Artigo 5
Tributação e previdência social

Em conformidade com as disposições da Convenção de Viena supracitada, ou de qualquer outro tratado internacional aplicável, os beneficiários da autorização para exercer uma atividade remunerada estarão sujeitos à tributação e aos regime de previdência social do Estado acreditado em todas as questões relacionadas à atividade remunerada exercida nesse Estado.

Artigo 6**Entrada em vigor, solução de controvérsias e emendas**

1. Este Acordo entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da última notificação, pelas Partes, do cumprimento dos respectivos requisitos legais e constitucionais internos.
2. Qualquer desacordo ou controvérsia que surja da interpretação ou execução deste Acordo será dirimida por via diplomática.
3. Este Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes, por troca de notas diplomáticas. A entrada em vigor das emendas obedecerá ao mesmo processo disposto Parágrafo 1 deste Artigo.

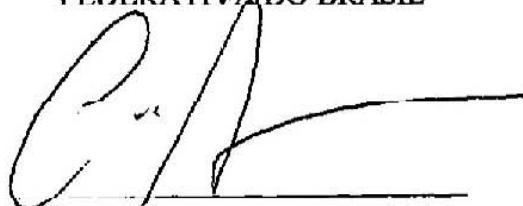
Artigo 7**Duração e desconstituição**

Este Acordo permanecerá em vigor por um período indeterminado, e poderá ser desconstituído caso qualquer uma das Partes notifique à outra, com seis (6) meses de antecedência, por escrito, via canais diplomáticos, de sua decisão.

EM FÉ DO QUÊ, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

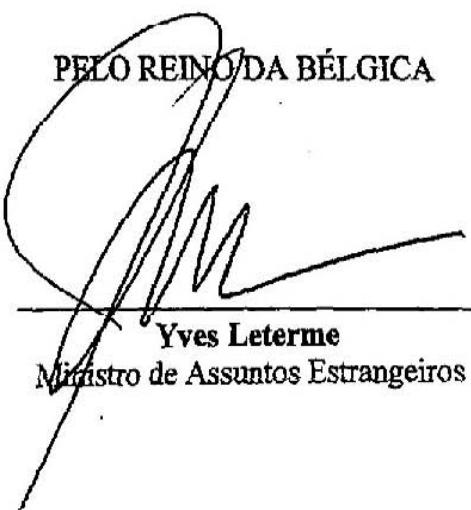
Feito em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009, em dois exemplares originais, nos idiomas português, francês, holandês e inglês, todos os textos sendo igualmente autênticos. No caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO REINO DA BÉLGICA



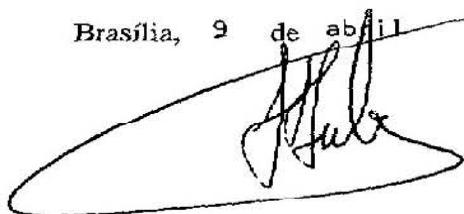
Yves Leterme
Ministro de Assuntos Estrangeiros

Mensagem nº 159, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

Brasília, 9 de abril de 2010.



EM No 00408 MRE – DAI/CGPI/DE I/AFEPA/PAIN-BRAS-HELG

Brasília, 12 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009, pelo Ministro de Assuntos Estrangeiros da Bélgica, Yves Leterme, e por mim.

2. O presente Acordo, semelhante aos assinados com mais de quarenta países ao longo das duas últimas décadas, reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das Missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

3. Com efeito, proporcionar um espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, cônjuges em especial, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país torna-se prática generalizada na vida internacional.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2011, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorro-

gável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 237, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2011 (nº 5.543/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), e dá outras providências.

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) sob exame, originário do Tribunal Superior do Trabalho, visa a alterar a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre (RS), de trinta e seis para quarenta e oito juízes (art. 1º).

O art. 2º cria doze cargos de Juiz do Tribunal, para atender à nova composição da entidade, na forma do Anexo I do PLC, e o art. 3º cria, no Quadro de Pessoal do Tribunal, os cargos de provimento efetivo e em comissão e as funções comissionadas constantes dos Anexos II e III.

De acordo com o art. 4º, as despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no orçamento geral da União.

O art. 5º condiciona a criação dos cargos e funções previstas no projeto à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos

do § 1º do art. 169 da Constituição. Conforme seu parágrafo único, *se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos e funções, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.*

Da tabela do Anexo II, constam vinte e quatro cargos de Assessor de Juiz (símbolo CJ-03) e três cargos de Diretor de Turma (símbolo CJ-3), perfazendo um total de vinte de sete cargos.

Da tabela do Anexo III, constam: doze funções de Chefe de Gabinete (símbolo FC-05); sessenta funções de Assistente de Gabinete (símbolo FC-05); três funções de Assistente IV (símbolo FC-04), e três funções de Assistente II (símbolo FC-02), perfazendo um total de setenta e oito funções.

Na justificação, o Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho menciona que a proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, ficando parcialmente aprovada na Sessão de 26 de maio de 2009.

A seguir, argumenta que o projeto decorre do crescimento significativo de demandas ajuizadas nos últimos anos, sem o correspondente aumento de cargos de juiz na segunda instância. Lembra que a ampliação da competência da Justiça do Trabalho promovida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, tende a aumentar ainda mais o número de casos novos perante a instituição, que vem se valendo de sucessivas convocações de juízes para compor suas Turmas.

Dessa forma, a criação de novos cargos de Juízes proporcionará uma normalização da prestação jurisdicional no segundo grau, evitando-se a convocação de juízes de primeiro grau para atenderem a alta demanda que vem se verificando ano após ano.

O parecer do Conselho Nacional de Justiça, que acompanha o projeto, assinala que a criação das novas vagas se apresenta dentro dos limites orçamentários, em todos os estudos de viabilidade feitos pelo Comitê Técnico de Apoio. Ressalta que o número de cargos requeridos, tanto de juízes como de servidores, está aquém do pleito formulado originalmente pela Corte, mas já permite substancial melhora na prestação jurisdicional.

Registra, ainda, que a convocação para substituição nos tribunais prejudica a atuação no primeiro grau, e que, no Estado do Rio Grande do Sul, esse fato vem comprometendo o desenvolvimento da atividade jurisdicional no interior do Estado.

Por fim, o parecer salienta que a criação de cargos deve se afinar, inicialmente, com as questões orçamentárias, observando-se também as questões fáticas e pontuais com relação ao funcionamento ideal das Cortes para que se alcance, o máximo possível, celeridade e efetividade na prestação jurisdicional.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto foi analisado pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e pela Comissão de Finanças e Tributação, onde recebeu parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda de adequação, condicionando a criação dos cargos previstos à efetiva aprovação da lei orçamentária anual para o exercício de 2010. Aprovado o projeto com acolhimento da emenda, foi a matéria enviada a esta Casa em março do corrente ano.

II – ANÁLISE

O projeto não apresenta nenhum obstáculo constitucional ou jurídico que impeça sua normal tramitação. De acordo com o art. 96 da Constituição, os tribunais superiores possuem a competência de propor ao Poder Legislativo *a criação e a extinção de cargos e a remuneração de seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.* (inciso II, letra 'b'). Portanto, não há vício de iniciativa, e seus termos não contradizem nenhuma das normas gerais referentes ao funcionamento do Poder Judiciário, firmadas na nossa Lei Maior.

Julgamos que a criação de novas vagas para juízes e demais servidores representará grande passo para o aprimoramento da prestação jurisdicional, mormente por se tratar da Justiça do Trabalho, cada vez mais repleta de ações e demandas em todos os graus. A convocação de juízes de primeiro grau para atender a tantos reclames, que crescem a cada ano, compromete o normal cumprimento da missão confiada à justiça trabalhista.

Lembrando sempre que a eficácia na prestação jurisdicional está vinculada à celeridade no resultado dos julgamentos, consideramos a presente proposição plenamente oportuna e merecedora de acolhida.

Em favor da iniciativa, cumpre-nos registrar ainda que a autorização para criação dos cargos e funções previstas do diploma legal e para o provimento de parte deles consta da LOA para 2011 (Anexo V-1, item 2.6.6)

III – VOTO

Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2011.

Sala da Comissão, 4 de maio de 2011.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA , Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 6 DE 2011ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/05/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
RELATOR:	SENADOR LUIZ HENRIQUE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. JOÃO RIBEIRO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIA
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. RENAN CALHEIROS
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUÇÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÉGO	4. RICARDO FERRAÇO
LUIZ HENRIQUE	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. MÁRIO COUTO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPIINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALGANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - as ações que envolvam exercício do direito de greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Públíco do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura da carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

LEI N° 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

ANEXO V - LOA 2011

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

E EXCEÇÃO DAS PREVISÕES DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL A QUALQUER TÍTULO, EXCETO O CONVÉGIO:

SUBSEÇÃO/SECÇÃO	CARGO	PERÍODO DE REFERÊNCIA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO		PERÍODO DE REFERÊNCIA EXCEÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES		VALOR	
		2010	2011	2010	2011		
1. Projeto Legislativo		12	144	54.135.000	107.481.000	24.835.000	
1.1. Câmaras dos Deputados		703	78.175.000	54.135.000	82.875.000	34.125.000	
1.1.1. Cargos e funções legais		437	28.137.000	50.770.000	29.422.000	20.000.000	
1.2. Senado Federal		129	53.000.000	45.888.000	52.550.000	18.250.000	
1.2.1. Cargos e funções legais		109	18.131.000	38.131.000	33.333.000	10.125.000	
1.2.2. Técnicos de Comissão de Custo		2	83	7.051.000	10.711.000	4.100.000	1.091.000
1.2.3. Cargos e funções legais		0	0	7.021.000	10.344.000	3.000.000	1.000.000
1.2.4. Pessoal de apoio		0	0	309.000	397.000	78.000	49.000
1.2.5. Pessoal de apoio		0	0	309.000	397.000	78.000	49.000
2. Projeto Judiciário		424	1.024	107.481.000	124.421.000	16.938.000	
2.1. Poder Judiciário		94	231.000	32.071.000	4.375.000	5.211.000	
2.1.1. Cargos e funções legais		61	121.000	7.361.000	4.375.000	5.211.000	
2.1.2. Cargos e funções legais		33	110.000	24.710.000	0	0	
2.1.3. Cargos e funções legais		0	0	0	0	0	
2.2. Justiça Federal		29	4.781	72.117.000	116.101.000	42.596.000	
2.2.1. Cargos e funções legais		23	32.186.000	111.230.000	9.165.000	8.832.000	
2.2.2. Poder Judiciário		5	35	32.935.000	2.476.000	1.967.000	851.000
2.2.3. Poder Judiciário		0	0	2.476.000	0	0	0
2.3. Justiça Militar do Brasil		3	172	8.449.000	16.421.000	4.577.000	4.221.000
2.3.1. Cargos e funções legais		171	7.026.000	15.811.000	4.577.000	4.221.000	
2.3.2. Poder Judiciário		2	2	523.000	623.000	0	0
2.4. Justiça Eleitoral		0	0	26.286.000	32.771.000	6.485.000	5.000.000
2.4.1. Cargos e funções legais		0	0	26.286.000	32.771.000	6.485.000	5.000.000
2.5. Poder Executivo		4.071	42.211	137.113.000	194.048.000	53.918.000	
2.5.1. Cargos e funções legais		1.992	6.321.000	104.341.000	24.948.000	15.131.000	
2.5.1.1. Poder Executivo - 1º Executivo		1.918	1.231	0	0	0	
2.5.1.1.2. Poder Executivo - 2º Executivo		12	15	1.234.000	4.381.000	1.032.000	
2.5.1.1.3. Poder Executivo - 3º Executivo		1	2	957.000	1.146.000	703.000	
2.5.1.1.4. Poder Executivo - 4º Executivo		1	0	375.000	375.000	0	
2.5.1.1.5. Poder Executivo - 5º Executivo		17.0	375	26.061.000	31.336.000	5.222.000	
2.5.1.1.6. Poder Executivo - 6º Executivo		1.2	0	1.117.000	4.361.000	2.054.000	
2.5.1.1.7. Poder Executivo - 7º Executivo		0	0	1.117.000	0	1.117.000	
2.5.1.1.8. Poder Executivo - 8º Executivo		22	22	991.000	1.066.000	374.000	
2.5.1.1.9. Poder Executivo - 9º Executivo		119	87	1.227.000	2.026.000	441.000	
2.5.1.1.10. Poder Executivo - 10º Executivo		46	32	772.000	1.180.000	364.000	
2.5.1.1.11. Poder Executivo - 11º Executivo		0	0	0	0	0	

PARECER Nº 238, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2011 (nº 5.545/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB) e dá outras providências.

RELATOR: Senador: VITAL DO RÉGO

RELATOR “AD HOC”: Senador LUIZ HENRIQUE

1 – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 21, de 2011 (nº 5.545, de 2009, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cuja ementa é transcrita acima.

O projeto tem por objetivo alterar a composição do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 13ª Região, com sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, dos atuais oito para dez juízes, mediante a criação dos cargos correspondentes.

Estabelece a proposição que a criação desses cargos fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

O Colendo Tribunal autor do projeto justifica a proposição afirmando que o número de juízes do TRT da 13ª Região é o mesmo desde a criação daquela Corte, em outubro de 1985, quando estavam a ela jurisdicionadas apenas seis Juntas de Conciliação e Julgamento. Hoje, aquele TRT possui 27 Varas do Trabalho, correspondentes às antigas Juntas de Conciliação e Julgamento.

Ademais, registra que é *importante ressaltar que a pretensão do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região é modesta, porquanto propõe a criação de dois cargos de Juiz de Segundo Grau, sem as correspondentes assessorias que dariam suporte estrutural ao funcionamento dos dois Gabinetes que serão criados, o que será suprido mediante reforma administrativa interna, sem aumento de despesa e sem criação de novos cargos.*

Em obediência ao que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Conselho Nacional de Justiça examinou o projeto em tela, aprovando, na 85ª Sessão Ordinária do Colegiado, ocorrida em 26 de maio de 2009, o Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei nº 2008.10.0.0003154-3.

Aprovado na Câmara dos Deputados, onde, inclusive, tivemos a honra de relatá-la na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo PLC nº 21, de 2011, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, b), não havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

Quanto ao mérito, verifica-se que a proposição se justifica pela ampliação das atividades sob responsabilidade do TRT da 13ª Região, com jurisdição sobre o Estado da Paraíba, que tem, hoje, o mesmo número de juízes da época de sua criação, há mais de 25 anos.

Não fosse isso o bastante para justificar o aumento do quadro daquela Corte, a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a chamada “Reforma do Judiciário”, produziu importantes alterações na competência da Justiça do Trabalho, que recebeu, da Justiça Federal e da dos Estados, importantes atribuições, como o julgamento das ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores; das ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; e das ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

E, apesar de todos esses argumentos, propõe-se, tão-somente, a criação de dois cargos de juiz de segundo grau, sem sequer se pretender o aumento dos quadros da secretaria do Tribunal.

Ou seja, não há como recusar a autorização para a ampliação do quadro de magistrados do TRT da 13ª Região.

A aprovação da presente proposição representa, assim, providência modesta, urgente e correta no sentido de permitir a adequada prestação da justiça trabalhista no Estado da Paraíba.

Quanto à exigência contida no art. 80, IV, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, de que a presente proposição seja instruída por parecer do Conselho Nacional de Justiça, ela foi suprida pela acima referida decisão daquele colegiado no Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei nº 2008.10.0.0003154-3.

Finalmente, no tocante à adequação financeira e orçamentária do PLC nº 21, de 2011, cabe registrar que a Lei Orçamentária para 2011, Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, prevê, de forma expressa, em seu Anexo V.I, item 2.6.7, autorização para a criação e provimento dos cargos de que trata a proposição.

III – VOTO

Destarte, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2011.

Sala da Comissão, 4 de maio de 2011.

SENADOR EINÁCIO OLIVEIRA

, Presidente

, Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 21 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04 / 05 / 2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
RELATORA	"ad hoc": <i>Senador Luiz Henrique</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. JOÃO RIBEIRO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIA
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. RENAN CALHEIROS
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÉGO	4. RICARDO FERRAÇO
LUIZ HENRIQUE	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. MÁRIO COUTO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPIINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;

.....

Art. 96. Compete privativamente:

.....

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

.....

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - as ações que envolvam exercício do direito de greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....
§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....
§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....
Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

.....
§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

.....
LEI N° 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

.....
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

.....
Art. 80. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, a que se refere o art. 77, § 2º, desta Lei, deverão ser acompanhados de:

IV - parecer sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Pùblico, de que trata o art. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do MPU.

LEI N° 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

ANEXO V - LOA 2011

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

1. CRIAÇÃO E/OU PROMOÇÕES DE CARGOS, TÍTULOS E FUNÇÕES, SEM COMO ADMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, A QUALQUER TÍTULO, EXCETO REPOSIÇÕES.

UNIDADE FEDERATIVA	REGIME	VALOR MÍNIMO DE CONTRATAÇÃO	VALOR MÍNIMO DE CONTRATAÇÃO (VALOR MÍNIMO DE CONTRATAÇÃO)	VALOR MÍNIMO DE CONTRATAÇÃO (VALOR MÍNIMO DE CONTRATAÇÃO)	VALOR MÍNIMO DE CONTRATAÇÃO (VALOR MÍNIMO DE CONTRATAÇÃO)	VALOR MÍNIMO DE CONTRATAÇÃO (VALOR MÍNIMO DE CONTRATAÇÃO)
1.1. Criação de Deputados						
1.1.1. Cargos e funções vagas	385	21.125,000	56.250,000	24.625,000	4.685,000	73.125,000
1.2. Senado Federal	199	19.219,000	58.438,000	15.753,000	3.446,000	49.219,000
1.2.1. Cargos e funções vagas	199	17.119,000	58.438,000	15.753,000	3.446,000	49.219,000
1.3. Tribunal de Contas da União	2	82	7.491,000	14.713,000		6.346,000
1.3.1. Cargos e funções vagas	60	2.212,000	14.444,000		5.929,000	13.521,000
1.3.2. PL nº 4.370, de 2008	2	209,000	386,000		236,000	466,000
1.4. Poder Judiciário						
1.4.1. Superior Tribunal Federal	-	38	5.218,000	13.431,000	4.273,000	946,000
1.4.1.1. Cargos e funções vagas	38	5.218,000	13.431,000	4.273,000	946,000	9.313,000
1.4.2. Superior Tribunal de Justiça	160	6.224,000	17.462,000	5.224,000	1.082,000	17.746,000
1.4.2.1. Cargos e funções vagas	160	6.224,000	17.462,000	5.224,000	1.082,000	17.746,000
1.4.3. Juiz Federal	28	8.723	57.427,000	13.743,000	47.566,000	8.622,000
1.4.3.1. Cargos e funções vagas	28	8.723	57.427,000	13.743,000	47.566,000	8.622,000
1.4.3.2. PL nº 4.361, de 2008	16	35	1.139,000	2.472,000		1.067,000
1.4.4. Poder Judiciário da União	2	173	9.268,000	16.453,000	6.677,000	1.231,000
1.4.4.1. Cargos e funções vagas	2	173	9.268,000	16.453,000	6.677,000	1.231,000
1.4.5. Poder Judiciário Estadual	-	388	29.388,000	57.723,000	22.770,000	4.216,000
1.4.5.1. Cargos e funções vagas	388	29.388,000	57.723,000	22.770,000	4.216,000	76.339,000
1.4.6. Poder Judiciário Federal	4.390	4.227	87.121,000	29.313,000	14.000,000	15.384,000
1.4.6.1. Cargos e funções vagas	1.993	97.172,000	154.546,000	84.088,000	11.194,000	97.172,000
1.4.6.2. PL nº 5.296, de 2005 - 24 Reg (Sé 01)	1.324	1.133				
1.4.6.3. PL nº 4.099, de 2008 - 21 Reg (Sé)	13	12	2.364,000	4.700,000		1.640,000
1.4.6.4. PL nº 5.541, de 2009 - 862 Reg (Sé)	1	2	925,000	1.854,000		738,000
1.4.6.5. PL nº 5.542, de 2009 - 28 Reg (Sé)	1.313	570	21.460,000	27.324,000	14.321,000	3.443,000
1.4.6.6. PL nº 5.543, de 2009 - 48 Reg (Sé)	811	58	1.181,000	4.162,000	2.695,000	541,000
1.4.6.7. PL nº 5.545, de 2009 - 114 Reg (Sé)	2	2	401,000	802,000		329,000
1.4.6.8. PL nº 5.546, de 2009 - 222 Reg (Sé)	21	23	953,000	1.968,000		489,000
1.4.6.9. PL nº 5.549, de 2009 - 234 Reg (Sé)	813	37	8.527,000	1.874,000	1.331,000	116,000
1.4.6.10. PL nº 5.573, de 2009 - 154 Reg (Sé)	48	12	753,000	1.450,000	584,000	121,000

PARECER Nº 239, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2011 (nº 5.548/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI) e dá outras providências.

RELATOR: Senador CIRO NOGUEIRA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 23, de 2011, (nº 5.548, de 2009, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem o objetivo de criar Varas da Justiça do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 22ª Região, que tem jurisdição sobre o território do Estado do Piauí.

A proposição cria três Varas da Justiça do Trabalho no interior do Estado do Piauí, nos Municípios de Uruçuí, Bom Jesus e Valença do Piauí. Para atender às novas Varas, a proposição cria três cargos de Juiz do Trabalho, além de três cargos em comissão e 15 funções comissionadas.

A justificativa do projeto aponta a necessidade de aumentar o número de Varas do Trabalho no interior do Piauí em razão de sua grande extensão territorial, do crescimento econômico da região e do crescente aumento da demanda processual, o que tem dificultado o acesso ao Judiciário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

O art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o dever de opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. O projeto em questão, que trata de matéria de competência dos Tribunais Superiores, deve ser avaliado também em seu mérito, como determina o art. 101, II, *p*, do RISF.

O art. 96, II, da Constituição Federal reserva aos Tribunais Superiores competência para iniciar o processo legislativo dos projetos que alterem a organização e divisão judiciárias, ou disponham sobre a criação de cargos dos juízos que lhes forem vinculados. Essa norma de restrição da competência legislativa é atendida no PLC nº 23, de 2011, visto que seu autor é o Tribunal Superior do Trabalho.

A Constituição Federal, no § 1º de seu art. 169, estabelece como exigência para a criação de cargos públicos a existência de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, bem como de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. A Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) reserva, no item 2.6.8 do seu Anexo V, dotação específica para atender as despesas decorrentes do projeto em análise. Tendo em vista que o art. 81 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011 (Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010), autoriza despesas com pessoal nos montantes fixados na Lei Orçamentária, constatamos que o projeto atende plenamente a regra constitucional em apreço.

Quanto à exigência contida no art. 80, IV, da citada Lei nº 12.309, de 2010, de que a presente proposição seja instruída por parecer do Conselho Nacional de Justiça, ela foi suprida pela decisão daquele colegiado, que acolheu o Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei nº 2009.10.0.0001559-1, que consta dos autos.

As disposições do projeto não entram em conflito com outras normas de nosso ordenamento jurídico, do que podemos concluir pela sua juridicidade. Com respeito à análise da regimentalidade do projeto, registramos a ausência de obstáculos ao seguimento de sua tramitação.

O mérito da proposição é inegável. A Justiça do Trabalho no Estado do Piauí deve ter condições de atender ao crescente número de demandas trabalhistas registrado na região. A criação de três novas Varas da Justiça do Trabalho no interior do Estado concorre para que a justiça trabalhista se torne mais acessível à população, o que deve contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional no âmbito do TRT da 22ª Região.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2011, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 4 de maio de 2011.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 23 DE 2011ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/05/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<u>SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA</u>
RELATOR:	<u>Senador Ciro Nogueira</u>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	<u>J. Pimentel</u>
MARTA SUPLICY	<u>M. Suplicy</u>
PEDRO TAQUES	<u>P. Taques</u>
JORGE VIANA	<u>J. Viana</u>
MAGNO MALTA	<u>M. Malta</u>
ANTONIO CARLOS VALADARES	<u>A. Valadares</u>
INÁCIO ARRUDA	<u>I. Arruda</u>
MARCELO CRIVELLA	<u>M. Crivella</u>
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	<u>E. Oliveira</u>
PEDRO SIMON	<u>P. Simon</u>
ROMERO JUCÁ	<u>R. Jucá</u>
VITAL DO RÉGO	<u>V. do Régo</u>
LUIZ HENRIQUE	<u>L. Henrique</u>
ROBERTO REQUIÃO	<u>R. Requião</u>
FRANCISCO DORNELLES	<u>F. Dornelles</u>
SÉRGIO PETECÃO	<u>S. Petecão</u>
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	<u>A. Neves</u>
ALOYSIO NUNES FERREIRA	<u>A. Nunes Ferreira</u>
ALVARO DIAS	<u>A. Dias</u>
DEMÓSTENES TORRES	<u>D. Torres</u>
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	<u>A. Monteiro</u>
GIM ARGELLO	<u>G. Argello</u>
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	<u>R. Rodrigues</u>
	1. MARINOR BRITO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO
Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

- a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;**
- b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízes que lhes forem vinculados;**
- b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**
- b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**
- c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;**
- d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;**

**Seção II
DOS ORÇAMENTOS**

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou

indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI N° 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

Art. 80. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, a que se refere o art. 77, § 2º, desta Lei, deverão ser acompanhados de:

IV - parecer sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Pùblico, de que trata o art. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do MPU.

Art. 81. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de Anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2011, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei Complementar nº 101, de 2000.

LEI N° 12.381 - DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

ANEXO V - LOA 2011

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 15, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

1. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, HEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, A QUALQUER TÍTULO, EXCETO REPOSIÇÕES:

PARECER Nº 240, DE 2011

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 275, de 2009 (nº 3.817/2008, na origem, do Deputado Cláudio Diaz), que denomina Rodovia Denis William Lawson o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul.

RELATORA: Senadora **MARISA SERRANO**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 275, de 2009 (Projeto de Lei nº 3.817, na origem), de autoria do Deputado Cláudio Diaz, que “denomina Rodovia Denis William Lawson o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul”.

O projeto contém dois artigos, sendo que o primeiro dá nome ao trecho da rodovia expresso na ementa e o segundo é a cláusula de vigência, prevista para iniciar na data de publicação da lei.

O autor justifica a proposição pelo incansável trabalho do homenageado em prol da pavimentação do trecho objeto da homenagem, antes conhecido por “Estrada do Inferno”, devido às suas precárias condições de tráfego e os constantes atoleiros que ali ocorriam.

No Senado, a proposição foi distribuída terminativamente à CE, nos termos do art. 91, § 1º, IV, do Regimento Interno.

Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Não há dúvidas quanto à justiça da homenagem proposta, nem quanto à importância do homenageado Denis William Lawson. Infelizmente, contudo, o trecho escolhido já recebeu outra denominação.

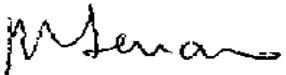
Por força da Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, a rodovia BR-101, em toda a sua extensão, foi denominada “Rodovia Governador Mário Covas”. Assim sendo, a homenagem ora proposta, embora meritória, não pode ser acolhida.

III - VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei da Câmara nº 275, de 2009 (Projeto de Lei nº 3.817, de 2008, na origem).

Sala da Comissão, 26 de abril de 2011.

 Gleisi, Presidente

 M. Sena, Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 275/09 NA REUNIÃO DE 26/04/2011
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Sen. Roberto Requião

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)

ANGELA PORTELA	1-DELCÍDIO DO AMARAL
WELLINGTON DIAS	2-ANIBAL DINIZ
ANA RITA	3-MARTA SUPLICY
PAULO PAIM	4-GLEISI HOFFMANN
WALTER PINHEIRO	5-CLÉSIO ANDRADE
JOÃO RIBEIRO	6-VICENTINHO ALVES
MAGNO MALTA	7-PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE	8-ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA	9-(VAGO)
INÁCIO ARRUDA	10-(VAGO)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

ROBERTO REQUIÃO	1-(VAGO)
EDUARDO AMORIM	2-VALDIR RAUPP
(VAGO)	3-LUIZ HENRIQUE
GARIBALDI ALVES	4-WALDEMAR MOKA
JOÃO ALBERTO	5-VITAL DO RÉGO
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO PETECÃO
RICARDO FERRAÇO	7-FRANCISCO DORNELLES
BENEDITO DE LIRA	8-(VAGO)
ANA AMÉLIA	9-(VAGO)

Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1-ALVARO DIAS
MARISA SERRANO	2-ALOYSIOS NUNES FERREIRA
RELATOR	
PAULO BAUER	3-FLEXA RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4-JAYME CAMPOS
JOSÉ AGRIPINO	5-DEMÓSTENES TORRES

(PTB)

ARMANDO MONTEIRO	1-MOZARILDO CAVALCANTE
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-(VAGO)

(PSOL)

MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA	X				X	DELCIPIO DO AMARAL					
WELLINGTON DIAS					X	ANIBAL DINIZ					
ANA RITA					X	MARTA SUPLICY					
PAULO PAIM					X	GLEISI HOFMANN					
WALTER PINHEIRO	X				X	CLÉSIO ANDRADE					
JOÃO RIBEIRO					X	VICENTINHO ALVES					
MAGNO MALTA					X	PEDRO TAQUES					
CRISTOVAM BULHARQUE	X				X	ANTONIO CARLOS VALADARES					
LÍDICE DA MATA	X				X	VAGO					
INÁCIO ARRUDA	X				X	VAGO					
TITULARES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUÍO					X	VAGO					
EDUARDO AMORIM					X	VALDIR RAJUPP					
VAGO					X	LUIZ HENRIQUE					
GARIBOLDI ALVES					X	WALDEIR MOKA					
JOÃO ALBERTO SOUZA					X	VITAL DO REGO					
PEDRO SIMON					X	SÉRGIO PETECÃO					
RICARDO FERRACO					X	FRANCISCO DORNELLES					
BENEDITO DE LIRA					X	VAGO					
ANA AMELIA					X	VAGO					
TITULARES - (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA					X	ALVARO DIAS					
MARISA SIEGRANO					X	ALOYSIO NUNES FERREIRA					
PAULO BAUER	X				X	FLEXA RIBEIRO					
MARIA DO CARMO ALVES	X				X	JAYMÉ CAMPOS					
JOSE AGripino					X	DEMÓSTENES TORRES					
TITULARES - (PTB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PTB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO					X	MOZARILDO CAVALCANTI					
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X				X	VAGO					
TITULAR - (PSOL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSOL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINOR BRITO					X	RANDOLFE RODRIGUES					

TOTAL: 15 SIM: 4 NÃO: 12 ABS: 1 AUTOR: — PRESIDENTE: —

SALA DAS REUNIÕES, EM 26/04/2011


 SENADOR ROBERTO REQUÃO
 Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 10.292, DE 27 DE SETEMBRO DE 2001

Denomina "Rodovia Governador Mário Covas" a BR-101.

Of. nº 15/2011/CE

Brasília, 26 de abril de 2011.

A Sua Exceléncia o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Rejeição da matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Exceléncia que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 275, de 2009, de autoria de Sua Exceléncia o Senhor Deputado Cláudio Dias, que "Denomina Rodovia Denis William Lawson o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul."

Atenciosamente,


SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 275, de 2009 (Projeto de Lei nº 3.817, na origem), de autoria do Deputado Cláudio Diaz, que “denomina Rodovia Denis William Lawson o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul”.

O projeto contém dois artigos, sendo que o primeiro dá nome ao trecho da rodovia expresso na ementa e o segundo é a cláusula de vigência, prevista para iniciar na data de publicação da lei.

O autor justifica a proposição pelo incansável trabalho do homenageado em prol da pavimentação do trecho objeto da homenagem, antes conhecido por “Estrada do Inferno”, devido às suas precárias condições de tráfego e os constantes atoleiros que ali ocorriam.

No Senado, a proposição foi distribuída terminativamente à CE, nos termos do art. 91, § 1º, IV, do Regimento Interno.

Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Não há dúvidas quanto à justiça da homenagem proposta, nem quanto à importância do homenageado Denis William Lawson. Infelizmente, contudo, o trecho escolhido já recebeu outra denominação.

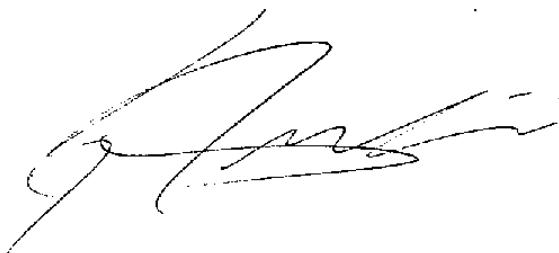
Por força da Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, a rodovia BR-101, em toda a sua extensão, foi denominada “Rodovia Governador Mário Covas”. Assim sendo, a homenagem ora proposta, embora meritória, não pode ser acolhida.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei da Câmara nº 275, de 2009 (Projeto de Lei nº 3.817, de 2008, na origem).

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECER Nº 241, DE 2011

**Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE,
sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010 (nº
6.089/2009, na origem, da Deputada Fátima Bezerra e outros
Deputados), que declara Nilo Peçanha Patrono da Educação
Profissional e Tecnológica.**

RELATOR: Senador PAULO PAIM

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 146, de 2010 (Projeto de Lei nº 6.089, de 2009, na origem), cujo primeiro signatário é a Deputada Fátima Bezerra, compõe-se de dois artigos: pelo primeiro, fica declarado Nilo Peçanha patrono da Educação Profissional e Tecnológica Brasil; já o segundo determina o início de vigência da futura lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, os autores da proposição traçam um resumo biográfico de Nilo Peçanha, destacando sua dedicação à vida política e à causa da educação profissional.

O projeto foi apresentado, na Casa de origem, no dia 22 de setembro de 2009, sendo distribuído às Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). De acordo com o que dispõe o inciso II do art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a proposição foi submetida à apreciação conclusiva pelas Comissões.

No dia 25 de novembro de 2009, parecer pela aprovação do projeto foi aprovado por unanimidade pela CEC. Posteriormente, no dia 6 de maio de 2010, a CCJC manifestou-se também por unanimidade, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

O projeto chegou ao Senado Federal no dia 30 de setembro de 2010 e recebeu despacho para apreciação, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

À proposição, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

De acordo com o que dispõe o art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RJSF), compete à CE pronunciar-se a respeito de matérias que versam sobre homenagens cívicas, objeto da proposição em análise.

A proposição que ora examinamos destaca, em sua justificação, a comemoração, em 23 de setembro de 2009, do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Por meio do Decreto nº 7.566, de 1909, o então Presidente Nilo Peçanha criou

dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, vinculadas ao Ministério dos Negócios, da Agricultura, Indústria e Comércio.

Trata-se de um marco na construção de um sistema educacional direcionado para a formação técnica e profissional. Essas escolas, públicas e gratuitas, prosperaram e serviram como exemplo para várias outras iniciativas. Outras instituições, como os então denominados campos e oficinas escolares, espalharam-se pelo País, que despertava para o fato de que a formação profissional era essencial para o desenvolvimento econômico e social.

As escolas criadas por Nilo Peçanha tornaram-se Escolas Técnicas Federais e são, atualmente, denominadas Centros de Ensino Federal de Educação Tecnológica, conhecidas como CEFETs. Essas instituições tornaram-se centros de excelência em suas áreas de ensino e atuam não apenas como centros de formação técnica, mas também como polos de pesquisa e de difusão de novas tecnologias.

Os CEFETs representam, certamente, a concretização do que vislumbrava Nilo Peçanha ao criar as dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909.

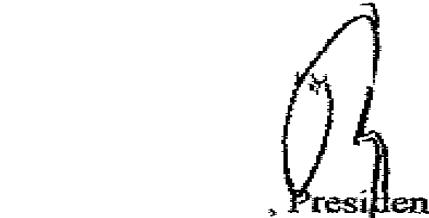
Consideramos, portanto, justa e meritória a declaração de Nilo Peçanha como Patrono da Educação Profissional e Tecnológica, conforme propugnado pelo projeto de lei em análise.

Compete também à CE, como contribuição suplementar, opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, também não há reparos a fazer ao PLC nº 146, de 2010.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010 (Projeto de Lei nº 6.089, de 2009, na origem).

Sala da Comissão, 26 de abril de 2011.



, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 146 /10 NA REUNIÃO DE 26/04/2011
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Roberto Requião

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)

ANGELA PORTELA	<i>Assinado</i>	1-DELCIÓDO DO AMARAL
WELLINGTON DIAS	<i>Assinado</i>	2-ANIBAL DINIZ
ANA RITA	<i>Assinado</i>	3-MARTA SUPLICY
PAULO PAIM	<i>Assinado</i>	4-GLEISI HOFFMANN
RELATOR	<i>Assinado</i>	5-CLÉSIO ANDRADE
WALTER PINHEIRO	<i>Assinado</i>	6-VICENTINHO ALVES
JOÃO RIBEIRO	<i>Assinado</i>	7-PEDRO TAQUES
MAGNO MALTA	<i>Assinado</i>	8-ANTONIO CARLOS VALADARES
CRISTOVAM BUARQUE	<i>Assinado. Abstinha</i>	9-(VAGO)
LÍDICE DA MATA	<i>Assinado</i>	10-(VAGO)
INÁCIO ARRUDA	<i>Assinado</i>	

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

ROBERTO REQUIÃO	<i>Assinado</i>	1-(VAGO)
EDUARDO AMORIM	<i>Assinado</i>	2-VALDIR RAUPP
(VAGO)		3-LUIZ HENRIQUE
GARIBALDI ALVES		4-WALDEMIR MOKA
JOÃO ALBERTO		5-VITAL DO RÉGO
PEDRO SIMON		6-SÉRGIO PETECÃO
RICARDO FERRAÇO		7-FRANCISCO DORNELLES
BENEDITO DE LIRA		8-(VAGO)
ANA AMÉLIA	<i>Assinado</i>	9-(VAGO)

Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	<i>Assinado</i>	1-ALVARO DIAS
MARISA SERRANO	<i>Assinado</i>	2-ALOYSIOS NUNES FERREIRA
PAULO BAUER	<i>Assinado</i>	3-FLEXA RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	<i>Assinado</i>	4-JAYME CAMPOS
JOSÉ AGRIPIÑO	<i>Assinado</i>	5-DEMÓSTENES TORRES

(PTB)

ARMANDO MONTEIRO	<i>Assinado</i>	1-MOZARILDO CAVALCANTE
JOÃO VICENTE CLAUDIO	<i>Assinado</i>	2-(VAGO)

(PSOL)

MARINOR BRITO		1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	--	----------------------

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA	X					DELCIÁDIO DO AMARAL					
WELLINGTON DIAS	X					ANIBAL DINIZ					
ANA RITA	X					MARIA SUPLÍCY					
PAULO PAIM	X					GLEISI HOFFMANN					
WALTER PINHEIRO	X					CLESIO ANDRADE					
JOÃO RIBEIRO	X					VICENTE PINHO ALVES					
MAGNO MALTA	X					PEDRO TAQUES					
CRISTOVAN BUARQUE	X					ANTONIO CARLOS VALADARES					
LÍDICE DA MATA	X					VAGO					
INÁCIO ARRUDA	X					VAGO					
TITULARES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUÍAO	X					VAGO					
EDUARDO AMORIM	X					VALDIR RAUPP					
VAGO	X					LUIZ HENRIQUE					
CARIBALDI ALVES	X					WALDEMAR MOKA					
JOÃO ALBERTO SOUZA	X					VITAL DO REGO					
PEDRO SIMON	X					SÉRGIO PETECÃO					
RICARDO FERRAÇO	X					FRANCISCO DORNELLES					
BENEDITO DE LIRA	X					VAGO					
ANA AMELIA	X					VAGO					
TITULARES - (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA	X					ALVARO DIAS					
MARISA SERRANO	X					ALOYSIO NUNES FERREIRA					
PAULO BAUER	X					FLEXA RIBEIRO					
MARIA DO CARMO ALVES	X					JAYME CAMPOS					
JOSE AGRIANO	X					DEMÓSTENES TORRES					
TITULARES - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - (PTB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X					MOZARILDO CAVALCANTI					
JOÃO VICENTE CLAUDIO	X					VAGO					
TITULAR - (PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTE - (PSOL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINOR BRITO	X					RANDOLFE RODRIGUES					

TOTAL: 16 SIM: 13 NÃO: 2 ABS: 2 AUTOR: — PRESIDENTE: A

SALA DAS REUNIÕES, EM 26/04/2011

SENADOR ROBERTO REQUÍAO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**DECRETO N° 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909**

Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.

Of. nº 16/2011/CE

Brasília, 26 de abril de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010, de autoria de Sua Excelência a Senhora Deputada Fátima Bezerra e outros, que “Declara Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica.”

Atenciosamente,



SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER Nº 242, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2008, do Senador Lobão Filho, que altera o art. 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2008, do Senador Valter Pereira, que regulamenta o dano moral e a sua reparação (nos termos do requerimento nº 961, de 2009).

RELATOR: Senador **ALVARO DIAS**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina, em caráter terminativo, os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 114, de 2008, e 334, de 2008, que abrigam o propósito comum de regulamentar o dano moral.

O PLS nº 114, de 2008, de autoria do ilustre Senador Lobão Filho, pugna pela alteração do art. 944 do Código Civil, substanciado na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

As alterações nele preconizadas compreendem, em dois artigos, a adição de cinco incisos ao art. 944 do Código Civil, com a fixação do teto indenizatório por danos morais em vinte mil reais, e a possibilidade de o juiz reduzir a indenização se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano causado.

Com a modificação endereçada ao art. 944 do Código, pretende-se que o juiz, ao fixar a indenização por dano moral, tenha como parâmetros: a) extensão e gravidade do dano; b)

gravidade e repercussão da ofensa; c) sofrimento experimentado pelo ofendido; d) condição econômica do ofensor; e) se o valor pleiteado se ajusta à situação posta em julgamento.

O PLS nº 334, de 2008, por sua vez, compõe-se de onze artigos. O art. 1º contém o enunciado da proposta, e o seu parágrafo único determina que a *reparação natural* terá preferência sobre a pecuniária.

O art. 2º considera “dano moral” toda ação ou omissão que ofenda o *patrimônio ideal* da pessoa física ou jurídica e dos entes políticos. O § 1º prevê que o “dano à imagem das pessoas jurídicas será verificado depois de aferida a *repercussão material* do fato”; o § 2º, em seguida, acrescenta que o *simples aborrecimento* não gera direito a indenização.

O art. 3º estabelece que a reparação por dano moral tem caráter exclusivamente compensatório e que o juiz deve considerar, sem prejuízo de outros critérios, o bem jurídico ofendido; a posição socioeconômica da vítima; a repercussão social e pessoal do dano; a possibilidade de superação psicológica do dano, quando a vítima for pessoa física, e de recomposição da imagem econômica ou comercial, quando se tratar de pessoa jurídica; a extensão da ofensa e a duração dos seus efeitos; o potencial inibitório do valor estabelecido.

O art. 4º prescreve que o dano moral é intransmissível, e que o direito à indenização transmite-se aos herdeiros ou sucessores da pessoa física ou jurídica ofendida.

O *caput* do art. 5º permite a cumulação de indenizações por dano moral e material. O § 1º prevê que a sentença que acolher os pedidos determinará o tipo de reparação, e o § 2º que a indenização pelo dano material será considerada “integrante da devida por dano moral, quando importar abrandamento deste”.

O art. 6º fixa os valores da indenização devida por dano moral, morte, lesão corporal, ofensa à liberdade e ofensa à honra, numa escala que varia entre R\$ 4.150,00 e R\$ 249.000,00, observadas a gravidade do dano e a natureza do bem ofendido.

O art. 7º recomenda que ação de indenização por danos morais seja proposta em regime de litisconsórcio necessário.

O art. 8º prevê que os acréscimos e reduções de valores referidos nos arts. 6º e 7º serão considerados após a fixação do valor da reparação, ainda que o resultado final os extrapole.

O art. 9º fixa em três anos, contados da data da ofensa, o lapso temporal para a decadência do direito a reparação por dano moral.

O art. 10 dispõe que os valores de que trata o art. 6º serão corrigidos mês a mês pelo índice de preços ao consumidor medido por instituição pública federal ou qualquer outro que venha a substituí-lo.

O art. 11 contém a cláusula de vigência, que iniciará na data de publicação.

As razões expendidas em favor da proposição remontam, inicialmente, aos incisos V e X do art. 5º da Constituição Federal, que prevêem a indenização por dano material, moral ou à imagem, assegurado o direito a indenização por violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Também é apontado como fundamento o art. 186 do Código Civil, que caracteriza como *ato ilícito* a ação ou a omissão voluntária, a negligência ou a imprudência.

No elenco de motivos, a justificação aponta ainda para o anteprojeto de lei de autoria da professora Mirna Cianci, resultado de elementos coligidos de copiosa doutrina e jurisprudência ao longo de cinco anos de pesquisa, que teria servido de base para a proposição.

Especificamente, defende-se que o dano moral deve ter caráter exclusivamente compensatório, sendo a avaliação do juiz

leita com esteio na repercussão do ato ou omissão na esfera ideal do ofendido, tais como reflexos sociais e pessoais, na possibilidade de superação psicológica e na extensão e duração dos efeitos da ofensa.

Acrescenta o Senador autor da matéria haver dificuldade na fixação da indenização quando os efeitos do dano atingem o núcleo familiar, razão pela qual recomenda a adoção do litisconsórcio ativo necessário para o ajuizamento da ação, que evitará a multiplicação de demandas. Esclarece que por “núcleo familiar” deve-se entender o cônjuge ou companheiro sob união estável, os ascendentes e descendentes e, na linha colateral, os parentes até o primeiro grau, devendo o juiz definir as cotas em razão do parentesco e da proximidade com a vítima.

Adita que o valor limite adotado na proposição para a reparação dos danos mais graves é de seiscentos salários mínimos, e que não adotou diretamente o *salário mínimo* como unidade porque a Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, o descaracterizou como fator de correção monetária.

Conclui as razões justificadoras da proposição com esclarecimento sobre a indicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), atualmente medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como fator de correção dos valores estabelecidos a título de indenização.

Não foram oferecidas emendas às proposições.

II – ANÁLISE

O PLS nº 114, de 2008, e o PLS nº 334, de 2008, atendem aos juízos de admissibilidade regimental e de constitucionalidade, conforme os arts. 22 e 48 da Constituição Federal.

Quanto ao PLS nº 114, de 2008, impõe-se mencionar, de início, que a sua *ementa* desatende às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de janeiro de 1998, por não grafar o

vocabulário “artigo” de forma abreviada e por omitir que a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, é o *Código Civil*. Tais questões, porém, são mínimas e, se for o caso, de fácil correção.

No art. 944, *caput*, proposto ao *Código Civil*, objetiva-se a substituição da locução “*a indenização mede-se pela extensão do dano*” por uma fórmula mais objetiva, que inclui critérios expressos para fixação da indenização por danos morais, e a transformação do atual *parágrafo único* em § 2º, mantida a atual redação (*se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização*).

A primeira impropriedade diz respeito à limitação da indenização aos *danos morais*. De fato, o atual art. 944 (que inaugura o Capítulo II, **Da Indenização**, do Título IX, **Da Responsabilidade Civil**, do Livro I, **Direito das Obrigações**, do *Código Civil*), abriga tanto o dano moral quanto o dano material. A proposta, ao retirar a possibilidade de indenizar-se o dano material, permitiria somente a indenização por dano moral.

Nos cinco incisos propostos ao art. 944 do *Código Civil*, também não há consistência. O *caput* proposto diz que o juiz observará os seguintes critérios para estabelecer o valor da indenização: “I – Extensão e gravidade do dano; II – Gravidade e repercussão da ofensa; III – Sofrimento experimentado pelo ofendido; IV – Condição econômica do ofensor; V – Se o valor pleiteado se ajusta à situação posta em julgamento.”

As *iniciais*, após o *dois pontos* que abre o elenco de parâmetros, deveriam ser minúsculas, mas não é esse o fator que deixa de recomendar a adoção da medida proposta, e sim a repetição de regras e a heterogeneidade terminológica para a mesma finalidade, como se vê em “*a extensão e a gravidade do dano*”, vocabulários que melhor se definem como critérios subjetivos a serem avaliadas pelo magistrado e, eventualmente, pelo Ministério Público.

Veja-se também que o comando atual do art. 944 tem a seguinte redação: “*a indenização mede-se pela extensão do dano*”.

Ju seja, o dispositivo prevê a observância de proporcionalidade entre o dano e a indenização. A alteração sugerida não atenderia mais ao mesmo princípio da proporcionalidade.

Ademais, o conteúdo do inciso II é expletivo em relação ao do inciso I: “extensão e gravidade do dano” e “gravidade e repercussão da ofensa” são orações que têm o mesmo objeto (o dano e a ofensa), guardando, portanto, entre si, o mesmo sentido terminológico. E “extensão” tem a mesma conotação de “repercussão”. Para maior clareza, vejam-se as orações redigidas na mesma ordem gramatical: “I – gravidade e extensão do dano”, e “II – gravidade e repercussão do dano (ofensa)”.

Quanto aos demais valores legais propostos nos incisos subseqüentes (sofrimento do ofendido, condição econômica do ofensor e ponderação do valor da indenização), estão todos contidos na feliz redação vigente, altamente sincrética: “a indenização mede-se pela extensão do dano”. Resta, pois, desatendido o requisito da juridicidade, que requer da norma a inovação do ordenamento jurídico (o que não faz o art. 944 alvitrado).

O § 1º adicionado ao art. 944 do Código Civil, de sua parte, pretende limitar a vinte mil reais o valor de qualquer indenização. Todavia, essa limitação não atenderia a milhares de situações reais que demandam exame particularizado nas respectivas ações judiciais. De fato, na justificação, o ilustre autor da proposição aponta ação judicial que teria condenado um fabricante de molas, em Santa Catarina, a pagar R\$ 66.000,00 a título de reparação por danos morais, valor que seria, argumenta-se, absurdo. Não se conhece o teor da demanda catarinense nem da decisão nela proferida, mas não são poucos os casos ajuizados, em especial em face de pessoas jurídicas e entes políticos, nos quais se requerem, justificadamente, elevados valores indenizatórios.

Além disso, atrelar o valor dos danos materiais ao de danos morais não nos parece de bom tom. Os danos materiais são, de maneira geral, de fácil mensuração (em virtude de sua repercussão fática no patrimônio financeiro-econômico do

ciendido), mas os de natureza moral podem repercutir na imagem e verberar outros valores, de modo que a sua limitação a vinte mil reais impediria, em muitas situações, a efetiva reparação.

Para ilustrar, basta citar o exemplo de desastres aéreos recentes, em Mato Grosso e em São Paulo, nos quais se perderam centenas de vidas humanas. A reparação material por bagagem (dano material) pode não ultrapassar a R\$ 3.000,00, mas os danos morais, consideradas as condições pessoais, expectativa de vida e outros fatores, podem, decerto, atingir milhares de reais. Porém, a prevalecer a premissa do PLS nº 114, de 2008, os danos morais ficariam também injustificadamente limitados, assim como ocorre com os danos materiais.

Diante das presentes considerações, não vemos, no mérito, como prosperar o PLS nº 114, de 2008.

A seu turno, o PLS nº 334, de 2008, arrima-se em vocabulário que não encontram esclarecimento na proposição, entre outros, “reparação natural” e “patrimônio ideal”.

Além disso, embora a ementa da proposição enuncie, como objeto da norma em elaboração, a regulamentação do dano moral e sua reparação, diversos dispositivos tratam do *dano material* e do *dano estético* (art. 6º, II, b), também não definidos (arts. 2º, *caput*, parágrafo único; art. 5º, § 2º).

O § 2º do art. 2º determina que o *simples aborrecimento* não gera direito a indenização. Pontes de Miranda (*Tratado de direito privado, Tomo I*, p. 51 e 52), forte defensor da reparação do dano moral, numa época em que muitos doutrinadores preferiam pensar a dor da alma como inexpugnável e não sujeita, por isso, a reparação, pontifica que “sempre que há desvantagem no corpo, na mente, na ética, na psique do indivíduo, cabe compensação [...] pois há relatividade das condições sofridas, que devem ser aferidas caso a caso”.

Para Maria Helena Diniz, “[...] dano é a lesão (diminuição ou destruição) que, devido a certo evento sofre uma pessoa contra a

sua vontade, em qualquer bem ou interesse jurídico, patrimonial ou moral". (*Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil*, p. 51).

De fato, o aborrecimento pode ser simples, porém quotidiano, intermitente, insuportável e ensejar o ajustamento da conduta do autor da infração social ou, então, compensação pecuniária para o ofendido.

Há *simples aborrecimento* em diversas atividades humanas que, se iterativas, merecem resposta do Estado. Exemplo disso são as casas situadas em bairros residenciais alugadas para festas (situação comum em muitas famílias com o crescimento e a emancipação dos filhos, após o que os pais se mudam para apartamentos menores). Não há, no uso desses imóveis, homicídio ou lesão corporal, mas a sua utilização imprópria pode ocasionar danos capazes de ensejar reparação aos vizinhos.

O art. 4º afirma que o "dano moral é intransmissível", o que é correto, pois se trata de experiência personalíssima. Quem o sofre não pode repassá-lo, o que dispensa a previsão do artigo.

O art. 6º estabelece valores que, consoante a justificação, afastam-se do salário mínimo, que estaria proibido como parâmetro financeiro. Todavia, esse artigo elege o valor de "600 salários mínimos" como base de cálculo das indenizações.

Esclareça-se não ser proibido o uso de parâmetro monetário no salário mínimo, tanto que o Poder Judiciário, diariamente, fixa pensões alimentícias desse modo. O que se proíbe no art. 7º da Constituição Federal é a vinculação do salário mínimo, para qualquer fim, como coeficiente do valor de produtos em comércio e de serviços e, por isso, responsável pela aceleração da inflação.

Demais disso, os valores estabelecidos no art. 6º não correspondem à realidade de cada fato, pois constituem simples limites (inferior e superior), baseados no salário mínimo, que não cobrem todas as hipóteses enfrentadas diariamente nos tribunais.

Prova disso é que a indenização por morte varia de R\$ 41.500,00 a R\$ 249.000,00 (art. 6º, inciso I). Essa variação de valor para reparar dano decorrente da morte de alguém, além de inconstitucional, seria irrealizável. Inconstitucional porque a divergência de parâmetros para a fixação do valor, pelo juiz, se basearia na posição socioeconômica do ofendido e na repercussão social e pessoal do causador do dano e da vítima (art. 3º, incisos II e III); irrealizável porque nem sempre o piso pode ser pago.

Com efeito, não se pode, diante de um mesmo fato típico, fixar uma indenização em R\$ 41.500,00, e, em relação a outra pessoa, fixá-la em R\$ 249.000,00 (art. 6º, inciso I), com base nos critérios oferecidos na proposição (como as condições pessoais, econômicas ou sociais dos agentes envolvidos).

Em cada caso concreto, considera-se a culpabilidade (imprudência, negligência ou imperícia) do agente do delito, o caráter doloso da prática lesiva, além de circunstâncias como a inocência do acusado, o estado de necessidade, o estrito cumprimento do dever legal e outras, que não podem ser engessadas nos limites propostos.

O inciso II do § 2º do art. 6º não é suficientemente claro ao indicar a função da previsão de “fatos similares e contemporâneos”. O § 4º do mesmo dispositivo, por sua vez, atribui redução de 20% do encargo compensatório decorrente de condenação da Fazenda Pública. Não há, porém, no texto da proposição ou de sua justificação, razão para o tratamento diferenciado.

A determinação de que a indenização seja proposta em litisconsórcio ativo necessário (art. 7º, *caput*) tem em mira situação idealizada. Com efeito, nem todas as questões relativas a danos morais se enquadram em homicídio do pai de família que deixa esposa e filhos, órfãos e necessitados, ou de irmãos, ainda que capazes, mas que se devem reunir em litisconsórcio para pleitear a reparação.

Ademais, o § 1º do art. 7º contém falhas ao definir os integrantes do *núcleo familiar* e ao apontar os *parentes em 1º grau na linha colateral*, condição tecnicamente impossível, pois os graus na linha colateral se contam por via do ascendente comum, assim, dois irmãos ainda que consangüíneos, filhos do mesmo pai e da mesma mãe, são colaterais de 2º grau, pois o vínculo parte de um deles em direção ao pai ou à mãe e desce até o outro, contando-se dois graus.

O § 3º do art. 7º apóia-se na *qualidade* da relação entre o autor e o ofendido, o que constitui terminologia vaga, de difícil interpretação, pois não se ofereceu, na proposição ou na sua justificação, o sentido a ser dado ao vocábulo *qualidade*.

Ao art. 8º falta clareza, ao dizer que “os acréscimos e reduções de que tratam os arts. 6º e 7º serão considerados após a fixação do valor da reparação, dentro dos limites estabelecidos pelos incisos do caput do mesmo art. 6º, ainda que o resultado final os extrapole”. Serão considerados em que sentido? Qual é o comando legal pretendido na expressão destacada?

O art. 9º fixa em três anos o prazo para a prescrição da pretensão de reparação de danos morais. O art. 207 do Código Civil traz o elenco de prazos prescricionais e, no § 3º, inciso V, fixa exatamente em três anos o prazo para a reparação civil. Todavia, seria recomendável a fixação de uma base para a contagem do prazo. Normalmente, para efeito de danos morais, a data inicial para a contagem da prescrição é a de *ciência do fato pelo interessado*, porém a proposta não adotou qualquer indicação nesse sentido.

O art. 10 elege como parâmetro de atualização monetária o índice nacional de preços ao consumidor “medido por instituição pública federal”, o que representa vácuo de comando, pois a redação é falha ao indicar o órgão responsável pela elaboração desse índice, atualmente a encargo do IBGE, mas realizado por outros entes públicos, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com notáveis divergências de resultados.

Conclusivamente, o PLS nº 114, de 2008, restringe a efetiva reparação de danos morais acima de R\$ 20.000,00, e o PLS nº 334, de 2008, fixa valores que não corresponderiam necessariamente às circunstâncias examinadas em cada caso de reparação de danos, ao adotar patamares elevados, não cogitar de parcelamento do valor devido a título de compensação por dano moral e permitir a fixação da reparação em somas que não ultrapassam a duzentos mil reais.

III – VOTO

Dante das considerações expendidas, nada obstante atenderem aos pressupostos regimentais e de constitucionalidade, tendo em vista a inconsistência das proposições reveladas no exame de mérito, o voto é pela **rejeição** do PLS nº 114, de 2008, e do PLS nº 334, de 2008.

Sala da Comissão, 4 de maio de 2011.

Senador Eunício Oliveira , Presidente



A handwritten signature in black ink, appearing to read "Eunício Oliveira", is written over a large, stylized, open parenthesis-like flourish. Below the signature, the word "Relator" is printed in a smaller, sans-serif font.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS **Nº 114** DE **2008**
 (Tramita em Conjunto com o PLS nº 334, de 2008)
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04 / 05 / 2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
RELATOR:	Senador Alvaro Dias
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. JOÃO RIBEIRO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIA
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. RENAN CALHEIROS
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
LUIZ HENRIQUE	5. LOBÃO FILHO (autor)
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. MÁRIO COUTO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPIINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLIS Nº 114, DE 2008
(Tramita em conjunto com o PLIS nº 334, de 2008)

	TITULARES	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PR e PRB)	X					BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PR e PRB)	X				
JOSE PIMENTEL	X					1 - EDUARDO SUPlicY					
MARTA SUPlicY						2 - ANA RITA					
PEDRO TAQUES	X					3 - ANIBAL DINIZ					
JORGE VIANA	X					4 - ACRÍLIO GURGACZ					
MAGNO MALTA						5 - JOÃO RIBEIRO					
ANTONIO CARLOS VALADARES	X					6 - LINDBERGH FARIAS					
INACIO ARRUDA						7 - RODRIGO ROLLEMBERG					
MARCELO CRIVELLA						8 - HUMBERTO COSTA					
TITULARES	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) (Assinado)	X					1 - RENAN CALHEIROS					
EUNICO OLIVEIRA	X					2 - VALDIR RAUPP					
PEDRO SIMON						3 - EDUARDO BRAGA					
ROMERO JUCA						4 - RICARDO FERRACO					
VITAL DO REGO						5 - LOBÃO FILHO (Assin)					
LUIZ HENRIQUE						6 - WALDEMIRO MOKA					
ROBERTO REQUIÃO	X					7 - BENEDITO DE JIRI					
FRANCISCO DORNELLES	X					8 - EDUARDO AMORIM					
SÉRGIO PETECÃO						SUPLENTES	Bloco Parlamentar (DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		1 - MARIO COJIO					
AÉCIO NEVES	X					2 - FLECHA RIBEIRO					
ALOYSIO NUNES FERREIRA	X					3 - CICERO LUCENA					
ALVARO DIAS (Assin)	X					4 - JOSÉ AGripino					
DEMÓSTENES TORRES	X					1 - CIRIO NOGUEIRA					
TITULARES PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		2 - MOZARILDO CAVALCANTI					
ARMANDO MONTEIRO	X					SUPLENTES	PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO						1 - MARINOR BRITO					
RANDOLPH RODRIGUES											

TOTAL: 13 SIM: — NÃO: 12 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE —

SALA DAS REUNIÕES, EM 04 / 05 / 2011

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFETO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
(atualizado em 05/04/2011).

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****TÍTULO II****Dos Direitos e Garantias Fundamentais****CAPÍTULO I****DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravio, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

CAPÍTULO II**DOS DIREITOS SOCIAIS**

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

TÍTULO III**Da Organização do Estado****CAPÍTULO II**
DA UNIÃO

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

TÍTULO IV**Da Organização dos Poderes****CAPÍTULO I****DO PODER LEGISLATIVO****Seção II****DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**Mensagem de veto****Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI N° 6.205, DE 29 DE ABRIL DE 1975.

Estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária e acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei número 6.147, de 29 de novembro de 1974.

LEI N° 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 207. Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº49/11-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 4 de maio de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2008, que "Altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais", de autoria do Senador Lobão Filho; e do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2008, que "Regulamenta o dano moral e a sua reparação", de autoria do Senador Valter Pereira, que tramita em conjunto.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **JAYME CAMPOS**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 114, de 2008, de autoria do Senador Lobão Filho, que promove alterações no art. 944 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), de modo a estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais.

A proposição compõe-se de dois artigos. O art. 1º promove as modificações no texto do art. 944 do Código Civil (CC) e o art. 2º estabelece a cláusula de vigência, cujo início se dará com a publicação da lei que eventualmente resultar da aprovação do PLS.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Não há conflito do PLS com disposições constitucionais ou do Regimento Interno do Senado, bem como com princípios gerais de Direito. Assim sendo, pode ser objeto de deliberação pelo Poder Legislativo.

Com efeito, compete privativamente à União legislar sobre direito civil, à teor do inciso I do art. 22 da Constituição Federal (CF), cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com a sanção do Presidente da República (art. 48, da CF).

O tema objeto do PLS nº 114, de 2008, não se inclui na iniciativa privativa de nenhum dos legitimados pela Carta Magna para deflagrar o processo legislativo. Por conseguinte, inexiste óbice à apresentação da presente proposição legislativa por parlamentar.

No que tange à técnica legislativa, a proposição necessita de pequenos ajustes para se adequar às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei nº 107, de 2001. A alínea *c* do art. 11 da referida Lei Complementar prescreve que as orações devem ser construídas na ordem direta. Segundo, esse preceito, é necessário ajustar a redação do § 2º proposto, que, acatada a emenda que apresento em meu voto, será renomeado para parágrafo único.

Quanto ao mérito, inicio a análise referindo-me à oportuna lembrança feita pelo Senador Lobão Filho, na justificativa do PLS, de que a possibilidade de reparação do dano exclusivamente moral já constava do art. 5º, incisos V e X, da Constituição Cidadã, muito antes da edição do atual Código Civil (CC). O art. 186 do CC a prevê expressamente.

A legislação (o próprio art. 186 do CC), a doutrina e a jurisprudência são uníssonas quanto à inadmissibilidade da idéia de ato ilícito sem a presença de dano. Para haver a determinação da existência do dano, como elemento objetivo da responsabilidade civil, é indispensável que haja ofensa a um bem jurídico.

O dano moral pode ser conceituado como sendo o prejuízo que atinge o patrimônio incorpóreo de uma pessoa natural ou jurídica, os direitos da personalidade e os seus cinco ícones principais, a saber: a) direito à vida e à integridade física; b) direito ao nome; c) direito à honra e à dignidade; d) direito à imagem; e) direito à intimidade e à privacidade.

Dessa forma, o dano moral causa na pessoa dor, desgosto, tristeza, pesar, sofrimento, angústia, amargura, depressão. Abrange a lesão de todos e quaisquer bens ou interesses pessoais, exceto econômicos, como a liberdade, o nome, a família, a honra subjetiva ou objetiva, a integridade física, a intimidade, a imagem.

Portanto, o dano moral advém da dor, mas não corresponde realmente à ela. Sua correspondência é com aos efeitos maléficos decorrentes da dor, pelo sofrimento dela derivado. Esses efeitos são a apatia e a morbidez mental, que tomam ~~o Estado~~ do ofendido. Segue-se o pâdecimento íntimo, a humilhação, a vergonha e o constrangimento de quem tenha sido ofendido em sua honra ou dignidade, com os conseqüentes vexame e repercussão social.

O objetivo da reparação por dano moral não é pagar pela dor sofrida. É inconteste que a dor não pode ser valorada monetariamente, não se lhe podendo atribuir um preço. Contudo, o sofrimento da vítima pode ser minimizado, dando-lhe condições de recuperação, de superação da crise de melancolia na qual foi jogada.

Condenar o ofensor por danos morais implica reparar o necessário para que se propiciem os meios de retirar o ofendido do estado melancólico a que fora levado, além de inibir a reincidência do ofensor e condutas semelhantes.

Cumpre observar, no entanto, que tanto doutrina e jurisprudência sinalizam para o fato de que o dano moral suportado por alguém não se confunde com os meros transtornos ou aborrecimentos que o cidadão sofre no dia-a-dia. Isso, sob pena de se colocar em descrédito a própria concepção da responsabilidade civil. Cabe ao juiz, analisando o caso concreto e diante da sua experiência, apontar se a reparação imaterial é cabível ou não. Nesse sentido, foi aprovado o Enunciado nº 159 do Conselho da Justiça Federal na *III Jornada de Direito Civil*, pelo qual o dano moral não se confunde com os meros aborrecimentos decorrentes de prejuízo material.

O Senador Lobão Filho ressalta o aspecto pernicioso do mau uso da “teoria do valor do desestímulo”, que “que perigosamente vem procurando se aproximar dos padrões norte-americanos dos *punitive damages*”, nas palavras de Sérgio Pinheiro Marçal, citado pelo ilustre parlamentar. Segundo defende, os pagamentos de indenizações milionárias para reparar danos que nem sempre correspondem ao valor pleiteado têm aumentado de forma exponencial, desfigurando a natureza da reparação por dano moral.

A responsabilização civil possui função social, levando a que a indenização seja também encarada como um desestímulo para futuras condutas similares à que lhe tenha dado ensejo. Contudo, o valor pecuniário não pode gerar enriquecimento sem causa, vedado pelo Direito Civil.

Quando se estipulam indenizações por danos morais em níveis extremamente elevados, desproporcionais à ofensa, verifica-se prática abusiva. Nesses casos, a responsabilização civil é desvirtuada para se constituir em uma forma de punição ao ofensor, extrapolando o que prevê o texto constitucional, que é a obrigatoriedade de indenização do ofendido.

Quanto ao valor da indenização, tem aplicação, tanto em sede de dano moral, como de dano material, o art. 944 do CC, que se pretende alterar neste PLS.

O *codex* material civil confere ampla discricionariedade ao magistrado para, diante do caso concreto que lhe é submetido, arbitrar o valor monetário a ser pago a título de reparação pelo dano moral impingido (a jurisprudência brasileira inclina-se, por exemplo, pela consideração da posição social da vítima como critério auxiliar da estipulação do *quantum* indenizatório).

O dispositivo determina a extensão do dano como o parâmetro a ser observado pelo juiz, que deve, necessariamente, sopesar a gravidade da culpa do agente. Havendo desproporção excessiva entre essa culpa e o dano (moral) provocado pelo autor da ação, o magistrado estará autorizado a reduzir o valor da compensação indenizatória, de forma a torná-la razoável e proporcional ao grau de culpabilidade.

O Código Civil não traz critérios fixos para a quantificação da indenização por dano moral. A doutrina e a jurisprudência não são unânimes em relação aos critérios que devem ser utilizados pelo juiz da causa. Sabe-se somente que deve o magistrado determiná-la por arbitramento. Tornou-se comum em nosso País a sua fixação em salários mínimos, diante de parâmetros que constavam da Lei de Imprensa e da Lei de Telecomunicações. A fixação em salários mínimos, contudo, não é obrigatória.

O PLS nº 114, de 2008, opera em prol da transparência, ao estabelecer critérios mais claros e palpáveis a serem observados pelo juiz ao determinar o valor da indenização por dano moral.

Esses critérios, de obrigatoriedade observação, servirão para nortear mais precisamente o *quantum* a ser pago, que a proposição também pretende determinar que nunca exceda a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Esse valor é inferior àquele fixado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) para indenizações nos casos de inscrição do nome da pessoa em cadastros dos inadimplentes, que, conforme as circunstâncias, a eventual reincidência e a posição ocupada pela vítima na sociedade, pode atingir 50 salários mínimos (em valores atuais, esse montante é de R\$ 20.750,00). Observa-se que esses são casos muito específicos e de relativa homogeneidade.

Considero oportuno e salutar o estabelecimento dos referidos parâmetros, que balizarão a decisão do magistrado e, caso deles haja descolamento, permitirá a utilização dos instrumentos recursais com fundamentos mais sólidos. Todavia, julgo acanhado e inconveniente o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a indenização por dano moral. Não é difícil imaginar situações em que se exija dispêndio bem superior a esse valor não apenas para que se aplique o estado de ~~melancolia~~ e desamparo do ofendido (muitas das vezes por meio de auxílio terapêutico), mas também para que se efetivar o caráter educativo da medida (em vista do poder econômico de ofensores que sejam pessoas jurídicas).

É preciso ter em conta que as pessoas são diferentes, bem como suas reações e conflitos diante das mesmas circunstâncias. Além de pequeno, o valor de 20.000,00 (vinte mil reais) ignora por demais as idiossincrasias do ser humano.

Havendo a previsão dos critérios enumerados nos incisos do *caput* do art. 944 do CC, consoante pretende o PLS sob análise, torna-se excessivo limitar o valor da indenização a algum patamar. Considerando que, sob pena de nulidade, as decisões judiciais devem ser necessariamente fundamentadas (art. 93, IX, da CF), já existirão parâmetros suficientes para inibir a estipulação de indenizações exorbitantes. Ademais, inexistindo o teto indenizatório, protege-se o ofendido que, eventualmente, tenha sido submetido a situação vexatória de tal magnitude que os cuidados exigidos demandem dispêndios de maior monta e que possam ser suportados pelo ofensor.

Tenho a firme convicção de que o limite proposto pelo Senador Lobão Filho, se não chega a ser um estímulo, no âmbito civil, pode ser uma reconfortante garantia para os casos em que pessoas físicas e jurídicas de maior poder econômico pratiquem atos violadores dos direitos da personalidade. O teto seria significativo apenas para pessoas de menores posses.

Considero que o referido limiar máximo para a indenização pode atentar contra o princípio constitucional da igualdade, estabelecido no *caput* do art. 5º da Lei Magna, segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, com os temperamentos previstos no próprio texto constitucional ou em lei, desde que não haja violação de direitos e garantias fundamentais. Nesse sentido, Celso Antonio Bandeira de Mello ensina que “o preceito magno da igualdade, como já tem sido assinalado, é norma voltada quer para o aplicador da lei quer para o próprio legislador”, e continua afirmando que “não só perante a norma posta se nivelam os indivíduos, mas, a própria edição dela se sujeita ao dever de dispensar tratamento equânime às pessoas”.

Não me resta dúvida de que inexistirá tratamento equânime entre todos os alcançados pela lei caso prevaleça o limite máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a indenização por dano moral.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 144, de 2008, e, no mérito, e pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se ao art. 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nos termos do art. 1º do PLS nº 144, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 944. O juiz, ao estabelecer a indenização por danos morais, atenderá aos seguintes critérios:

- I - a extensão e a gravidade do dano;
- II - a gravidade e a repercussão da ofensa;
- III - o sofrimento experimentado pelo ofendido;
- IV - a condição econômica do ofensor; e
- V - se o valor pleiteado se ajusta à situação posta em julgamento.

Parágrafo único. O juiz poderá reduzir a indenização, de forma eqüitativa, quando houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



RELATÓRIO

RELATOR: Senador **MARCO MACIEL**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 114, de 2008, de autoria do Senador Lobão Filho, que promove alterações no art. 944 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), de modo a estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais.

A proposição compõe-se de apenas dois artigos. O **art. 1º** promove as modificações no texto do art. 944 do Código Civil e o **art. 2º** estabelece a cláusula de vigência, cujo início se dará com a publicação da lei que eventualmente resultar da aprovação do PLS.

Por força do Requerimento nº 512, de 2008, a proposição tornou a tramitar autonomamente, não tendo recebido emendas.

II – ANÁLISE

Não há conflito do PLS com disposições constitucionais ou do Regimento Interno do Senado, bem como com princípios gerais de Direito. Assim sendo, pode ser objeto de deliberação pelo Poder Legislativo.

Com efeito, compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do inciso I do art. 22 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com a sanção do Presidente da República (art. 48, da CF).

O tema objeto do PLS nº 114, de 2008, não se inclui na iniciativa privativa de nenhum dos legitimados pela Carta Magna para deflagrar o processo legislativo. Por conseguinte, inexiste óbice à apresentação da presente proposição legislativa por parlamentar.

No que tange à técnica legislativa, a proposição necessita de pequenos ajustes para se adequar às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei nº 107, de 2001. A alínea c do art. 11 da referida Lei Complementar prescreve que as orações devem ser construídas na ordem direta. Seguindo esse preceito, é necessário ajustar a redação do § 2º proposto, que, acatada a emenda ao final apresentada, será renomeado para “parágrafo único”.

Quanto ao mérito, iniciamos a análise referindo-nos à oportuna lembrança feita pelo Senador Lobão Filho, na justificativa da proposição, de que a possibilidade de reparação do dano exclusivamente moral já constava do art. 5º, incisos V e X, da Constituição Cidadã, muito antes da edição do atual Código Civil. O art. 186 do Código Civil a prevê expressamente.

A legislação, a doutrina e a jurisprudência são uníssonas quanto à inadmissibilidade da idéia de ato ilícito sem a presença de dano. Para haver a determinação da existência do dano, como elemento objetivo da responsabilidade civil, é indispensável que haja ofensa a um bem jurídico.

O dano moral pode ser conceituado como sendo o prejuízo que atinge o patrimônio incorpóreo de uma pessoa natural ou jurídica, os direitos da personalidade e os seus cinco ícones principais, a saber: a) direito à vida e à integridade física; b) direito ao nome; c) direito à honra e à dignidade; d) direito à imagem; e) direito à intimidade e à privacidade.

Dessa forma, o dano moral causa na pessoa dor, desgosto, tristeza, pesar, sofrimento, angústia, amargura, depressão. Abrange a lesão de todos e quaisquer bens ou interesses pessoais, exceto econômicos, como a liberdade, o nome, a família, a honra subjetiva ou objetiva, a integridade física, a intimidade, a imagem.

Portanto, o dano moral advém da dor, mas não corresponde realmente a ela. Sua correspondência é com os efeitos maléficos decorrentes da dor, pelo sofrimento dela derivado. Esses efeitos são a apatia e a morbidez mental, que tomam conta do ofendido. Segue-se o padecimento íntimo, a humilhação, a vergonha e o constrangimento de quem tenha sido ofendido em sua honra ou dignidade, com os conseqüentes vexame e repercussão social.

O objetivo da reparação por dano moral não é pagar pela dor sofrida. É inconteste que a dor não pode ser valorada monetariamente, não se lhe podendo atribuir um preço. Contudo, o sofrimento da vítima pode ser minimizado, dando-lhe condições de recuperação, de superação da crise de melancolia na qual foi jogada.

Condenar o ofensor por danos morais implica reparar o necessário para que se propiciem os meios de retirar o ofendido do estado melancólico a que fora levado, além de inibir a reincidência do ofensor e condutas semelhantes.

Cumpre observar, no entanto, que tanto doutrina e jurisprudência sinalizam para o fato de que o dano moral, suportado por alguém, não se confunde com os meros transtornos ou aborrecimentos que o cidadão sofre no dia-a-dia. Isso, sob pena de se colocar em descrédito a própria concepção da responsabilidade civil. Cabe ao juiz, analisando o caso concreto e diante da sua experiência, apontar se a reparação imaterial é cabível ou não. Nesse sentido, foi aprovado o Enunciado nº 159 do Conselho da Justiça Federal na *III Jornada de Direito Civil*, pelo qual o dano moral não se confunde com os meros aborrecimentos decorrentes de prejuízo material.

O Senador Lobão Filho ressalta o aspecto pernicioso do mau uso da "teoria do valor do desestímulo", "que perigosamente vem procurando se aproximar dos padrões norte-americanos dos *punitive damages*", nas palavras de Sérgio Pinheiro Marçal, citado pelo ilustre parlamentar. Segundo defende, os pagamentos de indenizações milionárias para reparar danos que nem sempre correspondem ao valor pleiteado têm aumentado de forma exponencial, desfigurando a natureza da reparação por dano moral.

A responsabilização civil possui função social, levando a que a indenização seja também encarada como um desestímulo para futuras condutas similares à que lhe tenha dado ensejo. Contudo, o valor pecuniário não pode gerar enriquecimento sem causa, vedado pelo Direito Civil.

Quando se estipulam indenizações por danos morais em níveis extremamente elevados, desproporcionais à ofensa, verifica-se prática abusiva. Nesses casos, a responsabilização civil é desvirtuada para se constituir em uma forma de punição ao ofensor, extrapolando o que prevê o texto constitucional, que é a obrigatoriedade de indenização do ofendido.

Quanto ao valor da indenização, tem aplicação, tanto em sede de dano moral, como de dano material, o art. 944 do Código Civil, que se pretende alterar neste PLS.

O *codex* material civil confere ampla discricionariedade ao magistrado para, diante do caso concreto que lhe é

submetido, arbitrar o valor monetário a ser pago a título de reparação pelo dano moral impingido (a jurisprudência brasileira inclina-se, por exemplo, pela consideração da posição social da vítima como critério auxiliar da estipulação do *quantum indenizatório*).

O dispositivo determina a extensão do dano como o parâmetro a ser observado pelo juiz, que deve, necessariamente, sopesar a gravidade da culpa do agente. Havendo desproporção excessiva entre essa culpa e o dano (moral) provocado pelo autor da ação, o magistrado estará autorizado a reduzir o valor da compensação indenizatória, de forma a torná-la razoável e proporcional ao grau de culpabilidade.

O Código Civil não traz critérios fixos para a quantificação da indenização por dano moral. A doutrina e a jurisprudência não são unânimes em relação aos critérios que devem ser utilizados pelo juiz da causa. Sabe-se somente que deve o magistrado determiná-la por arbitramento. Tornou-se comum em nosso País a sua fixação em salários mínimos, diante de parâmetros que constavam da Lei de Imprensa e da Lei de Telecomunicações. A fixação em salários mínimos, contudo, não é obrigatória.

O PLS nº 114, de 2008, opera em prol da transparência, ao estabelecer critérios mais claros e palpáveis a serem observados pelo juiz ao determinar o valor da indenização por dano moral.

Esses critérios, de obrigatoriedade observação, servirão para nortear mais precisamente o *quantum* a ser pago, que a proposição também pretende determinar que nunca exceda a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Esse valor é inferior àquele fixado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) para indenizações nos casos de inscrição do nome da pessoa em cadastros dos inadimplentes, que, conforme as circunstâncias, a eventual reincidência e a posição ocupada pela vítima na sociedade, pode atingir 50 salários mínimos (em valores atuais, esse montante é de R\$ 20.750,00). Observa-se que esses são casos muito específicos e de relativa homogeneidade.

Consideramos oportuno e salutar o estabelecimento dos referidos parâmetros, que balizarão a decisão do magistrado e, caso deles haja descolamento, permitirá a utilização dos instrumentos recursais com fundamentos mais sólidos. Todavia, julgamos acanhado e inconveniente o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a indenização por dano moral.

Não é difícil imaginar situações em que se exija dispêndio bem superior a esse valor não apenas para que se aplaque o estado de melancolia e desamparo do ofendido (muitas das vezes por meio de auxílio terapêutico), mas também para que se efetive o caráter educativo da medida (em vista do poder econômico de ofensores que sejam pessoas jurídicas).

É preciso ter em conta que as pessoas são diferentes, bem como suas reações e conflitos diante das mesmas circunstâncias. Além de pequeno, o valor de 20.000,00 (vinte mil reais) ignora por demais as idiossincrasias do ser humano.

Havendo a previsão dos critérios enumerados nos incisos do *caput* do art. 944 do Código Civil, consoante pretende o PLS sob análise, torna-se excessivo limitar o valor da indenização a algum patamar. Considerando que, sob pena de nulidade, as decisões judiciais devem ser necessariamente fundamentadas (art. 93, IX, da CF), já existirão parâmetros suficientes para inibir a estipulação de indenizações exorbitantes. Ademais, inexistindo o teto indenizatório, protege-se o ofendido que, eventualmente, tenha sido submetido à situação vexatória de tal magnitude que os cuidados exigidos demandem dispêndios de maior monta e que possam ser suportados pelo ofensor.

Temos a firme convicção de que o limite proposto pelo Senador Lobão Filho, se não chega a ser um estímulo, no âmbito civil, pode ser uma reconfortante garantia para os casos em que pessoas físicas e jurídicas de maior poder econômico pratiquem atos violadores dos direitos da personalidade. O teto seria significativo apenas para pessoas de menores posses.

Consideramos que o referido limiar máximo para a indenização pode atentar contra o princípio constitucional da igualdade, estabelecido no *caput* do art. 5º da Lei Magna, segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, com os temperamentos previstos no próprio texto constitucional ou em lei, desde que não haja violação de direitos e garantias fundamentais.

Nesse sentido, Celso Antonio Bandeira de Mello ensina que "o preceito magno da igualdade, como já tem sido assinalado, é norma voltada quer para o aplicador da lei quer para o próprio legislador", e continua afirmando que "não só perante a norma posta se nivelam os indivíduos, mas, a própria edição dela se sujeita ao dever de dispensar tratamento equânime às pessoas".

Não nos resta dúvida de que inexistirá tratamento equânime entre todos os alcançados pela lei caso prevaleça o limite máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a indenização por dano moral.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do PLS nº 144, de 2008, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 144, de 2009, a seguinte redação:

Altera o art. 944 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por dano moral.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nos termos do art. 1º do PLS nº 144, de 2008, a seguinte redação:

"Art. 944. O juiz, ao estabelecer a indenização por danos morais, atenderá aos seguintes critérios:

I – extensão e gravidade do dano;

II – gravidade e repercussão da ofensa;

III – sofrimento experimentado pelo ofendido;

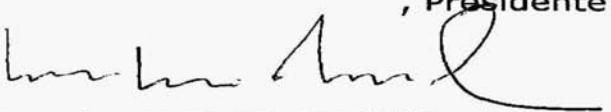
IV – condição econômica do ofensor; e

V – adequação entre o valor pleiteado e a situação posta em julgamento.

Parágrafo único. O juiz poderá reduzir a indenização, de forma eqüitativa, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano ocorrido. (NR)"

Sala da Comissão,

, Presidente



Senador **MARCO MACIEL**, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **ALVARO DIAS**

I - RELATÓRIO

Submete-se a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 334, de 2008, de autoria do Senador Valter Pereira, que se propõe a regulamentar o dano moral e o alcance da sua composição indenizatória.

A proposição compõe-se de onze artigos, descritos a seguir.

O **art. 1º** sugere que a indenização pelo dano moral, quando devida, será fixada em conformidade com o disposto nesta Lei, devendo a reparação natural, sempre que possível, e desde que tempestiva e suficiente, ter preferência sobre a pecuniária.

Em consonância com a disposição anterior, o **art. 2º** pretende conceituar o dano moral como toda ação ou omissão que ofenda o patrimônio ideal da pessoa física ou jurídica e dos entes políticos. Estipula, também, que o dano à imagem das pessoas jurídicas será verificado depois de aferida a repercussão material do fato, acabando por estabelecer que o simples aborrecimento não gera direito à indenização.

O **art. 3º** do projeto consigna, ressalvada a hipótese de reparação natural e tempestiva, a necessidade de indenização do dano moral ter caráter exclusivamente compensatório, de modo a fixá-la segundo a natureza do bem jurídico ofendido; a posição

socioeconômica da vítima; a repercussão social e pessoal do dano; a possibilidade de superação psicológica do dano, quando a vítima for pessoa física, e de recomposição da imagem econômica ou comercial, quando pessoa jurídica; a extensão da ofensa e a duração dos seus efeitos; e o potencial inibitório do valor estabelecido. Na apreciação da ação de indenização, o juiz poderá levar em consideração outros elementos que determinem a gravidade da lesão ao patrimônio ideal do ofendido.

O **art. 4º, caput**, preceitua que o direito a indenização pelo dano moral é, de regra, intransmissível. Por exceção, o parágrafo único prevê que se transmite o direito à indenização pelo dano moral aos herdeiros e sucessores da pessoa física ou jurídica ofendida, desde que reconhecido por decisão judicial transitada em julgado.

O **caput do art. 5º** determina, propriamente, que a indenização do dano moral pode ser pedida cumulativamente com a dos danos materiais decorrentes do mesmo fato. O § 1º consigna que a sentença que acolher os pedidos determinará o tipo de reparação pertinente ao dano moral e discriminará, quando pecuniária, o respectivo valor. O § 2º prevê que a indenização pelo dano material será considerada integrante da devida pelo dano moral, quando importar em abrandamento deste.

Além disso, o **art. 6º** do projeto fixa o valor da indenização com base nos seguintes parâmetros, nos casos de:

a) morte: de R\$ 41.500,00 (quarenta e um mil reais) a R\$ 249.000,00 (duzentos e quarenta e nove mil reais), levando-se em consideração a proximidade do ofendido com a vítima, bem como a expectativa de vida desta;

b) lesão corporal: de R\$ 4.150,00 (quatro mil, cento e cinqüenta reais) a R\$ 124.500,00 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos reais), considerando-se o grau de incapacidade resultante para a vítima e a existência de dano estético;

c) ofensa à liberdade: de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais) a R\$ 124.500,00 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos reais), sopesando-se o tempo que o ofendido ficou injustamente privado da liberdade;

d) ofensa à honra:

d.1) por abalo de crédito: de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais) a R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), observando-se as providências que o ofensor tiver adotado para evitar a persistência do fato, a existência de fatos similares e contemporâneos, a repercussão objetiva, de acordo com a existência de outros fatos diretamente relacionados com a natureza do dano;

d.2) de outras espécies: de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais) a R\$ 124.500,00 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos reais), levando-se em consideração a utilização da imprensa para a realização da ofensa, hipótese em que o valor da reparação pecuniária será fixado em razão do número de emissões, da amplitude da circulação e da abrangência do veículo, e acrescido de dez por cento;

e) descumprimento de contrato: de R\$ 4.150,00 (quatro mil, cento e cinqüenta reais) a R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), fixando a indenização no limite máximo se a ofensa resultante do descumprimento do contrato importou risco grave à vida ou à saúde;

f) condenação contra a Fazenda Pública: a reparação do dano será feita segundo os parâmetros estabelecidos acima, observada a redução final de vinte por cento sobre o respectivo valor.

Outro aspecto da proposição refere-se à legitimação ativa para a ação de indenização por dano moral, prevista no *caput* do art. 7º do projeto, que propõe a fixação do litisconsórcio ativo necessário no tocante ao ofendido e aos integrantes do seu núcleo familiar, quando a todos for possível demandar em nome próprio.

Para os efeitos desta Lei, nos termos do § 1º, integram o núcleo familiar os descendentes, o cônjuge ou companheiro sob união estável, os ascendentes e, na linha colateral, os parentes em primeiro grau. Além disso, nos termos dos §§ 2º e 3º, a sentença que acolher o pedido de indenização, se houver reparação pecuniária, levará em consideração a qualidade da relação entre o autor e o ofendido, acrescentando um terço ao valor fixado de acordo com os parâmetros previsto no art. 6º, bem como definir quanto cabe a cada litisconsorte.

Em consonância com os dispositivos anteriores, o **art. 8º** do projeto estabelece que os acréscimos e reduções de que tratam os artigos 6º e 7º serão considerados após a fixação do valor base da reparação, dentro dos limites estabelecidos pelos incisos do *caput* do mesmo art. 6º, ainda que o resultado final os extrapole.

Do **art. 9º** consta a cláusula prescricional, relativa ao prazo de três anos concedido aos ofendidos para o ajuizamento da ação de indenização por dano moral.

O **art. 10** prevê que os valores mencionados no art. 6º serão corrigidos mês a mês pelo índice nacional de preços ao consumidor, medido por instituição pública federal ou qualquer outro que venha a substituí-lo.

Por fim, o **art. 11** encerra a cláusula de vigência imediata da proposta.

Justificando a medida, assinala o autor do projeto que embora haja previsão constitucional e legal para a reparação do dano moral, *ainda não existe regulamentação dos valores das indenizações*.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O PLS nº 334, de 2008, não apresenta vício de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por despacho da Presidência ou consulta de qualquer comissão, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria afeita ao direito civil e processual.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 334, de 2008, tendo em vista que: i) compete privativamente à União legislar sobre direito civil e processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); bem assim que iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea. Ademais, não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e v) se afigura dotado de potencial coercitividade.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos. Contudo, desde logo, em alguns dispositivos, verificamos alguns erros de mera redação que devem ser corrigidos, são eles: o *caput* do art. 3º (ressalvada a hipótese), o § 1º do art. 7º (efeitos desta Lei — que deve ser grafada em letra maiúscula).

No que se refere ao mérito, temos que o dano moral difere do de natureza material porque, no primeiro, existe o sofrimento, a contrariedade, a quebra de expectativa ou a decepção. Na hipótese de dano material, a possibilidade de aquilatar-se o valor do objeto torna fácil estabelecer uma correlação com o da indenização. O mesmo, porém, não acontece nas hipóteses de dano moral. Pergunta-se: em quanto se traduz, materialmente — isto é, em valor financeiro — o desalento de sofrer uma violação da intimidade, da vida privada, da honra ou da imagem?

Todos nós ficamos sabendo — aliás, já podemos ter sido até vítimas — de alguma violação à nossa honra e, em pouquíssimos casos, os agentes causadores responderam, a contento, aos pedidos de indenização formulados. A título de exemplo, a expressão *"estamos providenciando a retirada do nome do senhor do cadastro de inadimplentes"* não diz absolutamente nada. Ao fim, para dizer o mínimo, ainda que o nome lançado no cadastro de maus pagadores seja removido e devolvido o crédito na praça ao ofendido, é impossível, pela subjetividade que cada caso encerra, quantificar-se o grau de vexame, de injúria, de temor e de revolta que essa situação pode gerar a alguém.

Em razão da dificuldade de se quantificar o dano moral e o respectivo valor indenizatório, o vetusto Código Civil de 1916 preferiu, em previsão conjunta (*dano moral e material*), limitar-se a estabelecer o dever de indenizar, sem dizer o valor: *"Art. 159. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito ou causar prejuízo [material ou moral] a outrem, fica obrigado a reparar o dano".*

O dano moral, desde 1916, encartado no Código Civil, só foi efetivamente consolidado pela Constituição Federal de 1988, cujo art. 5º, V, reza, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravio, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

.....

Em virtude da falta de disciplinamento legal acerca da indenização por dano moral, cabe aos tribunais estipular o valor da reparação, vale dizer, transformar a mágoa sofrida pela vítima numa quantia objetiva. Esse tratamento casuístico, hoje dado às ações judiciais, vem gerando disparidades entre os valores arbitrados. A ausência de critérios de definição para o ressarcimento dos danos, muitas vezes, exime o infrator de reparar suficientemente as lesões praticadas, com a estipulação de um valor muito aquém do justo.

Destaque-se o caráter inovador do projeto, ao pretender dispor sobre a matéria, com o intuito de eliminar tais distorções, nos casos em que é possível identificar o ofensor e a qualidade da ofensa. Com efeito, o que se busca é conferir eficácia normativa ao preceito constitucional, já considerado como um dos mais avançados do mundo.

À luz do exposto, o projeto é meritório, porquanto oportuno e conveniente.

Não obstante, o projeto admite alguns aperfeiçoamentos. O primeiro deles se refere à exclusão da expressão “repercussão social do dano”, disposta no inciso III do art. 3º da proposição, por reduzida densidade normativa, porquanto entrega ao prudente arbítrio do juiz o cálculo do valor indenizatório, embora o projeto tenha fixado critérios mínimos e máximos que devem ser respeitados.

Já o segundo aperfeiçoamento do projeto, ao propugnar o caráter inibitório do valor da indenização, nos termos do inciso VI do art. 3º, não pode ser aprovado, pelo caráter punitivo a que se propõe, destoante do restante da proposição que propugna pelo sentido meramente compensatório da indenização pelo dano moral.

Finalmente, a última emenda, que se refere ao art. 10, para prever a correção do valor da indenização mês a mês, quando, na verdade, deveria ser anualmente, suprimindo a fase da liquidação de sentença (arts. 475-A a 475-H do Código de Processo

Civil). Isso porque o cálculo do valor da condenação, que é meramente aritmético, dispensa contadores judiciais, além de evitar reflexamente o incremento inflacionário.

III – VOTO

Diante de todo o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2008, com as seguintes emendas:

EMENDA N° – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao inciso III do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2008:

"Art.3º.....
III – repercussão pessoal do dano;
....."

EMENDA N° – CCJ

Suprime-se o inciso VI do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2008.

EMENDA N° – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 10 do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2008:

"Art. 10. Os valores mencionados no art. 6º serão corrigidos anualmente pelo índice nacional de preços ao consumidor medido por instituição pública federal ou qualquer outro que venha a substituí-lo."

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



PARECER Nº 243, DE 2011

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2007, do Senador Wilson Matos, que altera o art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar, na educação básica, a freqüência mínima exigida para aprovação.

RELATOR: Senador INÁCIO ARRUDA

I – RELATÓRIO

Cuida-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 385, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que tem por fito aumentar a freqüência mínima para aprovação na educação básica, dos atuais 75% para 85% do total das horas letivas.

O art. 2º do projeto estabelece a entrada em vigor da nova lei no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

A proposição foi distribuída com exclusividade para esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para análise em caráter terminativo.

Após a apresentação de relatório concluindo pela aprovação da matéria, na forma de um substitutivo, o PLS foi retirado de pauta por solicitação nossa. De volta à CE para a continuidade de sua tramitação, a proposição retornou para nossa relatoria com a finalidade de examinar duas emendas, oferecidas pelo Senador Marconi Perillo.

A Emenda nº 1, além de elevar a freqüência mínima para aprovação na educação básica para 85% propõe a designação de coordenadores para acompanhar os alunos faltantes e faculta às escolas com esse tipo de dificuldade solicitar o apoio do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares.

Por fim, a segunda emenda visa modificar a ementa do PLS nº 385, de 2007, para melhor especificar seu objeto.

II – ANÁLISE

Em sua justificação ao projeto em exame, o Senador Wilson Matos sublinha a má performance escolar dos estudantes brasileiros, em mensurações periódicas de âmbito nacional e internacional, tais como: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Como solução alternativa ao problema do atraso relativo da educação brasileira, o nobre Parlamentar pugna pelo aumento, em mais 10%, da frequência mínima exigida para aprovação dos estudantes, dos atuais 75% para 85%.

Com esse fim, sustenta o Parlamentar na sua justificação que “não podemos fazer vista grossa à exigência insuficiente de comparecimento às aulas, como possível causa do fenômeno de absenteísmo tolerado, intimamente associado, a nosso ver, aos resultados indesejáveis nos testes de avaliação apontados”.

Muito embora concordemos com o diagnóstico e com a ideia de elevação da frequência mínima para aprovação dos estudantes, permitimo-nos uma pequena, porém substancial alteração no PLS em exame.

Com efeito, a elevação do percentual, tal como proposto no PLS em foco e na Emenda nº 1, nos parece excessiva, já que tanto os pais quanto os estudantes necessitam de alguma margem de manobra para eventuais faltas que se mostrem necessárias, seja por doença ou eventuais contratempos.

No caso de afastamento de estudante da sala de aula por motivo de saúde, vale relembrar que o atestado de saúde subscrito por médico garante ao educando a submissão a provas de segunda chamada, mas não abona as faltas que lhe forem imputadas.

Ademais, o estudante trabalhador poderá encontrar, na elevação excessiva da frequência mínima, entrave intransponível à sua formação pessoal.

Com relação às demais sugestões da Emenda nº 1, entendemos que, na legislação educacional vigente, não existem normas que dificultem ou impeçam a iniciativa das escolas no sentido ali apontado.

Já a alteração da ementa do PLS nº 385, de 2007, prevista na Emenda nº 2, nos parece oportuna, mas incompleta, posto que remanesce a necessidade de acrescentar a referência ao objeto da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ali mencionada.

Nesses termos, nossa proposta é de que a frequência mínima passe a 80% do total de aulas, um percentual bastante elevado, mas que ainda garante a possibilidade de 20% de faltas.

Feitos os reparos apontados, o projeto não apresentará quaisquer óbices quanto aos aspectos de constitucionalidade, juricidade, regimentalidade e técnica legislativa.

III - VOTO

Em vista do exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2007, nos termos da emenda substitutiva a seguir, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

EMENDA N° 1 - CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 385, DE 2007

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24.....

.....

VI – o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de oitenta por cento do total de horas letivas para aprovação;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2011.

 Presidente

 Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 385 /07 NA REUNIÃO DE 26/05/2011
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *(Assinatura)* Sen. Roberto Requião

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)

ANGELA PORTELA	1-DELCÍDIO DO AMARAL
WELLINGTON DIAS	2-ANIBAL DINIZ
ANA RITA	3-MARTA SUPLICY
PAULO PAIM	4-GLEISI HOFFMANN
WALTER PINHEIRO	5-CLÉSIO ANDRADE
JOÃO RIBEIRO	6-VICENTINHO ALVES
MAGNO MALTA	7-PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE	8-ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA	9-(VAGO)
INÁCIO ARRUDA	10-(VAGO)
RELATOR	

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

ROBERTO REQUIÃO	1-(VAGO)
EDUARDO AMORIM	2-VALDIR RAUPP
(VAGO)	3-LUIZ HENRIQUE
GARIBALDI ALVES	4-WALDEMAR MOKA
JOÃO ALBERTO	5-VITAL DO RÉGO
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO PETECÃO
RICARDO FERRAÇO	7-FRANCISCO DORNELLES
BENEDITO DE LIRA	8-(VAGO)
ANA AMÉLIA	9-(VAGO)

Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1-ALVARO DIAS
MARISA SERRANO	2-ALOYSIO NUNES FERREIRA
PAULO BAUER	3-FLEXA RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4-JAYME CAMPOS
JOSÉ AGRIPIINO	5-DEMÓSTENES TORRES
	(PTB)
ARMANDO MONTEIRO	1-MOZARILDO CAVALCANTE
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-(VAGO)
	(PSOL)
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

COMISIÓN DE EDUCACIÓN: PREGUNTAS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL EMENDA SUBSTITUTIVA AO PLS 385/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA	X					DELCÍDIO DO AMARAL				
WELLINGTON DIAS	X					ANIBAL DINIZ				
ANA RITA						MARTA SUPLICY				
PAULO PAIM						GLEISI HOFFMANN				
WALTER PINHEIRO	X					CLÉSIO ANDRADE				
JOÃO RIBEIRO						VICENTINHO ALVES				
MAGNO MALTA						PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE	X					ANTONIO CARLOS VALADARES				
LÍDICE DA MATA	X					VAGO				
JACINTO ARRUDA	X					VAGO				
TITULARES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
ROBERTO REQUÍLIO					VAGO					
EDUARDO AMORIM	X				VALDIR RAUPP					
VAGO					LUIZ HENRIQUE					
GARIBALDI ALVES					WALDEMAR MOKA					
JOÃO ALBERTO SOUZA					VITAL DO REGO					
PEDRO SIMON					SÉRGIO PETECÃO	X				
RICARDO FERRÃO					FRANCISCO DORNELLES					
BENEDITO DE LIRA					VAGO					
ANA AMELIA	X				VAGO					
TITULARES - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
CYRIO MIRANDA					ALVARO DIAS	X				
MARISA SERRANO	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA					
PAULO BAUER	X				FLEXA RIBEIRO					
MARIA DO CARMO ALVES	X				JAYME CAMPOS					
JOSE AGripino					DEMÓSTENES TORRES					
TITULARES - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
ARMANDO MONTEIRO					MOZARILDO CAVALCANTI					
JOÃO VICENTE CLAUDIO	X				VAGO					
TITULAR - (PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
MARNOR BRITO					RANDOLPH RODRIGUES					

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: —

SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO

TEXTO FINAL

EMENDA N° 1 – CE (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 385 DE 2007

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação.

O CONGRESSO NACIONAL de decreta:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24.....

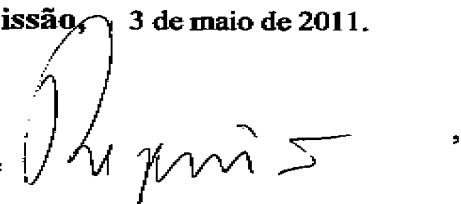
VI – o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de oitenta por cento do total de horas letivas para aprovação;

.....(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de maio de 2011.

Senador
Presidente



Senador
Relator



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação continua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3311-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Of. nº 22/2011/CE

Brasília, 3 de maio de 2011.

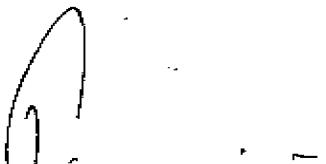
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Matéria adotada pela Comissão

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 284, combinado com o art. 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, na reunião realizada nesta data, o Substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Inácio Arruda, ao Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2007, do Excelentíssimo Senhor Senador Wilson matos, que “Altera o Art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar, na educação básica, a freqüência mínima exigida para aprovação”, foi dado como definitivamente adotado pela Comissão.

Atenciosamente,


SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER Nº 244, DE 2011

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2011, da Senadora
Lídice da Mata e dos Senadores João Durval e Walter
Pinheiro, que denomina “Engenheiro Vasco Filho” o trecho
da BR-324, que liga os Municípios de Salvador e Feira de
Santana, na Bahia.

RELATOR: Senador VICENTINHO ALVES

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 66, de 2011. Trata-se de iniciativa conjunta dos ilustres representantes do Estado da Bahia – a Senadora Lídice da Mata, o Senador João Durval e o Senador Walter Pinheiro –, destinada a atribuir ao trecho da rodovia BR-324 que liga os municípios de Salvador e Feira de Santana a denominação “Engenheiro Vasco Filho”.

Com a denominação proposta, os autores pretendem homenagear o descritivo e a capacidade técnica daquele que foi considerado “uma das maiores expressões da engenharia nacional, por sua participação no planejamento, construção e conservação de inúmeras estradas de rodagem no País”, com destaque para a ligação rodoviária objeto da homenagem.

Segundo registra a justificação apresentada, o Engenheiro Vasco Filho chegou à Bahia ainda na primeira metade do século passado, inicialmente como engenheiro da Estrada de Ferro Leste Brasileiro e a partir de 1940 como chefe do 7º distrito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) com jurisdição e trabalhos nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Goiás. No exercício dessa função, foi o pioneiro das estradas de rodagem no Estado da Bahia, destacando-se de modo especial na construção da Rio – Bahia. Responsável pelo planejamento e pela construção da principal ligação rodoviária entre a capital do Estado e o interior – a chamada “Estrada Bahia-Feira” –, que atualmente integra o traçado da rodovia federal BR-324.

Foi também Vasco Filho o responsável por todos os acessos à cachoeira de Paulo Afonso, inclusive, o estudo sobre “canyon” do rio São Francisco onde propiciou a locação definitiva da ponte metálica que liga o território baiano ao alagoano.

Eleito deputado federal pela Bahia em 1950, permaneceu na Câmara dos Deputados por 5 legislaturas. Durante os 20 anos que atuou como deputado federal, presidiu a Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados por várias vezes. O ponto alto da sua atuação na Câmara dos Deputados foi a elaboração do Plano Nacional de Viação, um trabalho que consagra Vasco Filho como engenheiro e parlamentar. O Plano Nacional de Viação mostra claramente a sua luta pela integração Nacional.

Distribuído com exclusividade à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para apreciação em caráter terminativo, o PLS nº 66, de 2011, não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

De acordo com o que dispõe o art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE pronunciar-se a respeito de matérias que versem sobre homenagens cívicas, como a que é objeto da proposição em análise. Por ser a única comissão a examinar o projeto, deve a CE opinar também sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa empregada.

A proposição em exame promove justa homenagem ao Engenheiro Vasco Filho. Foi graças à inteligência, à dedicação e à competência do criador da antiga “Bahia-Feira” que, há exatos sessenta anos, o Estado da Bahia passou a contar com um eixo rodoviário fundamental para o desenvolvimento da região.

Tal como vislumbrado pelo engenheiro que a concebeu e implantou, a ligação Salvador-Feira de Santana, hoje incorporada à BR-324, tanto contribuiu para equacionar o escoamento da produção, inclusive pela via portuária, como promoveu a sonhada articulação da capital do Estado com as demais regiões do País, a partir dos grandes eixos rodoviários com ponto de passagem em Feira de Santana.

Do ponto de vista do mérito, portanto, nada mais pertinente e oportuno que a proposta de associar definitivamente o nome de Vasco Filho ao trecho da BR-324 compreendido entre Salvador e Feira de Santana, já que a iniciativa vem em reconhecimento da dedicação com que o homenageado conduziu a obra rodoviária que alavancaria o desenvolvimento do Estado, e ocorre justamente quando a “Estrada Bahia-Feira” completa sessenta anos de sua construção.

Nascido em Pitangui (MG) em 1892, Vasco Filho morreu na cidade do Rio de Janeiro (RJ) aos quase noventa anos de idade. A despeito de não ser natural da Bahia, o engenheiro por todos conhecido como “Dr. Vasco” integrou-se perfeitamente – não apenas em termos profissionais, mas também na vida pessoal e familiar – ao Estado que o acolheu.

Quanto à conformidade com o ordenamento jurídico vigente, verifica-se que o projeto atende aos pressupostos atinentes à competência da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa legislativa, tal como disposto, respectivamente, nos arts. 21, inciso XXI, 48 e 61, *caput*, da Constituição Federal.

Verifica-se, igualmente, observância aos critérios que disciplinam a atribuição de designação a componentes do Sistema Nacional de Transportes e, de modo geral, aos bens públicos de propriedade da União, expressos nas seguintes leis: i) Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite a atribuição, mediante lei especial, de designação supletiva àquela de caráter oficial aos terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Transporte, admitindo, para esse fim, “designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação ou à humanidade”; e ii) Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que veda a atribuição de “nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”.

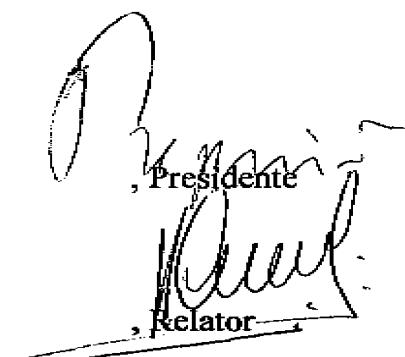
A técnica legislativa não demanda correções, estando de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Destaque-se, por fim, que o trecho rodoviário objeto da homenagem não recebeu, até o momento, outra denominação além daquela prevista na nomenclatura oficial.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2011.

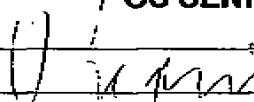
Sala da Comissão, 3 de maio de 2011.



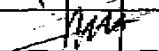
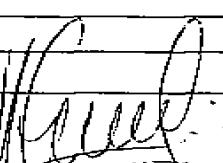
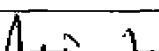
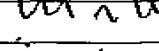
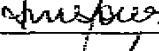
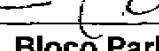
A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'M', is positioned above the title 'Presidente'. Below it, another handwritten signature, appearing to be a stylized 'M' with a horizontal line through it, is positioned above the title 'Relator'.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

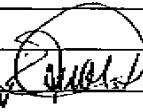
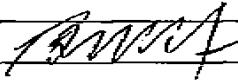
ASSINAM O PARECER AO PLS N° 66/11 NA REUNIÃO DE 03/05/2011
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  Sen. Roberto Requião

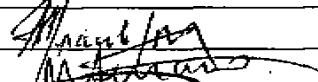
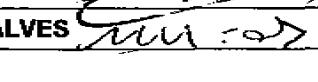
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)

ANGELA PORTELA		1-DELCÍDIO DO AMARAL
WELLINGTON DIAS		2-ANIBAL DINIZ
ANA RITA		3-MARTA SUPLICY
PAULO PAIM		4-GLEISI HOFFMANN
WALTER PINHEIRO		5-CLÉSIO ANDRADE
JOÃO RIBEIRO		6-VICENTINHO ALVES
		RELATOR 
MAGNO MALTA		7-PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE		8-ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA		9-(VAGO)
INÁCIO ARRUDA		10-(VAGO)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

ROBERTO REQUIÃO		1-(VAGO)
EDUARDO AMORIM		2-VALDIR RAUPP
(VAGO)		3-LUIZ HENRIQUE
GARIBALDI ALVES		4-WALDEMAR MOKA
JOÃO ALBERTO		5-VITAL DO RÉGO
PEDRO SIMON		6-SÉRGIO PETECÃO
RICARDO FERRAÇO		7-CIRO NOGUEIRA
BENEDITO DE LIRA		8-(VAGO)
ANA AMÉLIA		9-(VAGO)

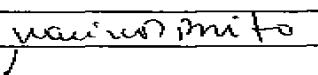
Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA		1-ALVARO DIAS
MARISA SERRANO		2-ALOYSIO NUNES FERREIRA
PAULO BAUER		3-FLEXA RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES		4-JAYME CAMPOS
JOSÉ AGRIPINO		5-DEMÓSTENES TORRES

(PTB)

ARMANDO MONTEIRO		1-MOZARILDO CAVALCANTE
JOÃO VICENTE CLAUDINO		2-(VAGO)

(PSOL)

MARINOR BRITO		1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	---	----------------------

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORELÁ	X					DELCIOR DO AMARAL				
WELLINGTON DIAS	X					ANIBAL DINIZ				
ANA RITA	X					MARTA SUPLICY				
PAULO PAIM						GLEISI HOFFMANN				
WALTER PINHEIRO	X					CLÉSIO ANDRADE				
JOÃO RIBEIRO						VICENTINHO ALVES	X			
MAGNO MALTA						PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM Buarque	X					ANTONIO CARLOS VALADARES				
LÍDICE DA MATA						VAGO				
INÁCIO ARRUDA	X					VAGO				
TITULARES (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUJÃO	X					VAGO				
EDUARDO AMORIM	X					VALDIR RAUPP				
VAGO						LUIZ HENRIQUE				
GARIBALDI ALVES						WALDEMAR MOLA				
JOÃO ALBERTO SOUZA						VITALDO REGO				
PEDRO SIMON						SERGIO PETECÃO				
RICARDO FERRACO						CIRINO GOUQUEIRA				
BENEDITO DE LIRA	X					VAGO				
ANA AMELIA						VAGO				
TITULARES - (PSDB, DEM)		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA	X					ALVARO DIAS				
MARISA SERRANO	X					ALOYSIO NUNES FERREIRA				
PAULO BAUER	X					ELEY RIBEIRO				
MARIA DO CARMO ALVES	X					JAYME CAMPOS				
JOSE AGUIARINO						DEMÓSTENES TORRES				
TITULARES - (PTB)		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PTB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTERO						MOZARILDO CAVALCANTI	X			
JOÃO VICENTE CLAUDIO						VAGO				
TITULAR (PSOL)		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSOL)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINOR BRITO	X					RANDOLFE RODRIGUES				

TOTAL: 46 SIM: 45 NAO: — ABS: — AUTOR: 1 PRESIDENTE: 04

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/05/2011

SENADOR ROBERTO REQUJÃO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 21. Compete à União:

XXI - estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

Art. 48. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977.

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

OF. nº 23/2011/CE

Brasília, 3 de maio de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 066, de 2011, de autoria de Suas Excelências os Senhores Senadores Lídice da Mata, João Durval e Walter Pinheiro, que “Denomina “Engenheiro Vasco Filho” o trecho da BR-324 que liga os Municípios de Salvador e Feira de Santana, na Bahia”.

Atenciosamente,



SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foram lidos anteriormente os Pareceres nºs 237 a 239, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2011** (nº 5.543/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2011** (nº 5.545/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB) e dá outras providências*; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2011** (nº 5.548/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI) e dá outras providências*.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 15 e 16, de 2011**, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Lei da Câmara nºs 275, de 2009; e 146, de 2010**.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº15/2011/CE

Brasília, 16 de abril de 2011

Assunto: Rejeição de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 275, de 2009, de autoria de Sua excelência o Senhor Deputado Claudio Dias, que “Denomina Rodovia Denis William Lawson o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 16/2011/CE

Brasília, 26 de abril de 2011

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010, de autoria de Sua Excelência a Senhora Deputada Fátima Bezerra e outros, que “Declara Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica”.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com referência aos **Ofícios nºs 15 e 16, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 49, de 2011**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2008** (tramitando em conjunto como Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2008).

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 49/11-Presidência/CCJ

Brasília, 4 de maio de 2011

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2008, que “Altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais”, de autoria do Senador Lobão Filho; e do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2008, que “Regulamenta o dano moral e a sua reparação”, de autoria do Senador Valter Pereira, que tramita em conjunto.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao **Ofício nº 49, de 2011**, fica

aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 22 e 23, de 2011**, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Lei do Senado nºs 385, de 2007; e 66, de 2011**.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 22/2011/CE

Brasília, 3 de maio de 2011

Assunto: Matéria adotada pela Comissão

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 284, combinado com o art. 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que na reunião realizada nesta data o Substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Inácio Arruda, ao Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2007, do Excelentíssimo Senhor Senador Wilson Matos, que “Altera o art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação”, foi dado como definitivamente adotado pela Comissão.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 23/2011/CE

Brasília, 3 de maio de 2011

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2011, de autoria de Suas Excelências os Senhores Senadores Lídice da Mata, João Durval e Walter Pinheiro, que “Denomina Engenheiro Vasco Filho”, o trecho da BR-324 que liga os Municípios de Salvador e Feira de Santana, na Bahia”.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com referência aos **Ofícios nºs 22 e 23, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2011** (nº 5.909/2009, na Casa de Origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que *dispõe sobre o Quadro de Pessoal e a Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências*.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2011** (nº 5.549/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006**, do Senador Tasso Jereissati, que *altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros; e*

– **Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2011**, da Senadora Gleisi Hoffmann, que *altera o art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para explicitar a proibição de aplicação da suspensão condicional do processo aos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu os seguintes expedientes de Ministros de Estado:

- **Aviso nº 111, de 3 de maio de 2011**, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 769, de 2010, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
- **Aviso nº 341, de 29 de abril de 2011**, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 876, de 2010, da Senadora Kátia Abreu.
- **Aviso nº 108, de 27 de abril de 2011**, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 934, de 2010, do Senador Alvaro Dias.
- **Ofício nº 68, de 4 de maio de 2011**, da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 7, de 2011, do Senador Alvaro Dias.
- **Ofício nº 53, de 28 de abril de 2011**, do Ministro de Estado da Previdência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 86, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin.

– **Ofício nº 31, de 28 de abril de 2011**, do Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 88, de 2011, da Senadora Marinor Brito.

– **Ofício nº 4.567, de 27 de abril de 2011**, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 132, de 2011, da Senadora Marinor Brito.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 503, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº160, de 2010 e do Projeto de Lei do Senado nº196, de 2010, por versarem sobre a mesma matéria. – Senador **Vital do Rêgo**.

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

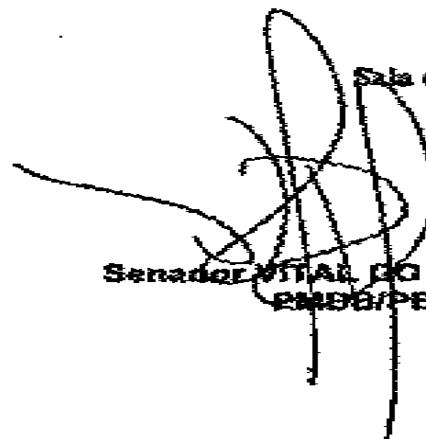
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 504, DE 2011

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal na 100ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho – OIT a realizar-se em Genebra- Suíça, nos dias 1º a 17 de junho de 2011, requeiro nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e o art. 40, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para o desempenho da referida missão oficial, no período de 13 a 17 de junho do corrente ano.

Comunico, nos termos do inciso I do artigo 39, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 12 a 18 de junho de 2011.

Sala das Sessões, de maio de 2011.

Senador ALVARO DIAS DO PSDB/PR

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 110, de 2011**, da Liderança do PSDB, o Senador Ataídes Oliveira para integrar, como titular, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 110/11-GLPSDB

Brasília, 9 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Ataídes de Oliveira para integrar, como titular, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Há oradores inscritos.

Passo a palavra ao nobre Senador Acir Gurgacz, Líder do PDT de Roraima.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Líder do PDT de Roraima...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Rondônia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Rondônia, Rondônia. Não troque o meu Estado, não é? Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Não troque o meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a dispõe do tempo necessário para o seu

pronunciamento. Em seguida, o Senador Cristovam Buarque e, logo após, a Senadora Ana Amélia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, é com prazer que anuncio, aqui, a licitação para a duplicação da BR-364, no Município de Ji-Paraná. Ela foi publicada na semana passada para que, no dia 14/06, possam ser abertas as propostas. Enfim, foi marcada para o dia 14 de junho a licitação da duplicação da BR-364, no Município de Ji-Paraná – uma obra importantíssima para o Estado de Rondônia, principalmente para quem mora na nossa cidade de Ji-Paraná, e nós a anunciamos com muita alegria. A primeira licitação estava marcada para o dia 29 de dezembro, mas houve contestação por parte das empresas. Segundo o DNIT, foram feitas todas as adequações ao edital e, portanto, está marcada para 14 de junho a abertura dessa licitação.

Participamos, na sexta-feira passada, de uma rodada de debates promovida semanalmente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, cujo tema foi o preço do etanol. O debate foi transmitido pela TV Senado e pela Internet, mobilizando muita gente. Recebemos dezenas de perguntas pelo Twitter e pelo 0800 do Alô Senado. Pudemos levantar um tema muito importante para o País neste momento, que é a alta dos combustíveis, principalmente do álcool, que tem produção brasileira, produção nacional e está tendo recentes altas, pelo menos nas bombas de combustíveis.

Os preços do álcool e da gasolina influenciaram, nos últimos meses, de forma demasiadamente negativa, os índices de inflação no nosso País. Infelizmente, puxaram para cima os números desse dragão que assombrou, durante décadas, a população brasileira no século passado.

Quem tem mais de 30 anos e quem estuda a história do Brasil sabe muito bem como foram terríveis os anos vividos sob ameaça constante do processo inflacionário. Era uma época em que o brasileiro chegava ao final do mês com um salário que valia metade – ou menos – do que valia no início do mês.

Para as novas gerações, isso é até difícil de entender e, para as gerações mais antigas, a ameaça da volta da inflação é assustadora, mas nem todos pensam assim. Tem gente que ganhou muito com a inflação e sente falta daquele tempo. É gente que não produz, que não põe a mão na massa e vive apenas de fazer especulação financeira.

O Brasil não pode voltar mais a esse tempo. Os governos dos presidentes Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula fizeram sua parte, batalhan-

do contra a inflação e esse império de especulação, e o nosso País venceu, mas a luta não foi vencida para sempre, e isso requer uma alma vigilante de cada brasileiro e, principalmente, de nossos governantes. É preciso muito patriotismo, muita noção da coletividade e dos direitos da maioria para continuar nessa luta.

Gracias às vitórias que tivemos contra a inflação, hoje, o Brasil é um País que conseguiu dar duros golpes contra a pobreza. Hoje, o Brasil tem mais de 13 milhões de famílias cadastradas no Bolsa Família. Isso garantiu uma redução drástica no número de pessoas na faixa de extrema pobreza, que é a de famílias com renda abaixo de R\$70,00 mensais.

A batalha contra a pobreza não parou por aí. O Plano Brasil Sem Miséria previa a erradicação da pobreza extrema até a década em que vivemos, e estamos próximos disso, mas isso somente quer dizer que precisaremos ser muito mais ousados do que fomos até agora para garantir a sustentabilidade de nossa economia em todas as faixas, para que as pessoas não precisem do apoio do Estado para sempre.

A nossa Presidenta Dilma prossegue na meta de investir em dois pontos muito importantes, iniciados pelo Presidente Lula: a infraestrutura e o investimento no ser humano.

A Presidenta afirmou, hoje, que o Governo pretende qualificar oito milhões de trabalhadores até 2014, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), e disse, também, que irá conceder 75 mil bolsas aos que querem estudar no exterior. Para quem já está no mercado de trabalho, serão oferecidos cursos de formação e qualificação profissional, e, para o estudante do ensino médio, será oferecida formação profissionalizante. O jovem que quiser aprender uma profissão vai ter direito a uma bolsa de estudos; vai fazer o ensino médio num turno e o curso profissionalizante no outro turno.

O Governo concluirá, neste ano, 81 novas escolas técnicas e entregará mais 200 novas escolas até 2014, totalizando 555 unidades em todo o nosso País.

A Presidenta Dilma disse, ainda, que agora os estudantes brasileiros terão mais chances de estudar no exterior. Segundo ela, cerca de cinco mil brasileiros estudam, atualmente, em países como Alemanha, França e Estados Unidos. Ela sabe que é um desafio grande, mas tem certeza de que podemos alcançá-lo.

Com as bolsas de estudo no exterior e com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec, Dilma afirmou que o País dará um “grande salto” no desenvolvimento. Eu comento com a Presidenta dessa certeza.

Nas palavras dela: “O Brasil precisa de mão de obra qualificada para prosseguir nesse novo ciclo do

seu desenvolvimento". Por isso, destaco também a importância do programa Projovem Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego, na qualificação dos jovens na faixa de 18 a 29 anos. Mais de 40% dos jovens conquistaram um emprego após passar por esse programa.

O certo é que precisamos investir em todos os níveis. As bolsas no exterior ajudarão muito no esforço de ampliar em quantidade e qualidade as nossas pós-graduações no Brasil. Isso vai incrementar o desenvolvimento científico na forma de registro de patentes, desenvolvimento de informação e tecnologias próprias, nossas tecnologias.

Precisamos encarar o Brasil como uma missão de cada um de nós, brasileiros, e esse projeto passa, obrigatoriamente, pela educação. Considerando que existe uma relação direta entre educação e desenvolvimento tecnológico e econômico, precisamos de investimentos permanentes em todas as áreas e níveis da educação e qualificação dos nossos profissionais. Só assim vamos consolidar a posição de destaque que, hoje, já temos no cenário mundial.

Uma grande Nação só se constrói no dia-a-dia, ao pensarmos e praticarmos nossas ações cotidianas em favor do coletivo, de nossa economia e do bem-estar social, principalmente quando lutamos por nossos valores e fazemos valer as nossas necessidades acima dos interesses de outras nações.

Por muito tempo, o Brasil foi considerado o quinto do Primeiro Mundo, dos países industrializados.

Isso mudou, e muito. A nossa soberania tem um preço muito caro, e cada brasileiro reconhece a sua importância.

Nesta semana, um tema de grande importância para o futuro do nosso País será a votação do Código Florestal na Câmara dos Deputados. A decisão sobre nossas relações com o meio ambiente deve ser somente nossa, sem interferências de grupos e de interesses estrangeiros.

Já abordamos aqui neste plenário, diversas vezes, o quanto a agroindústria estrangeira esconde sua incapacidade de concorrer com o Brasil, atrás de um discurso ambientalista. Com esse discurso, ONGs internacionais e governos estrangeiros vêm tentando interferir há anos em nossa política ambiental, e isso vem trazendo prejuízos à nossa Nação.

Apesar disso, continuamos seguindo nossa vocação para o agronegócio e deveremos ser o maior produtor de alimentos do mundo nos próximos dez anos. Para isso, precisamos votar o nosso Código Florestal, temos que trazê-lo à nossa realidade hoje.

Ouço, com prazer, a Senadora Ana Amelia.

A Srª. Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Acir Gurgacz, V. Ex^a, que lidera a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa, com muita competência vem conduzindo, junto com a Comissão de Meio Ambiente, os debates relativos ao Código Florestal. As audiências públicas em relação a essa matéria mostraram a sua eficácia e a sua importância na decisão que devemos tomar aqui no Senado, quando a matéria, esperamos que amanhã, seja votada pela Câmara dos Deputados. Porque ela é, como disse V. Ex^a muito bem, inadiável. Não só no seu Estado, Rondônia, mas no meu Rio Grande do Sul, no outro extremo, na região sul meridional, a importância disso diz respeito à própria tranquilidade dos produtores rurais, aprensivos que estão pela demora na tomada de decisão do Congresso Nacional a respeito de matéria tão relevante quanto essa. Como se não bastassem os problemas recorrentes que vivem os produtores de arroz do meu Estado, por exemplo, que não conseguem obter o preço mínimo fixado pelo Governo, de R\$25,00 a safra. Esses mesmos produtores, que estão produzindo em áreas consolidadas de várzea, temem que, se o Código Florestal não for votado no prazo que esperamos, que possam sofrer a insegurança jurídica, agravando ainda mais os problemas, hoje decorrentes de uma descapitalização muito perigosa, por conta exatamente do endividamento, e desse impasse que o Governo não consegue, no campo econômico, resolver, que é o da comercialização do arroz. Lembrado ainda, Senador Acir Gurgacz, que o Governo brasileiro não toma nenhuma atitude em relação, por exemplo, ao protecionismo que a Argentina está adotando em relação aos produtos brasileiros, porque chega a cada mês no mercado consumidor brasileiro cem mil toneladas de arroz provenientes da Argentina, e não há nenhuma contrapartida entre o que a Argentina faz contra os produtos brasileiros e os produtos brasileiros que chegam ao nosso mercado. Poderia muito bem o Governo suspender temporariamente essas importações para tornar o mercado mais equilibrado. Cumprimento V. Ex^a pela abordagem desse tema e por renovar a urgência que a aprovação do Código Florestal tem para o País. É uma questão de Estado, não é uma questão apenas dos produtores rurais. Muito obrigada, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amelia. De fato, é um problema importante, e a sua solução vem beneficiar o País – produtores e ambientalistas. Por isso que resolvemos participar de audiências públicas sempre juntos, as Comissões de Agricultura e a de Meio Ambiente, Comissão da qual V. Ex^a faz parte e atua com muita eficiência.

Precisamos andar juntos, ambientalistas e produtores rurais. O Código é para todos os brasileiros, não é somente para quem produz ou para quem é ambientalista. Entendo que todos nós somos ambientalistas, já que todos nós temos essa preocupação com o meio ambiente, Senador Paim. Hoje há uma consciência nacional de que nós, brasileiros, precisamos cuidar das nossas florestas, cuidar das nossas áreas de preservação.

Somente com regras bem definidas para o uso de nosso imenso e rico território é que vamos fazer justiça com quem produz o nosso alimento e trazer segurança jurídica para milhões de brasileiros. O novo Código Florestal será uma dessas ferramentas para regularizar a situação de nossos agricultores.

Já construímos um bom acordo entre os líderes partidários, o Governo e o relator do novo Código Florestal, mas restam ainda dois pontos de divergência sobre o texto, são eles: a discordância com relação à recomposição da reserva legal em áreas consolidadas e, quanto à recomposição da vegetação ao redor dos rios considerados pequenos – com até 10 metros de largura.

É difícil definir uma regra única para todo o Território Nacional com relação a esses aspectos. Esses dois pontos vão atingir em cheio os pequenos produtores rurais e agricultores familiares que, possivelmente, terão de abandonar suas atividades para recompor essas áreas. Acredito que haja uma composição para ajudar a agricultura familiar, Senador Paim, que preside esta sessão. É importante darmos apoio aos agricultores que dependem da agricultura familiar.

É hora, mais uma vez, de pensarmos com muita seriedade no Brasil como um todo, no nosso povo e no nosso futuro.

Era isso que eu tinha para esta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Acir, pela grandeza do seu pronunciamento que, mais uma vez, fortalece os interesses não só do povo do seu Estado, mas de todo o Brasil.

Passamos, de imediato, a palavra à Senadora Ana Amélia. Na verdade, seria a vez do Senador Cristovam, que não se encontra em plenário. (Pausa.) Assim sendo, passamos a palavra à Senadora Ana Amélia; em seguida, a concederei ao Senador Alvaro Dias, caso nenhum dos Senadores inscritos adentrem ao plenário antes de eu conceder a palavra a V. Ex^a.

Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Presidente Paulo Paim; Senadoras e Senadores; nossos te-

lespectadores da TV Senado; nossos ouvintes da Rádio Senado; senhoras e senhores, na semana passada, usei esta tribuna para abordar uma questão recorrente nas relações entre os Poderes, especificamente entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Refiro-me à produção do Congresso Nacional,

Na ocasião, eu a abordei, essa não é uma preocupação só minha, mas da maioria dos Senadores, Senador Alvaro Dias, relacionada ao excesso de medidas provisórias, que vêm sufocando a atividade do Congresso Nacional por conta do acúmulo dessas medidas provisórias sobre o Congresso.

O problema das medidas provisórias não é novo. Ele existe desde a promulgação da Constituição de 1988, já que o sistema de governo previsto para a época era parlamentarista e ficamos com o presidencialismo. E, aí, ficou um anacronismo sério, uma dificuldade muito grande.

À guisa da oposição para suprir ou suplantar aquilo que chamavam de “entulho autoritário do regime militar”, que era o decreto-lei, o famigerado decreto-lei assim chamado, deram ao Presidente da República, e aos presidentes que o sucederam desde 1988, um verdadeiro cheque em branco, que é a medida provisória, um instrumento típico do sistema parlamentarista de governo. Agora, estamos nessa encrave e nesse impasse, porque a atividade legislativa está comprometida pelo excesso de medidas provisórias.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – V. Ex^a, didaticamente, como sempre, e com muita competência, coloca a causa essencial de estarmos vivendo um momento de subtração das nossas prerrogativas: lembra a Constituinte, que foi buscar no modelo italiano parlamentarista um mecanismo que dá força ao Executivo na esfera do Legislativo. É evidente que, no sistema parlamentarista, tem sentido; no sistema presidencialista, confere forças exorbitantes ao ato de legislar. O Presidente torna-se o maior legislador do País. Em um presidencialismo forte como o nosso, este instrumento da medida provisória extrapola os limites da convivência, afeta a boa relação entre os Poderes. Sem dúvida alguma, trata-se de subtrair prerrogativas, de impor posições de forma a passar a ideia do autoritarismo que queremos evidentemente evitar. V. Ex^a aborda essa questão. Mais uma vez, ela tem sido amplamente debatida. Vamos discuti-la nos próximos dias, provavelmente quarta-feira, na Comissão Constituição, Justiça e Cidadania. Sem dúvida, tem sido uma das razões do desgaste imenso que o Legislativo vem sofrendo nos últimos anos. Por isso a importância do pronunciamento de V. Ex^a nesta segunda-feira.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Alvaro Dias, Líder da Minoria, das oposições. De fato, na verdade, nós aqui também temos uma certa dose de culpa pela anuência com que tratamos desse processo, que não acontece por acaso. O Governo só consegue impor a sua agenda ao Parlamento porque tem instrumentos capazes de cooptar, de forma, às vezes, artificial ou direta, não ideológica, o apoio político dos Parlamentares, especialmente da sua base aliada. Em outras palavras, a maneira como as instituições políticas foram ordenadas no Brasil hoje gera uma relação de subordinação e clientelismo entre os Poderes, aliás, nada saudável para uma democracia, porque uma das exigências desse equilíbrio e da consolidação democrática é exatamente o equilíbrio entre os Poderes e não um se sobrepor ao outro como acontece hoje na relação Executivo/Legislativo. Aliás, um dos exemplos mais claros desse instrumento, Senador Alvaro Dias, de cooptação do apoio dos Parlamentares, são as emendas ao orçamento, instrumentos esses que agora, está-se vendo, também não têm sido tão eficazes nessa relação, embora o Governo continue usando essa tutela ou esse espírito clientelista para obter o apoio aqui no Congresso Nacional.

Todos os anos, ao enviar o Orçamento da União para apreciação aqui no Congresso, Senadores e Deputados têm a oportunidade de propor emendas ao projeto original, destinando recursos a projetos ou programas orçamentários que, na opinião dos parlamentares, merecem especial atenção. São para os Estados, são para os Municípios, são para instituições comunitárias, alguns dos quais examinados dos chamados orçamentos participativos e com uma grande, digamos, efervescência, no debate no localismo, respeitando as prioridades e aspirações comunitárias.

Na maioria das vezes, são recursos utilizados para o atendimento de demandas locais, apresentadas pela população aos seus representantes, visando suprir a indisponibilidade de recursos das prefeituras, pois se sabe hoje que 60% de tudo o que é arrecadado fica concentrado na mão da União sob a forma de impostos ou contribuições.

A iniciativa parlamentar de propor uma emenda e aprová-la não no texto final do Orçamento não é garantia de que o recurso seja efetivamente destinado à finalidade que se propõe, pois pertence ao Governo Federal a prerrogativa da execução orçamentária. Como se sabe, o Orçamento aqui no Congresso, o papel do Congresso é apenas autorizar o Executivo a realizar aquela despesa, não é um Orçamento impositivo. Todos os anos, desde que o processo de planejamento orçamentário foi consolidado, sucessivos governos têm utilizado, Senador Paulo Paim, o decreto do con-

tingenciamento, e isso significa dizer: impedindo que a execução orçamentária siga o seu curso normal e transformando o Orçamento em uma peça de mera ficção. É o que nós mais ouvimos, e é a pura verdade. A partir do decreto do contingenciamento, o Poder Executivo passa a ter total controle sobre os investimentos que serão efetivamente realizados.

Um estudo realizado pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle desta Casa, Senador Acir Gurgacz, encomendado pelo Presidente da Comissão Mista de Orçamentos, Senador Vital do Rêgo, e divulgado hoje pelo jornal *Valor econômico* mostra por que o Orçamento fictício tem causado frustração em prefeitos que veem recursos para obras na peça orçamentária, mas dificilmente veem esses mesmos recursos na conta dos Municípios ou liberados pelos órgãos competentes, especialmente a Caixa Econômica Federal.

O levantamento mostra que a proporção da execução sobre os valores inicialmente propostos é muito pequena, e ainda foi reduzida de 31,78%, em 2007, para 17,31%, em 2008, e 14,74%, em 2009. Dados preliminares sobre a execução do Orçamento de 2010 mostram que a taxa de execução – pasmem – deve ficar em apenas 14%. É realmente uma forma pouco equilibrada do respeito à democracia e de absoluta subordinação do Congresso à vontade do Poder Executivo.

Curioso é observar que mesmo que a taxa de execução orçamentária das emendas esteja em declínio, nos últimos anos foi aumentado o limite individual de apresentação dessas emendas pelos parlamentares. Em 2003, o limite de apresentação de emendas individuais ao orçamento era de R\$2 milhões, tendo sido ampliado gradualmente até os R\$15 milhões atuais.

Ao final do processo orçamentário, a destinação de menos de 1% dos recursos públicos obtidos com a cobrança de impostos é efetivamente decidida pelo Congresso. É muito pouco, Senador Acir Gurgacz, pelo papel e pela responsabilidade que tem o Congresso no atendimento das demandas da comunidade, o que torna o instrumento das emendas muito importante para os parlamentares, caro para os parlamentares, mas muito barato para o Governo, porque quem se desgasta na base são os parlamentares que fizeram as emendas. Só que elas não são executadas. Isso acontece na sua Rondônia, acontece no Rio Grande do Sul, no Paraná do Senador Alvaro Dias, em todos os Estados brasileiros. E os parlamentares da base do Governo são os primeiros a reconhecerem esse grave problema.

A baixa taxa da execução orçamentária, Senador Acir Gurgacz, é mais um dos motivos que levam milhares de prefeitos e vereadores a promoverem verda-

deiras peregrinações pelos corredores do Congresso Nacional e também pelos Ministérios, na esperança de ver as emendas que são aprovadas na lei orçamentária serem efetivamente executadas, transformando-se em investimento na qualidade de vida da população de suas cidades.

Amanhã, aqui em Brasília, começa mais uma marcha, a XIV Marcha dos Prefeitos. Aliás, se deixar do jeito que vai, vai até à XL. Se não mudarem esse tal Pacto Federativo, vai à XL mesmo. Mas agora é a XIV Marcha dos Prefeitos, que estão em Brasília novamente nessa mobilização organizada pela Confederação Nacional dos Municípios, comandada pelo líder municipalista Paulo Ziulkoski. Essa marcha é um movimento de luta dos 5.560 Municípios brasileiros contra a concentração de recursos públicos nas mãos da União. É no Município, Senador, que as pessoas moram, que as pessoas vivem, que as riquezas são geradas; portanto, é no Município que os recursos deveriam estar concentrados e não na União, porque no Município o recurso tem um controle direto da comunidade. Todo mundo sabe onde mora o prefeito, todo mundo sabe onde estão os vereadores. E vão lá, às vezes de dedo em riste, à porta da casa do prefeito ou mesmo da prefeitura para fazer as cobranças quando falta uma iluminação, quando há uma rua esburacada, quando não há transporte escolar ou a merenda escolar está deficiente, como vimos ontem a assustadora denúncia.

Mas é exatamente nesse contato direto que há a interface da autoridade do Executivo municipal com os seus moradores.

Hoje, 60% dos recursos gerados com a arrecadação dos impostos ficam na mão da União; 24% ficam na mão do Estado e somente 16% com os Municípios, que têm que cuidar da educação básica, das creches, do transporte escolar, da merenda escolar e de tantas outras competências, como saúde pública. Na maioria dos casos, os Municípios aplicam mais de 20% do orçamento em saúde.

No Município de Panambi, no Rio Grande do Sul, o Prefeito Miguel Schmitt-Prym, aplica 34% do orçamento em saúde pública. Então, é realmente uma situação em que nem os Estados nem a União aplica igual percentual para atender a questão da saúde, Presidente Acir Gurgacz.

Um estudo feito pela própria Confederação Nacional dos Municípios demonstra que a taxa de investimento média da União, entre os anos de 1995 a 2008, foi de apenas 18,5%. E a dos Estados, a taxa de investimento, no mesmo período, foi de 38,4%, muito mais do que a União.

Mas – pasmem – quanto investiram os Municípios nesse período, Senador Acir Gurgacz? Utilizaram 43%

dos seus recursos orçamentários em investimentos nesse mesmo período, quando a União aplicou 18,5% e os Estados, 38,4%.

Esse estudo demonstra que é preciso, urgentemente, revermos o tal pacto federativo, sem o qual vamos continuar batendo e as marchas dos prefeitos vão continuar acontecendo. Esse desequilíbrio gera uma situação de instabilidade até institucional na relação entre os entes federativos. A prima riquíssima, que é a União, os remediados, que são os Estados – um ex-governador do Paraná está ali sorrindo – e os primos pobres, que são os Municípios. Pobres na acepção correta da palavra.

Mas, enquanto a revisão do pacto federativo não encontra condições políticas para se viabilizar, não podemos ficar aqui de braços cruzados, meu caro Presidente.

Eu apresentei, aliás, no dia 5 de abril, uma proposta com conteúdo idêntico à que já foi apresentada pelo saudoso Senador e ex-Vice-Presidente da República José Alencar. Essa foi uma das iniciativas parlamentares mais importantes que ele tomou e eu tratei de desarquivá-la em homenagem à sua memória, mas pelo que ela tem de relevância em relação à questão federativa.

A apresentação dessa emenda do Senador José de Alencar, na Legislatura de 2007, acrescenta o art. 166-A ao texto da Constituição Federal, para estabelecer que a programação constante da lei orçamentária anual, decorrente de emendas parlamentares, será de execução obrigatória, vedado o seu cancelamento ou contingenciamento, e que sua não execução implica em crime de responsabilidade.

Penso que a oportunidade de trazer à tona a emenda e renová-la tal como fez José Alencar à época, em 2007, é uma homenagem a este grande brasileiro que nos deixou recentemente.

O projeto tramita na forma da Proposta de Emenda Constitucional nº 17, de 2011, à qual peço o apoio das Sras e dos Srs. Senadores, para que possamos apreciá-la com a celeridade que o assunto merece.

Ao passo em que solicito também o apoio dos colegas para a tramitação da proposta de emenda constitucional que torna o orçamento de emendas parlamentares impositivo, estou me associando à Proposta de Emenda Constitucional nº 31, de 2011, de autoria do Senador Aécio Neves, que determina que a União compense financeiramente os demais entes federados, Estados e Municípios, no próprio exercício financeiro e na forma da lei, assim como os Estados compensem seus respectivos Municípios, sempre que adotarem a concessão de qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo ou redução de alíquotas,

concessão de crédito presumido, anistia, remissão, favores fiscais ou financeiros-fiscais, ou qualquer outro benefício de natureza tributária relativo a impostos ou contribuições cujas receitas sejam compartilhadas na forma estabelecida na Constituição.

Também apoio a regulamentação da Emenda nº 29, Presidente Acir Gurgacz, que estabelece que a União invista o mínimo de 10% de seu Orçamento em saúde. Atualmente, a União não vem cumprindo a determinação constitucional, e os Municípios, cada vez mais cheios de atribuições, precisam completar o serviço de saúde com os recursos próprios, na proporção que acabei de falar.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, agradecendo a generosidade de V. Ex^a, gostaria de registrar aqui e pedir a transcrição nos Anais desta Casa da Agenda Legislativa, que está neste momento sendo apresentada pelo Presidente da Federação das Indústrias e do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, empresário Paulo Tigre, aos parlamentares integrantes da bancada gaúcha no Congresso Nacional, Deputados e Senadores.

Estou aqui agora com a missão de dar conhecimento desta Agenda Legislativa, reafirmando o desejo aqui no Congresso Nacional de ajudar intensamente.

Entre outros temas, está a questão da guerra fiscal entre os Estados, que é prioritária para o setor industrial. Essa é uma questão séria, assim como o câmbio, a valorização da moeda brasileira, frente ao real, provocando, para Estados exportadores, como o Rio Grande do Sul e outros Estados, uma situação de absoluto desequilíbrio e problemas muito sérios em relação não somente à balança comercial, mas até na desindustrialização, que é um processo sério.

Agora mesmo, o setor de máquinas e implementos agrícolas, do qual o Rio Grande do Sul detém 60% da produção nacional, corre o risco dessa desindustrialização pelas condições não competitivas com a Argentina ou com a China. Com isso, nossas indústrias podem se transferir para esses países, atraídas exatamente pela segurança que têm.

Outra demanda importante que este Congresso examina – já houve pedido de leitura na sessão do Congresso Nacional – diz respeito aos *royalties* do pré-sal. A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – as entidades dos municípios – apoia exatamente a derrubada do voto à questão do pré-sal, para beneficiar a maioria dos municípios e dos Estados, e não apenas aqueles em que a bacia do pré-sal está inserida.

Também são favoráveis ao Cadastro Positivo, que cria a lista dos bons pagadores, ao Código Florestal, como já nos referimos há pouco – e V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz, estava na tribuna –, à terceirização dos

serviços e a outras alterações, como a redução da faixa de fronteira.

Senador Acir Gurgacz, V. Ex^a, que é de um Estado de fronteira, sabe que esse projeto foi aprovado nas comissões temáticas aqui do Senado por meio de um requerimento feito por mim. Foi desarquivado e está em condições de entrar na Ordem do Dia do plenário do Senado. É uma matéria de grande interesse para todos os Estados que estão em limite de fronteira.

Enfim, são temas recorrentes que interessam não apenas ao meu Estado do Rio Grande do Sul, mas tenho a convicção de que a todos os Estados brasileiros nos limites de fronteira.

Muito obrigada, Presidente Acir Gurgacz. Agradeço também a audiência e a atenção das Srs e dos Srs. Senadores.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA ANA AMELIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

**FIERGS
REUNIÃO COM A BANCADA FEDERAL GAÚCHA
ESPAÇO RIO-GRANDENSE, 9 DE MAIO DE 2011.**

Roteiro

- Saudação aos parlamentares;
- Agradecimento à interlocução com os deputados federais e senadores;

* Esta é a primeira reunião que realizamos com a nova formação da Bancada Federal Gaúcha após as eleições de 2010.

* Nosso propósito é o de sempre colaborar, através do diálogo franco e aberto, posicionando abertamente os interesses do setor industrial no desenvolvimento sustentado do Rio Grande do Sul e do País;

* Reafirmamos que a Fiergs e o Ciergs, no seu papel institucional, e os nossos Conselhos Temáticos, nas suas funções técnica e especialista, continuam à disposição para subsidiar as decisões de voto dos parlamentares desde a apreciação inicial das matérias, ou mesmo colaborando na formulação de propostas.

* Vamos começar mostrando como está a economia do Rio Grande do Sul, cujo desempenho deixa a desejar. O nosso coordenador da Unidade de Estudos Econômicos, Igor Morais, fará a apresentação.

(fala Igor)

* Além disso, temos questões que afetam a economia do Rio Grande do Sul e que precisamos mostrar e conquistar o apoio da Bancada Federal Gaúcha para o seu equacionamento.

* Começamos pela Guerra Fiscal entre os estados. Passo a palavra ao coordenador do nosso Conselho Técnico, Thômaz Nunnenkamp, que vai nos dar uma visão desse quadro.

(fala Contec)

* Outro ponto é referente ao Câmbio, pelo que passo a palavra ao coordenador do Conselho de Comércio Exterior, Cézar Müller, para abordar esse tema.

(fala Cézar Müller – Temas: Câmbio e Simba)

• Por fim, cabe referir o trabalho realizado anualmente pela Confederação Nacional da Indústria, que é a Agenda Legislativa, e que certamente todos os senhores têm conhecimento.

• A partir desse trabalho, elegemos os pontos que merecem a atenção dos parlamentares, e que faremos a entrega neste momento.

(entrega do material)

* São dois blocos: aquelas propostas que contribuem para a nossa competitividade, e as que reduzem a competitividade.

* Ao encerrar, colocamos mais um ponto que interessa em particular à economia do Rio Grande do Sul:

– A questão dos **royalties** do Pré-Sal, onde a Fiergs quer se inserir nos movimentos que defendam a divisão proposta pelo então Dep. Ibsen Pinheiro e que foi objeto de voto pela Presidência da República.

* Acreditamos que se tratam de recursos importantes para o Estado e devemos lutar para a derrubada do voto presidencial.

* Agora, colocamos a palavra à disposição dos nossos convidados.

PAUTA BÁSICA DA AGENDA LEGISLATIVA

1. Cadastro Positivo (pela aprovação)

Cria a lista dos bons pagadores, estabelecendo na prática um histórico de crédito positivo quando hoje existe apenas o cadastro da inadimplência.

2. Extinção do Adicional do FGTS (pela aprovação)

Não mais se justifica a manutenção do adicional de 10% na multa do FGTS nas demissões sem justa causa. Essa conta foi paga e com sobras pelos empregadores.

3. Código Florestal (bom senso)

Importante para o País. Porém devem ser observadas as questões estaduais, especialmente os aspectos econômicos de sustentação de municípios e regiões.

4. Terceirização de serviços (pela aprovação)

A indústria considera a terceirização essencial, numa economia globalizada, pois reduz custos e mantém a eficiência das empresas.

É fundamental para a segurança jurídica.

5. Medida Provisória 517 (pela aprovação com ressalvas)

A MP é importante, pois incentiva os empréstimos de longo prazo.

Entretanto, é prejudicial quando propõe a prorrogação por 25 anos da RGR (Reserva Global de Reversão), um dos dez principais encargos incidentes sobre a conta de energia elétrica, cuja tarifa cresceu cerca de 200% nos últimos dez anos.

6. Redução da Jornada de Trabalho (pela rejeição)

A PEC 231 volta à cena do Congresso neste ano, objetivando reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais.

A indústria não é contra a redução da jornada, quando acordada entre as partes: Trabalhadores e Empregadores, através dos Sindicatos.

Somos contra a redução da redução da jornada por Lei. Isso, deve ser resolvido no foro das negociações coletivas.

7. Convenção 158 da OIT (pela rejeição)

Reiteramos que a Convenção 158 está em descompasso com as práticas do mundo globalizado. O Brasil já dispõe de um bom sistema de proteção ao trabalhador, como aviso prévio, seguro desemprego e a multa de 40% no saldo do FGTS nas hipóteses de dispensa imotivada.

É preciso encerrar essa discussão, todos nós temos outros assuntos importantes para nos dedicarmos.

8. Contribuição Social para a Saúde – CSS (Favorável com ressalvas)

Somos contra a criação de novos impostos. O PLP nº 306/2008, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29 trata de matéria importante, pois fixa os percentuais mínimos a serem investidos na saúde. Entretanto foi contaminado pela inclusão da CSS que, ao cabo, vem recriar a CPMF.

9. Redução da Faixa de Fronteira, Projeto aprovado nas comissões temáticas do Senado que, através de requerimento feito pela Senadora Ana Amélia Lemos, foi desarquivado encontrando-se em condições de entrar na ordem do dia do Plenário do Senado. Esta matéria é de interesse de todos, para fomentar os investimentos junto as nossas fronteiras.

10. Lei de Incentivo à Educação, PL nº 1.476/2001, de autoria do Senador Zambiasi, estende para os cursos de nível superior, o benefício às empresas que incentivam a educação dos trabalhadores.

Nosso pedido é que os Senhores trabalhem para a constituição de Comissão Especial com vistas a apreciar e formular parecer sobre o Projeto. Cabe destacar que, aprovado o PL, será permitido que o custeio da educação superior dos empregados possa ser abatido da base de incidência da contribuição para o regime geral de previdência social, hoje limitada à educação básica.

Maio, 2011.

Durante o discurso da Sra. Ana Amelia, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amelia, pelo tema que V. Ex^a traz, principalmente em relação aos nossos prefeitos. Como ex-Prefeito, agradeço as suas colocações. De fato, precisamos dar o apoio de que precisam, pois são eles que sabem dos maiores problemas de suas cidades e também sabem como resolvê-los, faltando apenas condições para isso.

Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, do PT do Paraná.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{os}s e Srs. Senadores, venho a esta tribuna fazer um elogio e um apelo. Elogio ao esforço de construir consenso em torno da votação do Código Florestal, coordenado pelo Deputado Aldo Rebelo, que fez um excelente trabalho em seu relatório, e pela Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, que tem tido postura firme e proativa em relação à matéria.

E apelo aos líderes na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, e novamente ao Deputado Aldo Rebelo e à Ministra Izabella Teixeira em favor da votação, ainda nesta semana, das mudanças no Código Florestal Brasileiro.

Faço isso com muita tranquilidade, porque conheço o grau de compromisso da Presidenta Dilma Rousseff e dos integrantes do Governo com a busca de solução para os problemas que afigem a nossa população.

O Código Florestal mexe com a vida de todos os brasileiros e brasileiras, pois diz respeito à preservação e conservação do meio ambiente, à nossa biodiversidade, ao equilíbrio ambiental do País e à maneira como vamos garantir alimentação melhor, mais saudável e mais barata para nossa população. E é de se ressaltar que essas situações não são antagônicas nem concorrentes.

Feito há mais de cinquenta anos e alterado, na linha do tempo, por meio de decretos e portarias, o Código Florestal funcionará melhor se for atualizado para atender às necessidades e exigências do presente.

Hoje, nossa legislação ambiental tem nada menos que 16 mil itens, e grande parte deles não tem conexão com a realidade econômica e social do País. Não tem, igualmente, sintonia com o atual estágio de desenvolvimento da nossa agricultura.

A verdade é que o Código Florestal contém normas ineficazes, que não garantiram a preservação ambiental no decorrer dos anos e que não ampararam os agricultores, em especial os pequenos e familiares, a adotarem atitudes mais sustentáveis no trato da terra.

Essas normas precisam de correção imediata. E é isso que vem sendo feito, de forma extremamente responsável, sob a coordenação dos líderes do Governo e a participação democrática dos partidos com assento no Parlamento.

É bom ressaltar que o foco das mudanças é o conjunto do território nacional e não apenas a Amazônia, Presidente Ana Amelia. Convém destacar, ainda, que a totalidade da área de exploração agrícola do País concentra-se secularmente nas regiões Sul e Sudeste e, mais recentemente, no Centro-Oeste. A contribuição da Amazônia para a produção agrícola é marginal, e assim deve continuar. Ali, a reserva legal das propriedades é de 80%.

Nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a reserva legal é de 20% das propriedades, sejam elas de cinco ou de cinco mil hectares; estejam em áreas planas ou de relevo, em várzeas ou na caatinga. Segundo o IBGE, dos 4.367.902 imóveis da agricultura familiar, mais de 82% não possui nenhuma área de preservação permanente ou de reserva legal. Nos pequenos, toda a terra é utilizada para sobrevivência da família. Isso significa que, pelas regras da atual legislação ambiental, quase 100% dos nossos agricultores familiares estão na ilegalidade, seja pela ausência de reserva legal, seja porque cometem supostos crimes antes de mudanças feitas no Código Florestal.

A reserva legal de 80% na zona de floresta da Amazônia, por exemplo, é de 2000, mas, antes disso, o próprio Estado incentivava o pequeno lavrador, que ele próprio levava, como colono, a derrubar a mata para ter direito ao lote e acesso a crédito.

Assim funcionou também no meu Estado, o Paraná, que, a partir da década de 70, teve as suas matas dizimadas, com incentivo do Governo, para a produção agrícola. Agora, nesse processo de revisão da atual lei ambiental, precisamos avaliar, com equilíbrio e ponderação, se é correto manter penalidades retroativas a quem desmatou quando a lei ainda não tipificava esse tipo de infração. Ou se adotamos tempo e incentivo para que essas regiões possam ser recuperadas pelos agricultores de boa-fé, especialmente aqueles da agricultura familiar, pois é quem trabalha com a terra e tira dela o sustento o mais indicado para dela cuidar, incluindo sua biodiversidade.

O mesmo estímulo que houve para o desmatamento deve ser feito agora para a recuperação das matas. Não sou a favor da anistia irrestrita, mas tam-

bém não acredito que multas sobre o passado trarão consciência e aliados para a causa ambiental. Sempre acreditei mais na abordagem positiva.

As linhas gerais do texto apresentado ao País pelo Relator do projeto na Câmara, Deputado Aldo Rebeiro, contam com forte aceitação entre os produtores do meu Estado, o Paraná. Ali, 86% dos estabelecimentos rurais são da agricultura familiar, e a posição dos paranaenses na análise dessa questão é relevante. Não estou dizendo isso por bairrismo ou para defender causa própria. Estou dizendo porque o desenvolvimento do Paraná, assim como o desenvolvimento do País, vem sendo feito com a força da nossa agricultura e das famílias do campo.

Dos quase vinte milhões de hectares de território que possui, o Paraná tem cerca de dezoito milhões de hectares ocupados com a agricultura, a pecuária, matas e rios. E uma das reivindicações dos nossos produtores é a mudança do Código Florestal para a isenção dos 20% de reserva legal nas propriedades rurais com até quatro módulos fiscais, que, no meu Estado, o Estado do Paraná, atinge, em média, oitenta hectares. Das quase 380 mil propriedades paranaenses registradas, cerca de 320 mil serão beneficiadas se essa medida for aprovada.

E quero dizer aqui, desta tribuna, que, mesmo se não houver consenso em torno deste ponto, votarei em favor dos pequenos produtores do Paraná e do Brasil. E peço aos deputados e senadores que prestem atenção especial a este ponto.

O Brasil é hoje um país urbano. Segundo o IBGE, pelo Censo de 2010, 84% da sua população é urbanizada, um aumento de 23 milhões de habitantes nas cidades, concentrada nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, onde se tem grande parte da produção de *commodities* agrícolas no sistema de monocultura mecanizada.

No Censo Agrícola de 2006, o número de estabelecimentos da agricultura familiar era de 4,3 milhões contra cerca de 800 mil não familiares. Enquanto a área familiar era de apenas 24% do total da terra produtiva, o valor de sua produção foi de 38%, denotando um rendimento maior por hectare. O mesmo se dá na média de pessoas empregadas por cem hectares: 15,4 em propriedades familiares, e 1,7 nas não familiares. A agricultura familiar é responsável por uma parte substancial da renda agrícola e, sobretudo, de um meio rural com gente. Por isso, precisa de tratamento diferente.

Sra Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou de uma geração que tem enorme preocupação com o meio ambiente. Minha geração defende a preservação de rios, florestas e tem responsabilidade com nosso legado ambiental. Tem, igualmente, compromisso com as

vidas humanas. Para grande parte da minha geração, é importante preservar o meio ambiente, assim como é importante diminuir o número de pessoas que passam fome, aumentar e baratear a produção de comida, melhorar a infraestrutura do País e reduzir a pobreza.

Como Diretora Financeira de Itaipu, presenciei um grande programa de conservação ambiental que alinhava, na mesma causa, produtores agrícolas e defensores do meio ambiente. Temos de ter cuidado com aqueles que só querem explorar a terra sem cuidar dela, aumentando demasiadamente lucratividade e retorno, mas também temos de ter cuidado com aqueles que vivem às custas da ecologia, que só costumam divulgar dados que apóiam suas causas. Seu interesse não é necessariamente fornecer a visão global do problema. Muitos deles são ligados a causas externas, contrárias aos nossos interesses.

O Brasil reduziu em 80% o desmatamento na Amazônia. O Brasil é o país com mais áreas protegidas no mundo: 2,4 milhões de quilômetros quadrados, 28% do seu território. Em segundo lugar, vem a China com 17%; e, em terceiro lugar, a Rússia com cerca de 8%.

Temos, ainda, a maior quantidade de vegetação nativa, original, do mundo. E não podemos ignorar que, graças às suas águas e à sua agricultura, o Brasil tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo: 47,3% de fontes renováveis, ante uma média mundial de 18,6% e de 7,2% dos países ricos.

Isso nos estimula a continuarmos a caminhada da sustentabilidade ambiental.

Esses dados mostram que o Brasil tem responsabilidade ambiental maior que países ditos desenvolvidos. Portanto, aqueles que defendem uma causa em posição arrogante, afirmando apenas a sua convicção como verdade, não favorecem o debate. Em nenhuma matéria, deve haver apenas ataques de parte ou outra, mas, sim, persuasão e argumentos. Se só existem ataques, as partes hostilizam-se, e torna-se cada vez mais complexo tratar e decidir sobre o que, afinal, é interesse de todos nós.

Essa matéria não admite vencidos e vencedores. É para o ganha-ganha que devemos caminhar. O nosso Governo, o Governo da Presidenta Dilma, está buscando a modernização, o crescimento da economia, a criação de empregos, melhores condições para os jovens, o combate à violência e à criminalidade na periferia nas grandes cidades. Vamos apoiar medidas para combater a pobreza extrema, melhorar a qualidade ambiental, as condições de ensino e o acesso da população a bons serviços de saúde. É assim que vamos continuar agindo: com grandeza, fé e confiança no futuro.

Espero sinceramente, Srª Presidenta Ana Amélia, que possamos, dentro em breve, ter nesta Casa, no Senado da República, a discussão do Código Florestal. Tão importante é a preservação, a conservação do meio ambiente, quanto a produção de qualidade em nosso País.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Gleisi Hoffmann, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann, que faz um pronunciamento confortante para aqueles brasileiros que não colocam a questão do Código Florestal numa disputa entre produtores rurais e ambientalistas, mas numa disputa para a geração futura, para o próprio futuro do nosso País. É a nação brasileira que está em jogo. E a senhora apresenta dados inquestionáveis, com sua moderação, com seu equilíbrio e com seu compromisso com as questões do seu Estado, o Paraná, mas, sobretudo, com as questões nacionais.

A senhora abordou, com muita propriedade, a questão da agricultura familiar, e é essa que tem dado sustentabilidade também. São os agricultores do seu Estado, do Sul do País, do Centro-Oeste, do Nordeste, do Sudeste, que têm hoje uma grande preocupação com a questão da sustentabilidade. Usam o plantio direto, a agricultura de alta precisão; fazem utilização também da ciência e da tecnologia em favor de uma produtividade maior.

A Embrapa revelou que, nos últimos 35 anos, houve um aumento da área plantada de 48%. No mesmo período, o aumento da produção de alimentos foi de 268%. Então, parabéns pelo seu pronunciamento. E nós todos, de braços dados aqui no Senado, estamos trabalhando para uma solução que seja boa para o Brasil em relação ao Código Florestal.

O nosso colega Deputado Darcísio Perondi estava aqui elogiando o seu pronunciamento, e reforço também as manifestações.

Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann.

Como orador inscrito, o Senador Alvaro Dias. Para usar o período regulamentar do seu pronunciamento, o Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia; Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Churchill sempre nos ensina. É bom buscar, nos seus ensinamentos, lições para o presente que vivemos na política brasileira.

Recolho frase que considero importante neste momento: "A verdade é inconvertível. A malícia pode

atacá-la, a ignorância pode zombar, mas, no fim, lá está ela".

A verdade é o que se busca, Srª Presidente Ana Amélia. Sei que há aqueles que se irritam, quando buscamos subsídios nas publicações da imprensa brasileira, mas essas publicações existem e não podem ser ignoradas.

Mas uma delas exige providências do Congresso Nacional, porque é um ataque direto a Senadores. E há um ataque que se faz por meio da generalização, que é burra, que desvaloriza os corretos e que acaba protegendo os desonestos.

Eu me refiro a uma matéria da revista *Veja*, assinada pelo jornalista Hugo Marques, que revela já conhecidas relações de promiscuidade existentes entre o Poder Executivo e o setor privado neste País.

Isso não é novidade. Isso é repetitivo. O tráfico de influência é uma prática mantida ao longo dos últimos anos, impunemente. Quantas vezes requisitamos a presença de responsáveis pelo tráfico de influência? Tentamos ouvir, por exemplo, Erenice Guerra; ouvimos Roberto Teixeira. Não foi em uma única oportunidade, nesta Casa, em comissões da Casa, que abordamos o tráfico de influência como algo trágico para o interesse público brasileiro. É uma mazela que se cristalizou nos bastidores da corrupção do País.

Mas me refiro hoje não ao tráfico de influência, que já nos cansamos de abordar nesta Casa. Eu me refiro ao outro componente dessa matéria. É uma matéria numa revista de circulação nacional, trazendo depoimentos de empresários sobre a classe política, e esses depoimentos merecem ser aprofundados, porque, repito, a generalização é perversamente injusta e tem de ser repelida.

Os engenheiros José Augusto Quintella Freire e Romônio Marcelino Machado, ex-donos da Sigma Engenharia, empresa adquirida pela Delta Construções em 2008, afirmam, ao longo da reportagem assinada por Hugo Marques, da revista *Veja*, numa referência a Fernando Cavendish, empreiteiro da Delta Construções, que multiplicou seus lucros na gestão dos últimos anos da União:

Ele disse abertamente para nós – e temos como provar – que não iria nos pagar porque era mais fácil e barato botar dinheiro na mão de políticos. Disse que com 6 milhões comprava até senador. Ele compra todo mundo.

Ele disse que comprava Senador. É preciso que afirme qual Senador. Eu não estou, evidentemente, fazendo nenhuma ilação em relação à impossibilidade de se comprarem políticos. É evidente que é possível comprar políticos, porque existem políticos e políticos;

existem aqueles que se vendem e aqueles que são incorruptíveis. E esses devem reagir, quando a generalização é usada como artifício para condenar corretos e proteger desonestos.

A reportagem menciona uma reunião com os sócios, no fim de 2009, quando se discutiam exatamente as razões do litígio que envolvem a compra da Sigma Engenharia, de José Augusto e Romônio. Naquela oportunidade, o empresário Fernando Cavendish revelou o que pensa da política e dos políticos brasileiros de modo geral: "Se eu botar 30 milhões de reais na mão de políticos sou convidado para coisas... Pode ter certeza disso!". E disse, ainda: "Com alguns milhões, seria possível até comprar um senador para conseguir um bom contrato com o governo".

Estão alguns Senadores aqui, no plenário. Será que algum destes admite a hipótese de ser comprado? Somos vários aqui. Evidentemente, não admitimos. Paulo Paim não admite; Vital do Rêgo não admite; Ana Amélia não admite; Suplicy não admite... Então, não podemos ignorar o fato. O fato existe. E nós temos de agir e exigir providências.

Eu sugiro ao Presidente do Senado que determine à Advocacia-Geral da Casa medidas no sentido de interpelar judicialmente os empresários mencionados em reportagem da revista *Veja* desta semana, que afirmaram poder comprar Senadores, desde que disponham de determinado número de recursos. É preciso que digam quem nesta Casa se vende e por quanto! Por quanto é irrelevante. Pode ser por um centavo, que a condenação é imprescindível, que a vergonha fica palpável. Por um centavo ou por milhões ou por bilhões, isso não importa. É preciso que digam qual Senador se vende. É preciso que o Presidente José Sarney determine à Advocacia da Casa que interpele judicialmente os acusados. Repito: a generalização é burra, a generalização é desonesta, a generalização tem de ser condenada, porque ela protege os desonestos e pune os corretos, desestimula os corretos. O Presidente do Senado tem o dever de preservar a honra da instituição.

Há outras duas outras providências que devemos adotar em parceria com os demais partidos de Oposição. Já conversamos com o Senador Demóstenes Torres ontem à noite, vamos conversar com o Senador Itamar Franco. Podemos sugerir à Comissão de Constituição e Justiça o convite a esses empresários para que venham prestar esclarecimentos sobre o que disseram, o que informaram ao País, a denúncia grave que apresentaram à Nação através da revista *Veja*. Temos de ouvi-los. Eles devem ter a ousadia necessária para apontar o dedo e indicar quais são os Senadores que se vendem. Essa é uma providência possível. Es-

peramos que a Comissão de Justiça a aprove. Afinal, temos de defender a nossa honra.

A outra possibilidade é representarmos ao Ministério Público. Cabe ao Ministério Público investigar as denúncias de tráfico de influência e outras ilegalidades praticadas e reveladas pelos empresários na matéria da revista *Veja*. Portanto, nós podemos, devemos e faremos representação ao Ministério Público e requerimento à Comissão de Constituição e Justiça, repetindo a frase de *Winston Churchill*: "A verdade é inconvertível. A malícia pode atacá-la, a ignorância pode zombar dela, mas, no fim; lá está ela." Queremos que ela seja apresentada a esta Casa e ao Brasil relativamente a este assunto.

Sr^a Presidente, antes de concluir – tenho ainda algum tempo –, quero fazer um registro. Recebi a visita do Prefeito de Mercedes, no Paraná, Vilson Schwanter. Amanhã, Brasília receberá milhares de prefeitos, cerca de 4 mil, provavelmente, em mais uma marcha, a 14^a marcha, já referida pela Senadora Ana Amélia.

O registro que faço vem exatamente na esteira da necessidade que temos de rediscutir o sistema federativo. Esse é apenas um pequeno ponto. O prefeito fala da distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o conhecido Fundeb.

O Prefeito Vilson expôs os problemas enfrentados por inúmeros Municípios do oeste do Paraná, e provavelmente de todo o País, no tocante aos critérios de redirecionamento de recursos do Fundeb.

Derivado do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef –, que vigorou de 1997 a 2006, o Fundeb tem por escopo a redistribuição nacional de recursos federais com vistas à redução das desigualdades educacionais e, por conseguinte, a melhoria do ensino público básico.

Como é do conhecimento dos Srs. Senadores, o critério balizador da redistribuição dos recursos do Fundo é calcado no número de alunos matriculados na educação básica, fator esse que, muitas vezes, não leva em conta a realidade dos Municípios.

Como bem destacou o prefeito, por esse princípio, os pequenos Municípios, a exemplo de Mercedes – que possui pouco mais de cinco mil habitantes e dispõe de limitada capacidade financeira –, são forçados a suportar a perda de recursos do Fundeb em favor de Municípios maiores e com melhores condições econômicas em razão de possuírem os mesmos, naturalmente, um número maior de alunos, matriculados na educação básica.

Esse mecanismo, que acarreta perdas crescentes, vem comprometendo a qualidade do ensino básico nos Municípios menores.

O exemplo das perdas verificadas em Municípios do oeste paranaense é mais do que revelador. Vejamos alguns números. O histórico de perdas acumuladas no Município de Mercedes, entre 2005 e 2010, é da ordem de R\$2,445 milhões. O Município de Pato Bragado, no mesmo período, amargou perdas de R\$2,070 milhões.

Diante desse cenário de perdas expressivas enfrentadas pelos Municípios de menor porte, registramos o apelo legítimo trazido pelo Executivo municipal: a busca de uma forma de compensação financeira, por parte da União, em favor dos pequenos Municípios que, a exemplo de Mercedes, enfrentam sérias dificuldades em decorrência das perdas acumuladas.

Esse é o registro, Srª Presidente, certo de que amanhã os prefeitos chegarão a Brasília trazendo na sua bagagem inúmeras reivindicações, mas que cabem perfeitamente no debate sobre o sistema federativo brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias. V. Ex^a aborda um tema também extremamente relevante para esta Casa. Precisamos resgatar a credibilidade da instituição legislativa, em particular do Senado, e as providências solicitadas por V. Ex^a serão encaminhadas ao Presidente do Senado, de acordo com o que prevê o próprio Regimento Interno.

Quero dizer a V. Ex^a também que é uma injustiça a generalização. É preciso, como se diz popularmente, separar o joio do trigo. Nessa medida, vamos encaminhar ao Presidente José Sarney as providências solicitadas por V. Ex^a.

Com o uso da palavra agora, como orador inscrito, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^a Srª Senadora Ana Amélia, que preside a sessão, Senador Alvaro Dias, Senador Suplicy, quero fazer uma série de registros, já que no fim de semana tive de ir para o Rio Grande do Sul e não estive aqui na sexta; aí acumulou.

Entre os compromissos lá, fui a um programa em que V. Ex^a esteve – do Pedro Ernesto, não é? –, um belo programa, e fiz a gravação.

Estive também num evento em Esteio, um encontro regional para discutir o que foi tema de um debate numa audiência pública hoje pela manhã aqui no Senado: a questão do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados.

Eu quero cumprimentar o Gilberto Guerzoni, Consultor aqui da Casa, do Senado, pela exposição que fez lá da PEC nº 10, que é uma alternativa a nós terminarmos com o fator previdenciário e garantirmos o direito à aposentadoria integral para todos, tanto daqueles que estão na área pública, como também na área privada, desde que tenha 35 anos de contribuição o homem; e 30, a mulher.

Cumprimento também o Sr. Paulo José Zanetti, diretor do Sindicato Nacional dos Aposentados, ligado à Força Sindical. Cumprimentei lá – fez uma bela exposição –, e eu o cumprimento aqui, o Sr. Nelson de Miranda Osório, diretor da Cobap. Ele representou o Sr. Warley Martins, que também fez lá o seu depoimento com a mesma grandeza do Paulo José Zanetti; a Josepha Britto, representante dos aposentados no Conselho da Previdência Social; o Moacir Meirelles, secretário-geral da Cobap, lá do nosso Rio Grande; a Srª Maria Antonia Rodrigues Magalhães, que preside o Sindicato dos Aposentados do DF; e o Sr. Raimundo Carvalho, que preside a Associação dos Aposentados de Brasília.

Quero fazer este destaque, Srª Presidenta, dizendo que lá houve unanimidade, por parte de todos os presentes, no sentido de caminharmos de forma acelerada para o fim do fator previdenciário, que confisca a metade do salário do trabalhador. Já houve durante esse período, entre técnicos, assessores e centrais, de fevereiro até a semana passada, em torno de cinco reuniões. Esperamos se construa um grande entendimento, que vá na linha de manter uma política permanente de valorização dos benefícios dos aposentados, acompanhando o crescimento do salário mínimo e também garantindo uma política de reajuste salarial a todos, ou com paridade ou vinculando ao salário mínimo, e que, por fim, na hora do cálculo, não se use o fator previdenciário.

Interessante que um jornalista me procurou hoje querendo saber a minha opinião. Como ele vai publicar a matéria e não me pediu segredo, ele fez um estudo baseado no salário do Pelé. O Pelé teria se aposentado com o teto máximo, porque contribuiu religiosamente. Ele mesmo deu a informação de que o seu salário está despencando. Não é que o Pelé precise disso. Ele apenas usou como referência a sua aposentadoria na Previdência. Ele teria se aposentado, em tese, com dez salários mínimos de referência – porque nunca é o salário mínimo – e, hoje, estaria ganhando, eu diria, pelos números que o jornalista me passou, em torno de oito salários mínimos, baseado no salário mínimo de referência, e isso a pouco tempo da aposentadoria.

E todos vão despencando. O teto máximo é de R\$3.650,00. Hoje, se a pessoa se aposentou com o teto

máximo de R\$3.650,00, já deve estar com R\$3.000,00 e, no ano que vem, irá para R\$2.800,00. Assim, vai caindo sucessivamente.

Achei bem interessante a referência ao Pelé, que se colocou à disposição de mostrar. E ele não precisa! É importante que se diga. Eu aqui estou elogiando o Pelé. Ele não precisaria, mas está mostrando que a aposentadoria está despencando. Que bom que ele não precisa, porque tem outros rendimentos, mas, se dependesse dali, ele também teria prejuízos, com certeza, ao longo da sua vida.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, quero aparteá-lo apenas para cumprimentá-lo. Da forma mais sincera, quero destacar sua persistência e atuação marcante, presente. V. Ex^a reúne a Comissão de Direitos Humanos ao lado do meu gabinete. Por isso eu o vejo sempre. Passo e vejo o Senador Paulo Paim presidindo a Comissão de Direitos Humanos com segmentos da sociedade, debatendo problemas, denunciando, sugerindo, cumprindo a missão do Parlamentar, porque eu vejo, às vezes, na Internet e no Twitter, pessoas cobrando além do que nós podemos fazer. Cobram: “Vai ficar só no discurso”? Enfim, é o Parlamento. Essa é a nossa função, a nossa atividade. Não ficamos só no discurso. Ouvimos a sociedade, procuramos transformar em projeto as suas aspirações, debatemos esses projetos, tentamos aprová-los, denunciamos erros do Executivo, tentamos fiscalizar, procuramos investigar para denunciar com responsabilidade. Essa é a nossa tarefa, é o regime democrático. Alguns são eleitos para governar, outros são eleitos para fazer oposição ou mesmo apoiar no Parlamento o Governo. Quero destacar o trabalho de V. Ex^a que, como integrante da Bancada governista, procura dar sua contribuição da melhor forma possível, especialmente buscando os temas afeitos às camadas mais pobres da população, às pessoas desassistidas ou às pessoas injustiçadas, como nós, Senadora Ana Amelia, que estamos há tanto tempo debatendo a questão dos aposentados do Aerius. Os Líderes estarão aqui mais uma vez no dia de amanhã para falar com V. Ex^a, com os Senadores, porque não é possível mais admitir tanta insensibilidade do Governo. Há quanto tempo deve e não paga? Ora, se não deve, esclareça que não deve e aponte o dedo para quem deve. Alguém está devendo, porque esses aposentados têm direitos consagrados que lhes estão sendo negados. Portanto, o Governo tem esta responsabilidade: se não se considera devedor, aponte o dedo para quem deve. E eu cumprimento V. Ex^a pela atuação ímpar que desenvolve aqui no Senado Federal, a exemplo do que já começo

a fazer a Senadora Ana Amelia, que, novata ainda, já se apresenta com muita competência e disposição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Eu recebo o seu aparte, que, principalmente, além de reforçar a luta pelo fim do fator e buscar o reajuste para os aposentados, lembra o caso do Aerius. De fato, é inadmissível a situação em que se encontram esses homens e mulheres que deram a sua vida atuando na nossa aviação aérea – Varig, Transbrasil, Vasp –, sendo que muitos ganhavam, então, um salário de R\$10 mil e hoje estão ganhando R\$200, porque, a partir do momento em que as companhias foram à falência, eles foram os maiores prejudicados.

Quero também registrar, Sr^a Presidenta, que hoje pela manhã fiz contato, conversei um bom tempo, com o prefeito de Canoas, o nosso amigo Jairo Jorge, e ele me deu uma informação que eu faço questão de destacar aqui, porque eu entendo que foi uma brilhante iniciativa. O Jairo Jorge inaugurou em Canoas – e nesse sábado, véspera do Dia das Mães, foi a de nº 100 – audiências públicas que ele faz todos os sábados, desde a sua posse, ouvindo a população, ou seja, a Prefeitura funcionando na rua. O Jairo vai com a sua equipe de secretários, se instala num bairro, atende e ouve a população. Foram ouvidas mais de onze mil pessoas. No início, alguns diziam o seguinte: “Ele está com todo o pique e tal [é como a gente quando começa numa atividade, né?], daqui a duas, três, quatro, cinco semanas, ou quatro, cinco meses não vai existir mais nada”. Pelo contrário, o Prefeito Jairo, durante todo o seu governo – e seu governo termina no ano que vem –, religiosamente, mesmo quando chove, arruma um espaço físico, bota aquelas lonas nas ruas e, no sábado, atende às prefeituras.

Então, eu quero cumprimentar o Prefeito Jairo Jorge, ressaltando a felicidade da coincidência da centésima audiência pública com o aniversário, neste fim de semana – mais precisamente hoje, não no fim de semana – do Prefeito Jairo Jorge, que completa 48 anos. Então, eu liguei para ele devido ao aniversário e conversamos um pouco sobre esse tema, que eu resolvi aqui registrar. O Jairo é uma liderança jovem lá do nosso Rio Grande. Foi Ministro substituto da Educação, representou o Brasil em diversos eventos.

Lembro eu aqui Espanha, Costa Rica, Portugal, França, Argélia; foi pró-reitor da nossa Ulbra. Enfim, tem-se destacado como uma liderança que olha além do horizonte, avançando sempre pensando no bem do povo canoense, gaúcho e brasileiro.

Quero também, Sr^a Presidenta, já que falei de um jornalista, falar de outro jornalista. Vou falar aqui do Abdias Nascimento. Eu já fiz esse registro lá na Comissão de Direitos Humanos, porque o Sindicato dos

Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, amanhã, dia 10, lança a primeira edição do Prêmio Jornalista Abdias Nascimento, voltado para reportagens daqueles jornalistas que se destacam na luta contra os preconceitos. O evento acontece às 14 horas, na sede da entidade. A iniciativa é da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial. O prêmio estimula a cobertura jornalística qualificada sobre temas relacionados com a população negra e com todos que são discriminados. O prêmio será anual.

O evento de amanhã contará com a presença da jornalista Miriam Leitão e do Prof. Muniz Sodré, que farão palestra sobre “A questão negra na mídia contemporânea”.

Na ocasião, Abdias Nascimento – um dos principais ícones da luta contra o racismo – será homenageado com uma placa com o seu registro profissional, datado de 1947. Abdias se destacou no combate a todo tipo de preconceito, principalmente contra o povo negro.

A melhor reportagem receberá um prêmio de R\$5 mil. As inscrições para o prêmio estão abertas e vão até 19 de agosto.

Enfim, termino dizendo que Abdias é um ícone, é uma figura que é respeitada no Brasil e no mundo. Hoje Abdias está com 97 anos, é professor emérito da Universidade de Nova York, é Doutor *Honoris Causa* por várias instituições de ensino superior do Brasil, entre elas, a Universidade de Brasília e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Por fim, Srª Presidenta, eu quero ainda fazer um registro para que fique nos Anais da Casa, falando um pouco – sei que V. Exª também já falou sobre isso – da Marcha dos Prefeitos. Eu tenho aqui a relação de todos os Municípios que estão na expectativa.

Vou citar alguns: Porto Alegre, R\$30 milhões – estou arredondando, naturalmente –, na expectativa de receber; Santa Maria, R\$14 milhões; São Leopoldo, R\$10 milhões; Fontoura Xavier, R\$8 milhões, e aí vai. Como são 404 Municípios que têm restos a receber, claro que não vou citar todos. Vai desde R\$9 mil a R\$100 mil, R\$200 mil, R\$300 mil, a milhões, como é o caso de Porto Alegre.

Como eu recebi esse documento da Federação Nacional dos Municípios, resolvi encaminhar ao Exmº Sr. Ministro Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira o seguinte documento:

Assunto: Pagamento de Restos a Pagar 2007, 2008 e 2009.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Considerando que:

temos recebido inúmeros prefeitos e vereadores preocupados com os convênios e contratos de repasse pendentes de pagamento;

algumas empresas responsáveis pela execução das obras encontram-se em dificuldades financeiras, sem capital de giro, tendo em vista a morosidade do Governo Federal em liberar os recursos das etapas já concluídas;

nos termos da Lei 8.666, art. 78, XV, os contratos podem ser rescindidos por atraso de pagamento superior a 90 dias – veja a situação em que se encontram os prefeitos;

que o montante de recursos pendentes de pagamento no Rio Grande do Sul, somente no Rio Grande do Sul, aproxima-se de R\$350 milhões (conforme planilha anexa formulada pela Famurs).

Solicitamos que o Governo Federal faça os devidos pagamentos para evitar uma situação constrangedora e até processos que serão movidos contra as prefeituras.

Estou remetendo este documento ao Ministro Luiz Sérgio para que, recebendo-o a partir do gabinete – foi remetido hoje pela manhã –, ele tome conhecimento da situação de cada prefeitura do Rio Grande do Sul.

Podia lembrar aqui Caçapava do Sul, R\$542 mil. Só citando algumas, devido ao meu tempo, podia lembrar Ampla, R\$358 mil. Podíamos lembrar aqui Saldaña Marinho, só como exemplo, R\$36 mil – e aí vai – Ronda Alta, R\$10 mil; Salto do Jacuí, R\$30.500,00.

Srª Presidenta, aproveitando meus últimos cinco minutos, quero registrar meus cumprimentos a esses verdadeiros heróis anônimos, que são aqueles que atuam na Cruz Vermelha. A Cruz Vermelha festejou ontem, 8 de maio, seu Dia Internacional. O dia 8 de maio foi escolhido, pois marca o aniversário do seu fundador, Henry Dunant.

A história conta que, em junho de 1859, no campo de Solferino, norte da Itália, via-se um campo de batalha com milhares de soldados feridos, abandonados à própria sorte, por falta de assistência médica. Foi essa terrível visão que inspirou no suíço Henry Dunant a certeza de que algo precisava ser feito. Esse sentimento fez surgir a semente da Cruz Vermelha.

Vendo aquilo, ele tratou de mobilizar a população local para que o ajudasse a tratar dos soldados de ambos os lados, dizendo a frase que se tornou mote, símbolo da Instituição: “Sono Fratelli”, ou são irmãos.

Três anos mais tarde, Dunant publicou o livro *Uma recordação de Solferino*, sugerindo que fossem constituídas sociedades de assistência em tempo de paz com enfermeiros que tratasse dos feridos em tempo de guerra, e que esses voluntários fossem reconhecidos e protegidos por meio de um acordo internacional.

Assim, foi criado o Comitê Internacional para Assistência aos Feridos, que, mais tarde, passou a ser

chamado de Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Um ano depois, em 1863, os representantes de 16 países e quatro instituições filantrópicas reuniram-se em Genebra, em uma conferência internacional, marcando ali a oficialização da Cruz Vermelha como instituição.

Mas ficava faltando ainda a garantia de que esse serviço fosse reconhecido e respeitado internacionalmente. O Governo suíço, então, convocou uma conferência diplomática, que se realizou em 1864, também em Genebra, onde foi assinado um tratado intitulado "Convenção de Genebra para o Melhoramento da Sorte dos Soldados Feridos nos Exércitos de Campanha", reconhecido como o primeiro tratado de direitos humanos, o chamado Direito Internacional Humanitário.

Sra Presidente, considero importante fazer este registro, pois os inúmeros serviços à humanidade que a Cruz Vermelha presta mundo afora são exemplos legítimos da promoção dos direitos humanos.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu não poderia deixar de falar sobre esse tema. Estamos falando de uma instituição constituída basicamente por voluntários. São mais de 13 milhões de voluntários ativos, responsáveis pelo atendimento anual de cerca de 150 milhões de pessoas no mundo. Essas pessoas, entre outras tarefas humanitárias, dão assistência aos feridos de guerras e às vítimas de catástrofes naturais.

É importante dizer que o aquecimento global e as consequentes alterações climáticas em todo o mundo resultaram em 30 milhões de atendimentos da Cruz Vermelha Internacional no ano passado. Foram atendimentos a vítimas de catástrofes naturais, repito, algumas das quais sequer repercutiram na grande imprensa.

No período de 27 a 30 de abril, Sra Presidente, o Brasil recebeu a visita do Secretário-Geral da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, Bekele Geleta. Essa visita assinalou importantes ações junto ao Governo, como a assinatura de um acordo de cooperação técnica com o Ministério de Integração Nacional e a Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Esse acordo reforça um dos principais objetivos estratégicos definidos pela Federação Internacional de Cruz Vermelha às sociedades de Cruz Vermelha do mundo, que é "salvar vidas, proteger os meios de sustento e apoiar a recuperação depois de desastres e crises".

Bekele Geleta e Moreira Serra também estiveram na Câmara dos Deputados, onde foi proposta a criação de uma Frente Parlamentar de Apoio às Ações de Defesa Humanitária da Cruz Vermelha Brasileira.

O Presidente da instituição, Walmir Moreira Serra, comemorou essa atitude lembrando que esse acontecimento é inédito. Suas palavras foram:

Por isso ficamos honrados com o posicionamento do poder legislativo, demonstrando estar em sintonia e sensibilizado com as ações da Cruz Vermelha que tem o compromisso de estar bem preparada para utilizar todos os meios eficazes com o fim de melhorar a vida das populações vulneráveis mobilizando o poder da humanidade.

No Brasil, a Cruz Vermelha foi fundada em 1908 e teve como primeiro Presidente o Sanitarista Oswaldo Cruz.

Vale ressaltar a forma muito imparcial, sem distinção de raça, nacionalidade, nível social, religião e opinião política com que a Cruz Vermelha cumpre suas atividades. Sua atuação, em determinados casos, pode ir além do território nacional. Ela atua em ações preventivas, emergenciais e assistenciais e, em outros países, com ações recuperativas, quando é solicitada ou provocada.

Em casos emergenciais, como catástrofes, apoiam o Corpo de Bombeiros, o Exército da Salvação, os Escoteiros, o Movimento Bandeirante e associações religiosas.

Todos devem se lembrar da "Operação Nordeste", no ano de 1984. Ela atendeu com 181.668 cestas básicas 21 mil famílias, em quatro Estados, beneficiando em torno de 130 mil pessoas, durante sete meses, diminuindo o sofrimento das vítimas da seca naquela região.

Há poucos dias, diante das fortes chuvas que atingiram principalmente as regiões Norte e Nordeste do País e do quadro de calamidade em que se encontravam várias cidades, especialmente nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Amazonas, a Cruz Vermelha brasileira enviou um comunicado às suas filiais nesses Estados, para que se mobilizassem. E o atendimento foi imediato.

Sra Presidente, termino, porque o pronunciamento ainda seria longo, cumprimentando a Cruz Vermelha em todo o mundo e destacando a atuação das filiais da Cruz Vermelha no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas e nos outros Estados.

Vale lembrar que a Cruz Vermelha, no Brasil, promove o Direito Internacional Humanitário, cooperando, para isso, com as Forças Armadas, a quem ministra cursos e faz apresentações em suas escolas.

Enfim, Sra Presidente, meu reconhecimento e minha deferência ao exemplo que a Cruz Vermelha

tem dado ao Brasil e ao mundo. É o melhor exemplo de política de direitos humanos.

Por isso, fica aqui a última frase do meu pronunciamento, dita pelo seu fundador: "Somos todos irmãos".

Obrigado, Srª Presidente.

Solicito que considere na íntegra, se possível, os meus pronunciamentos.

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de fazer um breve registro. No último dia 07 de maio, véspera do Dia das Mães, o Projeto Prefeitura na Rua da Cidade de Canoas, Rio Grande do Sul atingiu a sua centésima edição.

Idealizado pelo Prefeito Jairo Jorge, a iniciativa de ouvir as comunidades em todos os bairros da cidade, por representantes de todas as secretarias e do gabinete do Prefeito, já ouviu mais de 11 mil pessoas.

É um projeto que tem gerado bons frutos e eu parabenizo o prefeito pela iniciativa, mas quero parabenizá-lo também por outra razão. É que hoje, 09 de maio de 2011 o Prefeito Jairo Jorge completa 48 anos.

Formado em Jornalismo, de 1993 a 2000 exerceu a profissão em diversas redes de televisão. Também exerceu funções executivas, como chefe de gabinete do Ministro da Educação, Secretário Adjunto e, por fim, Ministro Interino, quando representou o governo brasileiro em missões oficiais na Espanha, Costa Rica, Portugal, França e Argélia.

Até o ano de 2008 o Prefeito de Canoas foi Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da ULBRA e há mais de 20 anos atua na vida pública.

Antes de ser eleito prefeito, já havia concorrido à Prefeitura de Canoas em 1985, sendo à época, o mais jovem candidato à prefeito no Brasil.

Foi Vereador de 1988 a 1992, o mais votado na ocasião.

A festa em comemoração aos seus 48 anos será no próximo domingo, no bairro Niterói, em Canoas e eu faço questão de deixar aqui registrado o meu forte abraço a esse querido amigo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na próxima terça-feira, dia 10, o Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, lança a primeira edição do Prêmio Jornalista Abdias Nascimento, voltado para reportagens relacionadas à população negra do País. O evento acontece às 14 horas, na sede da entidade.

Fruto da iniciativa da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-Rio), o prêmio estimula a cobertura jornalística qualificada sobre temas relacionados à população negra. O prêmio será anual.

O evento contará com a presença da jornalista Miriam Leitão e do professor Muniz Sodré que farão uma palestra sobre "A questão negra na mídia contemporânea".

Na ocasião, Abdias Nascimento – um dos principais ícones da luta contra o racismo – será homenageado com uma placa com o seu registro profissional de jornalista, datado de 1947.

Batizado em homenagem a este ativista histórico dos direitos humanos, o Prêmio destacará a produção de conteúdos jornalísticos que contribuam para a prevenção, o combate às desigualdades raciais e a eliminação de todas as formas de manifestação do racismo. Desta forma, objetiva estimular a prática de um jornalismo plural com foco na promoção da igualdade racial.

O Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento contempla sete categorias: mídia impressa; televisão; rádio; mídia alternativa ou comunitária; fotografia; Internet; e categoria especial de gênero, com destaque para as reportagens com foco nas demandas femininas.

A melhor reportagem de cada categoria receberá o prêmio de R\$ 5.000,00 (cinco mil). Os vencedores serão anunciados em uma grande festa que ocorrerá em novembro, mês de comemoração da Consciência Negra.

As inscrições para o Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento estarão abertas no período de 11 de maio e 19 de agosto de 2011.

Estão aptos a participar do Prêmio jornalistas profissionais em todo o país. As reportagens inscritas devem ter sido veiculadas ou publicadas entre 01 de janeiro de 2009 e 30 de abril de 2011.

Entre os temas sugeridos para concorrer ao Prêmio, estão: saúde da população negra, intolerância religiosa, juventude negra, ações afirmativas, empreendedorismo, desigualdades, direitos humanos, relações raciais, políticas públicas, populações/comunidades tradicionais e discriminação racial.

Sr. Presidente, o ex-senador Abdias Nascimento é um ícone no combate ao racismo no país. Nascido em 1914, desenvolveu vasta produção intelectual como ativista, político, pintor, escritor, poeta, dramaturgo.

Natural de São Paulo, participou dos primeiros congressos de negros no país. Já no Rio de Janeiro, criou o Teatro Experimental do Negro (TEN) na década de 1940.

Como jornalista, foi repórter do Jornal Diário, além de ter trabalhado em vários periódicos.

Fundou o Jornal Quilombo e também é filiado no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro desde 1947.

Pressionado pela ditadura, se exilou nos Estados Unidos durante 13 anos. De volta ao Brasil, ocupou os cargos de Deputado Federal e Senador da República.

Hoje, aos 97 anos, é professor emérito da Universidade de Nova York e Doutor Honoris Causa por várias instituições de ensino superior, entre elas, a Universidade de Brasília e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, gostaria de registrar meus cumprimentos à Cruz Vermelha que comemorou ontem, 08 de maio, seu Dia Internacional.

O dia 08 de maio foi escolhido pois marca o aniversário do seu fundador, Henry Dunant.

A história conta que, em junho de 1859 no campo de Solferino, Norte da Itália, via-se um campo de batalha com milhares de soldados feridos, abandonados à própria sorte, por falta de assistência médica.

Foi esta terrível visão que inspirou no suíço Henry Dunant a certeza de que algo precisava ser feito. Este sentimento foi a semente da Cruz Vermelha.

Vendo aquilo, ele tratou de mobilizar a população local para que o ajudasse a tratar os soldados de ambos os lados, dizendo a frase que se tornou mote da Instituição: "Sono fratelli", ou "são irmãos".

Três anos mais tarde, Dunant publicou o livro "Uma Recordação de Solferino", sugerindo que fossem constituídas sociedades de assistência em tempo de paz, com enfermeiros que tratasse dos feridos em tempos de guerra, e que estes voluntários fossem reconhecidos e protegidos por meio de um acordo internacional.

E assim foi criado o "Comitê Internacional para a Assistência aos Feridos", que mais tarde passou a ser chamado de Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Um ano mais tarde, em 1863, os representantes de 16 países e quatro instituições filantrópicas reuniram-se em Genebra, em uma Conferência Internacional, marcando a oficialização da Cruz Vermelha como uma Instituição.

Mas, ficava faltando ainda a garantia de que este serviço fosse reconhecido e respeitado internacionalmente. O Governo Suíço então convocou uma Conferência Diplomática que se realizou em 1864, também em Genebra, onde foi assinado um tratado intitulado "Convenção de Genebra para o Melhoramento da Sorte dos Soldados Feridos nos Exércitos de Campanha", reconhecido como o primeiro tratado de Direito Internacional Humanitário.

Sr. Presidente, considero importante fazer esse registro, pois os inúmeros serviços à humanidade que a Cruz Vermelha presta mundo afora, são exemplo legítimo da promoção dos direitos humanos.

Nós estamos falando de uma Instituição constituída basicamente por voluntários. São mais de 13 milhões de voluntários ativos responsáveis pelo atendimento anual de cerca de 150 milhões de pessoas, no mundo.

Essas pessoas, entre outras tarefas humanitárias, dão assistência aos feridos de guerra e vítimas de catástrofes naturais.

É importante dizer que, o aquecimento global e as consequentes alterações climáticas em todo o mundo resultaram em 30 milhões de atendimentos da Cruz Vermelha Internacional no ano passado.

Foram atendimentos a vítimas de catástrofes naturais, algumas das quais sequer repercutiram na grande imprensa.

No período de 27 a 30 de abril o Brasil recebeu a visita do Secretário Geral da Federação Internacional de Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, Bekele Geleta.

Essa visita assinalou importantes ações junto ao Governo, como a assinatura de um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Integração Nacional e a Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Esse acordo reforça um dos principais objetivos estratégicos definidos pela Federação Internacional de Cruz Vermelha às sociedades de Cruz Vermelha do mundo, que é "Salvar Vidas, Proteger os Meios de Sustento e Apoiar a Recuperação depois de Desastres e Crises".

Bekele Geleta e Moreira Serra estiveram também na Câmara dos Deputados que propôs a criação de uma Frente Parlamentar de Apoio as Ações de Defesa Humanitária da Cruz Vermelha Brasileira.

O presidente da instituição, Walmir Moreira Serra, comemorou essa atitude lembrando que esse acontecimento é inédito. Suas palavras:

(...)por isso ficamos honrados com o posicionamento do poder legislativo, demonstrando estar em sintonia e sensibilizado com as ações da Cruz Vermelha que tem o compromisso de estar bem preparada para utilizar todos os meios eficazes com o fim de melhorar a vida das populações vulneráveis mobilizando o poder da humanidade.

Sr. Presidente, no Brasil a Cruz Vermelha foi fundada em 1908 e teve como primeiro Presidente o Sanitarista Oswaldo Cruz.

Vale ressaltar a forma muito imparcial, sem distinção de raça, nacionalidade, nível social, religião e opinião política com que ela cumpre suas atividades.

Sua atuação, em determinados casos, pode ir além do território nacional. Ela atua em ações preventivas, emergenciais e assistenciais, e, em outros países com ações recuperativas.

Em casos emergenciais, como catástrofes, apoiam o Corpo de Bombeiros, o Exército da Salvação, os Escoteiros, o Movimento Bandeirante e a Associação Adventista.

Todos devem lembrar a “Operação Nordeste” no ano de 1984. Ela atendeu com 181.668 cestas básicas 20.634 famílias em quatro Estados, beneficiando 128.215 pessoas durante sete meses, minorando o sofrimento das vítimas da seca naquela região.

Há poucos dias, diante das fortes chuvas que atingem a região norte e nordeste do país e do quadro de calamidade em que se encontram várias cidades, especialmente nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Amazonas, a Cruz Vermelha Brasileira enviou um comunicado as suas filiais nesses Estados para que se mobilizem no atendimento de milhares de desabrigados.

Solicitou ainda que as filiais de Cruz Vermelha do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais verifiquem a disponibilidade de doação – que possa haver em seus armazéns, em virtudes de campanhas recentes de atendimento às populações atingidas pelas chuvas – destinando-as às filiais daqueles estados atingidos.

Esse são alguns exemplos de ações assistenciais que ela desempenha.

E como exemplo de ação recuperativa, em outros países, ela conta em especial com o serviço de busca de pessoas desaparecidas e de documentação perdida, dependendo da legislação local.

Vale lembrar ainda que a Cruz Vermelha (CV) no Brasil promove o Direito Internacional Humanitário, cooperando, para isso, com as Forças Armadas, à quem ministra cursos e apresentações em suas escolas militares, como, por exemplo, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica e a Escola de Guerra Naval.

Ela também participa da preparação dos militares enviados em Missões de Paz à outros países.

Sr^{as} e Srs. Senadores, pessoas que se disponibilizam a fazer um trabalho humanitário merecem todo nosso reconhecimento. O trabalho voluntário é um exemplo dos mais edificantes quando se fala de amor ao próximo.

Fico muito feliz e honrado de poder trazer a esta Tribuna o exemplo dessas pessoas e de poder aqui dizer o meu “Muito Obrigado a Cruz Vermelha por suas ações pelo bem dos seres humanos”

Meu reconhecimento e minha deferência ao exemplo que vocês dão de respeito aos direitos humanos, pois como bem disse seu fundador, “Somos todos irmãos”.

Obrigado, era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

**SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 09 de maio de 2011, segunda-feira, às 10h00, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário 2, Senado Federal.

**RESULTADO
(AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA)**

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 56, de 2011 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 19/04/11, “para debatermos a Política Salarial dos Aposentados e Pensionistas em decorrência da LDO fixar o valor do salário mínimo em R\$ 616,34 e o fator previdenciário”.

PARTICIPANTES:

- **Gilberto Guerzone** – Consultor Legislativo – Senado Federal;
- **Paulo José Zanetti** - Diretor Institucional do Sindicato Nacional dos Aposentados –, em representação ao Senhor João Batista Inocentini - Presidente do Sindicato dos Aposentados da Força Sindical; e
- **Nelson de Miranda Osório** - Diretor Financeiro da Confederação Brasileira dos Aposentados -, em representação ao Senhor Warley Martins Gonçalves - Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados – COBAP.
- **Josepha Britto**- Representante dos Aposentados no Conselho da Previdência Social.
- **Moacir Meirelles** – Secretário Geral da COBAP.
- **Maria Antonia Rodrigues Magalhães**- Presidente do Sindicato dos Aposentados do Distrito Federal.
- **Raimundo Carvalho**- Presidente da Associação dos Aposentados e Idosos da Ceilândia- Distrito Federal.

OF. 0081/11 - GSPP

Brasília, 5 de março de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro LUIZ SERGIO NOBREGA DE OLIVEIRA
Ministério da Secretaria de Relações Institucionais
Brasília/DF

Assunto: Pagamento dos Restos a Pagar 2007,2008 e 2009.

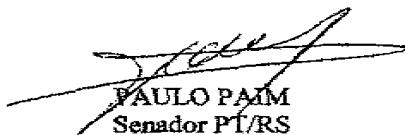
Excelentíssimo Senhor Ministro,

Considerando que:

- temos recebido inúmeros prefeitos e vereadores preocupados com os convênios e contratos de repasse pendentes de pagamento;
- algumas empresas responsáveis pela execução das obras encontram-se em dificuldade financeira, sem capital de giro, tendo em vista a morosidade do Governo Federal em liberar os recursos das etapas já concluídas;
- nos termos da Lei 8.666, art 78, XV, os contratos podem ser rescindidos por atraso de pagamentos superior a 90 dias;
- que o montante de recursos pendentes de pagamento no Rio Grande do Sul aproxima-se dos R\$ 350 milhões (conforme planilha anexa formulada pela FAMURS);

Solicitamos averiguar junto às pastas competentes a possibilidade de pagamento dos contratos e convênios concluídos bem como das parcelas cujo percentual foi atesta a execução.

Atenciosamente,



PAULO PAIM
Senador PT/RS

Assessoria Orçamentária - Gab. Senador Paulo Paim

De: Sen. Paulo Paim
Enviado em: quarta-feira, 4 de maio de 2011 15:42
Para: Assessoria Orçamentária - Gab. Senador Paulo Paim
Assunto: ENC: MOBILIZAÇÃO DA BANCADA GAÚCHA - RESTOS A PAGAR 2007 a 2009 - PESQUISA FAMURS - MUNICÍPIO SERÃO PREJUDICADOS
Anexos: Municípios com pendência (por associação).xls; Municípios com pendência.xls; apresentação pesquisa 3.ppt
Prioridade: Alta

-----Mensagem original-----

De: Marcos Berton [mailto:marcos@arvorezinhars.com.br]
 Enviada em: terça-feira, 3 de maio de 2011 17:18
 Para: ana.amelia@senadora.gov.br; paulopaim@senador.gov.br; Sen. Pedro Simon
 Assunto: MOBILIZAÇÃO DA BANCADA GAÚCHA - RESTOS A PAGAR 2007 a 2009 - PESQUISA FAMURS - MUNICÍPIO SERÃO PREJUDICADOS
 Prioridade: Alta

Senhor(a) Senador(a) - Bancada Gaucha.

Sabedores de que o(a) Nobre Senador(a) sempre tem pautado sua atuação na defesa e no fortalecimento dos municípios gaúchos, buscando o desenvolvimento do Estado como um todo, solicitamos a Vossa Senhoria o desencadeamento de ação urgente, Vossa e em conjunto com toda a bancada gaúcha, visando pressionar o Governo Federal para o imediato pagamento dos

"restos a pagar", relativos aos convênios e contratos de repasses assinados entre os exercícios de 2007 e 2009, para não ver prejudicados a maioria dos municípios gaúchos, em especial os pequenos, que estão no aguardo daqueles recursos conveniados para finalizarem obras e/ou aquisição de equipamentos, todos necessários a ampliação da capacidade econômica e de desenvolvimento dos mesmos.

Em anexo, pesquisa de situação quanto aos "restos a pagar", inscritos por município, realizada pela FAMURS.

Certos do empenho de Vossa Senhoria, desde já agradecemos e nos colocamos à disposição para o que for necessário.

Att.

JOSE ODAIR SCORSATTO
 Prefeito Municipal de Arvorezinha-RS
 >

Municípios	Associações de Municípios	Recursos em pendência
1 PORTO ALEGRE	GRANPAL	30.608.744,85
2 SANTA MARIA	AMCENTRO	14.876.000,00
3 SÃO LEOPOLDO	AMVRS	10.329.480,81
4 FONTOURA XAVIER	AMASBI	8.090.600,00
5 SAO BORJA	AMFRO	8.077.624,40
6 ALVORADA	GRANPAL	7.609.335,34
7 SANTA ROSA	AMGSR	7.016.872,50
8 SAO JOSE DO NORTE	AZONASUL	7.014.052,89
9 SAPIRANGA	AMVRS	6.935.000,00
10 CANOAS	GRANPAL	5.177.666,66
11 BAGE	ASSUDOESTE	4.993.291,66
12 CAPÃO DO LEÃO	AZONASUL	4.869.300,00
13 LAGOA VERMELHA	AMUNOR	3.987.700,66
14 XANGRI-LÂ	AMLINORTE	3.545.000,00
15 MOSTARDAS	AMLINORTE	3.182.995,02
16 SAO LOURENCO DO SUL	AZONASUL	3.173.288,84
17 VENANCIO AIRES	AMVARP	3.053.573,69
18 SANANDUVA	AMUNOR	2.937.100,00
19 ITAQUI	AMFRO	2.839.371,24
20 GRAMADO	AMSERRA	2.687.871,83
21 FORTALEZA DOS VALOS	AMAJA	2.675.219,90
22 DOM PEDRITO	ASSUDOESTE	2.545.966,96
23 SANTA VITORIA DO PALMAR	AZONASUL	2.509.850,00
24 CAMAQUA	ACENSUL	2.377.000,00
25 HERVAL	AZONASUL	2.358.324,02
26 RIO PARDO	AMVARP	2.348.987,31
27 CACHOEIRA DO SUL	AMCENTRO	2.295.798,44
28 POÇO DAS ANTAS	AMVAT	2.189.500,00
29 VERA CRUZ	AMVARP	2.107.768,08
30 CARAZINHO	AMAJA	2.095.827,00
31 CANGUCU	AZONASUL	2.037.494,44
32 ARROIO DO PADRE	AZONASUL	2.005.675,68
33 SANTO ANGELO	AMM	1.984.486,28
34 SAPUCAIA DO SUL	GRANPAL	1.964.000,00
35 PELOTAS	AZONASUL	1.819.600,00
36 SEBERI	AMZOP	1.727.666,67
37 TRINDADE DO SUL	AMZOP	1.581.600,00
38 SARANDI	AMZOP	1.554.858,75
39 ROSARIO DO SUL	AMFRO	1.488.900,00
40 TURUÇU	AZONASUL	1.477.199,00
41 CASCA	AMPLA	1.458.950,00
42 PASSO FUNDO	AMPLA	1.431.250,00
43 ESPUMOSO	AMASBI	1.421.400,00
44 TRES DE MAIO	AMGSR	1.419.283,33
45 BARRA DO GUARITA	AMUCELEIRO	1.394.250,00
46 SAO LUIZ GONZAGA	AMM	1.392.700,00
47 SAO JERONIMO	ASMURC	1.377.089,74
48 FREDERICO WESTPHALEN	AMZOP	1.369.730,00
49 IJUI	AMUPLAM	1.350.883,63
50 ELDORADO DO SUL	ASMURC	1.341.450,00
51 CERRITO	AZONASUL	1.341.320,00
52 CANDELARIA	AMVARP	1.337.200,00
53 CARLOS BARBOSA	AMESNE	1.327.000,00
54 SAO SEPE	AMCENTRO	1.300.000,00
55 HORIZONTINA	AMGSR	1.298.775,00

56	SAO JOSE DO SUL	AMVARC	1.293.125,00
57	GIRUA	AMM	1.257.100,00
58	MORRINHOS DO SUL	AMLINORTE	1.250.000,00
59	LINDOLFO COLLOR	AMVRS	1.233.200,00
60	SÃO GABRIEL	AMFRO	1.226.850,00
61	AUREA	AMAU	1.213.530,00
62	REDENTORA	AMUCELEIRO	1.206.250,00
63	PASSO DO SOBRADO	AMVARP	1.183.700,00
64	CACEQUI	AMCENTRO	1.173.900,00
65	MARATÁ	AMVARC	1.170.000,00
66	DOIS IRMÃOS	AMVRS	1.166.735,15
67	DOM FELICIANO	ACENSUL	1.166.400,00
68	VERANOPOLIS	AMESNE	1.153.178,03
69	CACIQUE DOBLE	AMUNOR	1.148.300,00
70	NAO-ME-TOQUE	AMAJA	1.120.739,42
71	SINIMBU	AMVARP	1.104.450,00
72	VANINI	AMPLA	1.095.700,00
73	TAPEJARA	AMUNOR	1.052.800,00
74	JAGUARI	AMCENTRO	1.049.250,00
75	MARCELINO RAMOS	AMAU	1.031.750,00
76	IBIRUBA	AMAJA	1.009.150,89
77	MIRAGUAI	AMUCELEIRO	1.007.500,00
78	PORTO VERA CRUZ	AMGSR	1.004.900,00
79	PINHEIRO MACHADO	AZONASUL	1.001.834,60
80	OSORIO	AMLINORTE	999.717,64
81	TRES PASSOS	AMUCELEIRO	988.900,00
82	CERRO BRANCO	AMCSERRA	988.207,70
83	TUNAS	AMCSERRA	973.750,00
84	TUCUNDUVA	AMGSR	951.250,00
85	JÚLIO DE CASTILHOS	AMCENTRO	941.071,42
86	ILOPOLIS	AMVAT	915.000,00
87	SANTA CLARA DO SUL	AMVAT	906.000,00
88	TAQUARI	AMVAT	903.151,62
89	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	GRANPAL	895.000,00
90	SOLEDADE	AMASBI	887.500,00
91	ROQUE GONZALES	AMM	852.438,20
92	CRISTAL	ACENSUL	835.500,00
93	IGREJINHA	AMPARA	835.000,00
94	CRISIUMAL	AMUCELEIRO	830.600,00
95	PINHEIRINHO DO VALE	AMZOP	828.750,00
96	MONTENEGRO	AMVARC	817.929,29
97	BALNEÁRIO PINHAL	AMLINORTE	813.075,00
98	PINHAL	AMZOP	801.500,00
99	TENENTE PORTELA	AMUCELEIRO	797.800,00
100	PALMITINHO	AMZOP	787.416,60
101	GLORINHA	GRANPAL	784.005,95
102	BRAGA	AMUCELEIRO	775.000,00
103	NOVO HAMBURGO	AMVRS	770.000,00
104	BOM RETIRO DO SUL	AMVAT	768.484,57
105	ESTANCIA VELHA	AMVRS	761.036,00
106	SERAFINA CORRÉA	AMESNE	749.963,50
107	SÃO JOÃO DO POLÉSINE	AMCENTRO	742.820,00
108	CHAPADA	AMZOP	742.317,33
109	NOVA BRÉSCIA	AMVAT	740.750,00
110	GUAPORÉ	AMESNE	737.997,66
111	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	AMVARC	736.550,00
112	NOVA ALVORADA	AMESNE	728.500,00

113	RESTINGA SECA	AMCENTRO	728.500,00
114	BOA VISTA DO BURICA	AMGSR	717.500,00
115	ARROIO DO MEIO	AMVAT	712.900,00
116	ARATIBA	AMAU	700.000,00
117	FLORES DA CUNHA	AMESNE	700.000,00
118	MORRO REUTER	AMVRS	700.000,00
119	PORTAO	AMVARC	697.745,83
120	FORMIGUEIRO	AMCENTRO	697.097,91
121	PROGRESSO	AMVAT	692.770,00
122	COQUEIROS DO SUL *	AMAJA	686.000,00
123	ENGENHO VELHO	AMZOP	685.552,00
124	SAO PEDRO DAS MISSOES *	AMZOP	676.000,00
125	SAO JOSE DAS MISSOES	AMZOP	668.650,00
126	SANTANA DA BOA VISTA	AZONASUL	668.250,00
127	MULITERNO	AMPLA	666.363,00
128	SAO MARTINHO	AMUCELEIRO	653.093,10
129	SAO VALENTIM	AMAU	640.700,00
130	MATO CASTELHANO	AMPLA	635.150,00
131	ESTEIO	GRANPAL	635.000,00
132	SAO PEDRO DA SERRA	AMVARC	632.000,00
133	HULHA NEGRA	ASSUDOESTE	629.896,12
134	SÃO VENDELINO	AMVARC	628.900,00
135	JACUZINHO	AMCSERRA	623.000,00
136	IBIACÁ	AMUNOR	615.000,00
137	CAPITAO	AMVAT	609.068,00
138	RIO DOS ÍNDIOS	AMZOP	604.000,00
139	DERRUBADAS	AMUCELEIRO	603.978,00
140	NICOLAU VERGUEIRO	AMASBI	603.719,71
141	TRÊS PALMEIRAS	AMZOP	603.079,63
142	BROCHIER	AMVARC	602.375,00
143	MAMPITUBA	AMLINORTE	600.000,00
144	CANDIDO GODOI	AMGSR	595.207,00
145	TAQUARA	AMPARA	594.700,00
146	PANAMBI	AMUPLAM	593.109,67
147	PICADA CAFÉ	AMSERRA	592.000,00
148	ITACURUBI	AMM	587.500,00
149	BOA VISTA DO SUL	AMESNE	585.000,00
150	NOVO BARREIRO	AMZOP	579.010,00
151	CAICARA	AMZOP	577.500,00
152	ERVAL SECO	AMZOP	565.000,00
153	POUSO NOVO	AMVAT	558.200,00
154	NOVA ROMA DO SUL	AMESNE	555.290,56
155	LIBERATO SALZANO	AMZOP	550.471,89
156	CAMPINAS DO SUL	AMAU	547.500,00
157	JOIA	AMUPLAM	547.500,00
158	CACAPAVA DO SUL	ASSUDOESTE	542.250,00
159	TAPERA	AMAJA	540.500,00
160	CHARQUEADAS	ASMURC	540.333,34
161	CARLOS GOMES	AMAU	536.400,00
162	NOVO TIRADENTES	AMZOP	535.000,00
163	NOVA HARTZ	AMVRS	533.531,13
164	ARARICA	AMVRS	530.002,00
165	GETULIO VARGAS	AMAU	527.700,00
166	SÃO JOSÉ DO OURO	AMUNOR	520.219,20
167	ÁGUA SANTA	AMUNOR	519.725,00
168	NOVA CANDELARIA	AMGSR	515.700,00
169	CASEIROS	AMUNOR	511.000,00

170	TRAVESSEIRO	AMVAT	508.000,00
171	NOVO MACHADO	AMGSR	502.000,00
172	IVOTI	AMVRS	500.000,00
173	TUPANDI	AMVARC	500.000,00
174	BARAO	AMVARC	497.500,00
175	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	AMCENTRO	495.594,80
176	VITÓRIA DAS MISSÕES	AMM	492.500,00
177	LAVRAS DO SUL	ASSUDOESTE	491.800,00
178	DONA FRANCISCA	AMCENTRO	490.700,00
179	BARÃO DE COTEGIPE	AMAU	490.500,00
180	TRÊS COROAS	AMPARA	488.000,00
181	PANTANO GRANDE	AMVARP	487.501,66
182	ENTRE RIOS DO SUL	AMAU	487.500,00
183	HARMONIA	AMVARC	483.300,14
184	ARVOREZINHA	AMVAT	483.200,00
185	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	AMUNOR	482.250,00
186	RIO GRANDE	AZONASUL	472.828,00
187	CAMPO NOVO	AMUCELEIRO	470.000,00
188	RODEIO BONITO	AMZOP	463.581,42
189	PAULO BENTO	AMAU	458.700,00
190	CERRO LARGO	AMM	452.400,00
191	CHARRUA	AMAU	450.000,00
192	VACARIA	AMUCSER	447.243,76
193	SEVERIANO DE ALMEIDA	AMAU	446.250,00
194	SANTIAGO	AMCENTRO	444.333,32
195	CRUZEIRO DO SUL	AMVAT	441.250,00
196	SALVADOR DO SUL	AMVARC	440.150,00
197	PORTO XAVIER	AMM	439.400,92
198	PAVERAMA	AMVAT	437.240,00
199	SÃO VICENTE DO SUL	AMCENTRO	435.700,00
200	MANOEL VIANA	AMFRO	432.178,50
201	BARROS CASSAL	AMASBI	430.000,00
202	GUARANI DAS MISSÕES	AMM	421.770,00
203	ENTRE-IJUIS	AMM	417.900,00
204	SENADOR SALGADO FILHO	AMGSR	417.430,00
205	GAURAMA	AMAU	413.000,00
206	DOM PEDRO DE ALCANTARA	AMLINORTE	411.662,02
207	ERECHIM	AMAU	404.212,00
208	AMETISTA DO SUL	AMZOP	400.000,00
209	BARRA DO RIO AZUL	AMAU	400.000,00
210	CAPAO DO CIPO	AMCENTRO	400.000,00
211	IBARAMA	AMCSERRA	400.000,00
212	SAO JOSE DOS AUSENTES	AMUCSER	400.000,00
213	CHUVISCA	ACENSUL	399.999,98
214	SANTO AUGUSTO	AMUCELEIRO	393.750,00
215	ERNESTINA	AMASBI	392.800,00
216	MINAS DO LEÃO	ASMURC	392.100,00
217	MARAU	AMESNE	391.400,00
218	ALEGRIA	AMGSR	390.000,00
219	JAGUARAO *	AZONASUL	390.000,00
220	LAJEADO	AMVAT	390.000,00
221	ROLANTE	AMPARA	377.358,00
222	WESTFÁLIA	AMVAT	371.620,00
223	IBIRAPUITÁ	AMASBI	371.200,00
224	AJURICABA	AMUPLAM	366.000,00
225	MONTAURI	AMESNE	360.000,00
226	VILA MARIA	AMPLA	358.350,00

227	VISTA ALEGRE	AMZOP	356.983,09
228	CIRIACO	AMPLA	354.438,75
229	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	AMGSR	354.404,00
230	NOVA PETROPOLIS	AMSERRA	353.000,00
231	CRUZ ALTA	AMAJA	352.959,00
232	BARRACAO	AMUNOR	350.000,00
233	GRAMADO DOS LOUREIROS	AMZOP	350.000,00
234	MORMACO	AMASBI	350.000,00
235	SANTA CECILIA DO SUL	AMUNOR	350.000,00
236	BARRA DO QUARAI	AMFRO	346.400,00
237	SOBRADINHO	AMCSERRA	343.750,00
238	ARROIO DOS RATOS	ASMURC	342.500,00
239	ROCA SALES	AMVAT	341.950,00
240	MORRO REDONDO	AZONASUL	339.615,00
241	CHIAPETA	AMUCELEIRO	336.922,26
242	SAO PAULO DAS MISSOES	AMM	336.000,00
243	NOVA PALMA	AMCENTRO	333.940,00
244	PARECI NOVO	AMVARC	332.060,00
245	AMARAL FERRADOR	ACENSUL	321.250,00
246	PONTE PRETA	AMAU	316.400,00
247	PARAÍ	AMESNE	315.000,00
248	RIOZINHO	AMPARA	313.260,00
249	AGUDO	AMCENTRO	312.014,25
250	ALECRIM	AMGSR	310.000,00
251	CONDOR	AMUPLAM	310.000,00
252	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	AMAU	307.311,24
253	ALPESTRE *	AMZOP	306.983,09
254	VICTOR GRAEFF	AMAJA	306.882,94
255	FAGUNDES VARELA	AMESNE	300.000,00
256	ANTÔNIO PRADO	AMESNE	297.500,00
257	ARROIO DO SAL	AMLINORTE	295.005,92
258	GARIBALDI	AMESNE	295.000,00
259	CORONEL BICACO	AMUCELEIRO	294.600,00
260	CAMPOS BORGES	AMASBI	293.900,00
261	NOVA RAMADA	AMUPLAM	293.900,00
262	ACEGUÁ	ASSUDOESTE	293.700,00
263	LAJEADO DO BUGRE	AMZOP	293.500,00
264	HUMAITA	AMUCELEIRO	293.200,00
265	MONTE BELO DO SUL	AMESNE	293.200,00
266	QUINZE DE NOVEMBRO	AMAJA	293.200,00
267	DILERMANDO DE AGUIAR	AMCENTRO	292.500,00
268	MATA	AMCENTRO	292.500,00
269	SÉRIO	AMVAT	292.500,00
270	ESTRELA	AMVAT	290.264,06
271	NONOAI	AMZOP	275.000,00
272	CAPIVARI DO SUL	AMLINORTE	260.850,00
273	TUPARENDI	AMGSR	259.909,02
274	MARIANO MORO	AMAU	258.411,77
275	JAQUIRANA	AMUCSER	256.450,00
276	BOM JESUS	AMUCSER	250.000,00
277	CARAÁ	AMLINORTE	243.750,00
278	NOVA PRATA	AMESNE	242.590,00
279	QUARAI	AMFRO	241.666,68
280	TAPES	ACENSUL	240.000,00
281	PALMARES DO SUL *	AMLINORTE	239.620,91
282	RONDINHA	AMZOP	236.240,00
283	CACHOEIRINHA	GRANPAL	235.000,00

284	MAQUINE	AMLINORTE	233.947,82
285	SANTA BARBARA DO SUL	AMAJA	231.700,00
286	ARROIO DO TIGRE	AMCSERRA	230.000,00
287	PLANALTO	AMZOP	229.473,42
288	BARRA DO RIBEIRO	ACENSUL	226.000,00
289	BOM PROGRESSO	AMUCELEIRO	213.141,19
290	PASSA SETE	AMCSERRA	210.280,00
291	TIRADENTES DO SUL	AMUCELEIRO	210.275,00
292	PEDRAS ALTAS	AZONASUL	204.742,08
293	ALEGRETE *	AMFRO	200.000,00
294	COQUEIRO BAIXO	AMVAT	200.000,00
295	MACAMBARA	AMFRO	200.000,00
296	MUCUM	AMVAT	200.000,00
297	NOVA BASSANO	AMESNE	200.000,00
298	TERRA DE AREIA	AMLINORTE	199.000,00
299	NOVA SANTA RITA	GRANPAL	198.566,76
300	ESTACAO	AMAU	198.200,00
301	PAIM FILHO	AMUNOR	198.200,00
302	ALTO ALEGRE	AMASBI	197.500,00
303	FELIZ	AMVARC	197.500,00
304	VALE DO SOL	AMVARP	196.400,00
305	SANTO ANTÔNIO DO PALMA	AMPLA	195.700,00
306	SÃO JORGE	AMESNE	195.700,00
307	SERTÃO SANTANA	ACENSUL	195.700,00
308	NOVA ESPERANÇA DO SUL	AMCENTRO	195.429,50
309	CAPÃO DA CANOA	AMLINORTE	195.000,00
310	CERRO GRANDE	AMZOP	195.000,00
311	GUABIJU	AMESNE	195.000,00
312	LAGOA BONITA DO SUL	AMCSERRA	195.000,00
313	MARQUES DE SOUZA	AMVAT	195.000,00
314	SALVADOR DAS MISSÕES	AMM	195.000,00
315	SÃO JOSÉ DO INHACORÁ	AMGSR	183.536,27
316	VIADUTOS	AMAU	182.033,14
317	LAGOÃO	AMASBI	180.000,00
318	SAO FRANCISCO DE PAULA	AMSERRA	179.100,00
319	SÃO VALÉRIO DO SUL	AMUCELEIRO	178.898,02
320	INDEPENDENCIA	AMGSR	172.500,00
321	CERRO GRANDE DO SUL	ACENSUL	163.500,00
322	CHUI	AZONASUL	160.000,00
323	TRAMANDAI	AMLINORTE	157.500,00
324	SÃO PEDRO DO BUTIÁ	AMM	157.000,00
325	DOIS LAJEADOS	AMVAT	155.000,00
326	PAROBE *	AMPARA	150.000,00
327	CONSTANTINA	AMZOP	147.504,54
328	TABAÍ	AMVAT	146.950,00
329	BUTIÁ	ASMURC	145.000,00
330	CAMPINA DAS MISSÕES	AMGSR	144.492,00
331	TRÊS CACHOEIRAS	AMLINORTE	144.080,42
332	SANTA MARIA DO HERVAL	AMSERRA	143.130,00
333	IPÊ	AMUCSER	141.068,89
334	PEJUCARA	AMUPLAM	140.000,00
335	ENCANTADO	AMVAT	136.000,00
336	SÃO DOMINGOS DO SUL	AMPLA	135.000,00
337	IBIRAIARAS	AMUNOR	133.000,00
338	IMBE	AMLINORTE	130.000,00
339	MACHADINHO	AMUNOR	130.000,00
340	UNISTALDA	AMCENTRO	130.000,00

341	TIO HUGO	AMASBI	129.834,00
342	CAMARGO	AMPLA	129.000,00
343	CRISTAL DO SUL	AMZOP	127.033,50
344	GENTIL	AMPLA	122.225,00
345	TUPANCI DO SUL	AMUNOR	121.875,00
346	ARAMBARÉ	ACENSUL	120.618,56
347	BENTO GONCALVES *	AMESNE	120.000,00
348	BOQUEIRAO DO LEAO	AMVAT	120.000,00
349	ANTA GORDA	AMVAT	119.000,00
350	IVORÁ	AMCENTRO	106.000,00
351	VESPASIANO CORRÉA	AMVAT	105.000,00
352	CAXIAS DO SUL	AMESNE	100.900,80
353	CIDREIRA	AMLINORTE	100.500,00
354	BOA VISTA DO INCRA	AMAJA	100.000,00
355	GARRUCHOS	AMM	100.000,00
356	IRAJ	AMZOP	100.000,00
357	ITATI	AMLINORTE	100.000,00
358	ITATIBA DO SUL	AMAU	100.000,00
359	JARI	AMCENTRO	100.000,00
360	MATO QUEIMADO	AMM	100.000,00
361	SANTA CRUZ DO SUL	AMVARP	100.000,00
362	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	AMM	100.000,00
363	SENTINELA DO SUL	ACENSUL	100.000,00
364	VALE REAL	AMVARC	100.000,00
365	VILA FLORES	AMESNE	100.000,00
366	VISTA GAÚCHA	AMUCELEIRO	100.000,00
367	ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL	AMAJA	98.200,00
368	AUGUSTO PESTANA	AMUPLAM	98.200,00
369	PARAÍSO DO SUL	AMCENTRO	98.200,00
370	TAVARES	AMLINORTE	98.200,00
371	TEUTÔNIA	AMVAT	98.200,00
372	BOZANO	AMUPLAM	97.500,00
373	COLORADO	AMAJA	97.500,00
374	CORONEL BARROS	AMUPLAM	97.500,00
375	JABOTICABA	AMZOP	97.500,00
376	LINHA NOVA	AMVARC	97.500,00
377	PONTÃO	AMPLA	97.500,00
378	PROTÁSIO ALVES	AMESNE	97.500,00
379	RELVADO	AMVAT	97.500,00
380	SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO	AMVARC	97.500,00
381	SÃO MARTINHO DA SERRA	AMCENTRO	97.500,00
382	SELBACH	AMAJA	97.500,00
383	TAQUARUÇU DO SUL	AMZOP	97.500,00
384	UNIÃO DA SERRA	AMESNE	97.500,00
385	VIAMÃO	GRANPAL	81.000,00
386	SANTO CRISTO	AMGSR	68.000,00
387	ITAARA	AMCENTRO	66.000,00
388	SEDE NOVA	AMUCELEIRO	63.000,00
389	SAO NICOLAU	AMM	56.000,00
390	SAGRADA FAMILIA	AMZOP	54.000,00
391	SÃO JOSÉ DO HERVAL	AMASBI	50.000,00
392	TUPANCIRETA	AMCENTRO	50.000,00
393	BARAO DO TRIUNFO	ASMURC	45.000,00
394	TOROPÍ	AMCENTRO	40.000,00
395	FAXINAL DO SOTURNO	AMCENTRO	36.000,00
396	SALDANHA MARINHO	AMAJA	36.000,00
397	UBIRETAMA	AMM	32.000,00
398	SALTO DO JACUI	AMAJA	31.500,00
399	PRESIDENTE LUCENA	AMVRS	30.000,00
400	ITAPUCA	AMASBI	25.000,00
401	VILA NOVA DO SUL	AMCENTRO	24.000,00
402	BOSSOROCA	AMM	18.000,00
403	RONDA ALTA	AMZOP	10.000,00
404	SETE DE SETEMBRO	AMM	9.000,00
TOTAL			349.273.710,69

* Municípios que tiveram dados coletados no Portal da Transparência

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Serão registrados nos Anais, conforme solicitação de V. Ex^a.

A Mesa também se solidariza com essa celebração. Afinal, é uma instituição do maior respeito não apenas no nosso País, mas no mundo todo.

Quero também fazer o registro, Senador Paim, sobre Canoas, sua base eleitoral. O Jairo Jorge, um líder, construiu, numa engenharia política inédita no Rio Grande do Sul, uma aliança, que tem meu Partido, o Partido Progressista, na Vice-Prefeitura, com nossa Beth Colombo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Grande Beth Colombo. Olha, Beth, falei de você!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A lembrança não foi minha, Senador, mas gostaria de falar dos 48 anos de idade desse jovem Prefeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Também quero renovar a preocupação, que é de V. Ex^a, do Senador Alvaro Dias, minha também e de todo o Senado, em relação à solução sobre o caso Aeros e às questões relacionadas aos aposentados e pensionistas, não só em relação à questão do fator previdenciário, mas, sobretudo, na recuperação da renda das aposentadorias e pensões do INSS.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Convido V. Ex^a a assumir a Presidência, concedendo a palavra, por questão de ordem, ao Senador Alvaro Dias. O próximo orador inscrito será o Senador Vital do Rêgo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador Vital do Rêgo. É rápido, Senador. Apenas um registro com o objetivo de colaborar.

Não estamos precipitadamente prejulgando, fazendo juízo de valor, mas acho que temos o dever não só de criticar e denunciar, quando mazelas ocorrem, quando equívocos acontecem, mas tentar a antecipação para evitá-los. É o que pretendo.

Anuncia-se que o Governo Federal pode-se envolver novamente com assunto complexo na área econômico-financeira, possivelmente nos moldes do que ocorreu com o Banco PanAmericano e com o Grupo JBS-Fribol.

A Caixa Econômica Federal, com o aval do Banco do Brasil, segundo se anuncia, deverá comprar debêntures da Astec, uma empresa da área ambiental que enfrenta, nos tribunais, uma ação judicial movida por um ex-sócio, que reclama, nada menos, da devolução da empresa, por falta de pagamento, pela compra da Geoplan.

Esse imbróglio rendeu, até agora, uma medida cautelar de protestos, em primeira instância, no Tribunal

de Justiça do Rio de Janeiro, para alertar o mercado sobre o risco de eventuais negociações desse tipo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não estou fazendo juízo de valor, não estou afirmando que a Caixa Econômica Federal não deve comprar debêntures dessa empresa. Apenas estou trazendo fatos e pedindo uma análise de profundidade para evitar ocorrências em relação as quais já temos precedentes – Banco PanAmericano, Fribol.

Não podemos repetir esses equívocos; ou seja, o Governo não pode repetir esses equívocos. É apenas um alerta. Pode ser até um equívoco, pode ser até despiciente. Pode não vir ao caso, mas é nosso dever alertar. Estamos alertando, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Sra. Ana Amelia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Após a questão de ordem por parte do Senador Alvaro Dias, passamos, de imediato, a palavra para o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. e Srs. Senadores, hoje é um dia de muita alegria, de muito contentamento, um dia que mexe com nossa autoestima. Venho aqui, hoje, dizer que eu, a exemplo dos meus conterrâneos paraibanos, sobretudo os nascidos em Campina Grande, estou muito orgulhoso com a notícia que foi divulgada, nesta semana, em relação a minha cidade. O orgulho de Campina nunca esteve tão em alta.

Vi uma reportagem da revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* que coloca Campina Grande entre as 45 cidades brasileiras – e entre as quatro da região Nordeste – com maior potencial de inovação, segundo levantamento feito pelo Sebrae, pelo Instituto Inovação, pelo IBGE e com a participação de consultores especializados na área. O resultado da pesquisa foi apresentado como “As cidades mais inovadoras do Brasil – os 45 bolsões de inovação nas cinco regiões brasileiras”.

O levantamento foi feito para apresentar um mapa para possíveis e potenciais investidores e mostra que essas cidades – cada uma com seu potencial específico – estão atraindo cada vez mais investidores, por conta do grande número de profissionais inovadores e das condições oferecidas para que haja esses investimentos.

Não é à toa que Campina tem, proporcionalmente, o maior número de pós-graduados, de doutores e pós-doutores do Brasil. Em outros polos acadêmicos,

não temos exemplos como o de Campina Grande. No caso dessa cidade, a revista destaca como principais potenciais: a tecnologia da informação, a produção de softwares, a produção de jogos para vídeo game e, para nosso encanto, no setor público, saúde. Quando nós temos uma discussão muito grande neste País, cada vez mais motivadora de debates a respeito da saúde pública, Campina se apresenta como um polo potencial para investimentos na área de saúde.

A revista diz que “nesses centros de geração de conhecimento e de mão de obra de qualidade, quem abre uma empresa não sonha com negócios comuns, mas sim com ideias que irão transformar a ciência, o campo e a tecnologia”.

O estudo classifica as 45 cidades citadas com maior potencial de inovação, nas cinco regiões do Brasil, como as localidades “em que empresários têm melhores condições para criar e atrair recursos”, e destaca a participação do Poder Público para a criação desse cenário, pois diz que “vem crescendo o capital, público e privado, destinado a negócios de fronteira”, de inovação.

Um destaque especial para Campina Grande é que o estudo mostra que ela é a única cidade do interior do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a figurar entre as 45 do País. No Norte, a publicação cita Manaus, capital do Amazonas, e Belém, capital do Pará. No Centro-Oeste, somente Brasília, a Capital do País.

Na região Nordeste, as fronteiras tecnológicas estão em Recife, Fortaleza, Salvador e Campina Grande, ou seja, três grandes capitais e somente Campina como cidade do interior, destacando-se à frente de outras capitais. Isso quer dizer que coube a Campina Grande representar o interior de três grandes regiões brasileiras como cidade de capital inovador e com potencial para atrair investimentos.

Na esteira dessa publicação, outras publicações de destaque, como a *Gazeta Mercantil* e a revista *Você S/A*, citam a cidade como a melhor para se fazer carreira em todo o interior do Nordeste, ou a mais promissora da região.

Há outros números que ressaltam a força e a juventude de Campina Grande, que colocamos aqui. Peço ao Sr. Presidente para considerar, na íntegra, este pronunciamento de parabéns a Campina, de parabéns ao seu povo, de parabéns aos nossos representantes, de todas as categorias sociais e políticas, e de parabéns ao nosso Prefeito Veneziano Vital do Rêgo.

Há um outro assunto, Sr. Presidente. Quero falar de uma história importante do jornalismo brasileiro e, principalmente, da minha Paraíba.

Na tarde de hoje, quero fazer uma justa homenagem aos 103 anos do jornal *O Norte*. Não é à toa,

não é todo dia que você pode encontrar, diariamente, circulando há 103 anos, um jornal com a história e a informação do jornal *O Norte*.

É um jornal brasileiro, nascido na cidade de João Pessoa, na Paraíba, que pertence ao grupo Diários Associados, cuja história está umbilicalmente ligada ao sonho visionário de Assis Chateaubriand.

Um dos jornais mais antigos do meu Estado, ainda em circulação, ao completar 103 anos nesse 7 de maio, *O Norte* se reinterpreta e se reinventa a cada dia para responder aos seus leitores a pergunta: “O que faz um bom jornal? Qual é a química que faz esse processo?”

Há algum tempo, o jornalista brasileiro Alberto Dines, apresentando um dos episódios do seu Observatório da Imprensa, na TV Brasil, sabiamente registrava que a redação é a alma, é a principal responsável por um bom jornal.

Um jornal não é o papel; um jornal não são as boas fotos; um jornal não é nada além da redação: um grupo de jornalistas que compõem o núcleo intelectual de uma máquina de produzir informação. É um grupo que compartilha um olhar com a sociedade a que se dirige, nessa aventura jornalística.

Um bom jornal é um projeto autônomo, que inclui outros elementos além da política e dos fatos do cotidiano, uma visão humanista e um olhar amplo sobre o papel da cultura no progresso da sociedade.

Segundo o programa, o bom jornalismo, o jornalismo moderno não pode se limitar a produzir apenas um produto impresso ou da web; não pode se limitar apenas a reproduzir fatos.

A empresa jornalística moderna é mais completa, ela produz ideias e é nesse contexto que *O Norte* se reinventa, na busca permanente do bom jornalismo.

“Quando a imprensa não fala, o povo é que não fala. Não se cala a imprensa, cala-se o povo”. Por entender a atualidade dessa máxima de William Blake, que permanece atual e verdadeira mais de 200 anos após a sua morte, é que me sinto honrado em homenagear o jornal *O Norte* na tarde de hoje.

Por compartilhar com Victor Hugo o entendimento de que “o diâmetro da imprensa é o mesmo da civilização” é que me sinto orgulhoso de sempre falar a respeito da imprensa.

Assim, Sr. Presidente, ao registrar essa data tão importante para a sociedade paraibana, eu não poderia deixar de consignar os meus cumprimentos à direção do jornal *O Norte*, nas pessoas de Joezil Barros, seu presidente; de Paulo Maurício Miranda, diretor das empresas do grupo em João Pessoa; e de seu diretor-geral, Guilherme Machado.

A eles, em meu nome e em nome do povo paraibano, os meus efusivos cumprimentos e votos de

uma longa vida para o jornal que dirigem, por força e impetuosidade da sua gente e por solidariedade ao povo paraibano.

Encerro, transcrevendo a coluna Opinião “Identidade com a Paraíba”, que constou da edição de sábado, 7 de maio, dia do aniversário do jornal:

O Norte completa hoje 103 anos de existência aprofundando a sua identidade com os leitores e os problemas da Paraíba. Segundo veículo mais antigo do Estado, derivou do empreendedorismo dos irmãos Oscar e Orris Soares, filhos de comerciantes portugueses que se fixaram na então Parahyba do Norte. Na definição da escritora Fátima Araújo, O Norte já nasceu dentro dos moldes do jornalismo moderno e bem elaborado. Também é fato que procurou se tornar uma espécie de porta-voz da sociedade, vivenciando seus dramas e cooperando na busca de soluções, além de apontar os caminhos para o crescimento econômico e social desta terra e do Nordeste. No espaço dedicado à ampla reportagem, o jornal, no nascedouro, verberou contra a insegurança gerada pelo cangaceirismo e, em outra vertente, pelo coronelismo ultrapassado. Num editorial da época, os leitores eram convidados a fazer uso de espaços para a defesa dos interesses populares e o engrandecimento da indústria, comércio e agricultura. Em 1954, o jornal passou a integrar o quadro dos Diários Associados, um marco legado pelo paraibano ilustre Assis Chateaubriand.

Essas são algumas das citações que trago nesta manifestação de apoio, engrandecimento e gratidão por tudo o que O Norte já fez e faz pela Paraíba.

Aproveitando, Sr. Presidente, ainda o tempo que me resta...

Meu Senador Mozarildo Cavalcanti, eu estava tão envolvido aqui, nas páginas da história do jornal O Norte, que não vislumbrei a sua presença sempre serena, sempre amiga, sempre solidária nos apartes.

Ouço V. Ex^a com o maior prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Eu estava, pacientemente, aguardando a exposição de V. Ex^a, até porque fiquei muito feliz com o registro que V. Ex^a fez do destaque que tem Campina Grande na região Norte e na região Nordeste. Eu sou um descendente de paraibanos: meus avós maternos foram para Roraima em 1932, portanto, há muitas décadas. Minha mãe já nasceu em Roraima, mas nós cultivamos sempre essa raiz, essa ligação com a Paraíba. Meus avós vieram de Bananeiras, mas sempre todo paraiba-

no tem como referência muito importante a cidade de Campina Grande. Eu quero, portanto, associar-me às homenagens que V. Ex^a faz também ao jornal O Norte. Entendo que é muito importante que nós dessas regiões, digamos assim, mais afastadas do centro do País – refiro-me às Regiões Sul e Sudeste – realmente, possamos, aqui, relembrar e até fazendo a história dessas regiões, para que o Brasil todo tome conhecimento da existência dessas regiões, que foram importantes para a história do Brasil e são importantes para o futuro deste País. Parabéns, portanto!

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Mozarildo, V. Ex^a, com toda a sua história para com o seu Estado adotado, para com o Estado pelo qual nutre paixão, admiração e gratidão, por tudo o que V. Ex^a representa nesta Casa, não deixa de ter, em nenhum momento, a força de seu cromossomo, a força de seu DNA herdados de paraibanos. E, quando rende homenagens à história de um dos veículos mais consagrados da imprensa paraibana, que é o jornal O Norte, e quando faz referência à cidade de Campina Grande, que foi escolhida, agora, pela revista *Pequenas Empresas Grandes Negócios*, como uma das quatro cidades, na Região Nordeste, para se investir em potencial inovador, eu sinto a força desse DNA, a força da presença cromossômica de seu “paraibano” – não é Lindbergh? –, que fala e canta mais alto. Por isso, agradeço a V. Ex^a, em nome de Campina Grande, em nome daqueles de Cajazeiras, por exemplo, que vêm à cidade de Campina Grande. Campina Grande é um pólo em que circunda dois terços do Estado da Paraíba em termos populacionais. É uma região de grande agregação populacional e com vetores profundamente importantes na educação, na saúde e na produção e inovação. Agradeço V. Ex^a.

Ouço outro paraibano ilustre, amigo de Campina, inclusive, como Deputado Federal, foi dele uma das emendas mais importantes para a cidade, desafogando o curso rodoviário na entrada do Município de Campina Grande, mostrando que, hoje, como Senador da República, muito mais poderá fazer por nossa cidade, ouço o ex-Deputado; hoje Senador, Wilson Santiago.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Vitalzinho, pelo pronunciamento que V. Ex^a faz no dia de hoje. Primeiro, quando vibra com o reconhecimento do setor econômico nacional no que se refere à importância de Campina Grande para a economia do Nordeste aos se destacar entre as quatro cidades mais importantes se investir, ou com perspectiva de crescimento e desenvolvimento e com retribuição econômica àqueles que lá investirem. Então, Campina Grande se destaca por conta de tudo isso, graças, com certeza, àqueles que constroem Campi-

na Grande, àqueles que, de fato, não só contribuíram como estão contribuindo para que Campina Grande tenha aquilo que fez com que ela fosse reconhecida da forma como foi entre as quatro cidades mais importantes do Nordeste brasileiro. Então, parabéns a Campina Grande, parabéns a sua população, parabéns a V. Ex^a, parabéns ao Prefeito Veneziano, e parabéns, enfim, à sua própria população, porque, sem ela, com certeza Campina Grande não teria condição de chegar aonde chegou de ser reconhecida como a quarta cidade mais importante do Nordeste. O segundo ponto refere-se ao aniversário do jornal *O Norte*, dos *Diários Associados*. Todos sabemos que falar na história da Paraíba sem reconhecer a importância do jornal *O Norte* é desconhecer aquilo que representa a história da própria Paraíba. Então, parabéns também a V. Ex^a, parabéns ao jornal *O Norte* pelos seus 103 anos. Todos nós que acompanhamos o jornal ao longo do tempo, especificamente como estudante, residindo, eu particularmente em João Pessoa na casa de estudantes durante muitos anos, acompanhei de perto, quando andava pelas barracas, e por aqueles pequenos comércios que revendiam o jornal *O Norte*, sabíamos todos nós, ao longo desse tempo, da importância do jornal *O Norte*, no que se refere à comunicação, à informação para a população do nosso Estado. Então, estes 103 anos do aniversário de *O Norte* fazem parte, sim, da história da Paraíba, e temos de reconhecer isso. Com certeza, o jornal *O Norte* continuará sendo não só um veículo de comunicação, como também exercendo com seriedade aquilo que a população merece, no que se refere à transmissão das informações. Então, parabéns ao jornal *O Norte* pelos 103 anos! Parabéns a Campina Grande, repito, pelo reconhecimento de cidade destaque do Nordeste brasileiro! Parabéns a V. Ex^a por registrar, nesta Casa, fatos e assuntos que interessam a todos nós, paraibanos!

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Wilson Santiago. Aqui V. Ex^a tem pontuado, não me cансo de dizer – hoje fiquei feliz porque vi algumas manifestações, dezenas de manifestações nos portais do meu Estado nesse sentido – da importância da sua presença como Senador da República.

Posso dizer que acompanho diariamente o desempenho e a qualidade dos seus serviços em defesa do País e da Paraíba. Por isso, não me é surpresa V. Ex^a se aliar a toda essa emoção que sentimos neste momento, quando se confere à Rainha da Borborema tamanha manifestação, e quando se faz justiça ao jornal *O Norte*.

Aqui no Senado temos pelo menos seis Senadores de força, de genoma paraibano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E tem um outro emprestado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – E tem um outro emprestado, veio adotado, com certificação de cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a fala e eu confirmo, recebi o título de Cidadão da Paraíba.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Paulo Paim, não são mais seis, são sete, porque ele tem a certificação da Assembleia Legislativa, com um título que muito nos honra.

E tem um que a gente trata como um filho, um filho querido, porque saiu de lá e ganhou a Cidade Maravilhosa, ganhou os corações do Rio de Janeiro, mas não deixa de ter as suas raízes, a sua herança familiar, o seu compromisso com a Paraíba.

Ouço, com muito orgulho, o Senador Lindbergh Farias, Senador do Rio de Janeiro e da Paraíba.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Meu amigo, Senador Vital do Rêgo. Eu estava aqui prestando um pronunciamento, mas V. Ex^a me provoca ao falar de Campina Grande. Falar de Campina Grande lembra-me os meus avós, o meu pai, que estudou no Colégio da Prata; lembra-me do meu primeiro time de futebol, o Treze, de Campina Grande. Sou vascaíno, mas antes, nos primórdios e até hoje torço pelo Treze de Campina Grande. Falar de Campina Grande é falar de muitas histórias. É falar da minha família, da minha trajetória. É falar de um povo batalhador. É falar do velho Félix Araújo que, desde o começo, nos iluminou – foi o primeiro Vereador do Partido Comunista e Deputado da história da Paraíba. Então, falar de Campina Grande é falar de afeto. Eu quero dizer a V. Ex^a que esse povo paraibano também está no Rio de Janeiro. Não sei se V. Ex^a sabe, mas 30% da população do Rio de Janeiro são de nordestinos, em especial cearenses e paraibanos. Continuo convivendo com muitos campinenses no Rio de Janeiro. Não sei se V. Ex^a sabe, mas há pouco um time de Campina Grande, o Campinense, foi disputar uma partida do Campeonato Brasileiro no Rio de Janeiro. À época, eu estava por fazer campanha no Complexo da Maré quando comecei a ver a movimentação de cores rubro-negras. Pensei que fosse o Flamengo, mas não! Era a movimentação da torcida do Campinense no Complexo da Maré, várias camisas; existia uma movimentação enorme no Rio de Janeiro. Então, é importante ver como a nossa Paraíba está presente em todo o País, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Então, eu não poderia deixar de fazer este aparte afetivo. Falar de Campina Grande é falar daquelas tardes em que eu me reunia com toda a minha família, com os meus avós, com

os meus tios, com o meu pai que, na época, era vivo. Quero parabenizar V. Ex^a, e ao seu irmão, que administra aquela cidade. V. Ex^a que representa a Paraíba, mas que é um Senador também de Campina Grande e isso nos torna irmãos, mais do que amigos que somos, mas é um grande prazer. Quero cumprimentar também o jornal *O Norte*. Passei minha vida, minha trajetória como líder estudantil, que começou na Paraíba, pautando-me por aquele jornal, que hoje faz 103 anos. Parabéns, Senador Vital do Rêgo. Viva Campina Grande! Viva o jornal *O Norte*!

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Imagino a força da sua emoção, Senador Lindbergh, porque não é apenas a marca o exemplo de Campina, são os laços recônditos de amor, de afeto e de carinho que ligam o nobre Senador, o querido Senador, a Campina Grande e à Paraíba. V. Ex^a é sempre requisitado e demandado, e há um ônus por tudo isso, que é a responsabilidade de sempre receber de Campina Grande e da Paraíba pleitos que V. Ex^a defende tão bem no Senado, como já defendeu em outras regiões. Eu tenho certeza de que uma das razões do seu fantástico sucesso como homem público é essa origem no Nordeste e essa presença do Nordeste no Rio de Janeiro. V. Ex^a representa tão bem essa marca paraibana nas calçadas de Copacabana ou nas ruas do Complexo da Maré.

Mas, Senador Cícero Lucena, como aparte terminativo – e peço ao Presidente Paim, na condição de paraibano por adoção – permita-me ouvi-lo e depois concluir. Antes, porém, de V. Ex^a falar, cabe-me, publicamente, um agradecimento.

Agradeço em meu nome, e em nome do Prefeito Veneziano, em nome da cidade, em nome do seu povo, não apenas pelos gestos imediatos de apoio que V. Ex^a dá como Senador, mas pela construção de uma relação que tem com Campina Grande, que não é de agora, quando parece lhe faltar apoio, e V. Ex^a chega com apoio, como no caso dos nossos eventos.

Mas V. Ex^a tem, marcadamente, usando emendas parlamentares, pontuado o apoio a Campina Grande, como faz a João Pessoa, como faz em todas as regiões. Da parte de Campina, que é tema do pronunciamento, em nome do Prefeito Veneziano, quero publicamente, para o Brasil, agradecer a V. Ex^a. V. Ex^a, sim, é um homem público acima dos interesses paroquianos, acima dos interesses partidários e da dimensão que o povo da Paraíba lhe deu quando tornou V. Ex^a Senador da República.

Ouço V. Ex^a.

O Sr. Cícero Lucena (Bloco/PSDB – PB) – Agradeço as palavras generosas de V. Ex^a. Para a Paraíba e para mim, não é surpresa a sua eterna generosidade.

Então, faço por Campina, tento fazer, retribuindo exatamente a generosidade do povo de Campina, a forma com que aquele povo sabe ser grato a quem cuida da sua cidade e faz por ela. V. Ex^a nasceu praticando isso, vivendo, reconhecendo e sendo reconhecido. Sem dúvida nenhuma, todos nós que temos oportunidade de chegar a Campina Grande, em contato com seu povo, nos apaixonamos, como disse o Senador Lindbergh, esse misto de paraibano e carioca. Sempre peço a Deus a oportunidade de poder retribuir o que Campina tanto fez e faz e, se Deus assim permitir, fará por mim. Então, Senador Vital, quero, na verdade, dizer que se poderia passar toda uma sessão falando de Campina, das suas virtudes, do seu povo, da sua garra, da sua criatividade, da sua paixão, da sua vontade de realizar. Campina é algo sobre o que o Brasil precisa aprofundar o conhecimento, para dar o seu verdadeiro valor. Sem dúvida nenhuma, há todos aqueles que contribuíram com Campina Grande, mas acho que a grande contribuição de Campina é a do seu povo. Esse povo é diferente. Dentro da Paraíba, Senador Paim, Senador Aloysio Nunes, demais Senadores presentes, o povo de Campina é diferente. Ele faz e faz com criatividade, faz com inteligência, faz com paixão, faz com amor, com garra, com vontade de realizar. É isso que torna Campina Grande esse polo de tecnologia, de criatividade, de desenvolvimento no nosso Nordeste. Campina, lá atrás, já era polo de comércio. No tempo em que mercadorias eram transportadas no lombo dos animais, Campina já era uma referência, já era um polo. Por isso, inclusive, todos nós estamos lutando para que, além do polo tecnológico que ela é, nós possamos, neste novo momento de tecnologia que se está vivendo no Brasil e que nós acreditamos ser uma referência para o desenvolvimento, para a pesquisa – tenho certeza de que nós vamos conseguir –, colocar Campina em destaque. Assim ela poderá dar sua contribuição, com a criatividade do seu povo, da sua gente, e também receber investimentos, incentivos por parte do Governo do Estado e incentivos, apoio e solidariedade por parte do Governo Federal, para que todo esse potencial que hoje tem a cidade, com o seu povo, com as suas universidades, possa servir não apenas para a geração de emprego, mas como consolidação da inteligência do povo da Paraíba, de Campina e de quem ela recebe, como faz carinhosamente com vários professores e vários pesquisadores que chegam, às vezes, para passar um curto espaço de tempo na cidade, mas são tão bem acolhidos que lá fixam residência, estabelecem suas vidas e dão sua contribuição. Então quero parabenizar V. Ex^a. Ao fazer isso, cumprimento também o Prefeito Veneziano, todas as Lideranças políticas da cidade de Campina Grande, meu companheiro de

Partido, o Cássio, que deu sua contribuição àquela cidade, e Ronaldo Cunha Lima, parceiro que também contribuiu. Para não ser injusto, paro em vocês quatro, porque tenho certeza de que estamos representando todo esse amor, todo esse carinho que vocês têm por Campina Grande e que nos contamina no bom sentido, fazendo querer também colaborar. Quero parabenizar V. Ex^a por trazer esse tema, mas estendo ao povo de Campina os cumprimentos. Esse destaque, esse reconhecimento, permita-me dizer, ainda é pouco para o valor que tem Campina e sua gente. V. Ex^a teve a felicidade de retratar o aniversário do jornal *O Norte*, que faz parte dos *Diários Associados* do Brasil, com posição de destaque, sem dúvida alguma, resgatando inclusive o fundador dos *Diários Associados*, o também paraibano Assis Chateaubriand, que deu essa contribuição à imprensa brasileira. Então quero também me somar, fazer minhas as suas palavras, se assim V. Ex^a permitir, de reconhecimento ao jornal *O Norte* e a toda equipe dos *Diários Associados* da Paraíba, como também ao *Diário da Borborema* em Campina Grande. Faço este aparte apenas para parabenizar V. Ex^a por mais uma vez trazer dois temas de relevância para o nosso Estado, mas, sem dúvida alguma, com o espaço e o reconhecimento de todo o Brasil. Meus parabéns e muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Cícero Lucena. Na esteira deste reconhecimento e balizados por suas ações em Campina Grande e na Paraíba, os frutos dessa relação serão benfazejos a V. Ex^a, com toda a certeza. Ficam incorporados na totalidade os apartes, as manifestações, o apreço, o carinho que recebo na tarde de hoje pelos meus companheiros, meus colegas, Senadores e Senadoras.

Agradeço ao Presidente Paulo Paim, este homem público inigualável, e me atendo, para últimas e derradeiras considerações, à reportagem de fundo da revista eletrônica jornalística Fantástico, na noite de ontem, quando apontou problemas na distribuição da merenda escolar em diversos Estados, em dezenas de cidades, em várias capitais, inclusive a minha, João Pessoa. É um tema que devo estender e aprofundar posteriormente. Entendo que essa terceirização da merenda escolar é prejudicial, é nociva, como já está sendo provado por denúncias que vão de São Paulo a Recife, de São Luís a João Pessoa.

Acho que é necessária a intervenção do Ministério Público e uma readequação de linhas de fiscalização por parte da CGU e do Ministério da Educação e temo por tantas crianças que estão hoje ingerindo alimentos de péssima qualidade, muitas vezes jogados ao lixo por conta da total falta de condições de ingestão desses

alimentos, sem nenhuma condição nutricional. Assim, para não pedir novamente mais tempo para discorrer sobre este assunto e em respeito aos demais oradores que estão no livro de inscrições, eu me reservo o direito de aprofundar este tema, Senador Paim, em próximas oportunidades.

Agradeço a todos. Muito obrigado.

SEGUIM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR VITAL DO RÊGO.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo a tribuna na tarde de hoje para fazer uma justa homenagem aos 103 anos do jornal *O Norte*.

Um jornal brasileiro, nascido na cidade de João Pessoa, na Paraíba, que pertence ao grupo *Diários Associados*, cuja história está umbilicalmente ligada ao sonho visionário de Assis Chateaubriand.

Um dos jornais mais antigos do meu Estado, ainda em circulação, ao completar 103 anos nesse 07 de maio, *O Norte* se reinterpreta e se reinventa a cada dia para responder aos seus leitores a pergunta: o que faz um bom jornal, qual é a química que faz este processo?

Há algum tempo, o jornalista brasileiro Alberto Dines, apresentando um dos episódios do Observatório da Imprensa, na TV Brasil, sabiamente registrava que a redação é a principal responsável por um bom jornal.

Um jornal não é o papel, um jornal não são as fotos, um jornal não é nada além da Redação – o grupo de jornalistas que compõem o núcleo intelectual de uma máquina de produzir informação.

É um grupo que compartilha um olhar com a sociedade a que se dirige, nesta aventura jornalística.

Um bom jornal é um projeto autônomo, que inclui outros elementos alem da política e dos fatos do cotidiano, uma visão humanista e um olhar amplo sobre o papel da cultura no progresso da sociedade.

Segundo o Programa, o bom jornalismo, o jornalismo moderno, não pode se limitar a produzir apenas um produto impresso ou da web, não pode se limitar apenas a reproduzir fatos.

A empresa jornalística moderna é mais completa, ela produz idéias, e é nesse contexto que *O Norte* se reinventa na busca permanente do bom jornalismo.

“Quando a imprensa não fala, o povo é que não fala. Não se cala a imprensa, cala-se o povo”.

Por entender a atualidade dessa máxima de William Blake, que permanece atual e verdadeira mais de duzentos anos após sua morte, é que me sinto honrado por homenagear o Jornal *O Norte* na tarde de hoje.

Por compartilhar com Victor Hugo o entendimento de que *“o diâmetro da imprensa é mesmo da cívili-*

zação", é que me sinto orgulhoso sempre que falo da imprensa.

Assim, Sr. Presidente, ao registrar essa data tão importante para a sociedade paraibana, não poderia deixar de consignar meus cumprimentos à direção do jornal nas pessoas de Joezil Barros, Presidente dos *Diários Associados no Nordeste*, de Paulo Maurício Miranda, diretor das empresas do Grupo em João Pessoa e do seu diretor-geral, Guilherme Machado.

A eles, em meu nome e em nome do povo paraibano os meus efusivos cumprimentos e votos de longa vida para o jornal que dirigem e que relevantes serviços vem prestando à Paraíba e aos paraibanos.

Encerro, com a coluna *Opinião* "Identidade com a Paraíba" que constou da edição de sábado, 07 de maio, dia do aniversário do Jornal:

O *Norte* completa hoje 103 anos de existência aprofundando a sua identidade com os leitores e os problemas da Paraíba.

Segundo veículo mais antigo do Estado, derivou do empreendedorismo dos irmãos Oscar e Orris Soares, filhos de comerciantes portugueses que se fixaram na então Parahyba do Norte.

Na definição da escritora Fátima Araújo, O *Norte* já nasceu dentro dos moldes do jornalismo moderno e bem elaborado.

Também é fato que procurou se tornar uma espécie de porta-voz da sociedade, vivenciando seus dramas e cooperando na busca de soluções, além de apontar os caminhos para o crescimento econômico e social desta terra e do Nordeste.

No espaço dedicado à ampla reportagem, o jornal, no nascedouro, verberou contra a insegurança gerada pelo cangaceirismo, e, em outra vertente, pelo coronelismo ultrapassado.

Num editorial da época, os leitores eram convidados a fazer uso de espaços para a defesa dos interesses populares e o engrandecimento da indústria, comércio e agricultura.

Em 1954, o jornal passou a integrar o quadro dos *Diários Associados*, um marco legalizado pelo paraibano ilustre Assis Chateaubriand.

As páginas históricas estão pontuadas por textos memoráveis e por inovações no processo técnico de editoração. Imparcialidade e credibilidade: estes foram os objetivos perseguidos por sucessivas gerações, assegurando a longevidade de uma empresa que tem sido escola formadora de valores.

As mudanças gráficas e editoriais continuaram de forma cíclica, procurando acom-

panhar as tendências contemporâneas do jornalismo.

As transformações contribuíram para a conquista de novos leitores, sem a perda de leitores cativos e do investimento na qualidade.

Na expressão do diretor-presidente dos *Associados no Nordeste*, Joezil Barros, o processo tinha todas as credenciais para se afirmar, e é o que tem sido feito.

O jornal é parte de um complexo que envolve emissoras de rádio e televisão e portais noticiosos, com a cobertura instantânea dos acontecimentos que estão se desenrolando.

O *Norte* se esmera, igualmente, em valorizar, na sua dimensão justa, os experimentos modernos que ganham evidência na sociedade, fazendo contraponto com o resgate de episódios influentes na história da Paraíba, em alguns casos reconstituídos pela ótica da reinterpretação, confiada a pesquisadores de notório saber, dentro de uma engenharia de reciclagem indispensável.

O pluralismo político e ideológico é outro diferencial, combinado com a oferta de matérias de prestação de serviços.

Este é o segredo do prestígio e motivo de orgulho para que os que fazem esta empresa consolidada".

Muito obrigado!

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Discurso pronunciado pelo Senador Vital do Rêgo na Sessão do Senado no dia 9 de maio de 2011.

Senhor Presidente;

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores.

Venho aqui hoje para dizer que eu, a exemplo dos meus conterrâneos paraibanos, sobretudo os nascidos em Campina Grande, estou muito orgulhoso da notícia que foi divulgada esta semana, em relação à minha cidade. O orgulho de Campina Grande nunca esteve tão em alta.

Vi uma reportagem na revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios que coloca Campina Grande entre as 45 cidades brasileiras – e entre as quatro da Região Nordeste – com maior potencial de inovação, segundo levantamento feito pelo Instituto Inovação, SEBRAE, IBGE e a participação de consultores especializados na área. O resultado da pesquisa foi apresentado como "As cidades mais inovadoras do Brasil – os 45 bolsões de inovação nas cinco regiões brasileiras".

O levantamento foi feito para apresentar um mapa para potencial investidores e mostra que estas cidades – cada uma com o seu potencial específico – estão atraindo cada vez mais investidores, por conta do grande número de profissionais inovadores e das condições oferecidas para que haja os investimentos.

No caso de Campina Grande, a revista destaca como potenciais da cidade: Tecnologia da Informação, softwares, a produção de jogos para vídeo-game e Saúde. A revista diz que, “nesses centros de geração de conhecimento e de mão de obra de qualidade, quem abre uma empresa não sonha com negócios comuns, mas sim com idéias que irão transformar a ciência, o campo e a tecnologia.

O estudo classifica as 45 cidades citadas com maior potencial de inovação, nas cinco regiões do Brasil, como as localidades “em que empresários têm melhores condições para criar e atrair recursos” e destaca a participação do Poder Público para a criação neste cenário, pois diz que “vem crescendo o capital, público e privado, destinado a negócios de fronteira”.

Um destaque especial para Campina Grande é que o estudo mostra que ela é a única cidade do interior do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a figurar entre as 45 do País. No Norte a publicação cita Manaus, capital do Amazonas; e Belém, capital do Pará. No Centro-Oeste, apenas Brasília, a capital do País.

Na região Nordeste, são citadas quatro cidades: Recife, Fortaleza, Salvador e Campina Grande. Ou seja: três grandes capitais e só Campina como cidade do interior, na frente de outras capitais nordestinas, como João Pessoa, Natal, São Luis, Teresina, Maceió e Aracaju; e de outras cidades do interior, como Caruaru, Feira de Santana, Mossoró, dentre outras.

Isso quer dizer que coube a Campina Grande representar o interior de três regiões brasileiras, como cidade inovadora e com potencial de atrair investimentos.

Eu lembro também que, recentemente, Campina foi destaque em publicações como a **Gazeta Mercantil** e a **Você S.A.**, que citaram a cidade como a melhor para se fazer carreira em todo o interior do Nordeste, ou a mais promissora da região.

Campina também foi apresentada como cidade com indicadores extremamente positivos no que se refere ao desenvolvimento, como o Índice Firjam de Desenvolvimento e o IPC (Índice de Potencial de Consumo) dos moradores das cidades brasileiras – o IPC de Campina ficou entre os maiores do País.

Isso é fruto de um grande trabalho desenvolvido na cidade, da união de entidades como a Fundação Parque Tecnológico, Universidade Federal de Campina Grande e Prefeitura de Campina Grande, que tem

buscado gerar este cenário propício aos novos empreendedores e aos novos investimentos.

Se observarmos bem, todos estes indicadores passaram a fazer parte da cidade a partir de 2006, com a publicação do estudo ‘Os Municípios mais Dinâmicos do País’ e, com isso, anualmente há este reconhecimento ao potencial de Campina, através de diversas entidades e de variados estudos científicos, o que é muito positivo para a cidade.

Nos últimos anos, tornou-se mais frequente a aparição de Campina Grande, em nível nacional, de forma positiva. E sempre que isso acontece o nome ‘Campina Grande’ é ligado a temas como Inovação, Produção Tecnológica, Indicadores Sociais e Econômicos, Melhor cidade para se viver, melhor cidade para se fazer carreira profissional, dentre outros.

Parabéns para Campina Grande e seu povo. Parabéns ao prefeito da cidade, Veneziano Vital do Rego e aos seu corpo de auxiliares. Parabéns para todos os que são responsáveis, de forma direta ou indireta, pelo bom momento por que passa a minha Campina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Depois do Senador Vital do Rêgo, que fez um pronunciamento, como sempre, de qualidade para o Senado e para o País, passamos a palavra neste momento ao Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu quero primeiro registrar que na terça, na quarta e na quinta-feira da semana passada cumprí missão em Portugal, representando oficialmente o Senado Federal, a convite da Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, para ali participar das comemorações do Dia Internacional da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP (Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa). Isso aconteceu no Fórum da Lusofonia, o primeiro realizado em Odivelas, município de 50 a 60 mil habitantes vizinho de Lisboa.

No colóquio promovido pela CPLP, na Sociedade de Geografia de Lisboa, perante um grande número de pessoas e da comunidade dos oito países que compõem a CPLP, fui convidado a falar da experiência brasileira na luta contra a pobreza, dos programas de transferência de renda existentes no Brasil, como o Bolsa Família, e da perspectiva da Renda Básica de Cidadania. Também participei de encontros com brasileiros que estão vivendo em Portugal, na Casa do Brasil, e realizei palestra sobre aquele mesmo tema, a convite do Instituto Universitário de Lisboa, para os alunos de mestrado de Políticas Públicas.

Eu aqui agradeço toda a atenção do Embaixador do Brasil junto à CPLP, Pedro Motta Pinto Coelho, e da Conselheira Elda Alvarez, que me prestaram toda a assistência nessa visita, bem como o relato que me foi enviado pelo chefe da Assessoria Especial do Ministério das Relações Exteriores, Sérgio França Danese, a respeito da visita que realizei. E, conforme sempre procuro fazer, relatar os resultados das missões especiais, solicito, Sr. Presidente, seja transcrito, na íntegra, o relatório enviado pela representação brasileira na CPLP.

Mas, hoje, Sr. Presidente, quero aqui fazer uma reflexão sobre o assunto que desde a semana passada vem canalizando a atenção dos principais meios de comunicação no mundo. Eu me refiro à morte de Osama bin Laden, ocorrida no Paquistão, por ação das Forças Armadas e Serviço de Inteligência dos Estados Unidos.

Quero, primeiro, ressaltar aqui minha solidariedade a todas as vítimas de ações terroristas, tais como aquelas que, infelizmente, atingiram os Estados Unidos da América, quando, em 11 de setembro de 2001, aviões atingiram o *World Trade Center*. E ali mais de três mil pessoas perderam suas vidas, inclusive pessoas idosas, de todas as idades, e muitas crianças. Pessoas totalmente inocentes que, por uma razão totalmente não justificada em seus métodos, foram objeto de ações impensadas, não suficientemente refletidas, por parte dos responsáveis da Al-Qaeda. E dentre esses estava justamente um dos principais, senão o principal líder da Al-Qaeda, Osama bin Laden, que teve uma perseguição muito forte, realizada por forças de todos os países, principalmente do Serviço de Inteligência e das Forças Armadas norte-americanas, que, finalmente, encontraram Osama bin Laden.

Mas aquela ação, tal como realizada, tem suscitado inúmeras reflexões. E quero, em primeiro lugar, aqui ressaltar que o mais importante é que possamos, em cada país e no conjunto das nações, aplicar os princípios de justiça que realmente façam com que as pessoas no planeta Terra se sintam numa vida em que todos possam avaliar que justiça está sendo feita, que estejamos todos vivendo num mundo em solidariedade, onde não suscitem motivos para que quaisquer grupos de pessoas ou pessoas resolvam agir com violência, por meio de crimes e, sobretudo, do terror para atingir seus objetivos, seus anseios. É muito importante que muito mais do que ações bélicas, voltemos as energias de todos os países para a criação de instituições que signifiquem a realização da justiça.

A forma como foi Osama bin Laden morto fez com que inúmeras publicações e artigos surgissem na imprensa nos últimos dias, inclusive editoriais de jornais, como o ontem publicado pela *Folha de S. Paulo*

– “Recaída Imperial” –, em que são formuladas críticas à maneira como o Serviço de Inteligência e as Forças Armadas dos Estados Unidos agiram.

Dentre essas reflexões, há uma em especial, escrita pelo Professor Eugênio Bucci, jornalista e professor da Escola de Comunicações e de Jornalismo da Universidade de São Paulo, assim como da Escola Superior de Propaganda e Marketing, denominado “Lugar Melhor?”, publicada na quinta-feira, dia 5 de maio. Considero as reflexões muito válidas e merecem aqui ser analisadas. Por isso, aqui passo a ler o artigo de Eugênio Bucci e vou comentá-lo:

Declaração de Barack Obama na segunda-feira: “Podemos todos concordar que é um dia bom para os Estados Unidos. Nosso país manteve o compromisso de buscar a justiça, que foi feita. O mundo é um lugar melhor e mais seguro por causa da morte de Osama bin Laden”.

Comecemos pelo começo. Quanto a ter sido um dia bom para os Estados Unidos, podemos concordar com Obama.

Nada menos que 69% dos americanos apoiam o modo como ele vem conduzindo a cruzada antiterror. A morte do líder da Al-Qaeda elevou em nove pontos a sua taxa de aprovação. O povo americano aplaudiu. “A notícia de que Osama bin Laden foi localizado e morto por forças americanas nos trouxe, a nós e a todos os americanos, uma grande sensação de alívio”, resumiu editorial do jornal *The New York Times* anteontem.

Duas razões explicam o alívio. A primeira é de ordem prática: o homem que assumiu a autoria de alguns dos mais horrendos atentados terroristas da História e lançava ameaças constantes a todos os americanos simplesmente saiu de cena. Se ele está morto, o risco que ele representava deixou de existir. Elementar. A segunda razão tem que ver com honra: o criminoso que perpetrou o mal contra tanta gente, de modo tão selvagem, sofreu finalmente a pena que os ofendidos desejavam que ele sofresse. Os ofendidos sentem-se vingados. E festejam. Mas, a partir daqui, já não se pode concordar silenciosamente com Obama.

Será que podemos chamar isso de justiça? Por mais compreensível que seja a caçada americana, a execução sumária de Bin Laden pode ser entendida como a realização da justiça? [pergunta Eugênio Bucci, pergunta que eu também faço].

É verdade que a justiça traz uma reparação que aplaca a dor do ultrajado. É verdade, portanto, que uma das faces da justiça atende ao anseio de vingança. Mas não é correto dizer que a justiça se reduza a uma forma elaborada de vingança. Ela é bem mais do que isso. Ao longo de milênios, a civilização foi descobrindo que, para se realizar, a justiça não se pode confundir com a ira vingadora; ela se põe acima e a salvo das paixões e dos ressentimentos dos ofendidos, é cega às paixões das partes e, só por isso, consegue dimensionar o dano, estipular a pena, serenar o espírito dos que sofreram com o crime e, principalmente, pacificar a sociedade. Vem daí a noção – civilizada – de que ninguém faz justiça com as próprias mãos. Faz-se a guerra – mas não se faz justiça.

A morte de Osama bin Laden, ainda que traga alívio a milhões de pessoas, não pacificará nada. Todos sabem disso, inclusive as autoridades do governo americano. O mundo está mais tenso. Essa morte, mais que uma solução, expõe um grande problema para o qual parece não haver uma saída imediata. Bin Laden eliminado e desaparecido não prenuncia a superação de um conflito, mas nos escancara um limite da convivência pacífica entre os povos.

A comunidade internacional, na ordem precária *em que* se equilibra, talvez não tivesse *como* julgá-lo. Tampouco os Estados Unidos. Onde *ele ficaria preso? Em que cidade? Como* garantir a segurança da população próxima? São essas perguntas *que* escancaram o nosso limite. A nossa era, *que* começou com o julgamento formal e justo dos piores criminosos do nazismo, chega, assim, a esta beira de abismo: não tem *como* julgar o líder de uma organização terrorista. Então, Obama diz *que* matar Osama foi uma forma de justiça, pois, deixa subentendido, não haveria outra.

Talvez seja isso mesmo. Mas isso não é “melhor”. A supressão física, sumária, de um ser humano, por pior *que ele seja*, seguida, aliás, do desaparecimento de seu cadáver, não é solução “melhor”. Um mundo *em que* a justiça se faz pelas armas de um destacamento militar *que* invade um país estrangeiro, toma de assalto uma residência, mata seu ocupante, transporta o corpo para alto-mar, onde some com *ele*, não é um mundo “melhor”. Um mundo *em que* a presidência dos Estados Unidos age

e fala *como* o tribunal do mundo não é melhor. Além de ser mais sombrio, mais incerto e um tanto tenebroso.

As versões – as versões oficiais, todas elas – sobre o *que* se passou na mansão paquistanesa se sucedem e caem em contradições sobre contradições. Primeiro, o guia da Al-Qaeda teria resistido a bala. Depois, estava desarmado. Nem mesmo os autores do assalto conseguem explicar o *que* houve. A ONU solicita imagens para esclarecer detalhes da ação. Obama resiste a mostrá-las. A legalidade do ato – seria um “assassinato seletivo”? – é seguidamente contestada *em* esferas distintas. O quadro ganha novas conturbações.

O pior é *que*, no bojo da notícia espetacular, a linha mais dura e mais truculenta *que* mora na América se vai afirmando mais e mais. Barack Obama não é Bush, mas, por esses caminhos tortos, vai prolongando Bush. As torturas praticadas *em* prisões *como* a de Guantánamo – um “desastre legal e moral criado por George W. Bush”, no dizer de editorial do New York Times de 26 de abril, desastre *que* “agora é um problema de Mr. Obama” – saem malignamente reabilitadas do episódio. Segundo Leon Panetta, diretor da agência de inteligência americana, informações obtidas mediante tortura por afogamento nas prisões secretas da CIA ajudaram na operação [Bom, isso, na verdade, foi desmentido]. Desse modo, sai fortalecida a narrativa *que* enxerga utilidade nos interrogatórios degradantes e bárbaros. Isso, por acaso, é “melhor”?

A justificativa final que resta ao governo americano é a de que ele se encontra em guerra, uma guerra atípica, mas uma guerra. A guerra autoriza-o a impor a sua justiça – e nenhum organismo supranacional será capaz de enquadrá-lo.

É verdade que um mundo assim, que mistura traços de imperialismo, de civilização e de cangaço, é menos aterrorizante do um mundo ao sabor da Al-Qaeda. Mas, definitivamente, não é um “lugar melhor”. Nesse horizonte plúmbeo, mesmo sem que exista um cadáver, vai ganhar mais corpo o culto antiamericano do terrorista promovido a mártir.

Gostaria de assinalar que, em muitos momentos, afirmei aqui a minha admiração pela trajetória do Presidente Barack Obama. Desde a sua campanha, inúmeras vezes, enalteci como o Presidente Barack Obama tem-se constituído numa promessa de reali-

zar aspirações de Martin Luther King Junior, expressas em *I Have a Dream*, seu notável pronunciamento de 28 de agosto de 1963, tanto que Barack Obama escolheu para realizar a convenção que o consagrou vitorioso sobre a sua rival, que convidou para ser sua Secretária de Estado, a então Senadora Hillary Clinton, exatamente no aniversário de 45 anos do pronunciamento *I Have a Dream*.

Em seus pronunciamentos – como, por exemplo, o que realizou diante da porta de Brandenburgo –, eu tantas vezes enalteci como o Presidente Barack Obama disse que agora não era mais hora de haver muros que separassem os que muito têm dos que pouco têm; os islâmicos dos judeus, dos cristãos; pessoas de quaisquer origens, religiões, de qualquer lugar, sexo ou o que fosse.

Pois bem, solidarizo-me com os norte-americanos e com todas as famílias que perderam entes queridos na ação da Al-Qaeda, mas será próprio que possa haver uma explicação mais detalhada, mais clara, sobre se, de fato, foi necessário atingir Osama bin Laden; se, de acordo com o próprio noticiário fornecido pelas forças armadas, pelo serviço secreto dos Estados Unidos e por aqueles que participaram da operação denominada Jerônimo, os componentes da SEAL, ele estava desarmado. Se estava com um tipo de arma automática perto dele próprio, mas não estava ameaçando qualquer daqueles que invadiram sua casa, por que, então, o Presidente Barack Obama, a Secretária de Estado Hillary Clinton e aquelas 15, 20 pessoas que estavam ali, na Casa Branca, acompanhando *pari passu* todos os episódios, teriam definido que deveria ele ser atingido na cabeça e no peito e perder sua vida? Será que não deveria ele ter sido dominado e, em vez de ter sido jogado ao mar ainda vivo, ter sido submetido a um julgamento, como outros criminosos de guerra o foram em outros episódios? É essa pergunta que ainda repercute pelo mundo.

Há o editorial “Recaída imperial”, em que assinala a *Folha de S. Paulo*, de uma forma semelhante àquela apontada por Eugênio Bucci, no domingo, 8 de maio:

Barack Obama tentou conferir um tom de vitória moral ao raide, ao dizer que se fez justiça. Justiça, no entanto, é algo que se realiza em tribunais, sob o império da lei – como não se cansam de pregar os americanos, ainda que nem sempre o pratiquem.

E conclui a *Folha*:

Os Estados Unidos, portanto, precisam não apenas esclarecer as circunstâncias da morte de Bin Laden, mas assegurar ao mundo que essa recaída imperial não implica abjurar a

profissão de fé no multilateralismo e no respeito às normas internacionais feitas por Obama.

O ex-Presidente Fidel Castro, também em artigos publicados, tanto no dia 4 quanto no dia 6, no jornal cubano *Granma*, fez críticas severas à maneira como os Estados Unidos agiram.

É importante que possa haver ainda um melhor esclarecimento por parte das Forças Armadas dos Estados Unidos, das autoridades norte-americanas, para que acreditemos sempre naquilo que os norte-americanos tanta vez têm dito para nós a respeito de quão importante é que se realize justiça de uma maneira adequada e justa para com todos.

Senador Lindbergh, com muita honra, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senador Cícero, serei bem breve. Sei que o Senador Suplicy está...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – O aparte de V. Ex^a sempre é importante. Só estou aqui querendo respeitar o tempo dos demais Senadores, que estão aguardando.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Vou ser muito breve. Quero parabenizar o Senador Eduardo Suplicy pela coragem. Esse é um tema sobre o qual o debate é quase proibido hoje. Quero associar-me a V. Ex^a quanto ao conteúdo de sua fala. Não me senti nada confortável, quando fui cobrado para, na Rádio Senado e na TV Senado, falar do episódio, ao ver que um país entra, viola a soberania de outro país, mata Bin Laden desarmado e joga seu corpo no mar. V. Ex^a, em vários momentos do seu pronunciamento, falou que ele poderia ter sido detido, levado a um tribunal, para haver um julgamento, e que as coisas poderiam ter acontecido de outro modo. Quero, aqui, falar da coluna do jornalista Ricardo Noblat, no jornal *O Globo* de hoje, que também toca nesse ponto.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Exatamente.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Só quero ler o final do trecho da coluna do jornalista Ricardo Noblat, que acaba dizendo o seguinte:

A soberania do Paquistão foi violada pelos Estados Unidos. E o mundo festejou um ato de justiça que não passou de vingança. Que me perdoem os realistas ou indiferentes: sou pai de três filhos. Ganhei um neto há pouco. Não posso dizer a eles que tortura, assassinato e violação da soberania de um país são crimes justificáveis em certos casos.

Quem decide que casos são esses? Quem tem a força. No 11 de Setembro foi Bin Laden. Agora, Obama.

Eu faço esse pronunciamento, associando-me a V. Ex^a, deixando claro aqui... Pelo amor de Deus, ninguém aqui... Nós sabemos o mal que Bin Laden e o seu grupo Al Qaeda levaram ao mundo, sabemos disso claramente. Nós só discordamos da forma como aconteceu. O Ricardo Noblat começa seu artigo com uma frase do Papa Bento XVI, a propósito da morte do terrorista Bin Laden.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Mais um minuto, Senador.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Já estou concluindo. “Frente à morte de um homem, um cristão jamais se alegra.” Eu só quero também, aqui, sem entrar no mérito, falar do episódio na Líbia, do ataque a casa do Kadafi, com a morte do seu filho e de três de seus netos, também em um episódio que, para mim, é inaceitável.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de agradecer a sua reflexão, Senador Lindbergh Farias, e de fazer a V. Ex^a e ao Senador Presidente, Cícero Lucena, uma recomendação.

Eu assisti a um filme, neste final de semana, denominado “Homens e Deuses”, a respeito de oito ou nove religiosos que estavam vivendo num convento, num mosteiro, na Argélia, durante o tempo em que já estava terminando – acho – a ocupação francesa. E ali um movimento terrorista começa a agir e causa uma porção de mortes e tudo mais. Mas aqueles religiosos têm uma atitude muito importante de reflexão de como os homens devem agir diante da violência. E o fizeram de uma maneira muito bela, ainda que todos tenham sido mortos.

Acho que assistir a esse filme, premiado em Cannes, constitui, para o momento atual, uma reflexão primorosa.

Agradeço a lembrança do artigo de Ricardo Noblat, que vai na mesma direção do artigo de Eugênio Bucci e do editorial, por mim mencionado, da *Folha de S.Paulo*.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – As próprias reflexões de Fidel Castro são válidas.

Eu gostaria também que ele se preocupasse com a morte de um dos líderes, críticos do sistema cubano, que foi encaminhado à prisão, levou uma surra, foi ao hospital e veio a falecer.

Então, acredito que o ex-Presidente Fidel Castro também deveria preocupar-se com esse tipo de procedimento, que, de quando em quando, ainda acontece em Cuba, com respeito aos direitos da pessoa humana.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, V. Ex^a me permite? Acho que o Senador Cícero Lucena me daria trinta segundos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Senador Cristovam Buarque, com muita honra.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Quero felicitá-lo, porque nunca foge de temas polêmicos. E esse é um tema polêmico. Todos passamos a odiar esse Bin Laden, mas muitos de nós passamos a preocupar-nos muito com a maneira como houve a sua morte. Para mim, a maior vitória do terrorismo, Senador Lindbergh, é quando todos começam a comportar-se como terroristas. E comportar-se como terrorista é comportar-se fora das leis, das regras, mesmo quando possa parecer justo. Eu temo que um presidente tão diferenciado como o dos Estados Unidos, o Presidente Obama – que, sem dúvida alguma, merece ainda todo o meu crédito –, em nome de uma natural e correta raiva do povo americano, termine fazendo um ato que sai da legalidade – não vou nem dizer que é ilegítimo; não vou dizer que é indecente, mas que sai da legalidade. Isso é muito preocupante, porque, se o Obama faz isso, imaginem os próximos presidentes americanos! Agora, diferencio muito o ato do presidente...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Creio que devemos diferenciar bem o ato do presidente, mesmo carregado de todo esse viés que nos deixa assustados, das manifestações públicas de alegria dos Estados Unidos. Essas alegrias são manifestações espontâneas mas preocupantes, pois mostram o estado de espírito que vem não só do sofrimento daquele 11 de setembro, mas também de uma gana de vingança, acima da vontade de pôr ordem no mundo. Não creio que o Presidente Obama perdeu todo o crédito. Li agora uma carta do Prêmio Nobel da Paz argentino para o Presidente Obama muito dura, quase dizendo que ele não merece guardar o Prêmio Nobel da Paz. Ainda mantenho um certo crédito, uma certa confiança, mas me assusta a vitória dos terroristas quando todos passamos a comportar-nos como terroristas.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Agradeço e estou inteiramente solidário com a sua observação, Cristovam Buarque, muito de acordo com o meu sentimento também, pois tenho a maior admiração, carinho e torço enormemente pelo Presidente Barack Obama, mas me preocuparam as ações que caracterizaram a forma como Osama bin Laden acabou sendo morto e jogado ao mar quando poderia ter

sido preso – a não ser que se tenha melhor informação – e julgado pelas mortes tão graves pelas quais foi responsável.

Sou aqui solidário às vítimas daquele ataque tão dramático contra os Estados Unidos da América, que causou mais de 3 mil vítimas.

Neisse Vasconcelos Dobbin

De: Conta de comunicações SERE [satint@mre.gov.br]
Enviado em: segunda-feira, 9 de maio de 2011 10:28
Para: Neisse Vasconcelos Dobbin
Assunto: Do Ministério das Relações ExterioresArquivo: cbuzzi00315.doc /* SENFEDR DET 00075 T 09/05/2011 10:27:23 */

Do Ministério das Relações Exteriores em 09/05/2011

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eduardo Suplicy
Senado Federal

EMAIL=neisse@senado.gov.br
CARAT=Ostensivo
PRIOR=Normal
DISTR=AFEPA/CGCPLP/DBR/DTS
DESCR=KDAC-CPLP
RTM=CPLBRMS
CATEG=MG

//
Assuntos parlamentares.
Senador Eduardo Suplicy.
Celebrção do Dia
Internacional da Língua
Portuguesa e Cultura. Relato.
//

Nr. 00075

Retransmissão automática para DELBRASCPLP

Senhor Senador,

Tenho o prazer de transcrever, abaixo, telegrama recebido da Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com relato da participação de Vossa Excelência nas comemorações em torno do Dia Internacional da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, nos dias 4 e 5 de maio corrente.

"O Dia Internacional da Língua Portuguesa foi comemorado, em Lisboa, com uma série de atividades, merecendo destaque o Fórum da Lusofonia (4/05), inserido no âmbito da III Bienal de Culturas Lusófonas, ocorrido no Centro de Exposições de Odivelas e o Colóquio promovido pela CPLP na Sociedade de Geografia de Lisboa (5/05).

2. Ambos os eventos foram marcados pela esperada participação do Senador Eduardo Suplicy, que proferiu palestra sobre a experiência brasileira na luta para erradicar a pobreza, sobre o Bolsa Família e a perspectiva em direção à renda básica de cidadania. A apresentação do Senador Suplicy despertou grande interesse do numeroso público presente, sobretudo, pela forma didática e concisa com que analisou os principais temas que afigem a atualidade internacional e a sua correlação direta com a promoção dos direitos sociais e o acesso à renda básica de cidadania. Durante a palestra, o Senador soube motivar a platéia, que em clima descontraído, interagiu com perguntas e comentários.

3. Além de participar dos eventos alusivos ao Dia Internacional da Língua Portuguesa, o Senador Eduardo Suplicy cumpriu intensa agenda, que incluiu, igualmente, visita à Casa do Brasil. Na ocasião, foi recebido pelo Presidente da referida instituição, Sr.

Carlos Henrique Viana e por outros representantes da comunidade brasileira em Portugal. O encontro foi marcado por uma conversa franca e informal entre os presentes, que puderam expor ao Senador suas principais preocupações e reivindicações.

4. Na oportunidade, foi ressaltada a crise no mercado de trabalho e a escassez de empregos que se registra em Portugal, em decorrência da profunda crise econômica atravessada pelo país. Segundo alguns representantes da Comunidade, prevê-se um aumento de brasileiros que deverão retornar ao Brasil em face da falta de perspectivas no mercado de trabalho. A esse respeito, fizeram um apelo às autoridades no Brasil para analisarem as condições para a criação de mecanismos de apoio aos brasileiros retornados.

5. O Presidente da Casa do Brasil indagou também sobre a razão pela qual o Brasil não teria ainda aderido à Organização Internacional das Migrações (OIM), já que, segundo ele, 90% dos brasileiros imigrantes recebem auxílio direto da mencionada Organização internacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

6. Alguns dos presentes solicitaram providências para a agilização do processo de equivalência e revalidação dos diplomas no Brasil e em Portugal e manifestaram grande preocupação com a estigmatização da imagem da mulher brasileira na Europa.

7. O Senador Suplicy colocou-se à disposição de todos, ouviu atentamente as reivindicações, e prometeu analisar as sugestões ali apresentadas. Aproveitou a oportunidade para alentar os brasileiros que desejam retornar ao Brasil, atentando para o vigor da economia brasileira e para as oportunidades que poderão encontrar no país, nesse momento especial de crescimento.

8. Em seguida, o parlamentar segui para conferência no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) dirigida aos alunos do mestrado de políticas públicas. Durante a palestra, retomou o tema da aplicação dos princípios de justiça por meio da Renda Básica da Cidadania, fazendo uma retrospectiva do pensamento econômico e social e da preocupação comum, através dos séculos, com a participação na riqueza. Concluiu a palestra, recordando que Portugal foi um dos pioneiros a instituir o rendimento mínimo familiar e que seria recomendável que os países da CPLP começassem a considerar seriamente a instituição de uma Renda Básica de Cidadania.

9. A participação do Senador Suplicy foi concluída com êxito, não só junto à comunidade brasileira, com a qual estabeleceu frutífero diálogo, como também com a comunidade acadêmica e estudantil.

10. Cabe registrar, finalmente, que o Senador, durante a breve estada em Lisboa, participou ademais de almoço de congraçamento no dia 4, oferecido pela Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dra. Susana de Carvalho Amador, de recepção por mim oferecida na Residência, que antecedeu as celebrações do Dia Internacional da Língua Portuguesa, e de feijoada, promovida pela Missão do Brasil a todos os Embaixadores da CPLP, Secretariado Executivo e participantes do Colóquio, do dia 5, ocorrido na Sociedade de Geografia.

Cordialmente,

Sérgio França Danese

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares Ministério das Relações Exteriores

REFLEXÕES DE FIDEL

O assassinato de Osama Bin Laden

• **AQUELES** que se ocupam desses temas sabem que, em 11 de setembro de 2001, nosso povo se solidarizou com o dos Estados Unidos e deu a modesta cooperação que podíamos oferecer no campo da saúde às vítimas do brutal atentado às torres gêmeas do World Trade Center de Nova York.

Oferecemos também, de imediato, as pistas aéreas de nosso país para os aviões norte-americanos que não tivessem onde aterrissar, dado o caos reinante nas primeiras horas depois daquele golpe.

É conhecida a posição histórica da Revolução Cubana, que se opôs sempre às ações que puseram em perigo a vida de civis.

Partidários decididos da luta armada contra a tirania batistiana, éramos, por outro lado, opositos por princípios a todo ato terrorista que conduzisse à morte de pessoas inocentes. Tal conduta, mantida ao longo de mais de meio século, nos dá o direito de expressar um ponto de vista sobre o delicado tema.

No ato público de massas efetuado na Cidade do Esporte expressei, naquele dia, a convicção de que o terrorismo internacional jamais se resolveria mediante a violência e a guerra.

Osama Bin Laden foi, certamente, durante anos, amigo dos Estados Unidos, que o treinou militarmente, e adversário da URSS e do socialismo, mas qualquer que fossem os atos atribuídos a ele, o assassinato de um ser humano desarmado e acompanhado de familiares constitui um fato nojento. Aparentemente, foi isso que fez o governo da nação mais poderosa de todos os tempos.

Osama Bin Laden foi, certamente, durante anos, amigo dos Estados Unidos, que o treinou militarmente, e adversário da URSS e do socialismo, mas qualquer que fossem os atos atribuídos a ele, o assassinato de um ser humano desarmado e acompanhado de familiares constitui um fato nojento. Aparentemente, foi isso que fez o governo da nação mais poderosa de todos os tempos.

O discurso elaborado com esmero por Obama para anunciar a morte de Bin Laden afirma: "...sabemos que as piores imagens são aquelas que foram invisíveis para o mundo. O lugar vazio na mesa. As crianças que se viram forçadas a crescer sem sua mãe ou seu pai. Os pais que nunca voltarão a sentir o abraço de um filho. Cerca de 3 mil cidadãos se foram para longe de nós, deixando um enorme buraco em nossos corações".

Esse parágrafo encerra uma dramática verdade, mas não pode impedir que as pessoas honestas recordem as guerras injustas desencadeadas pelos Estados Unidos no Iraque e Afeganistão, as centenas de milhares de crianças que se viram forçadas a crescer sem sua mãe ou seu pai e os pais que nunca voltariam a sentir o abraço de um filho.

Milhões de cidadãos se foram para longe de seus povos no Iraque, Afeganistão, Vietnã, Laos, Cambodja, Cuba e outros muitos países do mundo.

Da mente de centenas de milhões de pessoas não se apagaram tampouco as horríveis imagens de seres humanos que em Guantánamo, território ocupado de Cuba, desfilam silenciosamente submetidos durante meses e inclusive anos a insuportáveis e enlouquecedoras torturas; são pessoas sequestradas e transportadas a prisões secretas, com a cumplicidade hipócrita de sociedades supostamente civilizadas.

Obama não tem como ocultar que Osama foi executado na presença de seus filhos e esposas, agora em poder das autoridades do Paquistão, um país muçulmano de quase 200 milhões de habitantes, cujas leis foram violadas, sua dignidade nacional ofendida, e suas tradições religiosas ultrajadas.

Como impedirá agora que as mulheres e os filhos da pessoa executada sem lei nem julgamento expliquem o ocorrido, e as imagens sejam transmitidas ao mundo?

Em 28 de janeiro de 2002, o jornalista da CBS Dan Rather, difundiu por meio dessa emissora de televisão que em 10 de setembro de 2001, um dia antes dos atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, Osama Bin Laden foi submetido a uma hemodiálise do rim em um hospital militar do Paquistão. Não estava em condições de esconder-se nem de proteger-se em cavernas profundas.

Assassiná-lo e enviá-lo às profundezas do mar demonstra medo e insegurança, convertem-no em um personagem muito mais perigoso.

A própria opinião pública dos Estados Unidos, depois da euforia inicial, terminará criticando os métodos que, longe de proteger os cidadãos, terminam multiplicando os sentimentos de ódio e vingança contra eles.

EFLEXÕES DE FIDEL

Mentiras e incógnitas sobre a morte de Bin Laden

OS homens que executaram Bin Laden não agiram por sua conta: cumpriam ordens do governo dos Estados Unidos. Tinham sido rigorosamente selecionados e treinados para missões especiais. Sabe-se que o presidente dos Estados Unidos pode, inclusive, comunicar-se com um soldado em combate.

Horas depois de ter sido realizada a operação na cidade paquistanesa de Abbotabad, sede da mais prestigiosa academia militar desse país e importantes unidades de combate, a Casa Branca ofereceu à opinião mundial uma versão cuidadosamente elaborada sobre a morte do chefe de Al-Qaeda, Osama Bin Laden.

Como é lógico, a atenção do mundo e da imprensa internacional se focaram no tema, deslocando as outras notícias do âmbito público.

As cadeias de televisão norte-americanas divulgaram o discurso esmeradamente elaborado do presidente, e mostraram imagens da reação pública.

Era óbvio que o mundo se apercebia da delicadeza do assunto, visto que o Paquistão é um país de 171,8 milhões de habitantes — onde os Estados Unidos e a OTAN levam a cabo uma devastadora guerra que dura já dez anos — possuidor de armamento nuclear e aliado tradicional dos Estados Unidos.

Sem dúvida, o país muçulmano não pode concordar com a sangrenta guerra que os Estados Unidos e seus aliados vêm travando contra o Afeganistão, outro país muçulmano com o qual partilha a complicada e montanhosa fronteira, traçada pelo império colonial inglês, onde tribos comuns moram a ambos os lados da linha divisória.

A própria imprensa dos Estados Unidos compreendeu que o presidente ocultava quase tudo.

As agências de notícias ocidentais: ANSA, AFP, AP, Reuters e Efe, a imprensa escrita e importantes sites refletem interessantes informações sobre o fato.

O The New York Times assegura "que os fatos diferem significativamente da versão oficial apresentada, na terça-feira, pela Casa Branca e altos funcionários de inteligência, segundo os quais a morte de Bin Laden — que finalmente reconheceram não estava armado embora garantissem que se 'resistiu' — - acontecera no meio de um intenso tiroteio.

"Mas segundo o jornal nova-iorquino, a operação, 'embora caótica e sangrenta, foi extremamente unilateral com uma força de mais de 20 membros dos Seals, que despachou rapidamente o punhado de homens que protegia Bin Laden'."

"...o 'Times' assegura agora que 'os únicos disparos feitos pelos que se encontravam no complexo residencial aconteceram no início da operação'.

"Exatamente, ocorreram 'quando o mensageiro de confiança de Bin Laden, Abu Ahmed al Kuwaiti, abriu fogo de atrás da porta da casa de hóspedes adjacente à casa onde Bin Laden se escondia'.

"Depois que os Seals mataram Kuwaiti e uma mulher na casa de hóspedes, os estadunidenses não foram atacados com disparos nem uma vez mais', sustenta o jornal, baseado nas referidas fontes, cuja identidade não revela..."

"Na terça-feira, o porta-voz da Casa Branca, Jay Carney, tinha garantido numa 'narrativa' dos acontecimentos da madrugada de domingo para segunda-feira, que o comando estadunidense sofreu um tiroteio 'ao longo da operação'.

"Também o diretor da CIA, Leon Panetta, tinha falado de 'alguns tiroteios', enquanto os militares de elite estadunidenses iam despejando os pisos da residência onde se escondia Bin Laden."

"Doutro lado, no entanto, o jornal assegura que embora Bin Laden não tivesse empunhado uma arma quando foi abatido, os comandos que o localizaram em um dos quartos viram que o líder de Al-Qaeda tinha uma 'AK-47 e uma pistola Makarov ao alcance da mão'."

Hoje, 6 de maio, continuam as notícias.

De Washington uma das agências informa que apenas um homem disparou contra as forças estadunidenses. A seguir narra que "em plena noite de domingo, vários helicópteros com 79 membros de um comando estadunidense a bordo se aproximam da residência de Osama Bin Laden em Abbottabad, ao norte de Islamabad. Tinham partido de um lugar não especificado e voavam baixo para evitar ser detectados por radar, visto que o Paquistão não fora informado da operação.

"- Dois helicópteros descarregam a mais de 20 efetivos Seals da Marinha no recinto da residência, que tem paredes de quatro a seis metros de alto cobertas com arame farpado. Um dos helicópteros, um MH-60 Blackhawk, aparentemente modificado para evitar radares, aterra bruscamente por causa de uma "falha mecânica" e fica fora de uso, conforme um primeiro relatório de funcionários estadunidenses.

"- Um grupo de efetivos se dirige rumo a um prédio anexo à residência principal. O mensageiro de Bin Laden o vê, abre fogo contra os membros do comando e é abatido junto de sua mulher. Este homem é o único ocupante da residência que dispara contra os estadunidenses. Esta afirmação contrasta com um primeiro relatório de Washington em que era descrita uma troca de tiros nos 40 minutos que a operação durou."

"...outra equipe entra à casa principal de três andares."

"...topa-se com o irmão do mensageiro que também resulta abatido, segundo um funcionário estadunidense que não deu mais detalhes. Segundo a cadeia de televisão NBC, o homem tinha uma mão em suas costas quando o comando

entrou ao quarto onde ele se achava. Por isso os efetivos acreditaram que tinha uma arma, ainda que não era o caso.

"- As forças estadunidenses sobem as escadas, e num dos quartos encontram um filho adulto de Bin Laden, Khalid, que também é abatido..."

"- No último andar, os efetivos encontram Osama Bin Laden e sua esposa no dormitório. Sua esposa tenta se interpor e é ferida em uma perna. Bin Laden não dá sinais de se render e recebe um disparo na cabeça e, de acordo com alguns meios estadunidenses, também no peito. As primeiras versões da batida indicaram que Bin Laden 'resistiu' e que tinha usado sua mulher como escudo humano, mas esta informação foi desmentida mais tarde pela Casa Branca.

"- O presidente Barack Obama, que acompanhou os acontecimentos da Casa Branca, é informado de que o comando identificou Bin Laden. Uma informação da revista Time, baseada em uma entrevista com o diretor da CIA, Leon Panetta, sugere que Bin Laden foi assassinado menos de 25 minutos depois de ter começado a operação.

"- No quarto de Bin Laden, os Navy Seals encontram um fuzil de assalto soviético AK-47 e uma pistola russa de 9 mm. Também encontram outras armas na residência, mas não difundem pormenores.

"- As forças especiais também encontram dinheiro e números de telefones costurados nas roupas do chefe de Al-Qaeda..."

"- O comando apanha tudo que pode servir como fonte de informação: cadernos de notas, cinco computadores, dez discos rígidos e uma centena de dispositivos de armazenamento (CD's, DVD's, USB)."

"...trasladam para um lugar seguro umas vinte mulheres e crianças presentes na residência e depois destroem o helicóptero accidentado.

"...38 minutos após o início da operação, os helicópteros partem com o cadáver de Bin Laden.

A AP publica dados de interesse político e também humanos:

"Uma das três esposas que moravam com Osama Bin Laden disse a seus interrogadores paquistaneses que permaneceu durante cinco anos na moradia onde se escondia o foragido e poderia ser uma importante fonte de informação sobre como evitou a captura durante tanto tempo, disse na sexta-feira um funcionário da espionagem paquistanesa."

"A esposa de Bin Laden, Amal Ahmed Abdullfattah, nascida no Iêmen, disse que nunca abandonou os pisos altos da casa, nos cinco anos que residiu nela.

"Ela e as outras duas esposas de Bin Laden estão sendo interrogadas no Paquistão, após terem sido detidas no assalto de segunda-feira, perpetrado por comandos navais estadunidenses, contra a residência de Bin Laden, na aldeia de

Abotabad. As autoridades paquistanesas mantêm detidas também oito ou nove crianças encontradas na moradia quando se retiraram os comandos.

"Devido aos relatos cambiantes e incompletos dos funcionários estadunidenses sobre o acontecido no assalto, as declarações das esposas de Bin Laden talvez dêem pormenores da operação.

"Além disso, seus relatos poderiam ajudar a ilustrar como passava o tempo Bin Laden e conseguia permanecer oculto numa moradia grande, próxima de uma academia militar numa cidade aquartelada, a duas horas e meia de carro da capital, Islamabad.

"O funcionário paquistanês disse que agentes da CIA não tiveram acesso às mulheres detidas."

"A proximidade do esconderijo de Bin Laden à guarnição militar e à capital paquistanesa levantou suspeitas em Washington de que o foragido foi protegido talvez pelas forças de segurança do Paquistão."

A agência Efe indaga sobre o que pensam os habitantes do Paquistão:

"Os 66% dos paquistaneses não acreditam que as forças especiais dos EUA matassem o líder de Al-Qaeda, Osama Bin Laden, mas outra pessoa, segundo uma sondagem conjunta do instituto demoscópico britânico YouGov e de Polis, da Universidade de Cambridge.

"A sondagem foi realizada entre usuários de internet, que soem ter maior cultura, de três grandes cidades, Karachi, Islamabad e Lahore, com exclusão de grupos demográficos rurais, o que faz com que os resultados sejam mais surpreendentes, segundo os pesquisadores.

"Além disso, os 75% dizem reprovar a violação da soberania paquistanesa pelos EUA, na operação para capturar e dar morte a Bin Laden.

"Menos de três quartas partes dos inquiridos não acredita que Bin Laden autorizasse os ataques de 9/11 contra os Estados Unidos, que justificaram a invasão norte-americana do Afeganistão e a luta contra o terrorismo islâmico.

"Os 74% opina que o governo de Washington não respeita o Islã e se considera em guerra com o mundo islâmico e 70% reprova a política paquistanesa de aceitar ajuda econômica dos EUA.

"Os 86 % se opõe também a que o governo paquistanês permita no futuro ou critica que tenha autorizado antes ataques com aviões não pilotados contra grupos militantes.

"Os 61% dos paquistaneses interrogados diz simpatizar com os talibãs ou achar que estes representam pontos de vista respeitáveis, face a só 21% que se mostra radicalmente contra."

A agência Reuters contribui igualmente com dados interessantes: "Uma das esposas de Osama Bin Laden disse a seus interrogadores paquistaneses que o líder de Al-Qaeda e sua família moraram durante cinco anos na vila onde ele foi abatido por comandos estadunidenses nesta semana, disse na sexta-feira um funcionário de segurança.

"A fonte, que identificou a mulher como Amal Ahmed Abdulfattah, disse à Reuters que a mais nova das três esposas de Bin Laden foi ferida na operação.

"Segundo o funcionário, Abdulfattah disse aos investigadores paquistaneses que 'havia cinco anos que morávamos ali'."

"As forças de segurança paquistanesas detiveram entre 15 e 16 pessoas que moravam no complexo, depois que os comandos estadunidenses levaram o corpo de Bin Laden, disse o funcionário. Entre os detidos se acham as três esposas de Bin Laden e várias crianças."

Um avião ianque sem piloto matou hoje não menos de 15 pessoas em Waziristan, ao norte do Paquistão, segundo a agência ANSA. Outras pessoas sofreram feridas graves. Mas, quem vai se encarregar desses assassinatos diários naquele país?

No entanto, faço-me uma pergunta: Por que tanta coincidência entre o assassinato realizado em Abbottabad e a tentativa de assassinar Kadafi simultaneamente?

Um dos filhos mais novos dele, que não se metia nos assuntos políticos, Saif al Arab, estava reunido na casa onde residia com um filho pequeno e dois primos menores; Kadafi e sua esposa o tinham visitado até pouco antes do ataque dos bombardeiros da Otan. A casa foi destruída; morreram Saif al Arab e as três crianças; Kadafi e a esposa tinham se retirado pouco antes. Era um fato sem precedentes. Mas o mundo apenas soube disso.

Foi por acaso uma simples casualidade a coincidência desse fato e o ataque contra o refúgio de Osama Bin Laden, que o governo dos Estados Unidos conhecia perfeitamente e o vigiava com todos os detalhes?

Hoje uma notícia procedente da Cidade do Vaticano informava:

"Maio 6 (Ansa)- Giovanni Innocenzo Martinelli, o vigário apostólico de Trípoli, disse hoje à agência vaticana Fides que não tem intenção de 'interferir na atividade política de ninguém', mas encara o dever de advertir que os bombardeamentos à Líbia 'são imorais'.

"Surpreende-me que tenham sido feitas declarações sobre o fato de que deveria me ocupar só de questões espirituais, e que os bombardeios fossem autorizados pela ONU. Mas isto não significa que a ONU, a OTAN ou a União Europeia tenham a autoridade moral para decidir bombardeios, acrescentou.

"Gostaria de sublinhar — acrescentou — que bombardear não é um ato ditado pela consciência civil e moral de Ocidente, ou mais em geral da humanidade. Bombardear é sempre um ato imoral'."

Outro telex da agência ANSA informa sobre a posição da China e da Rússia.

"Moscou, Maio 6.— Os governos da China e da Rússia se declararam hoje 'extremamente preocupados' pela guerra na Líbia e disseram que agiriam de conjunto para reclamar o cessar-fogo."

"'Nossa convicção é que o objetivo mais importante é obter o cessar-fogo imediato', declarou Yang Jiechi, chanceler chinês".

Estão acontecendo fatos verdadeiramente preocupantes.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Eu é que agradeço.

Passo a palavra, pela Liderança, ao Senador Cristovam Buarque, do PDT, por cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF). Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Cícero Lucena, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, aproveito este curto tempo, oferecido à Liderança do meu partido, para falar da subcomissão criada, dentro da Comissão de Relações Exteriores, com a finalidade de acompanhar o que vai ser a maior das conferências que já se realizou talvez mesmo neste século – se não a maior, certamente a mais importante até aqui: a chamada conferência Rio+20, da qual o Senador Lindbergh faz parte.

Comunico que, na última segunda-feira, fomos um grupo de Senadores – o Senador Lindbergh, o Senador Collor, o Senador Aloysio Nunes, Senadores outros que já estavam lá – ao Rio de Janeiro e nos tranquilizamos ao vermos que as instalações parecem estar avançando corretamente. Há tempo suficiente para transformar aqueles imensos e bonitos galpões, onde antes eram as docas do Rio, em um local onde 130, 150 ou mais chefes de Estado ou de Governo vão se reunir para discutir o futuro do mundo.

Preocupa-nos ainda, entretanto, a diplomacia para trazer para cá os chefes de Estado e de Governo dos diversos países, porque, se for feita com o segundo escalão, essa reunião não vai ter a importância necessária.

E eu fico feliz de ver o Senador Cícero Lucena, que é um preocupado também com isso e por também, na Comissão de Mudanças Climáticas, dirigir um grupo igual ao nosso. Se nós não conseguirmos trazer para cá os grandes líderes mundiais para debatermos o futuro do mundo, corremos o risco de um grande fracasso.

Além disso, o segundo aspecto que temo é que a temática a ser debatida não seja suficientemente abrangente para cuidar de todos os assuntos que ameaçam o futuro da humanidade.

Nós estamos todos voltados para 2014, quando vamos ver quem é campeão; para 2016, para ver quem é que vai ganhar mais medalhas, e não estamos olhando para 2012, para saber quem sobrevive dentro de mais 100 anos de um processo de crescimento depredador.

E é neste sentido, de tentar colaborar para o terceiro aspecto da temática, que nós já estamos organizando, a partir da próxima semana, uma série de debates no Senado, na Comissão de Relações Exteriores, para discutir, por exemplo, água – como vamos conservar a água, que vai se acabar?; energia – para que precisamos de tanto e onde buscá-la?; desenvolvimento sustentável – o que é desenvolvimento sustentável?; economia verde, um outro conceito parecido – o que é economia verde?; padrões de consumo e de produção – quais são aqueles que são viáveis em longo prazo?; pobreza – como é que a gente vai enfrentar e superar o problema da pobreza?; cidade – o que fazer com as cidades do mundo?; biodiversidade e florestas – como mantê-las com o processo de civilização, de crescimento que tende a destruí-las?; mudança do clima – obviamente, como enfrentar ou como nos adaptarmos ao aquecimento global?

Nós temos que discutir quais são os novos indicadores de progresso que devem substituir o Produto Interno Bruto *per capita*, que não carrega dentro dele todas as fragilidades de uma produção que depreda, que rouba tempo, que provoca doenças e até tragédias, como as que a gente vê agora em Fukushima e já viu em Chernobyl.

Nós queremos colaborar com o Governo brasileiro para que essa seja a grande conferência da Presidenta Dilma, para que seja o grande ponto, o ponto alto do seu período na Presidência. Mas, se não tomarmos cuidado, essa será uma conferência fracassada,

frustrada: ou por não termos as instalações – e isso parece estar sendo superado –, ou por não termos a representatividade, ou por não termos os temas corretos sendo debatidos.

No Senado – e o Presidente Collor tem sido o grande apoiador disso, até porque foi na presidência dele que se realizou a conferência de 1992, a Eco 92 – nós queremos colaborar. Agora, para isso é preciso que o Governo brasileiro demonstre o compromisso diplomático em trazer para cá as mais altas figuras do mundo e o compromisso temático de debater os temas fundamentais e transformar esses debates em uma grande carta dos chefes de Estado de 2012 ao mundo inteiro, mostrando que vivemos em uma barca, a barca Terra, com esse modelo de crescimento.

Nós temos, Senador Lindbergh, três alternativas: ou afundar nessa barca, com todos dentro; ou jogarmos para fora os excluídos e fazermos um desenvolvimento só para os que estão dentro; ou mudarmos o rumo da barca em direção ao novo projeto civilizatório.

Espero que a Presidenta Dilma seja líder, como nossa Presidenta, na definição de um novo rumo para o progresso do mundo inteiro. E que o Brasil possa dar o exemplo de que aqui nós queremos, sim, uma barca para todos os brasileiros, no bom caminho que incorpore as gerações futuras por meio de um desenvolvimento equilibrado com a natureza.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha para colocar, agradecendo o tempo de 1 minuto e 40 segundos a mais que me ofereceu.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Eu agradeço ao Senador Cristovam.

Pela ordem dos inscritos, Senador Waldemir Moka, que poderá fazer uso da palavra por vinte minutos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje, já me solidarizando antecipadamente ao que já virou quase uma tradição aqui em Brasília, a Marcha dos Prefeitos.

Essa marcha se inicia amanhã, e eu a vejo sempre, até porque hoje cheguei ao Senado, mas comecei a minha carreira política, a minha vida pública disputando uma eleição para vereador na capital do meu Estado, Campo Grande.

Tenho acompanhado de perto, sobretudo nos últimos anos, as dificuldades por que passam as prefeituras do nosso País. Logo após a Constituinte, quando da execução da Carta Maior, a questão tributária beneficiou muito os Municípios, mas, logo em seguida, sucessivamente – eu não digo somente o atual Governo, mas mesmo antes –, o Governo Federal, para evitar a

participação dos Municípios na distribuição dos recursos, tem feito, nos últimos tempos, em vez de novos impostos, novas contribuições, que, diferentemente dos impostos, quando da distribuição da arrecadação, não são compartilhadas com os Municípios.

Sei que aqui, no Senado, vários Senadores já passaram por prefeituras. Assiste-nos aqui o Senador Lindbergh, que foi Prefeito de uma grande cidade no seu Estado do Rio de Janeiro e, certamente, não deve ter sido diferente, Senador Lindbergh, da luta dos prefeitos.

Hoje, quero falar especificamente, até porque sei que os prefeitos vão insistir muito, da regulamentação da chamada Emenda nº 29. Essa emenda já passou aqui, pelo Senado, e está lá, na Câmara. A Câmara não consegue votar, até porque – eu entendo a dificuldade – a regulamentação da Emenda nº 29 traz percentuais específicos, obrigando que cada um dos Municípios invista, no mínimo, 15% e os Estados, 12%, sendo que, por mais paradoxal que possa parecer, o Governo Federal não tem nenhum percentual mínimo para aportar na saúde. Hoje, eu não tenho dúvida – e quem disputou as últimas eleições, como eu disputei, sabe – de que, em qualquer parte deste País, há quase uma unanimidade de que a saúde precisa urgentemente melhorar, Senador Cícero, Presidente.

Por quê? Porque, depois que se tirou... Não quero entrar nesse mérito e também não estou defendendo a reedição da CPMF, mas a verdade é que, quando não se arrecadaram os R\$20 bilhões que a CPMF ofertava para a saúde, não houve mais nenhum dinheiro novo, e, de lá para cá, só tem aumentado a demanda dos Municípios, e os recursos, sempre menores.

Recentemente, o Ministro Padilha esteve na Comissão de Assuntos Sociais. Eu disse e vou repetir aqui: é muito difícil, na minha avaliação, alguém juntar todas as qualidades de um Ministro. O Ministro Padilha tem uma formação na área de saúde, conhece saúde pública, tem experiência como gestor, foi Ministro da chamada Articulação Interinstitucional com os Poderes, é politicamente experimentado e é um Ministro com prestígio junto à cúpula do atual Governo.

Portanto, vejo com muita simpatia, vejo com uma expectativa muito grande o fato de o Ministro Padilha poder resolver as questões da saúde em nosso País, mas insisto num detalhe: nós precisamos, sem dúvida alguma – aí eu não sei como será esta fonte –, obter uma fonte de financiamento para a saúde. Alguém vai dizer: "Ah, mas nós temos um problema muito sério de gestão na saúde. Há desvio de recurso da saúde". Eu concordo com isso. Nós ficamos discutindo essa questão da gestão, mas não a decidimos, na minha avaliação, porque o Padilha pode ser um homem experiente, talentoso, determinado – certamente o é –,

mas, se não alocarmos recursos ao Ministério da Saúde, ele não dará conta.

Eu vi a exposição do Ministro – “vamos aumentar recurso na atenção básica; vamos aumentar recurso para isso e para aquilo” – e fiquei pensando: “Mas nós não temos recurso nem para o custeio do Ministério da Saúde. Como se fará mais aporte se nós não temos mais recurso para ser destinado?”

Então, tenho certeza – não tenho a menor dúvida – de que, quando iniciar a Marcha dos Prefeitos, uma das questões mais reivindicadas será a regulamentação da Emenda nº 29.

Concedo o aparte ao ilustre representante da Paraíba, Senador Wilson Santiago.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Senador Moka, V. Ex^a traz um assunto que, de fato, é de extrema necessidade e que estamos vivenciando nos dias de hoje: a crise da saúde pública. A população mais carente deste País, especificamente do interior dos Estados, das regiões mais carentes, como o Nordeste, o semiárido, têm sofrido muito com esta assistência à saúde, exatamente por conta das dificuldades por que passam os hospitais públicos especificamente e também os privados. Os filantrópicos estão todos em dificuldades financeiras, fato de que todos temos conhecimento, e não é de hoje. V. Ex^a lembra e cobra mais recursos para a saúde, uma melhor gestão na saúde, uma melhor decisão por parte das próprias autoridades maiores deste País, no que se refere a uma atenção melhor àquilo que, de fato, tem ocorrido em todo o território nacional: a população deixando de ser atendida nas emergências, nos hospitais, nos postos de saúde, em todos os setores da área de saúde. Precisamos ter uma melhor gestão no que se refere à aplicação dos recursos da saúde, deixar um pouco de lado esses grandes investimentos. Tivemos exemplos de anos anteriores em que milhões e milhões foram investidos em outros setores que, de fato, são importantes, mas sabemos que a atenção básica, o atendimento à população é o mais urgente, a qual precisamos, de fato, socorrer neste momento. Então, tenho certeza de que a intenção do Ministro da Saúde, Padilha, é muito positiva em relação à solução desses problemas, como também tenho certeza de que não é fácil, com os recursos atualmente existentes, encontrar as soluções para os grandiosos problemas que têm se arrastado e se acumulado, ao longo do tempo, em todos os Estados, especificamente nos Estados mais pobres da Federação, como o Nordeste. Parabéns a V. Ex^a. Tenho certeza de que este assunto será, mais uma vez, e não só aqui, discutido em outras oportunidades. Teremos condições de, juntos, encontrar a solução e o caminho para dar uma assistência maior e rápida à

população mais carente deste País, especificamente aquela do interior dos Estados da Federação e dos Estados mais pobres, das regiões mais carentes, que estão deixando de ser atendidas. As filas comprovam, especificamente quando a gestão daquele Município, daquele Estado não é voltada e priorizada pelo gestor para o atendimento à população. O caminho é este: priorizar o atendimento à população; Tenho certeza de que, agindo assim, nós teremos condições de amenizar o sofrimento da grande maioria da população de todo o território nacional. Obrigado a V. Ex^a e parabéns pelo assunto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agradeço pelo aparte de V. Ex^a.

Mas eu dizia que me solidarizava antecipadamente com os prefeitos. E vejam como são incríveis os números, especificamente: de cada R\$100,00 hoje arrecadados, e são arrecadados nos Municípios, e essa é uma outra questão, porque as pessoas não moram em Estado, e também não moram em... Estado, União, isso é virtual. As pessoas moram, vivem, trabalham nos Municípios e é ali que é gerado o recurso, e, de cada R\$100,00 arrecadados em impostos, R\$66,00 ficam com a União; vinte e poucos, com os Estados, e os Municípios, onde efetivamente os impostos são gerados, produzidos, é que ficam com a menor fatia do bolo.

Esse é um sistema realmente que, em vez de... Sinceramente, eu achava que tinha de ter recursos nos Municípios, até porque seriam mais fiscalizados. Município é menor. Então, nós temos que inverter. E essa reforma tributária, quando feita, tem que levar em consideração essa questão do chamado municipalismo.

Quando os prefeitos vêm para cá, eu percebo a angústia, porque eles vão retornar aos seus Municípios e ali não tem ninguém mais cobrado politicamente do que o prefeito e o vereador, porque eles estão ali no dia a dia com as pessoas.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que pode até soar o discurso como mais uma preocupação, mas eu acho que, a cada dia que passa, a situação dos Municípios está-se afunilando, e nós, aqui, sobretudo no Senado, temos que fazer esse enfrentamento, discutir essas questões, porque elas estão lá na ponta. É claro que a economia do País é, sem dúvida nenhuma, melhor. Tem-se no rateio recurso maior, mas, do ponto de vista percentual, é muito injusta esta distribuição entre União, Estados e Municípios.

Quero conceder um aparte ao Senador Cristovam e, logo em seguida, ao meu amigo Mozarildo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, creio que o senhor traz aqui um assunto que todos os anos a gente deveria trazer, e até não esperar a vinda dos prefeitos. A relação entre governo federal,

governo estadual e Municípios, no Brasil, tem que ser redimensionada, tem que ser reorganizada. Vivemos em um País onde o governo federal tem todos os recursos e os Municípios têm quase todas as responsabilidades. Pessoalmente, no meu envolvimento com a educação, vivo insistindo – e gostaria de ver se não encontro prefeitos com simpatia pela criação de uma carreira nacional do magistério do professor. Quem deve pagar o professor é o governo federal, não é o pobre do prefeito. Primeiro, porque tem pouco dinheiro; segundo, porque é muito desigual a renda de uma prefeitura para outra prefeitura. Nós condenamos o professor de uma cidade pobre a ter um salário baixo, e o do professor de uma cidade rica, se o prefeito quiser, pode ser alto. E aí as crianças padecem. Criança quando nasce é, primeiro, brasileira; depois, da sua cidade. Agora o prefeito é quem cuida dessa criança, mas ele pode cuidar da criança – e a minha proposta de federalização da educação é com descentralização regional, local e gerencial –, no entanto, o professor tem que ganhar o mesmo em todas as partes do Brasil. A qualidade da escola tem que ser a mesma em todas as cidades, e não vamos pedir que os prefeitos façam isso; não vamos pedir que um prefeito crie todas as suas escolas em horário integral; pode fazer uma ou outra até para dar exemplo, mas em todas não vai conseguir. O Brizola foi o grande político da educação. Ele conseguiu fazer sessenta Cieps no Rio de Janeiro. Não ia fazer mais de jeito nenhum. Temos que fazer com que governo federal assuma a responsabilidade com educação. Veja que com a saúde já existe, apesar de que é pouco dinheiro que se coloca para cada consulta do SUS, mas a gente não tem o SUS da educação. Acho que os prefeitos poderiam ser a vanguarda disso. E quando vejo alguns prefeitos aí que não têm dinheiro para pagar o piso, eu já tenho uma sugestão: entregue a escola para o governo federal, que criou o piso, para que o governo federal pague não só o piso, pague o que se paga aqui em Brasília, com dinheiro federal. Eu fui Governador do Distrito Federal e todo mês chegava aqui dinheiro do governo federal para pagar os meus professores. Por que Brasília tem esse privilégio e Axixá no Maranhão não tem – uma cidade com uma renda *per capita* 25 vezes menor que a de Brasília? Eu creio que está na hora de os prefeitos entenderem que não só devem lutar por mais dinheiro, mas devem lutar também para que o governo federal assuma certas responsabilidades que ele não está assumindo hoje. Temos trezentas escolas federais entre as 200 mil do Brasil. Por que não podemos ter 200 mil escolas federais no Brasil administradas pelos prefeitos?

O Sr. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e concedo o aparte ao Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Moka, durante o meu primeiro mandato e metade deste segundo mandato, mas antes como Deputado Federal, como constituinte, eu tenho discutido o SUS, e a gente tem uma coisa consagrada: o SUS é um modelo muito bom, bem idealizado, que precisa de algumas atualizações, mas, no básico, precisamos do quê – V. Ex^a, ainda há pouco, conversava comigo –? Primeiro, regulamentar essa inexplicável falta de aprovação da regulamentação da Emenda nº 29, que faz o quê? Diz qual é a responsabilidade de cada ente: Município, Estado e governo federal, porque esse eufemismo de União fica um negócio meio complexo de a população entender. Então, não entendo por que não querem regulamentar. Já faz um bocado de tempo que está na Câmara. O primeiro passo é este: regulamentar a Emenda nº 29 para definir as responsabilidades e os recursos. Segundo, há uma ideia aqui apresentada pelo Senador Humberto Costa que é a Lei de Responsabilidade Social, assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que cada ente da Federação aplique, de fato, aquilo que foi determinado em lei, e é preciso que isso seja cumprido com rigor. Agora, também há a constatação de que faltam recursos para a saúde. Ora, então por que não tiramos de algumas contribuições federais como é o caso da Cofins e de outras contribuições? O Senador Cristovam está falando em federalizar. Realmente, o governo federal cobra, até passa a responsabilidade para os Municípios, mas não dá as condições. Então, basta ver de onde sai o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios. Da cobrança, como disse V. Ex^a, do imposto que o cidadão paga no Município, do Imposto de Renda, do IPI que é pago nesses Municípios e forma o grande bolo de onde saem esses recursos. Quem é que fica com a melhor parte? É o governo federal. Então, é preciso acabar realmente com essa figura hipertrofiada do governo federal. Não falo em União, porque esta, na verdade, são os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas quem fica é o governo, que, além de ter dinheiro, gastar mal, não fiscaliza. Aí está a comprovação da CGU: os rombos bilionários que tem a Fundação Nacional de Saúde. Então, acho que a receita está dada, já que falo em Medicina: regulamentar a Emenda nº 29; aprovar essa Lei de Responsabilidade Social, tirar recursos de contribuições federais e, de fato, fiscalizar a aplicação do dinheiro público.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador Moka...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Ministro Dornelles.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento. Considero que descentralização administrativa e desconcentração de poder são palavras-chaves da reforma do Estado brasileiro. Queria dizer que, em 1988,....

(Interrupção do som.)

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – ... 70% da arrecadação federal vinham de dois impostos: o Imposto de Renda e o IPI. Eles eram repartidos, eram base de cálculo do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. O que ocorreu depois? Encolheu-se o IPI, que era um grande imposto, um imposto realmente seletivo, um imposto não cumulativo, e se criou a Cofins, uma série de impostos com o nome de contribuição, de cuja receita Estados e Municípios não participam. De modo que, a curto prazo, o caminho para atingir esses objetivos estabelecidos por V. Ex^a é incluir a Cofins na base de cálculo dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios. Muito obrigado, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo o aparte dos Senadores que me honraram, termino, insistindo no início.

Amanhã, começa a Marcha dos Prefeitos. Srs. Senadores e Senadoras, não há nada mais legítimo do que nós, nesta Casa, acompanharmos, darmos e hipotecarmos o apoio e a solidariedade, porque vou terminar dizendo: o governo federal, o Estado, isso tudo, é uma ficção. As pessoas vivem, moram, trabalham e geram impostos nos Municípios. É um absurdo que, exatamente onde se gera o imposto, ele retorne num menor valor, com um menor percentual. Quero hipotecar o meu total apoio à Marcha dos Prefeitos, incluindo-me também naqueles que, ao longo do tempo, afinal de contas, ainda ontem estavam na Câmara. A Câmara não teve a capacidade ainda de regulamentar a Emenda nº 29, que, tenho certeza, vai estabelecer exatamente a responsabilidade de aplicar um percentual na saúde ...

(Interrupção do som.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS – *Fora do microfone.*) – ... dos Municípios e dos Estados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Convidado o Senador Wilson Santiago, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício, Senador Cícero Lucena, Senador Renan Calheiros, Senador Romero Jucá, demais Senadores e Senadoras presentes, pro-

fissionais da imprensa, senhores e senhoras, trago a esta tribuna, mais uma vez, um assunto que entendo de significativa importância para a segurança do cidadão brasileiro.

Todos nós acompanhamos o caso do Rio de Janeiro, das 12 crianças assassinadas, Senador Francisco Dornelles, a tragédia que comoveu toda a população brasileira. Naquele instante, todos ficamos com as mãos na cabeça procurando soluções e caminhos, para, de fato, o Estado brasileiro dar uma resposta à população em relação a um assunto que incomoda a todos nós, brasileiros: a segurança pública.

Por essa razão, Sr. Presidente, movimentaram-se nesta Casa vários Senadores, em solidariedade. Por exemplo, o Senador Renan Calheiros ocupou esta tribuna, por um momento longo, para reapresentar uma proposta de reativação da campanha nacional do desarmamento; também o próprio Presidente Sarney, que, na mesma linha, se posicionou com o apoio da grande maioria dos companheiros desta Casa.

Quando o Ministro da Justiça, na última sexta-feira, seis, Ministro José Eduardo Cardozo, lançou a nova campanha pelo desarmamento, nós já começamos a sentir que a mobilização desta Casa, Senador Cícero Lucena, está dando resultado, quando, de fato, o Ministério da Justiça, em nome do próprio Governo, se mobiliza e lança uma nova campanha do desarmamento para contribuir com a diminuição da criminalidade em nosso Brasil.

Os dados são tristes.

Todos nós sabemos que a cada dia são assassinadas com arma de fogo, no Brasil, 94 pessoas. Então, é um número muito alto. É preciso, sim, mobilizar toda a população brasileira, através de suas entidades representativas e de todos os meios que contribuem com a diminuição da violência e da criminalidade, para, juntos, encontrarmos a solução para diminuir a criminalidade que tem incomodado todos nós brasileiros.

Começa a Campanha do Desarmamento mais uma vez. Na outra campanha, houve uma redução muito grande, Senador Cícero Lucena. Só para V. Ex^a ter uma ideia, a cada 1% de aumento nas vendas de armas no Brasil, há um aumento de 2% na criminalidade. Isso significa dizer que, se tivermos mais cuidado no que se refere à rigidez com a venda de armas, com a Campanha do Desarmamento e, também, com as punições que em determinados momentos são necessárias, nós teremos condições de diminuir essa criminalidade e dar segurança à população brasileira.

Hoje, nossos filhos, nós próprios, todos nós, cada cidadão brasileiro sai de casa e não tem certeza se volta em paz, porque os crimes e a violência estão em todos os recantos deste País. Até na zona rural, onde

era uma raridade testemunhar ou comprovar a violência, estão assaltando os pequenos proprietários, estão assaltando a população, fazendo com que os habitantes das granjas e também das fazendas desabitem as suas propriedades, em decorrência da insegurança que tem ocorrido na grande maioria dos Estados brasileiros. A Paraíba é um desses exemplos. Tem ocorrido muitos fatos dessa natureza.

Por essa razão é que temos aqui de parabenizar o Ministro da Justiça por lançar a Campanha do Desarmamento, como fez no último dia 6, para, a partir daí, começarmos a encontrar soluções que contribuam com a diminuição da criminalidade em nosso País.

Então agradeço, Senador Cícero, pela tolerância de V. Ex^a. Devemos, com certeza, retomar esse tema...

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – ...no que se refere à criminalidade em várias outras regiões do País, mas o tempo, hoje, é insuficiente e solicito a V. Ex^a a publicação do que escrevemos, para que tenhamos condições, em outra oportunidade, de voltar a discutir esse assunto e, com isso, contribuirmos para a diminuição da violência, da criminalidade e também dar garantia, dar segurança ao cidadão brasileiro, já que é uma obrigação do Estado brasileiro.

Muito obrigado à V. Ex^a e obrigado a todos.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WILSON SANTIAGO.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB).

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faz algum tempo que ninguém consegue andar tranquilo pelas ruas de nossas cidades, mesmo em plena luz do dia. Quem é pai ou mãe sabe do sentimento de apreensão e angústia quando nossos filhos saem sem a nossa presença, enfrentando as ameaças cotidianas dos grandes centros urbanos.

Morre diariamente cerca de 94 brasileiros, em média, por disparo de armas de fogo, segundo dados veiculados na imprensa.

Todos os dias temos uma tragédia mais que duplicada, semelhante a que ocorreu bem recentemente em uma escola de Realengo, no Rio de Janeiro.

Na última sexta feira, dia 06, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, lançou uma nova campanha pelo Desarmamento.

Neste ano o governo pretende encorajar a população portadora de armas de fogo a fazer a entrega dessas armas, dispensando a identificação do seu proprietário, além do pagamento de uma indenização entre cem e trezentos reais no prazo de trinta dias.

Outra novidade é a ampliação dos postos de coleta, que poderá ocorrer em igrejas e ONGs. Todos que

tiverem armas em casa, mesmo que ilegais poderão fazer a entrega.

Todas as armas coletadas serão destruídas.

Sr. Presidente, devemos avançar mais nesta luta, encontrando meios eficazes de acabar esse sentimento generalizado de medo e insatisfação.

As doze vidas precoce e barbaramente destruídas na escola de Realengo nos deram a exata medida do perigo que corremos com o comércio livre de armas. A continuidade da circulação de armas traz a possibilidade concreta de que homicidas e sociopatas tenham acesso facilitado aos instrumentos causadores de tantas mortes e sofrimento.

As armas, Sr^{as} e Srs. Senadores, devem ser de acesso exclusivo às forças públicas de segurança. Para isso, são treinados e capacitados soldados e policiais, que, pelas regras do Estado Democrático de Direito, têm a autorização legal para o uso da força, quando necessário, e no exercício de sua profissão.

O uso da arma pelo cidadão de bem como ferramenta de defesa, além de configurar um grave risco devido aos recorrentes acidentes domésticos, é um mito que devemos rechaçar. A verdade é que ninguém estará mais seguro por portar uma pistola em casa. Pelo contrário, Sr. Presidente, a posse da arma representa um risco ainda maior à integridade física desse cidadão e de sua família.

Sim, por que em caso de roubo ou de qualquer outro crime cometido à mão armada, os bandidos não hesitarão em abrir fogo se constatarem que a vítima possui uma arma, antes que ela possa utilizá-la. O artefato, portanto, longe de intimidar o marginal ou dissuadi-lo, em inúmeras situações, serve como real indutor da violência por parte do agressor.

É o comércio livre de armas, Sr^{as} e Srs. senadoras e senadores, que municia os marginais e os maníacos, engrossando as estatísticas das mortes violentas. Segundo dados coletados por um pesquisador do IPEA e divulgados pelo jornal “Folha de S. Paulo”, a cada 1% de aumento nas armas disponíveis, sobe em 2% o número de homicídios.

A questão é lógica e cristalina, Sr. Presidente.

Quanto maior o número de armas em nossa sociedade mais serão as mortes por elas provocadas. E ao diminuirmos o seu montante, teremos, seguramente, um número menor de tragédias e vítimas.

É por essa razão, simples e inatacável, que defendemos a realização de uma nova consulta popular que autorize o Congresso a proibir o comércio de armas e munições no Brasil. Muita coisa mudou desde a realização do último referendo sobre o Estatuto do Desarmamento; a violência e o número de homicídios por armas de fogo aumentaram exponencialmente e a

população anseia por medidas que promovam a paz em nossa Nação.

Atentem as Sr^{as}s e os Srs. para a gravidade da situação. Desde o referendo, o número de armas comercializadas no Brasil dobrou, chegando a 120 mil unidades por ano. Estima-se que metade delas esteja sendo desviada para a ilegalidade, armando bandidos e homicidas. O resultado dessa equação todos nós conhecemos dos noticiários policiais.

Não estou aqui dizendo, Sr. Presidente, que a proibição legal do comércio de armas terá o condão de acabar com todos os nossos problemas de segurança pública. Sabemos que mecanismos outros, e de profunda densidade, desencadeiam a questão da violência, complexa por natureza. Mas estou convicto de que o desarmamento geral é um primeiro e fundamental passo para a redução dos níveis de violência em nosso País, possibilitando uma política de segurança mais equilibrada e efetiva, que proteja o cidadão de bem.

Só há um meio de enfrentar o problema da violência no país, que é cortando o mal pela raiz.

Os meninos e as meninas de Realengo tiveram seus sonhos e seus futuros alvejados por uma arma comprada com extrema facilidade por seu algoz. O nosso dever, agora, é diminuirmos as chances de que outras armas, acessadas com a mesma facilidade, destruam mais vidas inocentes em nosso País.

Diga não às armas! Diga sim à paz!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – V. Ex^a será atendido, conforme o Regimento. Será transscrito nos Anais da Casa o pronunciamento, na íntegra, de V. Ex^a.

Pela ordem dos inscritos, tem a palavra o Senador Lindbergh Farias, por 20 minutos e, em seguida, o Senador Dornelles, pela Liderança.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, Sr^{as}s e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para falar do mesmo assunto que me trouxe aqui sexta-feira passada, Senador Dornelles, assuntos que precisam ser repetidos.

Quero começar a discutir aqui sobre as medidas provisórias. Falei aqui sexta-feira, mas faço questão de repetir no dia de hoje porque vamos ter uma sessão, na próxima quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça, muito importante para os destinos desta Casa.

Primeiro, devo voltar um pouco ao início desta Legislatura. Vários Senadores da base governista ocuparam a tribuna – lembro do Senador Walter Pinheiro e de outros – para reclamar do processo das medidas provisórias, que estavam chegando aqui ao Senado

nos últimos dias, sem que houvesse tempo de o Senado fazer uma discussão, de emendar. E me lembro que, daquele movimento que juntou Senadores da oposição e Senadores da base governista, surgiu a PEC do Presidente Sarney, que tentava organizar a relação entre o Senado e a Câmara dos Deputados. Dar um prazo à Câmara, um prazo fixo de 55 dias. O Senado entraria depois. Volta à Câmara nos 10 dias, se houver emendas por parte deste Senado Federal.

Essa PEC do Presidente Sarney foi para a CCJ. Na Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Aécio Neves virou Relator e apresenta um outro projeto.

Quero aqui, sinceramente, dialogar com a oposição, Senador Renan, Senador Francisco Dornelles. Acho que há espaço para o entendimento. Acho que há espaço para construir um projeto que signifique o projeto do Senado Federal. Nenhum Senador da base governista quer estar atuando no Parlamento, no Senado Federal, sendo obrigado a votar medidas provisórias no último dia. Como na última sessão, quando não foi confortável para nenhum Senador desta Casa votar uma medida provisória que versava sobre 8 itens distintos, sem nenhuma relação um com o outro.

Então, é hora de esta Casa, à luz, inclusive, de uma nova correlação de forças, mostrar que o Governo tem uma base, uma maioria parlamentar folgada. É hora de este Senado Federal discutir um projeto que unifique a Casa.

Infelizmente, o projeto do Senador Aécio Neves não consegue atingir esse objetivo, mas nele há pontos importantes. E não conseguiu atingir esse objetivo por quê? Faço questão de ressaltar dois pontos que, para nós, são inegociáveis. O primeiro é a eficácia imediata da medida provisória, e projeto do Senador Aécio Neves retira essa eficácia imediata.

O Senador José Pimentel, quando apresentou o seu substitutivo falava sobre o Plano Real. A medida provisória que criou o Plano Real não poderia ter existido se não tivesse aquela eficácia imediata. Então, esse é um ponto, para nós, inegociável.

O outro ponto é a criação de cargos por projetos de lei. A organização administrativa é do Governo Federal. Eu, inclusive conversando com o Senador Aécio Neves, pensei que se o Senador Aécio Neves vivesse Presidente da República, ele iria demorar uns 8 meses para conseguir dar um contorno administrativo à gestão que ele teria de conduzir à frente da Presidência da República. Não é assim em canto nenhum. Falo isso com toda tranquilidade.

No caso de Minas Gerais, a Lei Delegada dá direito, por decreto, a haver reforma administrativa, e digo que é correto, não acho equivocado. Agora, querer que

se faça mudanças, todas as mudanças administrativas, por projetos de lei não é viável.

Então, esses são os dois pontos que eu acho inegociáveis, mas estamos abertos a vários outros.

Eu concluo esse trecho da minha fala, Sr. Presidente, dizendo que nós temos de incorporar os avanços que ocorridos na Câmara dos Deputados.

A doutrina Temer, que livra os pontos que não são passíveis de medida provisória do trancamento de pauta. Vamos aproveitar isso e colocar a doutrina Temer também. Acho que as emendas deste Plenário, do Plenário da Câmara não podem versar sobre outro assunto senão aquele referido pela medida provisória.

Estamos abertos a discutir o que seria essa relação com a Câmara dos Deputados. Se existir, por parte da oposição, algum aperfeiçoamento à ideia do Presidente Sarney, estaremos abertos. Vou trabalhar até quarta-feira nesse sentido. Eu e o Senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba, estamos trabalhando numa proposta que passe por essa lógica do entendimento.

Nós não podemos jogar fora o esforço que houve de todos os Parlamentares desta Casa, no discurso unificado de fortalecimento do Senado Federal. Disso ninguém abre mão. Essa não é uma bandeira só dos Senadores da oposição. É uma bandeira dos Senadores desta base governista, que querem este Senado mais forte. E eu sei inclusive que, se nós conseguirmos unificar uma proposta sobre medida provisória, nós vamos fazer uma grande batalha. Nós sabemos que, se não existir pressão por parte desta Casa – e eu digo que é nosso papel, inclusive, pressionar o Governo a fazer, a construir essa mediação com a Câmara dos Deputados –, muito dificilmente nós sairemos da estaca zero. A Câmara está numa situação muito confortável, enquanto nós, na posição desvalorizada de ter que analisar medidas provisórias no último dia.

Eu acredito no entendimento e vou trabalhar com todas as forças para que a gente chegue a um acordo até a próxima quarta-feira.

Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador, Lindbergh Farias, quero cumprimentá-lo pelo propósito de contribuir para que haja esse diálogo, no sentido de nós avançarmos no que diz respeito à tramitação de medidas provisórias. Tem sido algo que foi objeto de análises muito críticas por parte de nós do Partido dos Trabalhadores, quando éramos da oposição, sobre a maneira como o Governo aqui se utilizava tanto de medidas provisórias, assim como também tem sido objeto de críticas por parte da oposição sobre como é que antes o Governo Lula, hoje a Presidenta Dilma, utiliza das medidas provisórias. Dessa experiência, acho que nasce um caminho de bom senso, que me

parece justamente o que V. Ex^a está propondo, tendo em conta a proposição feita pelo Senador Presidente José Sarney, assim como a proposição alternativa encaminhada pelo Senador Aécio Neves. Ambas estão tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, e acredito que o propósito enunciado por V. Ex^a de chegarmos a um bom entendimento que reflita o consenso entre nós significará um fortalecimento do Senado e do Congresso Nacional. Meus cumprimentos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ)

– Eu agradeço a V. Ex^a e encerro este ponto dizendo justamente isso que V. Ex^a afirmou no seu aparte. Quero deixar claro aqui que os Senadores, e tenho conversado com vários da base do Governo, todos nós queremos encontrar um ponto que traga o fortalecimento desta Casa. E é por isso que eu apelo para a Oposição. Passar do ponto, talvez num projeto do Aécio, invés de ajudar pode atrapalhar esse esforço. De nada vale um projeto entrar na Câmara dessa forma. Se nós não conseguirmos fazer alguma coisa, de forma unitária, eu penso que podemos estar perdendo uma grande oportunidade.

Sr. Presidente, eu quero falar aqui sobre o segundo tema, que é a inflação. Há uma preocupação por parte do Governo, da nossa parte aqui, que o debate da inflação e alguns anúncios que são feitos não crie uma falsa expectativa com relação ao futuro e acabe ampliando a pressão inflacionária em relação a esses preços no futuro, pequenas indexações, não é?

É claro que a notícia da última sexta-feira, e os jornais deram com todo destaque, é que a inflação passa do teto, da meta 6,51%. Olha, o teto da média é 6,50%, mas como bem falou o Ministro Mantega e o Presidente do Banco Central, a avaliação que se faz é de janeiro a dezembro.

Mas o que eu quero dizer? É que apesar de termos passado esse teto da meta, todos os números mostram que a economia começa a desacelerar e que a inflação do mês de maio já vai ser diferente.

Falo isso porque é preciso tranquilizar as empresas, as pessoas, e isso é fundamental. Ou seja, a gente está olhando do retrovisor, estamos olhando a inflação passada, mas a inflação de maio já deve ficar algo em torno de 0,4%, o que trabalha na lógica do centro da meta que é 4,5%.

É por isso que quero trazer aqui esta leitura. Primeiro, a expectativa do mercado para o IPCA caiu. Era 6,37% e caiu para 6,33%. Caiu por quê? Por que caiu a expectativa da inflação do mercado? Por que caiu?

Na verdade, a inflação de abril, a expectativa era de que fosse 0,85%. A inflação foi menor que a esperada no mercado. Foi 0,77%. Dessa inflação, vale dizer, boa parte foram dos combustíveis e o problema do

álcool. Só do preço dos combustíveis... Os combustíveis apresentaram 39% da variação do indicador em abril. Há, agora, a diminuição, a queda do preço das *commodities*.

Quero trazer aqui outras avaliações. Na semana passada, a Febraban divulgou pesquisa que aponta o arrefecimento do crédito, como resultado da ação do Governo. Em outras palavras, caiu o número de empréstimos, porque o Governo tirou dinheiro da praça. Menos crédito significa vendas menores e espaço reduzido para aumento de preços.

Na semana passada também, a Confederação Nacional do Comércio informava que os lojistas estavam um pouco mais desanimados com as perspectivas de venda, enquanto o Dieese dizia que o custo de vida no Estado de São Paulo subira em abril menos do que em março. O mesmo Dieese tinha divulgado um dia antes que, em abril, o preço da cesta básica caíra em 14 das 17 capitais do País. Números da equipe econômica que chegaram à Presidenta já tinham mostrado que, no primeiro trimestre, o preço da cesta básica inclusive recuara.

Outros dados conhecidos nos últimos dias sustentam que o otimismo do Governo é a queda de um tipo de índice de inflação que o IBGE tem apenas para o empresariado: a previsão da Associação Comercial de São Paulo de que a venda no dia das mães vai crescer um pouco menos do que uma estimativa idêntica de uma associação de montadora. Ou seja, Ministro Dornelles, temos análises que mostram a tendência de regularização desses preços agora aqui em maio.

Vou citar aqui depoimentos do mercado.

No jornal *O Estado de S. Paulo* de sábado, Elson Teles, economista da Máxima Asset, fala que o IPCA de maio deve ficar entre 0,45% e 0,50% e o de junho deve cair para 0,2%

O economista Flávio Combat, da Concórdia Corretora, também espera o IPCA menor em maio, de 0,45%, que seria resultado da política monetária restritiva adotada pelo Banco Central. "A pressão do álcool e da gasolina tende a diminuir. Alimentos e bebidas devem subir também menos."

Além dos combustíveis, o Professor de Economia, Luiz Roberto da Cunha, da PUC-RJ, apostava em redução da pressão dos artigos de vestuário e dos remédios. Ele espera uma inflação em torno de 0,5% para maio.

Agora, aqui, o senhor que é Professor da Fundação Getulio Vargas, Diretor da Fundação Getúlio Vargas, hoje o coordenador de análises econômicas da FGV, Salomão Quadros, também diz que a inflação segue o caminho da desaceleração. Na avaliação de Salomão Quadros, a desaceleração consecutiva do IGPI-DI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna),

demonstra que o IGP (Índice Geral de Preços), passo a passo, siga o seu caminho da desaceleração. Ou seja, o mercado e o Governo, todos os analistas passam a fazer essa avaliação: a partir de maio, a inflação cai, deve ficar entre 0,4% e 0,5% por mês.

Qual o problema? É que a inflação em junho, julho e agosto do ano passado foi perto de zero. Então nós vamos ter até o final de agosto a média acumulada dos últimos 12 meses subindo. O que não significa dizer que a inflação está subindo. A inflação já está no ritmo adequado. Esse 0,4%, 0,5% dialoga já claramente com o centro da meta.

Então, é um debate que nós, Senadores, formadores de opinião, temos que fazer: acalmar os mercados, mostrar às pessoas, às empresas, aos pequenos comerciantes que não existe essa lógica da indexação dos preços, não existe essa pequena indexação de preços, que nós estamos no caminho correto, no caminho acertado. Por isso eu faço questão de subir aqui a esta tribuna.

Trago também uma discussão. Eu tenho citado tanto o *Valor Econômico* e tenho citado muito a jornalista Cláudia Safatle. Citei na semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos, mas quero citar hoje Senador Dornelles, um trecho dessa avaliação, que diz que o pior da inflação já passou ao referir-se ao cenário econômico internacional.

Um trecho dessa matéria da Cláudia Safatle:

O cenário internacional continua incerto e, na semana passada, ocorreu um fato curioso. Após reunião do Banco Central Europeu, que decidiu pela manutenção da taxa de juros em 1,25% ao ano, o presidente da instituição Jean-Claude Trichet, declarou que o BCE está incorporando a situação de taxa de câmbio em suas análises [não apenas a inflação, está incorporando a taxa de câmbio em suas análises.] Fez isso após uma iniciativa incomum, ler em voz alta as declarações recentes do presidente do Federal Reserve Bank, Ben Bernanke.

A valorização de 9% do euro frente ao dólar estaria na raiz do adiamento da elevação dos juros da Zona do Euro, depois do aumento de 0,25 ponto percentual na reunião do BCE em abril. Apreciação que decorre da montanha de dólares que o governo americano está jogando no mundo, inundando a liquidez internacional e depreciando a sua moeda.

As palavras de Trichet chamaram a atenção de alguns economistas brasileiros, pois coincidem exatamente com o que o ministro da Economia, Guido Mantega, tem dito. Con-

ferem também com os argumentos do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, de que a questão cambial hoje é inflacionária. Na medida em que o imenso fluxo de dólares que entra no país gera expansão do crédito e alimenta a demanda, ela acaba neutralizando os efeitos das políticas monetária e fiscal.

Chama atenção, também na mesma linha, o presidente do Banco Central Europeu, dizendo que nas análises, além de inflação, estão levando em conta o câmbio. O presidente, o economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, Olivier Blanchard, diz que os bancos centrais, no pós-crise financeira internacional, deveriam cuidar não só da inflação, mas da estabilidade financeira, do hiato do produto e da taxa da câmbio. Para isso, teriam que usar uma caixa de ferramentas mais diversificada do que apenas os juros, que incluem medidas prudenciais, intervenções no câmbio e controles cambiais.

Por que falo tudo isso, Sr. Presidente? Quero me dirigir à conclusão desse meu artigo. Acho que fiz saudação ao Banco Central, porque acho que o Banco Central está fazendo um aperfeiçoamento de sua política. Em vez de dizer “aumentou a inflação, sobe taxa de juros”, como se fosse tudo inflação de demanda, pela primeira vez, estava expresso no relatório trimestral de inflação a análise das causas da inflação.

E eu vejo o Governo atuando de forma unificada, como agora na questão do álcool. A composição do álcool na gasolina era de 20% a 25%, e o Governo diminuiu para 18%, e não será preciso utilizar, pois a safra, a produção já está sendo restabelecida. Essa não foi só uma ação do Banco Central. Ou seja, foi do Governo como um todo, trabalhando como um guardião contra a inflação.

Falo dessa medida. Em relação ao próximo ano, o Ministério das Minas e Energia diz que a ANP passa a controlar a questão do etanol e a Petrobras vai aumentar a sua participação no mercado de 5% para 15%, ou seja, o Governo está usando várias medidas.

E ressalto aqui a questão fiscal. Muita gente não acreditava. Dizia: “Ah! Cadê a tal consolidação fiscal”? O Governo vai mesmo fazer um aperto fiscal. E vale dizer: o superávit divulgado na semana passada foi de quarenta bilhões em três meses. Superou a meta do quadrimestre. Mostra que nós vamos atingir com folga a meta estabelecida de superávit primário. E ai qual é a minha conclusão? A minha conclusão é ir no caminho de que o nosso Senador Francisco Dornelles está tentando falar aqui nesta Casa, há muito tempo, em todas as intervenções, que é: de que vale apenas aumentar a taxa Selic desses itens...

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – ... desses itens que compõem o IPCA, como serviços, preços monitorados? Os serviços interferem apenas em 23%. De que vale aumentar 1% da taxa Selic, que significa um custo fiscal de mais 10 bilhões? Problemas para o câmbio.

Em algum momento teve efeito, sim, no controle da inflação. Por quê? Porque aumentava a taxa Selic, derrubava o câmbio pela pressão dos preços dos produtos importados. Isso não funciona mais, o câmbio já está lá embaixo. Essa pressão dos produtos importados é um fato existente no dia a dia da nossa economia.

Então, eu acho que cada vez mais este é um debate que tem ser feito na sociedade: o impacto real do aumento da taxa Selic no controle da inflação. O que 0,25% interfere em mais de...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Lindbergh Farias já é a quinta vez que eu prorrogo o prazo de V. Ex^a.

O SR. LINDBERG FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Agradeço a V. Ex^a pela tolerância e vou encerrar o discurso desta forma: eu acho que o Governo está no caminho certo; o Governo fez o que tinha que fazer, não se apavorou; com paciência e prudência, o que estão chamando de gradualismo, enumerando tanto no combate à inflação... Com preocupação de não derrubar a economia. Acho que estamos acertando. Os índices que vão aparecer em maio vão mostrar isso, que a política está correta. Errado seria ter dado uma grande pancada na taxa Selic, ter derrubado o crescimento do nosso País.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros, pela liderança, por permuta com Dornelles. (Pausa.)

Com a gentileza entre um e outro, fica um apon- tando para o outro. Ou Dornelles ou Renan assuma a tribuna. (Pausa.) Então, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu queria, cumprimentar o Senador Lindbergh Farias pela grande análise que fez da situação financeira e econômica do País, mostrando muita competência e um conhecimento profundo da situação do País. O Senador Lindbergh, Sr. Presidente, é aquele Senador que tem dezoito

anos de idade e quinhentos de sabedoria, porque já chegou aqui sabendo e, a cada dia, ele demonstra um conhecimento maior dos problemas do País. Parabéns, Senador Lindbergh.

Sr. Presidente, o sentimento nacional é o somatório dos sentimentos locais. Afonso Arinos dizia, com muita propriedade, que o regionalismo é a forma mais pura de patriotismo e que aquele que não ama o seu Município e o seu Estado nunca vai amar o seu país. Faço essa citação para me referir às associações comerciais. Nenhuma entidade de classe tem maior capilaridade que as associações comerciais. Pode-se encontrar uma cidade, um distrito onde não existe um posto de saúde, onde não existe uma escola, onde não existe uma delegacia policial, mas nunca vai se encontrar um distrito ou uma cidade onde não exista um estabelecimento comercial. E, quando aparece um segundo, logo é criada uma associação comercial. As associações comerciais estão presentes nos mais distantes rincões do País. Elas conseguem, com isso, ter uma capilaridade nacional que as fazem presentes na discussão de todos os problemas do País. Temos, hoje, em cada Município, uma associação comercial; em cada Estado, uma federação de associações; e, no País, a Confederação das Associações Comerciais.

E não posso falar em associação comercial sem me referir à Associação Comercial do Rio de Janeiro, que tem participado ativamente dos mais importantes eventos da história do País nos últimos duzentos anos. Seus dois séculos de atividades ininterruptas a credenciam como fórum privilegiado de discussões democráticas e independentes.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro tem ajudado o Rio a mudar e a retornar o seu crescimento e a sua liderança.

Rui Gomes de Almeida, Ruy Barreto, Amaury Temporal, Manoel Protásio, Humberto Mota, Arthur Sendas, Marcílio Marques Moreira, Olavo Monteiro de Carvalho, José Luiz Alquéres são nomes que engrandeceram a presidência da Associação.

Em eleição realizada na última semana, a Associação Comercial do Rio de Janeiro elegeu Antenor Gomes de Barros Leal para ocupar a sua presidência.

Trata-se de empresário altamente qualificado, com grande liderança, com grande capacidade de trabalho, que tem o dom de somar, de aglutinar, próprio das pessoas que têm grandeza. Atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Sindicato das Indústrias de Trigo dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. É Vice-Presidente da Associação Brasileira de Trigo e Vice-Presidente da Firjan.

Estou certo de que Antenor, na presidência da Associação Comercial do Rio, vai fazer um grande

trabalho, digno e compatível com a sua competência e com a história do órgão que vai presidir.

Também na semana última, o Dr. Humberto Mota foi eleito Presidente do Conselho Superior da mesma associação.

A vida de Humberto Mota é uma sequência de vitórias. Iniciou sua carreira profissional na Brascan como assistente da Presidência, chegando ao cargo de Vice-Presidente Executivo e Presidente da Brascan Participações.

Em maio de 2011, foi escolhido Personalidade Cidadania 2011, prêmio concedido pelo Centro de Informações das Nações Unidas, Associação Brasileira e Folha Dirigida. Na área governamental, foi Secretário de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, Presidente dos Correios e Telégrafos, Assessor Especial do Ministro da Fazenda, Presidente do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, Fundador e Presidente da Agência Rio, Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, a cidade e o Estado do Rio de Janeiro estão, pois, de parabéns pela eleição de Antenor de Barros Leal para a presidência da Associação Comercial e de Humberto Mota para a presidência do Conselho Superior da mesma entidade.

Como Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, desejo cumprimentar a Associação Comercial do Rio de Janeiro e prestar minhas homenagens aos dois ilustres e preclaros Presidentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Senador Dornelles.

Com a palavra o Senador Mozarildo, pela ordem dos inscritos. Depois, o Líder Renan Calheiros.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR).

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Cícero Lucena, Srs e Srs. Senadores, fico muito feliz em fazer este meu pronunciamento hoje estando aqui no plenário o Deputado Lira Maia, ex-prefeito de Santarém e um dos líderes do movimento pela redivisão territorial do Pará com a criação do Estado de Tapajós no oeste do Pará, uma área rica, porém com um povo sofrido em função da falta de assistência, da distância que existe entre a capital do Estado, Belém, e essa região onde está Santarém, Altamira e tantos outros Municípios.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que tenho muita responsabilidade, vamos dizer assim, na proposta da convocação do plebiscito para que a população diga se quer ou não a redivisão territorial do imenso Estado do Pará, cuja área corresponde aos sete Estados do sul e sudeste juntos.

E por que me envolvi nessa discussão? Primeiro, como Deputado Federal, Constituinte, um dos debates importantes da Constituinte foi a redivisão territorial do País. Existiram inúmeras propostas de redivisão territorial do País e apenas três foram acatadas: a transformação de Roraima e Amapá em Estados, o que não implicava uma redivisão porque redivididos já estavam, separado Roraima do Amazonas e separado do Pará o Amapá já estava, mas na condição de Territórios Federais, de fato se criou mesmo um novo Estado, que foi o Estado de Tocantins.

Eu sempre cito como exemplo tanto Mato Grosso do Sul quanto Tocantins como modelos de prosperidade tanto da parte que se desmembrou como da parte que ficou remanescente, isto é, do Estado de origem. É o caso do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso. É o caso de Tocantins e de Goiás, mas é o caso também de Rondônia, que inicialmente passou pela situação de Território Federal e que foi transformado em Estado em 1981, antes da Constituinte, portanto. Foi o caso do Acre – área que a Bolívia contestava, argumentando que era sua, – que, pelo heroísmo de muitos brasileiros foi, por um tratado internacional, um acordo, anexado ao território brasileiro e transformado em Estado somente em 1962, depois de passar décadas como Território Federal.

A última redivisão territorial que aconteceu no País foi em 1988. E a atual Constituição tem um artigo que criou uma comissão para estudar a redivisão territorial do País. Essa comissão tinha um prazo para atuar. Atuou e concluiu pela importância e necessidade da criação do Estado do Tapajós e de mais dois territórios federais.

Estudos já existem bastantes. Como isso nunca evoluiu, Senador Cícero, quando eu cheguei ao Senado – fui eleito Senador em 1998 e assumi em 1999 –, logo em março de 1999, apresentei três projetos de decreto legislativo propondo a redivisão dos três maiores Estados do País: do Amazonas, que é maior do que os sete Estados do Sul e do Sudeste juntos, do Pará, que é igual em área, e de Mato Grosso, que é um pouco menor apenas.

Pois bem, vamos nos fixar no projeto que, corrigindo o que disse, convoca o plebiscito, e não cria o Estado, para que a população diga se quer ou não quer a criação do Estado.

Apresentei o projeto em março de 1999 e em outubro de 1999 do mesmo ano o Senado o aprovou, por unanimidade. Senador Cícero, é aprovar uma consulta popular. Se o povo disser que quer a redivisão, aí começa-se a elaborar o projeto de lei complementar, que, este sim, vai instituir o Estado. Mas procura-se inverter.

Ora, apresentei aqui em 1999, foi aprovado no mesmo ano e foi para a Câmara em 2000. São doze anos. Desde a apresentação do projeto até agora, são doze anos que esse projeto está em discussão. Discutindo o quê? Se o povo tem ou não tem o direito de falar. Como manda a Constituição, quando se tratar de desmembramento da área do País, seja para criar território federal, seja para criar Estado, tem que ser ouvida a população. Por que não autorizar? Nós, que somos representantes dos Estados, e os Deputados, que são representantes do povo, vamos impedir que o povo seja ouvido, como se fôssemos nós os detentores da sabedoria, para saber se convém ou se não convém?

Eu fico assustado porque, quando apresentei esse projeto aqui, houve uma campanha misteriosa na imprensa nacional contra a criação dos Estados. Agora, só porque foi aprovado na Câmara o projeto de convocação do plebiscito para Carajás e aprovou-se o de Tapajós, que vai voltar para o Senado porque houve a inclusão de outros Municípios... Na verdade, durante esse tempo, foram criados novos Municípios naquela área e eles precisam constar na relação de Municípios que vão compor o possível Estado do Tapajós.

Agora já começam as argumentações. Eu ouvi, para minha tristeza, um dia desses, num grande canal de televisão, o apresentador dizer assim: "ah, serão mais deputados estaduais, mais deputados federais, mais senadores e mais governadores para onerar o erário público". Mas não disseram que serão mais médicos, mais professores, mais policiais, mais juízes, mais escolas, mais hospitais, maior atenção com aquela população, que foi o que aconteceu, por exemplo, com o meu Estado, Roraima, que é o menorzinho da Federação.

Antes, como território, nós tínhamos um juiz aqui e acolá, que era juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que ia para lá e que passava mais tempo fora de Roraima que em Roraima. Então, a população ficava desassistida da Justiça, o Governador era nomeado, nós não tínhamos universidade... Criado o Estado, hoje nós temos um Poder Judiciário forte, composto por sete desembargadores e mais de quarenta juízes. A população tem, portanto, assistência, defensoria pública, promotoria, uma universidade federal, um instituto federal de educação, ciência e tecnologia, uma universidade estadual, seis outras instituições de curso superior, para uma população de quinhentos mil habitantes. E o Tapajós tem quase dois milhões de habitantes. Então, por que pensar que o Tapajós é inviável como Estado e que vai apenas ter mais deputados e mais senadores?

É bom que a gente discuta. Depois de aprovada a convocação do plebiscito, que a gente discuta, sim. Tem gente que entende que é nociva, que não é boa,

e tem gente que entende que é boa. Agora, quem tem que falar é a população do Pará. Não são os iluminados de São Paulo e do Rio que vão dizer que isso não serve para o Brasil. Não é verdade! Porque o que nós temos que convir é que o dinheiro federal que vai para esses Estados continuará o mesmo. É o dinheiro que é arrecadado do imposto do cidadão que mora nos Municípios que irão compor o Estado do Tapajós e é o dinheiro do cidadão que mora nos Municípios que irão compor o Estado do Carajás, que hoje formam o Estado do Pará como um todo. Não se vai acrescentar dinheiro, não. Mas, se se acrescentasse, se estaria investindo na qualidade de vida daquela população que, se é distante da própria capital, Belém, imaginem o quanto o é dos grandes centros do Brasil.

Fora isso, não se diz também que algum dos Estados de onde foi desmembrada uma área tenha perdido alguma coisa. Goiás não perdeu, o Mato Grosso não perdeu, o Amazonas e o Mato Grosso, com o surgimento de Rondônia, não perderam. Pelo contrário, porque concentraram suas ações em uma área territorial menor.

No Pará, vão continuar as universidades. As maiores estão todas em Belém. As fábricas, a sede da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia é em Belém, a sede do Banco da Amazônia é em Belém. Belém não vai perder a importância, até porque é uma cidade bonita, que tem um turismo pujante e que tem uma produção boa com os Municípios que compõem o seu entorno todo.

Então, não é ruim para ninguém: não é ruim para Belém e os Municípios que vão continuar compondo o Estado do Pará, não é ruim para os Municípios que vão compor o Estado do Tapajós e não é ruim para os que vão compor o Estado do Carajás. Se não é ruim para eles, por que vai ser ruim para o Brasil? Por que vai ser ruim para o Brasil? "Ah, porque vai aumentar no número de Deputados Federais". Isso é ruim? Por acaso, pagar mais por uma democracia é ruim? Agora, vamos ver se não é bom ter mais professores, mais policiais, mais médicos, mais justiça nessas regiões. Lógico que é.

Então, não consigo entender que não queiramos cumprir o que manda a Constituição, que é o que? Uma das finalidades precípuas da República é eliminar desigualdades regionais. Vamos eliminar desigualdade regional com esse mapa que temos, em que três Estados da Federação são mais de 50% do tamanho do Brasil? Não tem sentido.

Aí, alguém, também articulando na imprensa, não me lembro se no jornal ou na televisão, disse: "ah, mas nos Estados Unidos há estados imensos também". Mas a maioria não é. Quem olha o mapa dos Estados Uni-

dos vê que os Estados são traçados na régua, porque se preocupou ali com o desenvolvimento harmônico do País. Se desprezarmos o Alasca e considerarmos realmente só a parte dos Estados Unidos abaixo do Canadá, veremos que lá há 50 Estados em uma área igual à nossa, com uma população um pouco maior do que a nossa.

Então, não há porque discutirmos... Acho que devemos discutir na hora da aprovação. Depois de aprovada a convocação do Município, devemos, sim, ter uma discussão de alto nível envolvendo toda a população do Estado do Pará, com aqueles que são contra mostrando fatores contrários e aqueles que são a favor mostrando os fatores positivos. E quem vai decidir? O povo. Não vai ser esse ou aquele Deputado, nem esse ou aquele Senador.

Então, não há o argumento de que não tem viabilidade econômica, porque não há um caso de redivisão territorial que tenha dado e que tenha sido reincorporado... Aconteceu apenas que, na Constituição de 1946, territórios criados por Getúlio Vargas, como Ponta Porã e Foz do Iguaçu, foram reincorporados por decisão política, porque o Paraná e outros Estados não queriam a redivisão. Mas, na verdade, dos que, de fato, foram redivididos, todos se deram bem, tanto o Estado do qual nasceu o novo Estado quanto o novo Estado.

Portanto, quero dizer que estou à disposição, Deputado Lira Maia, para o bom debate, para o debate desapaixonado.

Podem perguntar o que tem a ver um Senador de Roraima com uma questão do Pará? Primeiro, somos Senadores da República, eleitos por um Estado – tenho orgulho de ser eleito pelo Estado onde nasci –, mas sou Senador da Amazônia. Não entendo o desenvolvimento do meu Estado sozinho sem ver o desenvolvimento da Amazônia.

Nesse caso dos Tapajós, existe um Município, chamado Oriximiná, que faz fronteira com o meu Estado. O que faz fronteira com o meu Estado? É a parte abandonada do Município de Oriximiná. Por quê? Porque nem o Estado nem o Município têm condições de prosperar.

Nesse Município, temos uma área próspera de mineração chamada Trombetas. Teríamos uma estrada que parou na fronteira com o Pará, lá em Caroebe, que poderia prosseguir até Trombetas. Temos também um porto muito importante, do ponto de vista fluvial, para também termos um intercâmbio comercial com a parte pobre do Estado de Roraima.

Então, é bom para o Tapajós, é bom para Roraima, é bom para a Amazônia e é bom para o Brasil.

Quero, portanto, analisando que, possivelmente ainda esta semana, o Projeto voltará ao Senado, va-

mos fazer aqui realmente um acompanhamento para que possa ser aprovado sem mais delongas, porque o povo daquela região está esperando por esse plebiscito há doze anos.

Repto: para todos aqueles que são contra que quem vai decidir é o povo. Os que são contra vão ter oportunidade, na campanha do plebiscito, de dizer por que são contra, de mostrar dados reais de que realmente a situação desses Estados é inviável, prejudicando o Estado-mãe ou o Estado que vai permanecer como o que deu origem ao desmembramento.

Então, quero deixar este registro, Senador Suplicy, que agora preside esta sessão, e dizer que, se realmente queremos eliminar as desigualdades regionais, temos que corrigir a nossa geografia, que, no fundo, no fundo, é perversa com aqueles que moram em locais menos assistidos deste País, que são exatamente os que moram na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste, mas notadamente na Região Norte.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Senador Cícero Lucena tem a palavra, regimentalmente, como orador inscrito.

Em seguida, Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pelos veículos de comunicação do Senado, apresentarei, na próxima reunião da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Defesa do Consumidor, proposta de uma audiência pública. Faço a sugestão para que sejam convidados o Ministro da Educação, um representante do Ministério Público Federal bem como o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Presidente da Confederação Brasileira dos Prefeitos, além do Dr. Daniel Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Meu discurso vai justificar, Sr. Presidente, esse requerimento à Comissão de Fiscalização, fruto de uma reportagem veiculada em nível nacional, pela Rede Globo, no programa Fantástico, sobre a merenda escolar em nosso País.

Eu gostaria de iniciar este pronunciamento contando um pouco de uma experiência vivida por mim, como Prefeito da cidade de João Pessoa, por dois mandatos.

No meu primeiro mandato, tivemos a preocupação de garantir vaga para todos os alunos da cidade de João Pessoa, para todas as nossas crianças.

No primeiro dia de aula, Presidente Suplicy, eu fui visitar as escolas. Recebemos uma demanda maior do que a estrutura permitia, então criamos a alternativa do anexo enquanto ampliávamos, construímos novas salas de aulas. Num desses anexos, em que entrei por volta de 10h da manhã, acompanhado de toda a equipe da área de educação, eu fui surpreendido pelo choro de uma criança, menino de sete, oito anos de idade. Pensei que o choro fosse em razão da quantidade de pessoas que entraram na sala de aula.

Em seguida, me retirei com todos, mas eu soube, Senador Suplicy, que o choro da criança não era de susto pela quantidade de pessoas que entraram na sala de aula. Aquela criança estava chorando porque estava com fome. Tinha ido para a escola – e já eram quase dez horas da manhã –, não tinha tomado café e, talvez, nem tivesse jantado direito.

Naquela oportunidade, eu chamei o então Secretário de Educação, o ex-Reitor da Universidade Federal da Paraíba, Neroaldo Pontes, e pedi-lhe que criasse um programa de merenda escola cuja composição pudesse representar alimentação suficiente para uma criança durante todo um dia; talvez a única, mas que fosse suficiente.

E, aí, desenvolvemos um programa chamado Escolarização da Merenda. Foi criado um conselho nas escolas, com a participação dos diretores, dos professores, dos pais de alunos e da comunidade. Nós calculávamos pela quantidade de alunos matriculados na escola e repassávamos esse recurso, para que a escola, com a orientação nutricional da Secretaria do Município, pudesse estabelecer o cardápio conforme a cultura local ou mesmo a criatividade das nossas queridas merendeiras, com a sua capacidade de tratar bem as nossas crianças.

Comprava-se o pão na padaria da esquina; comprava-se a verdura no mercado do bairro; comprava-se o produto no mercadinho da comunidade. Por quê? Nós não precisamos estocar muito. Consequentemente, não coríamos o risco de ter alimento vencido, nós não tínhamos o risco de ter alimentos que as crianças não quisessem consumir, porque eram elas que participavam, com os pais, com os professores, na escolha do cardápio, e nenhum fornecedor iria impor o seu produto contra a vontade das nossas crianças.

Esse projeto foi de um sucesso tão grande, para os senhores terem ideia, que entrou no programa da ONU como um dos treze programas de segurança alimentar. A nossa equipe foi a outros Municípios oferecer e implantar essa experiência.

Quando meu Secretário de Educação, Neroaldo Pontes, foi ser Secretário de Estado do Governador Cássio Cunha Lima, levou essa ideia e implantou, no Estado da Paraíba, a chamada Escolarização da Merenda Escolar, que, sem dúvida nenhuma, enfrenta de forma competente, eficiente e humana os problemas que ontem foram mostrados, pelo Fantástico, para todo o Brasil e em todo o Brasil.

É nesse contexto, Sr. Presidente, que venho à tribuna desta Casa para relatar a minha indignação com a precária situação da merenda escolar fornecida em vários pontos do Brasil, mas em particular em João Pessoa.

Os alunos da rede pública de ensino recebem essa merenda, conforme denunciou, em rede nacional, o programa Fantástico da TV Globo, no último domingo. A reportagem especial, cujo conteúdo reproduzo em parte, é de causar revolta aos brasileiros, em especial aos paraibanos e pessoenses.

Em um mês de investigação, uma equipe do programa flagrou a péssima qualidade de merendas em escolas públicas do País: comida estragada, vencida, armazenada de qualquer jeito, intragável.

A equipe do Fantástico visitou mais de 50 escolas públicas – estaduais e municipais – de cinco Estados: São Paulo, Goiás, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia.

A reportagem confirma que mais de 50 prefeituras estão sendo investigadas, neste momento, em todo o País. O Ministério Público tem prova documental e prova testemunhal do pagamento de propina.

Depois de três anos de investigações e mais de 40 pessoas ouvidas, o Ministério Público de São Paulo acusa seis empresas de participar da máfia da merenda. Entre elas a SP Alimentação, que fornece a merenda à rede pública de João Pessoa.

Quando o prefeito que me sucedeu assumiu, em seguida acabou todo o programa da escolarização e terceirizou esse serviço.

Continua o Fantástico: recentemente, em 9 de fevereiro, a Promotoria de Defesa dos Direitos da Educação da Paraíba entrou na Justiça com uma ação civil pública apontando irregularidades na merenda de João Pessoa. São réus o prefeito da capital e a SP Alimentação.

Essa é a ação, Sr. Presidente.

O Fantástico foi a uma escola municipal de João Pessoa, com cerca de 800 alunos. A merenda do dia foi mungunzá, uma comida típica do Nordeste. Quando é feita com qualidade, com carinho e com respeito, é um excelente alimento. A base desse alimento é milho e coco, mas os alunos, que têm a tradição de comer essa comida, recusavam o mungunzá da escola. Re-

clamavam do gosto ruim, e parte dessa merenda foi para o lixo, e a sobra foi totalmente para o lixo.

Em documento de 2010, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação apontou que os cardápios das escolas de João Pessoa não atendiam as necessidades de calorias e de alguns nutrientes. De acordo com o Ministério Público, ex-nutricionistas da SP Alimentação diziam que eram obrigados a transportar alimentos em seus carros particulares, gerando grave risco de contaminação.

O Fantástico foi a outra escola em João Pessoa, na nossa capital, onde estudam cerca de 700 crianças. A equipe de reportagem acompanhou a entrega de carne e de outros alimentos. Sob forte sol, a uma temperatura de 31 graus, a carne era transportada em um veículo não refrigerado, e a comida chegava a ser colocada em cima do carro em sacos plásticos.

Na escola, nesse dia, as crianças comeram macarrão com carne. Muitas crianças reclamavam da qualidade da merenda. Parte dela vai para o lixo.

A equipe do Fantástico ficou quatro dias em João Pessoa, e, todos os dias, foi registrado o desperdício da comida. Em um colégio, segundo o diretor, a merenda jogada fora daria para alimentar 100 crianças.

Em janeiro, ainda, o Ministério Público recomendou à prefeitura que o contrato da SP Alimentação não fosse prorrogado. Mas isso não aconteceu.

O que mais chama atenção é o descumprimento, por parte da Prefeitura de João Pessoa, de uma orientação do Ministério Público, que, em janeiro deste ano, recomendou que o contrato da SP Alimentação não fosse prorrogado por conta dos graves indícios apontados pelos órgãos públicos de fiscalização.

Em 14 de janeiro, a prefeitura renovou o contrato por 180 dias com a SP Alimentação.

As denúncias apresentadas no *Fantástico* foram tema de inúmeros discursos dos vereadores que fazem oposição ao prefeito da capital. Registro o trabalho dos Vereadores Fernando Milanez, Tavinho Santos, Eliza Virgínia, Ronivon Mangueira e Marcos Vinícius.

Os vereadores alertaram sobre a recomendação do Ministério Público para que o contrato da SP não fosse prorrogado por graves indícios de corrupção. A mídia pessoense produziu inúmeras reportagens sobre o caos da merenda fornecida em João Pessoa.

Na Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa na qual o réu é o prefeito, a Promotora de Justiça de Defesa dos Direitos da Educação, Fabiana Maria Lobo da Silva, apresenta outros absurdos na gestão da merenda, constatados por termos de inspeção. Abro aspas:

2. Da pouca quantidade de merenda servida aos alunos e do pagamento a mais por

cada repetição de prato: a ausência de parâmetros objetivos:

No item 2.2 da ação, diz a promotora:

2.2. Paralelamente, foram firmadas parcerias com o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, com o Tribunal de Contas da União, com a Controladoria-Geral da União, com a Procuradoria Federal da Paraíba, assim como com a Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros, visando à realização de inspeções conjuntas e trocas de informações.

2.3. Nesse diapasão, em uma primeira inspeção realizada na Escola Municipal Nazinha Barbosa, aos 25 de março de 2010, membros do Ministério Público Estadual e um auditor do Tribunal de Contas da União flagraram a empresa SP. Alimentação e Serviços, servindo uma única [atenção, Presidente Senador Suplicy] e rasa concha de sopa aos alunos no valor de R\$1,30 (hum real e trinta centavos) para o Município, conforme reajuste estipulado pelo Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato nº 01/ 2009.

2.4. Deve-se frisar que os alunos podiam repetir o prato de sopa à vontade. Todavia, a cada concha de sopa, o erário desembolsava mais R\$1,30 (hum real e trinta centavos), mediante o depósito de fichas utilizadas pelos alunos em uma caixa controlada por servidora da escola, sem a presença de qualquer representante do setor de Coordenação de Merenda Escolar.

A reportagem do Fantástico, ontem, pediu à Prof. de Ciências dos Alimentos Gilma Sturion, da Universidade de São Paulo – USP, uma análise de dez cardápios de escolas visitadas pela equipe de reportagem do programa, inclusive das da cidade de João Pessoa.

Segundo ela, a merenda tem baixo valor energético e é muito deficiente em frutas e hortaliças:

Todos os municípios têm condições de fazer uma boa merenda, é só otimizar os recursos. Um prato [exemplificado na reportagem] com arroz, feijão, alface, beterraba, carne e chuchu refogado sairia por R\$0,80. [João Pessoa paga por uma concha de sopa rasa R\$1,30!] Se [esse mesmo prato] fosse frango, sairia R\$0,60.

Repto: por uma concha rasa de sopa, em João Pessoa, a prefeitura paga R\$1,30!

Em discurso na Câmara de Vereadores de João Pessoa no início deste mês, a Vereadora Eliza Virgínia denunciou o descaso da Prefeitura de João Pessoa

com a merenda. A Vereadora fez alusão ao Programa do Governo Federal Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, que veio para aumentar e induzir a ampliação da jornada escolar e a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas.

No seu discurso, ela deixou claro que as prefeituras que são cadastradas – e aqui está a cópia do discurso da Vereadora – no programa Mais Educação recebem verba federal do Plano Nacional de Alimentação para o custeio da alimentação das crianças matriculadas no programa. De acordo com o manual do programa Mais Educação, as crianças participantes do programa devem permanecer na escola por, no mínimo, sete horas ininterruptas, fazendo pelo menos três refeições. Mas em João Pessoa isso não acontece!

Abro aspas para a Vereadora Eliza:

Mas o que me chama a atenção depois de todas essas irregularidades é que pelo fato da [prefeitura] PMJ ter terceirizado e não ter contratado o almoço com esta empresa, a prefeitura comete um imensurável crime.

A prefeitura força as crianças do Mais Educação a voltarem para casa ao meio-dia, para almoçarem nas suas respectivas casas. Meus senhores e minhas senhoras, vejam a gravidade dessa atitude. A prefeitura nega às crianças o almoço, quando elas têm esse direito garantido, e são forçadas a irem para casa para muitas vezes não encontrarem um simples prato de feijão com arroz nas suas casas. Eu digo isso com conhecimento de causa! A maioria das crianças que participa do programa Mais Educação são escolhidas justamente por não possuírem estrutura familiar adequada, por viverem em um alto grau de vulnerabilidade, crianças que sofrem de total insegurança social!!! É esse governo que está instalado na Paraíba [e na prefeitura], um governo que tira o pão da boca dessas crianças – literalmente.

Fecho aspas ao discurso da Vereadora Eliza Virgínia.

Segundo o Ministério Público, com a renovação do contrato, a prefeitura acabou abrindo mão de R\$2,4 milhões provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, já que o Tribunal de Contas da União proibiu a utilização de verbas federais, caso o contrato fosse mantido.

Srs. Senadores e Sras Senadoras, o que está ocorrendo em João Pessoa é da mais alta gravidade e, com certeza, deve ocorrer também em outras localidades neste País. É dinheiro público sendo desperdi-

çado. É direito dos alunos da rede municipal de ensino sendo desrespeitado.

Hoje, o programa Bom Dia Brasil voltou ao tema. Em João Pessoa, o repórter narrou que:

Em nota, a Secretaria da Educação diz que a maioria dos alunos aceita bem os alimentos servidos e que a responsabilidade sobre a qualidade da merenda é de responsabilidade dos diretores, que devem fiscalizar a qualidade do produto.

Veja bem, Sr. Presidente: pronto, a prefeitura pensa que achou os culpados! A culpa é dos diretores das escolas?

A nota não condiz com a verdade apresentada no documento do Ministério Público da Paraíba:

2.9 Acontece que, em Audiência Pública realizada aos 29 de julho de 2010, 52 (cinquenta e dois) diretores presentes relataram que já haviam enfrentado problemas com relação à pouca quantidade de merenda servida pela empresa SP. Alimentação e Serviços em suas unidades de ensino.

No item 2.10, o Ministério Público afirma:

2.10. Nessa audiência, os diretores das 91 escolas municipais notificadas afirmaram que não receberam qualquer tipo de capacitação por parte do Município de João Pessoa sobre a quantidade per capita que deveria ser servida pela empresa terceirizada no prato de cada aluno.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Peço a compreensão de V. Ex^a. Pela importância do tema, eu concluirrei já, já, Sr. Presidente!

No item 2.11:

2.11. Ademais, alguns diretores destacaram a falha na fiscalização da merenda servida, uma vez que, conforme afirmado no ato da audiência, os supervisores da Coordenação de Merenda Escolar só compareciam nas escolas uma vez na semana e os servidores das próprias unidades de ensino tinham receio da responsabilidade pela fiscalização.

No item 2.12:

2.12. A preocupação dos diretores das escolas municipais foi comprovada através de inspeção realizada na Escola Municipal Duque de Caxias, em maio de 2010. Nessa ocasião, constatou-se que não havia qualquer funcio-

nário da escola ou do Município contabilizando os pratos e copos servidos aos alunos. A contagem [Sr. Presidente] estava sendo feita pelos próprios funcionários da empresa promovida, num completo descaso e desrespeito com a coisa pública ao se delegar ao próprio fiscalizado o indelegável múnus público da fiscalização.

No item 2.13:

2.13. Não bastasse, quando indagado, o Diretor Adjunto Ivo de Lima Ferreira informou desconhecer qualquer ofício ou memorando oriundo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura estabelecendo orientação sobre a quantidade de porções de cada cardápio.

No item 2.14:

Na verdade, nem o edital nem o contrato firmado entre a empresa promovida e o Município de João Pessoa deixam claro, de forma objetiva, qual é a quantidade per capita que deve ser efetivamente servida em cada prato de refeição, o que dificulta a fiscalização e dá ampla margem para superfaturamento, com inegável ofensa ao princípio da moralidade administrativa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Já estou concluindo, Sr. Presidente. Serei o mais rápido possível, mas o tema me convoca.

Na edição do JPB de hoje, da TV Globo, a reportagem comprovou a denúncia de que os alunos reprovavam a merenda fornecida. No controle diário do diretor de uma das escolas, dos 358 alunos presentes para se servirem de uma sopa de feijão, apenas 132 aceitaram a refeição.

Não adianta tentar culpar os professores, não adianta dizer que não tinha conhecimentos dos fatos. Todas as denúncias, conforme manifestação do Ministério Público, foram levadas ao conhecimento oficial da Prefeitura de João Pessoa.

No item 2.15:

Por tais razões, aos 18 de agosto de 2010, foram expedidas as Recomendações Ministeriais n^{os} 25/2010 e 26/2010, direcionadas ao Prefeito e à Secretaria Municipal, para que intensificassem a fiscalização da merenda terceirizada, fornecida na rede municipal de João Pessoa, sob pena de cometimento de ato de improbidade por omissão.

O transporte inadequado dos produtos que compõem a merenda escolar de João Pessoa foi também denunciada pelo Fantástico. A prova da falta de gestão do contrato entre a Prefeitura e a SP Alimentação, conforme manifestação do Ministério Público.

No item 2.20:

Percebe-se, portanto, que houve negligência, omissão e descuido por parte dos agentes públicos responsáveis por fazer valer o cumprimento do Contrato no que diz respeito à quantidade de merenda servida.

No item 2.21:

Isso se comprova pela falta de parâmetros objetivos para fixação das quantidades per capita da merenda fornecida, pela falta de capacitação e de informação dos diretores das escolas municipais sobre essas quantidades durante mais de 01 ano e 07 meses de vigência do contrato e pela própria ausência de atos de fiscalização mais eficazes.

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB)

– Ainda na ação pública por atos de improbidade administrativa.

Sobre o transporte, diz o Ministério Público:

3.1. Conforme o item 6, do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 44/2008, o transporte de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar terceirizada é de inteira responsabilidade da empresa contratada. Estabelece esse dispositivo que os alimentos frios devem ser transportados em cubas de alumínio, plástico PVC ou inox em caixas box isotérmica. Já os alimentos quentes, em cubas de alumínio ou ação inoxidável fechado hermeticamente e transportado, também, dentro de caixa box isotérmica, “produzida em fibra de vidro com poliuretano injetado, em que os mesmos têm redução de temperatura em no máximo de 1º (um grau Celsius) por hora armazenada (...”).

3.2. Além disso, exige o Edital que “os veículos utilizados no transporte das Caixas Box Isotérmica serão do tipo baú, devidamente disponibilizado para esse fim e devem cumprir as normas sanitárias para transporte de alimentos (...”).

Portanto, com base na denúncia do Ministério Público da Paraíba, nas reportagens da grande mídia, em especial do Fantástico, quero solicitar especial atenção das autoridades com o drama vivido pelos alunos da rede pública de João Pessoa. Muitos deles que tem na merenda escolar sua principal, ou talvez única, refeição do dia.

Peço às autoridades uma solução rápida para esse tema. O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União, a Procuradoria Federal na Paraíba, enfim, todos queremos explicações e a sociedade cobra um posicionamento claro das autoridades competentes.

Quero concluir, ressaltando o papel importante que está sendo desempenhado pelo Ministério Público da Paraíba, por meio de sua Promotoria de defesa dos direitos da educação na capital. A missão fiscalizadora dos vereadores de oposição e a abordagem responsável da mídia na Paraíba, no sentido de cobrar providências da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Por se tratar de um tema de tamanha relevância para o Brasil e para a Paraíba, peço a ampla divulgação desse problema da merenda escolar em nosso País, nos meios de comunicação, e o registro nos Anais do Senado do discurso da Vereadora de João Pessoa, Eliza Virgínia, e da Ação Civil Pública de autoria do Ministério Público da Paraíba.

O meu muito obrigado.

E que Deus nos proteja!

Obrigado pela compreensão de V. Ex^a.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

**Ministério Público do Estado da Paraíba
Promotoria de Defesa dos Direitos da Educação
Comarca da Capital**

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA _ VARA DA
FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA, através da Promotoria de Defesa dos Direitos da Educação da Capital, por sua representante *in fine* assinada, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, subsidiada pelas peças informativas inclusas e com fundamento no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 17 da Lei nº 8.429/92, art. 25, inciso IV, alínea “b”, da Lei nº 8.625/93, e art. 201, V, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), vem, perante V. Exa., propor a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
COM PEDIDO LIMINAR**

em face de (1) JOSÉ LUCIANO AGRA DE OLIVEIRA, brasileiro, atual prefeito do Município de João Pessoa-PB, portador do CPF nº 112.498.204-30, residente no Paço Municipal, Praça Pedro Américo, nº 70, Centro, João Pessoa-PB; (2) ARIANE NORMA DE MENEZES SÁ, brasileira, casada, portadora do RG nº 696.165-SSP/PB, CPF nº 468.374.694-87, atual Secretária de Administração e Cultura do Município de João

Pessoa, residente no Centro Administrativo, Rua Diógenes Chianca, nº 1777, Água Fria, João Pessoa-PB; (3) **SIMONE LEITE GOUVEIA DE FIGUEIREDO**, brasileira, titular do CPF nº 380.220.604-53, atual Coordenadora de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa, residente no Centro Administrativo, Rua Diógenes Chianca, nº 1.777, Água Fria, João Pessoa-PB; e (4) **SP. ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 02.293.852/0001-40, com sede na Avenida Diógenes Ribeiro de Lima, nº 3063, Alto da Lapa, São Paulo-SP, atualmente representada pelo sócio Eloizo Gomes Afonso Duraes, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 6379342-8, SSP/SP, CPF nº 806.302.868-68, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, nº 338, 7º andar. Higienópolis, São Paulo-SP, pelos fatos a seguir expostos:

I. DOS FATOS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. O Município de João Pessoa, através da Secretaria Municipal de Administração, lançou o Edital de Pregão Presencial nº 44/2008, para “a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de preparo, fornecimento, nutrição, armazenamento, distribuição nos locais de consumo logística, manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e utensílios utilizados, com emprego de mão de obra e treinamento de pessoal, bem como o fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos utilizados, incluindo a instalação de cozinhas nos polos das unidades educacionais e prestação de serviços de limpeza nas cozinhas das unidades escolares, em base mensal, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado”¹.

¹ Cópia do documento em anexo (fls. 86-211, do Inquérito Civil nº 01/2010).

1.2. Após diversas impugnações ao Edital, com denúncias de direcionamento, imprecisão do objeto e ausência da participação obrigatória do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em todos os trâmites (fatos esses que vêm sendo apurados no Procedimento Administrativo nº 1.24.000.000158/2009-39, do Ministério Público Federal)², o objeto da licitação foi adjudicado à empresa SP. Alimentação e Serviços Ltda., ora promovida como terceiro beneficiário.

1.3. Nesse norte, o Município de João Pessoa, representado pelo então Secretário Municipal de Administração, Gilberto Carneiro da Gama, e pela promovida Ariane Norma de Menezes Sá, na qualidade de Secretária Municipal de Educação e Cultura, firmou, aos 15 de janeiro de 2009, o Contrato nº 01/2009 com a empresa promovida, objetivando o preparo, o fornecimento e a distribuição de alimentação escolar diária destinada ao Ensino Fundamental maior e menor da rede escolar municipal.

1.4. Para tanto, ajustou-se, de início, o preço unitário de R\$ 1,25 (hum real e vinte cinco centavos) por merenda servida, em um total estimado de R\$ 45.420.000,00 (quarenta e cinco milhões quatrocentos e vinte mil reais), extraídos das dotações orçamentárias municipais, assim como de repasses complementares federais, na razão de R\$ 0,22 (vinte e dois centavos de real) por merenda.

1.5. No bojo do contrato, restou expresso, através da Cláusula Décima Segunda, que a fiscalização de sua execução é de responsabilidade da Coordenação de Merenda Escolar, órgão da estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a qual compete “exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, em especial, quanto à quantidade e qualidade dos serviços executados, fazendo cumprir a lei e as disposições” do ajuste (12.1.3).

1.6. Ademais, o item 12.1.4., da citada Cláusula Décima Segunda, consignou que “verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do contrato, a

2 As diversas irregularidades do processo de licitação em questão foram detalhadas no Relatório da Unidade Técnica do Tribunal de Contas da União, processo nº 013.179/2009-7, no qual houve proposta de abstenção imediata pela Prefeitura Municipal de João Pessoa de utilização de verbas federais para custear o contrato com a empresa promovida. Todavia, o Acórdão do TCU nº 2.671/2009, atualmente em grau de recurso, limitou-se a determinar à Prefeitura que se abstivesse de utilizar verbas federais complementares para custear o contrato em caso de prorrogação.

Fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no presente contrato e na Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações².

1.7. Ocorre que, através de inspeções conjuntas, *in loco*, realizadas pela Promotoria da Educação da Capital, pelos Conselhos Tutelares de João Pessoa e por outros órgãos de fiscalização³, em diversas escolas do Município, no decorrer do ano letivo de 2010, detectou-se a desídia na execução dos termos do Contrato nº 01/2009, quer pelo descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa promovida, como pela negligência na sua fiscalização por parte dos agentes públicos responsáveis.

1.8. Igualmente verificou-se que a execução do Contrato em pauta vem violando dispositivos expressos da Legislação Federal vigente, como adiante se demonstrará.

1.9. Não bastasse, o aludido Contrato foi prorrogado, aos 14 de janeiro de 2011, por mais 180 dias, apesar das Recomendações do Ministério Públíco Estadual a respeito⁴ direcionadas aos promovidos José Luciano Agra de Oliveira a Ariane Norma de Menezes Sá, apontando todas as irregularidades detectadas no âmbito do Inquérito Civil nº 01/2010.

2. DA POUCA QUANTIDADE DE MERENDA SERVIDA AOS ALUNOS E DO PAGAMENTO A MAIS POR CADA REPETIÇÃO DE PRATO: AUSÊNCIA DE PARÂMETROS OBJETIVOS

2.1. Visando fiscalizar o cumprimento do princípio constitucional do padrão de qualidade do ensino, reconhecido pelo art. 206, VII, da Constituição Federal de 1988, a Promotoria de Defesa da Educação de João Pessoa firmou Termo de Cooperação, aos 25 de fevereiro de 2010, com os 05 Conselhos Tutelares do Município, distribuindo entre eles o total de escolas públicas municipais e estaduais da Capital. Isso para que inspecionassem e confeccionassem relatórios sobre a qualidade das instalações

³ Trata-se do "Programa de Fiscalização da Educação Básica nas Escolas Públicas de João Pessoa", desenvolvido pelo Ministério Públíco Estadual em parceria com outros órgãos de fiscalização.

⁴ Documentos em anexo.

físicas dos prédios escolares, a qualidade do processo ensino-aprendizagem e a qualidade da merenda servida aos alunos da rede pública de ensino da cidade.

2.2. Paralelamente, foram firmadas parcerias com o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, com o Tribunal de Contas da União, com a Controladoria Geral da União, com a Procuradoria Federal na Paraíba, assim como com a Vigilância Sanitária Municipal e com o Corpo de Bombeiros, visando à realização de inspeções conjuntas e trocas de informações.

2.3. Nesse diapasão, em uma primeira inspeção realizada na Escola Municipal Nazinha Barbosa, aos 25 de março de 2010, membros do Ministério Público Estadual e um auditor do Tribunal de Contas da União flagraram a empresa promovida SP. Alimentação e Serviços servindo **uma única e rasa concha de sopa** aos alunos no valor de R\$ 1,30 (hum real e trinta centavos) para o Município, conforme reajuste estipulado pelo Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato nº 01/2009⁵.

2.4. Deve-se frisar que os alunos podiam repetir o prato de sopa à vontade. Todavia, a cada concha de sopa, o erário desembolsava mais R\$ 1,30 (hum real e trinta centavos), mediante o depósito de fichas utilizadas pelos alunos em uma caixa controlada por servidora da escola, sem a presença de qualquer representante do setor de Coordenação de Merenda Escolar (Termo de Inspeção em anexo)⁶.

2.5. Sucessivamente, a partir daí, uma série de denúncias sobre a mesma **situação de insuficiência da merenda** servida nas escolas municipais de João Pessoa e sobre alto de índice de repetição aportaram na Promotoria de Defesa da Educação da Capital, através de relatórios oriundos dos Conselhos Tutelares e oitivas dos próprios diretores de escolas, como demonstram a vasta documentação em anexo extraída do Inquérito Civil nº 01/2010. Todas essas denúncias foram levadas ao conhecimento oficial do Município de João Pessoa através de ofícios e notificações expedidas pelo Ministério Público⁷.

⁵ Através do referido Termo de Apostilamento, o valor unitário da merenda foi reajustado de R\$ 1,25 (hum real e vinte e cinco centavos) para R\$ 1,30 (hum real e trinta centavos) em 19 de janeiro de 2010.

⁶ Fls. 65-66, do Inquérito Civil nº 01/2010.

⁷ Isso sem falar na grande mídia, haja vista as inúmeras matérias publicadas no jornalismo local.

2.6. Designada audiência, aos 27 de julho de 2010, para oitiva da Coordenadora do Setor de Merenda Escolar, a promovida Simone Leite Gouveia de Figueiredo, a mesma atribuiu a responsabilidade pela fiscalização da quantidade de merenda servida no prato dos alunos à direção de cada escola⁸.

2.7. Informou que foi feito um receituário conjuntamente pela Coordenação de Merenda Escolar e pela empresa promovida, contendo a quantidade de cada porção de *alimento cru*. Como exemplo, citou que, no caso de carne para sopa, a quantidade é de 40 gramas de carne crua. Porém, se for estrogonofe, a quantidade é de 50 gramas de carne crua. Já as sopas, quando prontas, devem ser servidas na quantidade de 200 gramas e os líquidos, 200 ml.

2.8. Ainda alegou que os diretores das escolas municipais, além de terem recebido a confusa lista *per capita* dos gêneros alimentícios destinados à merenda, foram capacitados com relação ao quantitativo de cada porção.

2.9. Acontece que, em Audiência Pública realizada aos 29 de julho de 2010, 52 (cinquenta e dois) diretores presentes relataram que já haviam enfrentado problemas com relação a pouca quantidade de merenda servida pela empresa SP. Alimentação e Serviços em suas unidades de ensino (Termo de Audiência em anexo)⁹.

2.10. Nessa audiência, os diretores das 91 escolas municipais notificadas afirmaram que não receberam qualquer tipo de capacitação por parte do Município de João Pessoa sobre a quantidade *per capita* que deveria ser servida pela empresa terceirizada no prato de cada aluno.

2.11. Ademais, alguns diretores destacaram a falha na fiscalização da merenda servida, uma vez que, conforme afirmado no ato da audiência, os supervisores da Coordenação de Merenda Escolar só compareciam nas escolas 01 vez na semana e os servidores das próprias unidades de ensino tinham receio da responsabilidade pela fiscalização.

⁸ Fls. 308-309, do Inquérito Civil nº 01/2010.

⁹ Fls. 317-346, do Inquérito Civil nº 01/2010.

2.12. A preocupação dos diretores das escolas municipais foi comprovada através de inspeção realizada na Escola Municipal Duque de Caxias, em maio de 2010. Nessa ocasião, constatou-se que não havia qualquer funcionário da escola ou do Município contabilizando os pratos e copos servidos aos alunos. A contagem estava sendo feita pelos próprios funcionários da empresa promovida (TC 012.092/2010-0)¹⁰, num completo descaso e desrespeito com a coisa pública ao se delegar ao próprio fiscalizado o indelegável múnus público da fiscalização.

2.13. Não bastasse, quando indagado, o Diretor Adjunto Ivo de Lima Ferreira informou desconhecer qualquer ofício ou memorando oriundo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura estabelecendo orientação sobre a quantidade de porções de cada cardápio¹¹.

2.14. Na verdade, nem o Edital nem o Contrato firmado entre a empresa promovida e o Município de João Pessoa deixam claro, de forma objetiva, qual a quantidade *per capita* que deve ser efetivamente servida em cada prato de refeição, o que dificulta a fiscalização e dá ampla margem para superfaturamento com inegável ofensa ao princípio da moralidade administrativa.

2.15. Por tais razões, aos 18 de agosto de 2010, foram expedidas as Recomendações Ministeriais nº 25/2010 e 26/2010, direcionadas ao Prefeito do Município de João Pessoa, primeiro promovido, e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, segunda promovida, respectivamente, para que intensificassem a fiscalização da merenda escolar terceirizada fornecida na rede municipal de ensino em João Pessoa no que tange à quantidade servida por aluno, sob pena de cometimento de ato de improbidade por omissão¹².

2.16. Como resposta, a promovida Ariane Norma de Menezes Sá, através do ofício nº 1047/10-GS/SEDEC, informou que a capacitação dos diretores das escolas municipais quanto à fiscalização da merenda já estava finalmente agendada para os dias 23 de agosto e 20 de setembro de 2010, ou seja, 01 ano e 07 meses após a

10 Fls. 555-560, do Inquérito Civil nº 01/2010.

11 Fls. 555-560, do Inquérito Civil nº 01/2010.

12 Fls. 372-378, do Inquérito Civil nº 01/2010.

vigência do Contrato¹³, caracterizando uma inexplicável e inconcebível omissão na fiscalização da coisa pública.

2.17. De igual sorte, informou que foram apostas marcações nos copos de 200 ml para facilitar a fiscalização por parte da direção das escolas e dos próprios alunos nos dias em que a merenda fosse iogurte ou outro gênero líquido.

2.18. No entanto, em inspeção conjunta realizada pela Procuradoria Federal na Paraíba e pela Promotoria de Defesa da Educação da Capital, na Escola Municipal Francisca Moura, aos 16 de dezembro de 2010, verificou que **os copos com medidores não haviam sido providenciados** pela empresa nem pelo órgão fiscalizador¹⁴.

2.19. Mas ainda com relação a pouca quantidade da merenda servida, deve-se registrar que a ex-nutricionista da empresa promovida, a senhora Renata Aquino Torres, quando inquirida na Promotoria de Defesa da Educação da Capital, aos 30 de novembro de 2010, informou:

“Que em algumas (escolas) a quantidade de gêneros alimentícios fornecidos pela empresa não era suficiente para o número de alunos; Que as nutricionistas tinham que resolver entre elas, pegando as mercadorias das escolas em que os gêneros alimentícios estavam sobrando; Que enfrentava muitos problemas quando a merenda era salada de frutas; Que muitas vezes as frutas não eram suficientes para servir a quantidade de quase 200 ml; Que nesses casos tinham que servir menos; Que o mesmo acontecia quando a merenda era sopa; Que quando a sopa não era suficiente para a quantidade de alunos de determinada escola, as merendeiras serviam menos do que a quantidade de 200 gramas; Que isso acontecia mais no turno da noite; Que quem definia as medidas a serem servidas era a própria empresa e não as nutricionistas; Que cada escola possui um manual

13 Fls. 383, do Inquérito Civil nº 01/2010.

14 Fls. 644-645, do Inquérito Civil nº 01/2010.

contendo as quantidades *per capita* de cada merenda; Que já ouviu de algumas merendeiras mais antigas que a ordem da empresa era que servissem menos que a quantidade prevista nesse manual; (...) Que algumas nutricionistas e merendeiras compravam gêneros alimentícios e produtos de limpeza com seu dinheiro próprio ou levavam de casa; Que as nutricionistas avisam à empresa quando a quantidade era pouca. Que a empresa mandava que a nutricionistas ‘segurassem mais’; Que as mercadorias demoravam a chegar; Que as nutricionistas tinham que fazer ‘milagre’ praticamente para fazer a merenda render¹⁵.

2.20. Percebe-se, portanto, que houve **negligência, omissão e descuido** por parte dos agentes públicos responsáveis por fazer valer o cumprimento do Contrato no que diz respeito à quantidade de merenda servida.

2.21. Isso se comprova pela falta de parâmetros objetivos para fixação das quantidades *per capita* da merenda fornecida, pela falta de capacitação e de informação dos diretores das escolas municipais sobre essas quantidades durante mais de 01 ano e 07 meses de vigência do Contrato e pela própria ausência de atos de fiscalização mais eficazes.

2.22. Tudo justificando os fatos trazidos à baila pelas inspeções realizadas nas unidades de ensino, pela oitiva dos diretores escolares e pelo depoimento prestado pela ex-nutricionista da empresa promovida, que demonstram o grave prejuízo causado à alimentação escolar dos alunos da rede pública municipal de ensino.

¹⁵ Fls. 637-638, do Inquérito Civil nº 01/2010.

3. DO TRANSPORTE INADEQUADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS EM DESACORDO COM O ESTABELECIDO NO EDITAL

3.1. Conforme o item 6, do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 44/2008, o transporte de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar terceirizada é de inteira responsabilidade da empresa contratada. Estabelece esse dispositivo que os alimentos frios devem ser transportados em cubas de alumínio, plástico PVC ou inox em caixa box isotérmica. Já os alimentos quentes, em cubas de alumínio ou aço inoxidável fechado hermeticamente e transportado, também, dentro de caixa box isotérmica, “produzida em fibra de vidro com poliuretano injetado, em que os mesmos têm redução de temperatura em no máximo de 1° (um grau Celsius) por cada hora armazenada, proporcionado assim uma perfeita condição do alimento a ser servido”.

3.2. Além disso, exige o Edital que “os veículos utilizados no transporte das Caixas Box Isotérmica serão do tipo baú, devidamente disponibilizado para esse fim e devem cumprir as normas sanitárias para transporte de alimentos. Estes veículos sofrerão fiscalização da Gerência de Vigilância Sanitária do Município antes de iniciar suas atividades”.

3.3. Inobstante, o Ministério Público do Trabalho, no âmbito do Procedimento Preparatório nº 019138.2010.13.000/2-02, apurou que ex-nutricionistas da empresa SP Alimentação e Serviços eram obrigadas a transportar gêneros alimentícios perecíveis destinados à merenda escolar de João Pessoa em seus veículos próprios, sem as condições adequadas de acondicionamento, gerando graves riscos de contaminação aos alunos¹⁶.

3.4. Quando ouvida na Promotoria de Defesa da Educação da Capital, a ex-nutricionista da empresa promovida, Renata Aquino Torres, confirmou o depoimento prestado na 13ª Procuradoria Regional do Trabalho, informando:

“Que a empresa SP Alimentação exigia que todos os nutricionistas tivessem veículo próprio; Que os

¹⁶ Fls. 567-598, do Inquérito Civil nº 01/2010.

nutricionistas faziam transporte dos gêneros alimentícios destinados à merenda escolar; Que esses gêneros vinham de Recife em um caminhão; Que ela depoente transportava alimentos de uma escola para outra; Que já transportou frango, carne e outros gêneros perecíveis em seu próprio veículo”¹⁷.

3.5. Tais fatos comprovam, mais uma vez, que não houve o rigoroso controle da execução do Contrato nº 01/2009 pelos agentes públicos responsáveis. Com isso, foi novamente posta em risco a alimentação escolar saudável dos alunos da rede pública municipal, sujeitos a perigo de contaminação grave pelo transporte inadequado de alimentos perecíveis, em desacordo com as cláusulas contratuais.

4. DA FALTA DE INSTALAÇÃO DE MEDIDORES INDIVIDUALIZADOS DE ÁGUA E ENERGIA CONFORME DETERMINA O EDITAL

4.1. Estabelece o item 14.1.8 do Edital de Pregão Presencial nº 44/2008, que é obrigação do Licitante “arcar com o fornecimento de todos os gêneros alimentícios, materiais de limpeza e demais insumos utilizados na prestação dos serviços”.

4.2. Por seu turno, o item 6. 1, do Anexo I, estipula: “6.1. Todas as despesas inerentes a implantação e/ou adequação das cozinhas e refeitórios das unidades escolares, tais como taxas e alvarás sanitários, energia e água, gás de cozinha, funcionários, nutricionistas, produtos alimentícios, utensílios e equipamentos de cozinha, veículos para transporte, etc., serão de responsabilidade da empresa contratada, não cabendo nenhum tipo de pedido de reembolso a contratante”.

4.3. Já o item 6.3, do mencionado Anexo I, prevê claramente que: “A empresa licitante deverá providenciar no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco)

¹⁷ Fls. 637-638, do Inquérito Civil nº 01/2010.

dias a instalação de medidores de água e energia individualizados nas cozinhas das escolas para o cumprimento do sub item 6.1 acima”¹⁸.

4.4. Ocorre que, desde o início da vigência do Contrato, tais medidores individualizados de água e de energia não foram instalados pela empresa promovida, em que pese ser clara a obrigação contratual.

4.5. Mesmo diante do descumprimento de cláusula do Contrato, não houve sua rescisão, nos termos do art. 78, I, da Lei nº 8.666/93, nem, sequer, aplicação de sansão, o que demonstra, novamente, **deficiente fiscalização da execução contratual pelos agentes públicos responsáveis e desídia na preservação das verbas públicas.**

5. DOS CARDÁPIOS COM BAIXOS INGREDIENTES NUTRICIONAIS EM DESACORDO COM AS NORMAS DO FNDE

5.1. Através de consulta provocada pela Promotoria de Defesa da Educação da Capital, no Inquérito Civil nº 01/2010, o FNDE, pelo Parecer Técnico nº 30/2010 – COTAN/CGPAE/DIRAE/FNDE, detectou que os cardápios constantes no Contrato nº 01/2009 estão em desacordo com as normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), **por não atenderem a 20% das necessidades nutricionais diárias dos alunos, conforme determina o art. 15, da Resolução nº 38/2009, do FNDE**¹⁹.

5.2. Segundo o mencionado Parecer, os cardápios cumpridos pela empresa terceirizada apresentam baixa oferta de frutas e de hortaliças durante a semana,

18 Grifo nosso.

19 “Art. 15. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada. § 1º Como disposto na Lei nº 11.947/2009, gêneros alimentícios básicos são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável. § 2º Os cardápios deverão ser planejados, de modo a atender, em média, às necessidades nutricionais estabelecidas na forma do disposto nos Anexo III desta Resolução, de modo a suprir: I - quando oferecida uma refeição, no mínimo, 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial”.

assim como baixa oferta de fibras, vitamina A, cálcio e zinco, o que compromete o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos²⁰.

5.3. Quando inquirida a respeito, em audiência realizada aos 27 de julho de 2010, a promovida Simone Leite Gouveia de Figueiredo, na qualidade de Coordenadora da Alimentação Escolar, reconheceu que os cardápios elaborados pelo Município de João Pessoa e cumpridos pela empresa promovida atendem a, apenas, 15% das necessidades nutricionais dos alunos e não ao patamar de 20% dessas necessidades nutricionais, conforme determina a mencionada Resolução do FNDE. No entanto, aduziu que a Secretaria Municipal de Educação iria adotar as medidas necessárias para a adaptação²¹, ou seja, **após 01 ano e seis meses de decurso do Contrato.**

5.4. Durante todo esse tempo, os alunos da rede pública municipal de João Pessoa foram mais uma vez prejudicados, posto que não tiveram suas necessidades nutricionais atendidas no âmbito da alimentação escolar, em razão do desrespeito a norma legal expressa.

6. DO DESCUMPRIMENTO DO ART. 5º, § 2º, DA LEI FEDERAL N° 11.947/09: APLICAÇÃO INDEVIDA DAS VERBAS DO PNAE NO PAGAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1. Dispõe o art. 5º, § 2º, da Lei nº 11.947/09, que:

Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas as disposições dessa Lei.

(...)

²⁰ Fls. 410-412, do Inquérito Civil nº 01/2010.

²¹ Fls. 308-309, do Inquérito Civil nº 01/2010.

§ 2º Os recursos financeiros de que trata o § 1º deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios²².

6.2. Por seu turno, o art. 53, da Resolução nº 38/2009, do FNDE, regulamente que:

Art. 53. A aquisição de qualquer item ou serviço, com exceção dos gêneros alimentícios, deverá estar desvinculada do processo de compra do PNAE.

Parágrafo Único: Os recursos financeiros de que trata § 1º do art. 5º da Lei 11.947/2009 serão utilizados exclusivamente na aquisição de gênero alimentícios.

6.3. Apesar da clareza legislativa, a promovida Ariane Norma de Menezes Sá, como Secretária Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa e gestora dos recursos da educação, vinha utilizando as verbas do PNAE para pagar despesas com a prestação dos serviços terceirizados, como comprovam as notas fiscais anexadas²³.

7. DO DESCUMPRIMENTO DO ART. 14, DA LEI FEDERAL N° 11.947/09: AUSÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

7.1. Através de representação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na Paraíba, a Promotoria de Defesa da Educação da Capital instaurou o Procedimento Administrativo nº 186 /2010, para aferir o cumprimento do art. 14, da Lei Federal nº 11.947/09, que assim preconiza:

22 Grifo nosso.

23 Fls. 427-434, do Inquérito Civil nº 01/2010.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas²⁴.

7.2. Em audiência pública realizada aos 29 de setembro de 2010, na Promotoria de Defesa da Educação, com diversos segmentos da agricultura familiar, a promovida Simone Leite Gouveia de Figueiredo, na qualidade de Coordenadora de Alimentação Escolar, confirmou que o Município de João Pessoa não vem cumprindo o mencionado dispositivo legal²⁵. Isso, segundo alegou, pelo fato do Contrato nº 01/2009 ser anterior à vigência da Lei em testilha.

7.3. Acontece que, conforme autoriza o art. 58, I, da Lei nº 8.666/93, o regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

7.4. Tanto é assim que a promovida Ariane Norma de Menezes Sá, através de solicitação formulada no ofício nº 1171/2009-CG/SEDEC, obteve parecer favorável da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração de João Pessoa (Processo nº 2005/005483), aos 12 de agosto de 2009, para alterar o Contrato nº 01/2009, com a inclusão de cláusula contratual nos termos do art. 14, da Lei Federal nº 11.947/09. No entanto, quedou-se inerte por todo esse tempo, mesmo após Recomendação do Ministério Público Estadual (nº 35 /2010) expedida aos 29 de setembro de 2010²⁶.

24 Na mesma senda, o art. 18, da Resolução nº 38/2009, do FNDE, estabelece que: "Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da Lei nº 11.947/2009".

25 Cópia do Procedimento Administrativo nº 186/2010 em anexo.

26 Cópia em anexo.

7.5. Com efeito, a exigência da agricultura familiar na alimentação escolar de João Pessoa vem sendo letra morta desde a vigência da Lei. Ademais, continuará sendo desrespeitada nos próximos 06 meses, haja vista que o Município de João Pessoa prorrogou o Contrato nº 01/2009 por esse período, dispensado as verbas do PNAE. Por conseguinte, doravante, não há como se exigir o cumprimento do dispositivo legal adstrito às verbas do FNDE.

8. INDICAÇÃO IRREGULAR PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

8.1. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa indicou a promovida Simone Leite Gouveia de Figueiredo, mesmo como Coordenadora de Merenda Escolar do Município, para compor o Conselho de Alimentação Escolar, violando o art. 26, § 5º, da Resolução nº 38/2009, do FNDE.

8.2. Essa irregularidade foi detectada pelo Tribunal de Contas da União, que, aos 27 de outubro de 2010, através do Acórdão nº 2.848/2010, determinou que o Município de João Pessoa, no prazo de 15 dias, adotasse as “medidas necessárias para sanar, em relação à utilização de recursos federais, a irregular afronta ao princípio da segregação de funções consubstanciada na acumulação pela sra. Simone Leite Gouveia de Figueiredo das funções de representante do Município no Conselho de Alimentação Escolar e de Coordenadora de Merenda Escolar”.

9. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO COM A DISPENSA DAS VERBAS FEDERAIS: AFRONTA AO INTERESSE PÚBLICO

9.1. Apesar de todas as ilegalidades do Contrato nº 01/2009 e do descumprimento de suas cláusulas por parte da empresa terceirizada, a promovida Ariane Norma de Menezes Sá solicitou, através do ofício nº 0053-A/11-GS/SEDEC, a sua prorrogação por mais 180 dias, ou até o término de nova licitação, em que pese Recomendação expedida pelo Ministério Público em contrário (Recomendação nº 01/2011).

9.2. A prorrogação solicitada foi prontamente providenciada pelo Município, através do Termo Aditivo nº 02, firmado aos 14 de janeiro de 2011. Todavia, para atender à determinação contida no Acórdão do TCU nº 523/2010, o **Município de João Pessoa, em nome da prorrogação do contrato com a empresa SP Alimentação e Serviço, simplesmente abriu mão das verbas federais do PNAE, no montante estimado de R\$ 2.442.000,00 (dois milhões quatrocentos e quarenta e dois mil reais), aproximadamente, na medida em que, nos últimos 12 meses, recebeu R\$ 4.885.020,00 (quatro milhões oitocentos e oitenta e cinco mil e vinte centavos) de verbas do PNAE, conforme consulta ao site do FNDE.**

9.3. Esse desprezo aos recursos federais é inconcebível e incompreensível, mormente porque partiu de um Município pobre de um Estado pobre com um dos mais baixos IDH's do País.

9.2. Certamente, o Município de João Pessoa, durante todo o ano letivo de 2010, em que desencadearam as sucessivas denúncias e Recomendações do Ministério Pùblico Estadual em face da execução ineficiente do contrato, teve bastante tempo para realizar nova licitação findo o prazo contratual aos 15 de janeiro de 2011. Porém, manteve-se mais uma vez inerte e, repita-se, na contramão dos fatos preferiu prorrogar o malsinado contrato, com o agravante da dispensa de vultosas verbas federais.

9.3. Isso tudo demonstra o descompromisso com o erário e uma imoral persistência em fazer valer uma relação contratual que nada atende ao interesse público. Com efeito, só há prejuízos para os alunos da rede municipal de ensino, que se alimentam mal; para os agricultores familiares, que deixam de comercializar seus produtos; e para os cofres municipais, que pagam por cada repetição de merenda mal servida.

9.4. A princípio, a prorrogação do Contrato nº 01/2009 só beneficiou a empresa SP Alimentação e Serviços Ltda., que, diga-se de passagem, vem sendo alvo de investigações por todo o Brasil, por suposto envolvimento, segundo noticia a grande mídia, na denominada “máfia da merenda”.

II. DO DIREITO

1. DA LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

1.1. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 129, inciso III, preconiza como uma das funções institucionais do Ministério Público “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”.

1.2. De outro lado, a Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), no seu art. 25, inciso IV, letra “b”, diz ser incumbência do Ministério Público a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei, para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem.

1.3. Já a Lei nº 8.429/92, no seu art. 17, confere legitimidade ao *Parquet* para promover tanto a ação cautelar quanto a ação principal, em se tratando de ato de improbidade administrativa.

1.4. Nos casos de ato de improbidade que envolva interesses da Educação, torna-se patente a legitimidade da Promotoria de Defesa dos Direitos da Educação, na medida em que, de acordo com o art. Iº, I e XIII, da Resolução nº 06/2008, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público da Paraíba:

Art. 1º Incumbe ao Promotor de Justiça como Curador da Defesa da Educação:

I – promover as medidas judiciais ou administrativas necessárias à defesa da educação, devendo instaurar os procedimentos preliminares de investigação, instaurar e acompanhar o inquérito civil, promover e acompanhar a ação civil pública e a ação penal;

(…)

XIII – fiscalizar a correta aplicação dos recursos orçamentários e contribuições sociais destinados a área

educacional e, sempre que houver indícios de apropriação, de desvio ou de má gestão dos referidos recursos, promover as medidas judiciais cíveis e criminais pertinentes, inclusive as referentes à improbidade administrativa, bem como as medidas cabíveis no âmbito extrajudicial.

1.5. Por outra via, a legitimidade ativa para a causa e o interesse de agir do Ministério Público Estadual também se manifestam em razão da natureza das verbas que custeiam a alimentação escolar de João Pessoa: precipuamente municipais, num percentual de setenta e sete por cento. Isso sem falar na incorporação das verbas complementares advindas do FNDE ao patrimônio do Município²⁷.

2. DA LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* E DA RESPONSABILIDADE DE CADA PROMOVIDO

2.1. A Lei nº 8.429/92, regulamentando o art. 37, § 4º, da Constituição Federal²⁸, enumera os órgãos ou entidades que podem ser vítimas de atos de improbidade administrativa praticados por agentes públicos, servidores e empregados que integram seu quadro de pessoal, senão vejamos:

27 A respeito: "PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE IMPROBIDADE. EX-PREFEITOS. CONVÉNIO. VERBAS FEDERAIS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.1. Compete à Justiça Estadual processar e julgar ação de ressarcimento movida em face de ex-prefeito, em razão de irregularidades na prestação de contas de verbas federais, repassadas por força de convênio, e incorporadas ao patrimônio municipal. Precedentes do STJ: CC86.518/PA, 1ª SEÇÃO, DJ de 30.03.2009; EREsp 936.205/PR, CORTE ESPECIAL, DJe 12/03/2009; CC 57.110/PB, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 07/05/2007. 2. Conflito de Competência conhecido para declarar competente o JUÍZO DE DIREITO DE FONTE BOA-AM (CC 109.594/AM, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/09/2010, DJe 22/09/2010); "MUNICÍPIO - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - DESVIO DE VERBA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL - SÚMULA N° 209 DO STJ - AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. "Compete à Justiça Estadual processar e julgar ação de improbidade relativa a suposto desvio de verbas de alimentação escolar, provenientes do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, pois há prejuízo ao erário municipal, ao qual tais verbas já estavam incorporadas, não obstante o concurso da União" (TJSP. Agravo de Instrumento nº. 695.814-578-00. 4ª Câmara de Direito Público. Rel. Des. Thales Estanislau do Amaral Sobrinho. Data do julgamento: 09.10.2008).

28 Art. 37, § 4º: "Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

2.2. Após apontar os órgãos ou entidades que podem ser sujeitos passivos de improbidade administrativa, a lei em testilha, em seus arts. 2º e 3º, apresenta o conceito de sujeito ativo dos atos de improbidade, *in verbis*:

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

2.3. Em seu bojo, o art. 2º acima transcrito fornece o conceito de sujeito ativo típico dos atos de improbidade administrativa (agentes políticos, agentes autônomos, servidores públicos e particulares em colaboração com o poder público); ao passo que o art. 3º apresenta o conceito de sujeito ativo atípico (particular ou agente público estranho às funções públicas exercidas pelo sujeito típico que induz ou concorre para a prática do ato de improbidade).

2.4. No caso em exame, a **promovida Ariane Norma de Menezes Sá**, primeiramente, é típico sujeito ativo de atos de improbidade, haja vista que, na qualidade de Secretária Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa, é a gestora das verbas da educação e responsável pelas decisões político-administrativas de sua pasta.

2.5. Embora conste no Contrato nº 01/2009 que o órgão responsável pela fiscalização do seu cumprimento é a Coordenação de Merenda Escolar, não se pode esquecer que esse setor é da estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa, estando sob a direta responsabilidade da referida promovida.

2.6. Por outro lado, a promovida **Simone Leite Gouveia de Figueiredo**, como **Coordenadora da Merenda Escolar** da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa também se encaixa perfeitamente no conceito de sujeito ativo de atos de improbidade, devendo responder pelos atos omissivos e ineficazes, que culminaram na deficiente fiscalização do contrato.

2.7. Já a empresa **SP Alimentação e Serviços Ltda.** aparece como caso típico de terceiro beneficiário, por só haver se beneficiado com os atos de improbidade de negligência e omissão perpetrados pelos agentes públicos promovidos.

2.8. Enfim, o promovido **José Luciano Agra de Oliveira** é igualmente responsável pelos atos omissivos de improbidade administrativa em questão. Com efeito, foi destinatário das Recomendações Ministeriais, juntamente com a promovida Ariane Norma de Sá Menezes, dando-lhe ciência das irregularidades praticadas na execução do Contrato nº 01/2009 durante o ano letivo de 2010. Mesmo assim, não determinou, como Chefe do Executivo, a adoção das medidas necessárias

para a rescisão do ajuste, aplicação de multa ou intensificação da fiscalização. Ao invés, sabedor de toda essa situação, prorrogou o malsinado contrato, contrariando o interesse público municipal.

2.9. Deve-se lembrar de que, apesar da necessidade de descentralizar a administração do Município, para melhor atender à população e aos serviços públicos dos quais ela se utiliza, as atividades do Executivo são de responsabilidade do Prefeito, direta ou indiretamente, seja pelo desempenho de suas funções, seja pelo dever de direção ou supervisão de sua equipe de trabalho²⁹. Logo, não há como se afastar o primeiro promovido do polo passivo da presente ação, mormente porque tinha total conhecimento do que se passava no âmbito da questão posta em juízo.

3. DOS ATOS DE IMPROBIDADE PRATICADOS

3.1. Etimologicamente, o termo “improbidade” provém do latim *improbitate*, que significa desonestade, ao passo que a expressão *improbus administrator* traduz-se como “administrador desonesto”.

3.2. Sob a ótica jurídica, esclarece Mário Pazzaglini Filho que: “A improbidade administrativa é mais que mera atuação desconforme com a singela e fria letra da lei. É conduta denotativa de subversão das finalidades administrativas, seja pelo uso nocivo (ilegal e imoral) do Poder Público, seja pela omissão indevida de atuação funcional, seja pela inobservância dolosa ou culposa das normas legais. Decorre tanto da desonestade e da deslealdade, quanto da inidoneidade ou da incompetência do agente público no desempenho de suas atividades funcionais”³⁰.

3.3. No ordenamento jurídico brasileiro, foi a Constituição Federal de 1988 que primeiro utilizou a expressão “improbidade”, no bojo dos seus arts. 15, V, e 37, § 4º³¹, os quais foram regulamentados pela Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

29 TJPB. Processo nº 146.341-4. Rel:Des. Bonejos Demchuk, julgado em 29/09/2004.

30 FILHO PAZZAGLINI, Mário. *Lei de Improbidade Administrativa Comentada*. São Paulo: Atlas, 2002, 16.

31 “Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: (...) V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º; “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade

3.4. Mas antes do advento da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), o disciplinamento dos atos de improbidade se restringia, tão-somente, aos casos de enriquecimento ilícito, sendo a matéria tratada pelas Leis nº 3.164/57 (Lei Pitombo-Godói Ilha) e nº 3.502/58 (Lei Bilac Pinto).

3.5. Na verdade, foi com a inclusão do princípio da moralidade administrativa na Constituição Federal vigente (art. 37, *caput*), que a exigência de moralidade se estendeu a toda a Administração Pública e a improbidade ganhou abrangência maior. Isso porque passou a ser prevista e sancionada com rigor para todas as categorias de servidores públicos, abrangendo infrações outras que não apenas o enriquecimento ilícito³².

3.6. Com a Lei nº 8.429/92, o enriquecimento ilícito passou a ser uma das espécies de ato de improbidade (art. 9º), ao lado da modalidade dos atos lesivos ao Erário (art. 10) e da modalidade dos atos atentatórios aos princípios da Administração Pública (art. 11).

3.7. A propósito, disciplina o *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988, que: “A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade”.

3.8. No caso *sub examine*, a prova pré-constituída revela, claramente, a prática de atos lesivos ao Erário e atentatórios aos princípios da Administração Pública pelos promovidos, como demonstra o seguinte confronto dos fatos descritos na narrativa com os dispositivos da Lei nº 8.429/92.

3.9. Primeiramente, a negligência dos agentes públicos promovidos no exercício do “rigoroso controle do cumprimento do contrato” quanto à **qualidade e**

e eficiência e, também, ao seguinte: (...) § 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”.

³² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 13º, ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 658.

quantidade da merenda servida³³, enquadra-se, perfeitamente, na conduta descrita no **art.10, X, da Lei nº 8.429/92**, que assim dispõe:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

X - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

3.10. Além disso, essa mesma omissão viola o princípio da moralidade, na medida em que, por razão de uma fiscalização precária e ineficaz, milhares de alunos da rede pública municipal de ensino se alimentaram mal durante o decurso do contrato de terceirização, ora prorrogado (art. 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92³⁴).

3.11. O mesmo se diga quanto à **utilização consciente de cardápios com baixo teor nutritivo**, em desacordo com as normas do FNDE: um atentado à legalidade³⁵ e à moralidade administrativa frente ao número de alunos carentes que encontram na merenda escolar, muitas vezes, a única refeição do dia (art. 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92).

3.12. A falta de posturas incisivas para cobrar a efetiva instalação de medidores individuais de água e de energia, denota, de igual modo, conivência e omissão, nos termos **art. 10, X, da Lei nº 8.429/92** pelos três agentes públicos promovidos.

³³ Comprovada pela falta de parâmetros objetivos para fixação das quantidades *per capita* da merenda fornecida; pela falta de capacitação e de informação dos diretores das escolas municipais sobre essas quantidades durante mais de 01 ano e 07 meses de vigência do Contrato; e pela própria ausência de atos de fiscalização mais eficazes.

³⁴ "Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: (...)".

³⁵ Art. 15, da Resolução nº 38/2009, FNDE.

3.13. Já a ausência de fiscalização quanto ao seguro e ao adequado transporte dos gêneros alimentícios perecíveis destinados à merenda escolar terceirizada, demonstra, mais uma vez, desidia, descuido e afronta à moralidade administrativa pelos três agentes públicos promovidos (art. 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92).

3.11. Por outro lado, a conduta de **utilização de verbas do PNAE para custear prestação de serviços**, atribuída, exclusivamente, à promovida Ariane Norma de Menezes Sá, como gestora das verbas educacionais, fere a estrita legalidade, por desrespeitar o art. 5º, § 2º, da Lei nº 11.947/09 (art. 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92).

3.12. O **descumprimento do art. 14, da Lei nº 11.947/09**, dessa feita pelos promovidos José Luciano Agra de Oliveira, na qualidade de Chefe do Executivo, e Ariane Norma de Menezes Sá, como Secretária Municipal de Educação e Cultura, é típica violação do princípio da legalidade que deve nortear todos os atos do administrador público (art. 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92). Com efeito, mesmo diante de comando de lei expresso, de autorização administrativa para adequação contratual³⁶ e de Recomendação feita pelo Ministério Público Estadual, **os mencionados promovidos deixaram de implementar a agricultura familiar nas escolas públicas municipais**, causando prejuízo a centenas de trabalhadores agrícolas e pequenos empreendedores rurais.

3.13. A **indicação indevida** da promovida Simone Leite Gouveia de Figueiredo para a composição do Conselho de Alimentação Escolar do Município de João Pessoa³⁷ também revela violação à legalidade por parte da promovida Ariane Norma de Menezes Sá (art. 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92).

3.14. Enfim, a **prorrogação do Contrato nº 01/2009**, por parte do promovido José Luciano Agra de Oliveira, na qualidade de Prefeito Municipal, e da promovida Ariane Norma de Menezes Sá, enquanto Secretária Municipal de Educação e Cultura, **com a dispensa, para tanto, de mais de R\$ 2.442.000,00 (dois milhões quatrocentos e quarenta e dois mil reais)** de verbas federais, configura nítida afronta

³⁶ Vide narrativa.

³⁷ Afronta ao art. 26, § 5º, da Resolução nº 38/2009, FNDE.

ao princípio constitucional da moralidade administrativa. Isso em virtude das sucessivas denúncias de irregularidades, descumprimento de cláusulas contratuais e prejuízo ao interesse público (*art. 11, caput, da Lei nº 8.429/92*).

3.15. No que diz respeito à empresa promovida, não há dúvidas de que obteve **diretos benefícios** oriundos da negligência e da deficiente fiscalização contratual a cargo dos três primeiros promovidos (*art.3º, da Lei nº 8.429/92*).

3.16. Com efeito, por má-fé e por falta de um controle rigoroso do contrato, a empresa promovida: a) serviu merenda em pouca quantidade, levando à repetição e, por consequência, ao pagamento a mais por cada prato repetido; b) deixou de pagar os custos reais de água e de energia, em cada unidade de ensino, não instalando os medidores individualizados previstos no ajuste; c) não promoveu o transporte adequado e seguro dos gêneros alimentícios perecíveis destinados à merenda, valendo-se da mão-de-obra e dos veículos particulares de suas nutricionistas.

3.17. Por conseguinte, verifica-se que a empresa promovida enriqueceu ilicitamente à custa dos cofres públicos (*art. 9º, da Lei nº 8.429/92*)³⁸. Mesmo assim, teve seu contrato prorrogado pelo Município de João Pessoa por mais 180 dias, ou até que se encerre nova licitação, da qual, provavelmente, buscará participar sem qualquer impedimento administrativo.

4. DAS SANÇÕES E COMINAÇÕES CABÍVEIS

4.1. O art. 37, § 4º, da Constituição Federal vigente relaciona as sanções aplicáveis aos agentes públicos que cometem ato de improbidade:

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função

³⁸ “Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente: (...) XI - incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei”.

pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

4.2. Por sua vez, a Lei nº 8.429/92 destaca, no seu art. 12, sanções de índole política, política-administrativa, administrativa e civil, pela transgressão dos seus preceitos, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica.

4.3. O art. 12, I, da prefalada lei se refere, especificamente, às sanções cabíveis nos casos de atos de improbidade administrativa que gerem enriquecimento ilícito, ao passo que o inciso II se reporta aos atos que causem prejuízo ao Erário. Por sua vez, o inciso III, de forma subsidiária, prevê as sanções para os atos de improbidade administrativa atentatórios aos princípios norteadores da Administração Pública.

4.4. É certo que a aplicação das mencionadas sanções deve ser norteada pelos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade. Desde modo, a imposição das sanções deve ser adequada, sensata, coerente em relação ao ato improbo cometido pelo agente público e suas circunstâncias. Ao mesmo tempo, deve ser proporcional, ou seja, compatível, apropriada, pertinente com a gravidade e a extensão do dano (material e moral) causado por ele³⁹.

4.5. Pelo uso da razoabilidade e da proporcionalidade, poderá o julgador aplicar todas as sanções, previstas em cada inciso, cumulativamente ou apenas pinçar aquelas mais adequadas para a situação fática concreta.

4.6. Diante dos fatos relatados, quanto aos promovidos **José Luciano Agra de Oliveira, Ariane Norma de Menezes Sá e Simone Leite Gouveia de Figueiredo**, manifesta-se esta representante do Ministério Público pela aplicação das seguintes sanções previstas no art. 12, II e III, da Lei nº 8.429/92: a) ressarcimento integral dos danos, inclusive os danos morais coletivos causados à coletividade dos alunos da rede pública de ensino de João Pessoa, que serão quantificados ao longo da

³⁹ PAZZAGLINI FILHO, Marino. *Lei de Improbidade Administrativa Comentada*. São Paulo. Ed: Atlas, 2002, p. 124.

instrução; b) suspensão dos direitos políticos por três anos; e b) multa no montante de dez vezes o valor de suas remunerações.

4.7. Já com relação à **empresa SP. Alimentação e Serviço**, opina o Ministério Público pela aplicação das sanções do art. 12, I, da Lei nº 8.429/92: a) ressarcimento integral dos danos, inclusive morais coletivos causados à coletividade dos alunos da rede pública de ensino de João Pessoa, que serão quantificados ao longo da instrução; b) perda dos valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio; e c) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

III. DA LIMINAR

1. Com arrimo no art. 7º, da Lei nº 8.429/92 e considerando que ora se requer a condenação dos agentes públicos promovidos José Luciano Agra de Oliveira, Ariane Norma de Menezes Sá e Simone Leire Gouveia Figueiredo ao ressarcimento dos danos, inclusive morais coletivos, e multa civil, requer esta representante do Ministério Público a decretação liminar da **indisponibilidade de seus bens** no montante estimado, à luz do princípio da razoabilidade, de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

2. De igual modo, quanto à empresa promovida SP. Alimentação e Serviços Ltda., requer a decretação liminar da indisponibilidade de seus bens, para garantir o ressarcimento dos danos e a perda dos valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, no valor de R\$ 500.000,00 (quinquzentos mil reais).

IV. DO PEDIDO

I. Ante o exposto, requer finalmente a V. Exa.:

- a) Concessão de liminar de indisponibilidade dos bens dos promovidos José Luciano Agra de Oliveira, Ariane Norma de Menezes Sá e Simone Leite Gouveia de Figueiredo, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para assegurar o ressarcimento dos danos causados, inclusive coletivos, e o pagamento de multa civil;
- b) Concessão de liminar de indisponibilidade dos bens da empresa promovida SP. Alimentação e Serviços Ltda., no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para assegurar o ressarcimento dos danos causados, inclusive coletivos, e perda dos valores ilicitamente acrescidos ao seu patrimônio;
- c) Notificações dos demandados para, em 15 dias, apresentar defesa preliminar;
- d) Recebimento da presente ação civil pública por ato de improbidade administrativa, com citação dos promovidos para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;
- e) Procedência do pedido, com a declaração da prática dos atos de improbidade pelos promovidos **José de Luciano Agra Oliveira, Ariane Norma de Menezes Sá, Simone Leite Gouveia de Figueiredo e a empresa SP. Alimentação e Serviços Ltda.**, e a consequente condenação nas seguintes sanções previstas no art. 12, Lei nº 8.429/92: i) **José Luciano Agra de Oliveira:** ressarcimento dos danos, inclusive os danos morais coletivos causados à coletividade dos alunos da rede pública de ensino de João Pessoa; suspensão dos direitos políticos por 03 anos e pagamento de multa civil no montante de dez vezes a atual remuneração do promovido; ii) **Ariane Norma de Menezes Sá:** ressarcimento dos danos, inclusive os danos morais coletivos causados à coletividade dos

alunos da rede pública de ensino de João Pessoa; suspensão dos direitos políticos por 03 anos e pagamento de multa civil no montante de dez vezes a atual remuneração da promovida; **iii) Simone Leite Gouveia de Figueiredo:** ressarcimento integral dos danos, inclusive os danos morais coletivos causados à coletividade dos alunos da rede pública de ensino de João Pessoa; suspensão dos direitos políticos por 03 anos e pagamento de multa civil no montante de dez vezes a atual remuneração da promovida; **iv) Empresa SP. Alimentação e Serviços Ltda.:** ressarcimento dos danos, inclusive os danos morais coletivos causados à coletividade dos alunos da rede pública de ensino de João Pessoa; perda dos valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio; e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

f) Condenação dos réus nos ônus sucumbenciais.

Protesta pela produção de prova testemunhal e dos demais meios de prova em direito admitidos, inclusive rol de testemunhas a ser acostado em momento oportuno.

Dá-se à causa, para efeito meramente estimativo, o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para fins legais.

João Pessoa-PB, 09 de fevereiro de 2011.

FABIANA MARIA LOBO DA SILVA
Promotora de Justiça de Defesa dos Direitos da Educação

DISCURSO: A MERENDA E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação, criado pela Portaria interministerial nº 17/2007, veio para aumentar a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica.

Mais do que isso, este é um programa não veio apenas para enfrentar o problema da educação, mas também para enfrentar o problema da violência infantil, e quando falamos da violência infantil não estamos falando apenas da violência física que é tão comum nas famílias brasileiras, mas também da negligência – quando observamos o abandono de muitas crianças nas suas próprias casas quando na falta de lugar e ou pessoas para deixarem seus filhos os pais os deixam trancados em casa para irem trabalhar e vez por outra casos de incêndio, choques elétricos, ..., da violência sexual todos sabemos a chaga que se alastrou pelo Brasil, e da violência da falta de comida, ou seja a fome. E dessa violência que quero me ater.

As prefeituras que são cadastradas no Programa Mais Educação recebem verba federal do PNAE – Plano Nacional de Alimentação para o custeio da alimentação das crianças matriculadas no programa, de acordo com o Manual do Programa Mais Educação, as crianças participantes do programa devem permanecer na escola por no mínimo 7 horas ininterruptas, fazendo pelo menos 3 refeições. Mas em João Pessoa isso não acontece!

O Ministério Público da Paraíba ajuizou, na quarta-feira (9 de fevereiro de 2011), uma ação civil pública por atos de improbidade administrativa contra o prefeito de João Pessoa, Luciano Agra; a secretaria municipal de Educação e Cultura, Ariane Sá; a coordenadora de Alimentação Escolar, Simone Leite Gouveia de Figueiredo e a empresa SP Alimentação Ltda.

Desde 2009, a SP Alimentação (empresa que também está envolvida na “máfia da merenda” em outros Estados brasileiros) é responsável pelo preparo e fornecimento da alimentação escolar nas escolas de educação fundamental da rede municipal de João Pessoa. Apesar de inúmeras irregularidades praticadas pela empresa, a Prefeitura da Capital prorrogou, no último dia 14 de janeiro, o contrato com a SP Alimentação Ltda. por mais seis meses, desconsiderando as recomendações ministeriais contrárias à renovação contratual.

Segundo o Ministério Público, com a renovação do contrato, a Prefeitura de João Pessoa acabou abrindo

mão de mais de R\$2,4 milhões provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), já que o Tribunal de Contas da União (TCU) proibiu a utilização de verbas federais, caso o contrato fosse mantido. Esse desprezo aos recursos federais é inconcebível e incompreensível, porque falamos de um Município pobre, de um Estado com um dos mais baixos IDH's (Índice de Desenvolvimento Humano) do País”.

Irregularidades

De acordo com as investigações feitas pela MPPB, os problemas com a terceirização da merenda em João Pessoa começaram já no processo de licitação, com denúncias de direcionamento, Imprecisão do objeto e ausência da participação obrigatória do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em todos os trâmites.

A SP Alimentação Ltda. venceu a licitação e ganhou o contrato de R\$45,4 milhões para preparar e fornecer a alimentação nas escolas de ensino fundamental da rede municipal. No entanto, durante o ano letivo de 2010, foram constatadas pelo MPPB e outros órgãos (a exemplo do TCU, Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Geral da Paraíba e Conselhos Tutelares) irregularidades praticadas pela empresa, bem como a omissão e a negligência dos agentes públicos responsáveis pela fiscalização da execução do contrato.

Em várias escolas municipais, a SP Alimentação servia merenda escolar aos alunos em pequenas quantidades; o cardápio tinha baixo valor nutritivo; os alimentos eram adquiridos em quantidade insuficiente e transportados em condições inadequadas. O contrato também desrespeitava a lei federal que determina que 30% das verbas do Pnae sejam gastas com produtos da agricultura familiar.

Para a promotora de Justiça Fabiana Lobo, “a princípio” a prorrogação do contrato só beneficiou a SP Alimentação, “Isso tudo demonstra o descompromisso com o erário e uma imoral persistência em fazer valer uma relação contratual que nada atende ao interesse público. Só há prejuízos para os alunos da rede municipal de ensino, que se alimentam mal; para os agricultores familiares, que deixam de comercializar seus produtos; e para os cofres municipais, que pagam por cada repetição de merenda mal servida”, disse.

Mas o que me chama a atenção depois de todas essas irregularidades, é que pelo fato da PMJ ter terceirizado e não ter contratado o almoço com esta empresa, a prefeitura comete um imensurável crime. A prefeitura força as crianças da mais educação a voltarem para casa ao meio dia, para almoçarem nas suas respectivas casas. Meus senhores e minhas senhoras, vejam a gravidade dessa atitude. A prefeitura nega às crianças o almoço, quando elas tem esse direito garantido, e são forçadas a irem para casa para muitas

vezes não encontrarem um simples prato de feijão com arroz nas suas casas. Eu digo isso como conhecimento de causal! A maioria das crianças que participam do programa mais educação, são escolhidas justamente por não possuírem estrutura familiar adequada, por viverem em um alto grau de vulnerabilidade, crianças que sofrem de total insegurança social!!! É esse governo que está instalado na Paraíba, um governo que tira o pão da boca das crianças – literalmente.)) – **Eliza Virgínia Vereadora** – PSDB João Pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cícero Lucena, V. Ex^a cumpre com o seu dever em defesa do interesse dos estudantes, das crianças de João Pessoa e da Paraíba. Meus cumprimentos.

Agradeço se V. Ex^a puder novamente ocupar a Presidência, em virtude de eu precisar estar na Comissão de Relações Exteriores, para audiência que já se iniciou.

Passo a palavra, como Líder do Governo, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei dois registros bastante rápidos, mas que são importantes, e os faço para que a sociedade brasileira tome conhecimento, para que a TV Senado, o *Jornal do Senado* e a Rádio Senado possam divulgar duas medidas tomadas pelo Governo nestes últimos dias que são importantes para o dia a dia da sociedade brasileira e para, por que não dizer, salvar vidas.

A primeira delas é o registro de que a Agência Nacional de Saúde editou a Resolução Normativa nº 252, Senadora Marisa Serrano. E essa resolução amplia as regras de portabilidade dos planos de saúde, das carências e das transferências dos planos de saúde, fazendo com que cerca de 12 milhões de brasileiras e brasileiros possam se beneficiar dessa vantagem da portabilidade em outras condições.

Portanto, uma medida acertada da Agência Nacional de Saúde, que dá ao cidadão e à cidadã brasileira à condição de migrarem de um plano de saúde para outro, de acordo com a sua expectativa.

Essa é a Resolução nº 252. Peço o registro dessa resolução, que é importante para a sociedade.

O outro registro que quero fazer diz respeito também à decisão de uma resolução tomada pelo Conselho Nacional de Trânsito, que determinou que, a partir do ano de 2014, todos os carros fabricados no Brasil ou importados tenham obrigatoriamente o sistema de freio ABS. Portanto, é uma regra de segurança para os transportes a serem utilizados no nosso País. Eu, que fiz, há muitos anos, um projeto sobre a obrigatoriedade do cinto de segurança, vejo, com muita satisfação, a decisão tomada pelo Conselho Nacional de Trânsito que obrigará os freios ABS nos veículos tanto nos produzidos aqui quanto nos importados, dando mais segurança ao transporte no Brasil.

Portanto, são duas medidas importantes tomadas por órgãos do Governo brasileiro, que procuram beneficiar o consumidor, o cidadão, a cidadã no seu dia a dia, com mais segurança e, no caso da ANS, com a portabilidade que melhora o padrão de atendimento, sem dúvida nenhuma, dos planos de saúde, porque gera concorrência e gera possibilidade de migrar de um plano para o outro, sendo que, portanto, os planos deverão atender melhor o cidadão e a cidadã que tiverem o seu plano.

Eram esses dois registros que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Agradeço pela oportunidade e peço a transcrição dos dois registros: “Todos os veículos com freio ABS a partir de janeiro de 2014” e a “ANS amplia direito à portabilidade de carências em planos de saúde”.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)



serviços de comunicação social do senado federal

Todos os veículos com freio ABS a partir de janeiro de 2014

por Secom em 03/05/2011 20:31hs

Objetivo é aumentar a segurança de condutores e passageiros

Aperfeiçoar e atualizar os dispositivos de segurança nos veículos automotores que circulam pelo País, assim como aumentar a segurança de condutores e passageiros que sejam transportados por qualquer tipo de veículo. Esse é o objetivo da resolução publicada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) nesta terça-feira (3), no Diário Oficial da União. A partir de 1º de janeiro de 2014 todos os veículos produzidos no País, ou que sejam importados, serão obrigados a utilizarem o sistema antitravamento das rodas conhecido como sistema de freio ABS.

O Freio ABS é um sistema composto por uma unidade de comando eletrônica, sensores de velocidade e unidade hidráulica ou pneumática que tem por finalidade evitar o travamento das rodas durante o processo de frenagem. Esse sistema adicional facilita o condutor manter o controle do veículo durante o processo de frenagem, principalmente em pista escorregadia, com possibilidade de evitar acidentes causados pelo travamento das rodas.

A Resolução nº 380, de 28 de abril de 2011, classifica os automóveis em diversas categorias e estabelece um cronograma para a adaptação das montadoras à nova legislação. De acordo com a escala, já devem contar com o dispositivo de segurança 15% da frota de veículos para o transporte de passageiros de até oito assentos ou os de cargas leves de até 3,5 toneladas. A partir de 2014, os veículos, sejam nacionais ou importados, só serão registrados e licenciados se dispuserem desse sistema.

ANS amplia direito à portabilidade de carências em planos de saúde

por Secom em 29/04/2011 20:52hs

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (29) a Resolução Normativa nº 252, que amplia as regras de portabilidade de carências. A norma atinge aproximadamente 12 milhões de beneficiários, que passarão a ter direito a mudar de plano de saúde sem cumprimento de novos prazos de carência. Desde abril de 2009 é possível mudar de plano de saúde levando consigo os períodos de carência já cumpridos. A medida vale para os beneficiários de planos contratados a partir de 2 de janeiro de 1999. Entre os principais ganhos para o consumidor com a nova resolução estão a extensão do direito para os beneficiários de planos coletivos por adesão e a instituição da portabilidade especial para clientes de planos extintos. Mais informações sobre a Resolução Normativa nº 252 estão disponíveis na página da ANS na internet. www.ans.gov.br

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Quanto à transcrição nos Anais da Casa, V. Ex^a será atendido, conforme o Regimento.

Com a palavra, pela ordem dos inscritos, a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ao longo da história republicana brasileira, esta Casa tem-se pautado como o grande foro das discussões nacionais de relevância. Aqui se discute o Brasil, o País do presente, que se insere no mundo globalizado e já se posiciona como uma das principais economias mundiais.

Não quero, contudo, pintar um País cor-de-rosa, sem dramas e preocupações, mas não podemos, a partir de questões de cunho eminentemente paroquiais, assumir aqui posturas que terminam por passar a imagem do Brasil como um País atrasado, terceiro-mundista, com uma imagem que em nada contribui para promover a nossa identidade de brasileiros como um povo que sabe o que quer e como conquistar o lugar que merece no mundo.

Acredito que o Brasil continua a ser um País de contrastes regionais profundos, com muitas desigualdades, mas, ao mesmo tempo, temos que reconhecer que nossas diferenças nos enriquecem, nos promovem e nos enaltecem. Nossa democracia é jovem, nossas instituições ainda se encontram em fase de amadurecimento, nossa economia aos poucos se fortalece, e as mazelas sociais se reduzem pouco a pouco. Estamos longe, porém, daquele País com que sonhamos, mas temos que reconhecer que, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, quando debelamos a inflação e começamos a implantar programas de distribuição de renda, aceleramos o processo de transformação.

E falo neste momento, Sr. Presidente, não apenas como representante do Mato Grosso do Sul, meu querido Estado, mas como representante do meu Partido, o PSDB, que hoje administra Estados importantes deste País e que congregam mais de 60 milhões de brasileiros.

Quero aqui oferecer uma visão correta, sensata e equilibrada, por meio de dados reais, de como analisamos Estados governados pelo PSDB. Questões políticas à parte, é necessário reconhecer avanços num governo de oposição, que luta com grandes dificuldades e, mesmo assim, faz com pouco o muito e, mais ainda, enfrenta as adversidades seguindo em frente,

a despeito daqueles que lutam com forças contrárias por razões que pouco têm a ver com a governabilidade.

Hoje, quero falar de Roraima, minhas senhoras e meus senhores, o Estado mais setentrional da nossa Federação. Um Estado governado pelo PSDB. Um Estado que, apesar de ter a menor população das unidades federativas brasileiras e o menor volume de recursos financeiros, tem dimensões territoriais semelhantes às de um Estado como São Paulo e consegue, graças à boa gestão do Governador do PSDB, José de Anchieta, feitos inéditos.

No ano passado, por exemplo, depois de um ano de crise financeira mundial que todos nós acompanhamos, foi o Estado que mais cresceu na Amazônia, à taxa de 7,9%, muito acima da média nacional, segundo dados de 2010 do IBGE.

Quiçá, Sr. Presidente, o Brasil crescesse aos números roraimenses. E vou além: é o quarto Estado do País que mais investe em saneamento básico, segundo dados da Fundação Dom Cabral, de Belo Horizonte.

Cem por cento das casas de Boa Vista, capital, têm água tratada, e a rede de esgotamento sanitário, ainda este ano, chegará a 56% das residências – um dos mais elevados índices do País. E a meta do governo do Estado é levar a rede de esgoto a 100% da cidade, que é a primeira e única capital do País a concluir o Plano de Desenvolvimento de Saneamento Integrado.

Sr. Presidente, em 2010, a taxa de analfabetismo do Estado era de 6,7%, uma das mais baixas do Brasil, colocando o Estado na oitava posição entre os Estados do Brasil. Isso faz da educação de Roraima a 13^a melhor educação no Brasil, com UM Índice de Desenvolvimento Humano de 0,885, sendo a sua educação comparada à de Hong Kong, na China.

Em 2009, em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o Estado alcançou a nota de 4,3, sendo superior à média nacional e se configurando na décima quarta posição nacional.

A nota média de Roraima no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem é de 35,03 na prova objetiva e 56,37 na prova de redação, sendo uma das maiores notas do Norte-Nordeste brasileiro.

O Governador José de Anchieta desenvolve hoje o maior programa de asfaltamento de rodovias de todos os tempos. Constrói uma nova rodovia, a BR-174, em parceria com o Governo Federal, ligando o Estado do Amazonas à divisa com a Venezuela, e a BR-210, fazendo a ligação até a divisa com o Estado do Pará. Como se não bastasse, neste momento, asfalta duzentos quilômetros de estradas vicinais (municipais)

O Governador José de Anchieta, minhas senhoras e meus senhores, não poupa esforços para fazer de Roraima uma terra que se desenvolve com a pers-

pectiva de crescimento sustentável. Em parceria com o Governo Federal, está levando energia elétrica a todo o interior do Estado, por meio do programa Luz para Todos e do seu programa estadual de energia elétrica. Busca, junto ao Ministério de Minas e Energia, a viabilização de uma grande usina hidrelétrica no Estado e a interligação ao sistema nacional, por intermédio de Tucuruí. Só este ano, o Governo levará energia a pelo menos mais 10 mil propriedades rurais do Estado.

Cabe ressaltar, também, a transferência das terras da União para o Estado de Roraima, por entendimento do Governador José de Anchieta, e a regularização de 6 milhões de hectares de áreas rurais que eram devolutas ou tinham apenas uma licença de ocupação. Com as terras, hoje, com títulos definitivos, começa a mudar o perfil econômico de Roraima, com a atração de produtores de outras regiões do País e o incremento de diversas culturas.

O Governador José de Anchieta, do PSDB, vai começar a construção de um novo hospital em Boa Vista, desafogando o Hospital Geral de Roraima, estrangulado por conta do aumento expressivo da demanda e da falta de planejamento e investimentos dos governos passados, que entregaram aos seus sucessores um sistema em colapso.

O que se precisa ressaltar aqui, Sr. Presidente, é que uma instituição de credibilidade como o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem revelado números extraordinários sobre Roraima, como o crescimento recorde de sua economia, com destaque para a construção civil, serviços e comércio. O Ministério do Trabalho também não deixa dúvidas: Roraima bateu o recorde dos últimos dez anos, em 2010, na geração de empregos com carteira assinada.

Contra fatos, não há argumentos. Roraima é o segundo Estado, em números absolutos, com a menor taxa de desmatamento da região Amazônica, atrás apenas do Estado do Amapá; 68% da área total do Estado estão protegidos, preservados. Trata-se, portanto, de um desenvolvimento ordenado, com sustentabilidade e com responsabilidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vale ressaltar, ainda, que Roraima, apesar das dificuldades de acesso próprias da Amazônia, foi o primeiro Estado brasileiro a concluir o censo escolar, tem uma plataforma de ensino a distância que é referência nacional e está levando inclusão digital às áreas mais remotas do Estado, inclusive às comunidades indígenas.

Em Roraima, a bem da verdade, o governo enfrenta seus problemas de frente e apresenta soluções. Atua com determinação em setores-chaves como o da saúde, introduzindo um novo modelo de gestão. E aqui quero fazer um parêntese para dizer que o Sr. Ministro da Saúde esteve, na semana passada, na nossa Casa,

na Comissão de Assuntos Sociais, e aceitou que realmente a saúde está um caos no País inteiro. O Senador Cícero Lucena fez, naquele momento, uma explanação, mostrando, com sua vivência, o que vê na sua terra, a Paraíba. Eu falei da minha terra, o Mato Grosso do Sul. A saúde está um caos em todo o País e precisa realmente de uma gestão bem feita e de uma revolução para melhorarmos a saúde de todos os brasileiros.

Além disso, Sr. Presidente, o Governador José de Anchieta mandou investigar – e quero deixar bem claro que verifiquei todos os problemas que estou levantando aqui e as soluções dadas pelo governo –, exonerou servidores acusados de envolvimento em crimes de improbidade administrativa que datam de vinte anos, segundo o Ministério Público Estadual, e forneceu todas as informações necessárias aos órgãos de controle externo.

As ações para melhorar cada vez mais a gestão e os demais fatores aqui mencionados por mim levam-nos a uma conclusão: pode-se fazer oposição ao governo do Estado, isso vitaliza a nossa democracia, mas isso deve ser feito com responsabilidade, sem fazer oposição ao povo roraimense.

O PSDB governa oito Estados da Federação, correspondente a 50% da população brasileira e a 52% do Produto Interno Bruto nacional, e se orgulha de ter em seus quadros, no Estado mais setentrional do Brasil, a entrada do País pelo hemisfério norte, um Governador jovem, dinâmico, atento aos problemas e associado ao desenvolvimento econômico e ambiental com justiça social.

O PSDB tem orgulho do governo de Roraima. Conhece a realidade do Estado e sabe o que lá vem sendo realizado pelo bem do seu povo. Estamos acompanhando esse processo com a consciência de quem sabe fazer o melhor pelo País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano, como sempre, com seu equilíbrio, sua informação verdadeira. Quero parabenizá-la pelo reconhecimento público do trabalho que o PSDB também está fazendo naquele Estado. Parabéns.

Com a palavra, pela ordem dos inscritos, Senador João Vicente.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria, nesta noite, fazer o registro de três requerimentos.

Primeiro, um requerimento de voto de pesar pelo falecimento, na semana passada, de um grande amigo, ex-Procurador de Justiça do Estado do Piauí, Dr. José Ribamar Machado. Esse voto de pesar ora requerido pelo Senado é um preito de saudade ao Procurador de

Justiça José Ribamar Machado; um modelo de homem, devido ao seu comprometimento, retidão, honestidade com o qual conduzia sua vida e orientava a família.

Sua história ficará na memória de todos aqueles que conviveram com ele, que foram ajudados por ele, e de toda a sociedade piauiense, que o reconhece pela sua inteligência e influência no meio jurídico, sempre compartilhando seus conhecimentos, buscando construir uma sociedade mais justa e mais solidária, dando o seu exemplo de vida.

Eu quero que esse voto, por meu intermédio, seja comunicado a toda a sua família, a sua esposa Maria José Monteiro Machado, aos filhos: Francisco de Assis Machado, Fernando, Marco Aurélio, José Raimundo, Wellington, Márcia Beatriz e também a seu irmão, o ex-Desembargador, Dr. João Batista Machado.

Segundo, Sr. Presidente, quero fazer um voto de aplauso, Senador Wellington Dias, à TV Cidade Verde, de Teresina. A TV Cidade Verde, agora com o nome Cidade Verde, fundada em 98, vem desde o tempo da TV Pioneira; uma TV muito bem administrada e conduzida pela família Tajra, pelo Jesus Tajra, Jesus Filho, Gerson e toda a família. Mas, Senador Wellington Dias, eu fiquei muito admirado, na semana passada, com o evento que foi a etapa Cidade Verde Juniors Cup, de Tênis, em Teresina, porque o tênis não é muito praticado no Piauí. Fiquei muito impressionado, porque foram mais de 280 atletas – e nisto que quero me ater – na Olimpíada.

A nossa estrutura de esporte, no Brasil – diferente de países como os Estados Unidos, parte da Europa e a Rússia, cujo investimento para se formar atletas são as escolas e, depois, as universidades –, é muito calcada em cima do Poder Público, de patrocínios, de ações do Poder Público e de clubes. E a TV Cidade Verde está dando esse exemplo, motivando a preparação de atletas, de jovens, homens e mulheres do Piauí, para que seja também um celeiro, através desses grandes eventos.

Na semana passada, foi o tênis. Fiquei ainda muito mais entusiasmado, porque veio, pela primeira vez, uma tevê aberta transmitir jogos na categoria júnior no Brasil, um fato inédito. Vi atletas dos quais começamos a escutar os nomes de Vinícius Nogueira, de Vitória Nery, cujos jogos foram transmitidos pela televisão. Ouvi pessoas começarem a falar seus nomes. Nesta semana, irão apresentar o caratê e outras modalidades.

Então, quero requerer esse voto de aplauso à TV Cidade Verde, por esse grande evento, pelo grande exemplo que dá, ocupando até o espaço do Poder Público em qualquer de suas esferas, dando exemplo às outras empresas de comunicação, assim como às empresas privadas, que querem fazer do esporte uma grande âncora para a transformação social.

Quero requerer também um outro voto de aplauso.

Fiz uma visita ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Este é o mais antigo Tribunal de Contas Estadual do Brasil. Os investimentos e a modernização começaram no seu Governo, Senador Wellington Dias, como a nova sede, que vai dar mais comodidade ao Tribunal, que tanto investe na qualificação de gestores não só do Executivo, mas do Legislativo, e também escola para a comunidade, para que o controle social esteja cada vez mais presente no acompanhamento do dia a dia de uma cidade.

Fiquei muito impressionado com a ação sempre muito equilibrada do Tribunal de Contas do Estado. Quero aqui, nesse voto de aplauso, tecer elogios ao Tribunal de Contas do Piauí por ser pioneiro. O Piauí sempre na vanguarda! Quando foi criado, instalado pelo governador Raimundo Arthur de Vasconcelos, só existia o Tribunal de Contas da União, depois do Tribunal de Contas da União, o primeiro Tribunal Estadual foi o do Piauí. O Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Quero enaltecer e elogiar o trabalho do Presidente Joaquim Kennedy Nogueira Barros e gostaria também que fosse estendido à Conselheira Waltânia Leal Alvarenga, ao Conselheiro Anfrísio Castelo Branco, Conselheiro Guilherme Xavier de Oliveira Neto, Conselheiro Olavo Rebelo de Carvalho Filho, Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva, Conselheiro Luciano Nunes Santos, aos 109 auditores fiscais, aos cinco conselheiros substitutos e aos demais servidores daquela Corte.

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí é merecedor desse voto de aplauso pela missão primordial de fiscalizar a administração financeira dos recursos que são destinados ao Piauí, e para isso ter investido na qualificação do seu quadro funcional, num processo contínuo de modernização, além da ampliação do prédio sede da Corte, para uma melhor prestação de serviços e atendimento à população. Esse foi um convênio feito ainda no seu governo, Senador Wellington Dias.

Então, termos um Tribunal de Contas conduzido pelo equilíbrio, pela serenidade, pela presteza, pela justeza como o Tribunal de Contas do Piauí é uma segurança para os gestores públicos do Estado.

Quero aproveitar também para fazer um registro. Hoje pela manhã o jornal *Diário do Povo* trouxe como manchete a aflição do Prefeito de Teresina, Prefeito Elmano Férrer: Prefeito ameaça entregar HUT. Dizia eu que já estou preocupado com a saúde do próprio Prefeito.

Teresina, Presidente Cícero, gasta 36% da sua receita com saúde. Duvido que exista um município do Brasil que gaste 36% com saúde. Com saúde!

Nessa reportagem, há o dado do atual Secretário de Saúde de que, só ano passado, praticamente 70% dos atendidos pelo HUT vêm de fora de Teresina. Ano

passado, em 2010, só atendendo a doentes do Maranhão, foram gastos R\$20 milhões e 52% da folha de pagamento deste mês de maio serão gastos com os profissionais da saúde.

A Organização Mundial da Saúde diz que o número ideal é de um médico para cada mil habitantes. Teresina tem um médico para cada 800 habitantes. Então, está muito atendida e sobrecarregada.

Quando há uma distribuição de ambulâncias, como foi feito agora – 70 ambulâncias –, o Prefeito não dorme porque essas ambulâncias terminam vindo bater em Teresina. Então, esse é um grande desafio.

Nós tivemos uma reunião, Senador Wellington Dias, na semana passada, aproveitando a Comissão de Assuntos Sociais, com o Ministro Padilha, que é um homem sensível. Nós temos plena confiança no trabalho do Ministro Alexandre Padilha, pelo conhecimento que ele tem. Não é um médico do grande centro. É um médico que tem experiência no interior do Pará, no Nordeste, conhece a realidade do Brasil. É um articulador nato, um articulador político, um articulador institucional, um articulador que pode levar o Ministério da Saúde a avançar muito e a ter um grande relacionamento com estas duas Casas, Senado e Câmara, para aprovar o que é necessário para que a saúde do Brasil melhore. Ele é favorável à implementação da Emenda 29. Tivemos uma reunião rápida e mostramos essa realidade. Ele se mostrou sensível.

Teresina perdeu, passou esses três últimos anos num fundo especial, num fundo de participação, porque era um fundo para cidades acima de 850 mil habitantes. Então com o novo Censo, Teresina beira os 820 mil habitantes. E foi cortado de janeiro para cá. Perdemos a liminar. V. Ex^a foi comigo ao Ministro Peluso, do STF, para que fosse reconsiderado isso. Teresina perde a cada mês R\$6 milhões. É um absurdo que compromete também a saúde financeira do Município.

Hoje, eu não poderia deixar de mostrar a minha apreensão. Confiamos no Ministro Padilha, ele conhece a importância da referência médica, da saúde do Estado do Piauí, que não é uma referência só para o Nordeste. Aquele hospital foi inaugurado pelo Presidente Lula. Foi o Presidente Lula que efetivamente construiu aquele hospital. Ele se arrastou por 20 anos e foi nos 7 anos do governo Lula que aquele hospital nasceu e foi entregue à população do Piauí. Ele não pertence só a Teresina, mas também ao Piauí, ao Maranhão, ao Pará, ao Tocantins, à Bahia, que se socorem dele para o atendimento, feito com muita dedicação, pelos funcionários da saúde e pelos médicos do Piauí, que são profissionais bastante preparados no atendimento dos problemas do nosso povo.

Então, esses são registros que eu não poderia deixar de fazer, nesta oportunidade desta segunda-feira, às vésperas de mais uma marcha de prefeitos, para relatar esse grande problema do HUT de Teresina, que aflige não só Teresina, mas também outros 223 Municípios do Piauí e dezenas, centenas de Municípios do Maranhão e de outros Estados, pessoas que vão a Teresina tratar da sua saúde.

Era o que eu tinha a registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço ao Senador João Vicente.

Pela ordem de inscritos, Senador Wellington Dias, último Senador inscrito desta sessão. É o Piauí presente na tribuna.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os que fazem esta Casa, os que nos assistem pela TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, quero aqui, Senador João Vicente, primeiro, dizer que me somo à fala de V. Ex^a e dou aqui meu testemunho.

Eu não acredito que seja possível, nas regras atuais, um município, mesmo um Município grande como São Paulo, que tem receitas até mais confortáveis, dar conta sozinho de uma tarefa como essa de um hospital de urgência, de emergência, como o HUT; exatamente por conta de que ele atende não só municípios do próprio Estado, como também os de outros Estados. Esse é o caso do Hospital Pronto-Socorro de Teresina.

Então, quero aqui me somar a V. Ex^a, junto ao Ministro Padilha, para que a gente tenha essa condição. Eu já previa essa aflição do Prefeito Elmano. Quando a gente inaugurou o hospital, eu era Governador e conversava, na época, com o então Prefeito Silvio Mendes sobre a importância desse pronto-socorro ficar sob a coordenação do Estado. Naquela época, já era um início, mas nos aproximávamos de um período eleitoral, o que terminou, de alguma forma, atrapalhando.

Da mesma forma, também quero me somar à homenagem que V. Ex^a faz ao Grupo Cidade Verde, em relação a esse evento do tênis, e à equipe maravilhosa do Tribunal de Contas do Estado, liderada pelo nosso Conselheiro Kennedy, além de outros amigos, outros Conselheiros experientes, como o Conselheiro Anfrísio, a Waltânia, que foi minha colega da Caixa Econômica, o Olavo Rebelo, que foi do Banco do Brasil, tive o privilégio de atuar com ele depois no Parlamento, Xavier Neto, o Abelardo, entre outros tantos que ali atuam.

Quero aqui, nesta oportunidade, fazer também três registros importantes.

Na última sexta-feira, tive o privilégio de viajar para a região sul do Piauí, inaugurando ali com o Governador Wilson Martins e tantas outras lideranças a

estrada que liga a cidade de Curimatá a Parnaguá. Uma obra importantíssima. Na verdade, é uma rodovia que vem com o nome de BR ali na divisa com a Bahia, de Cristalândia até Corrente. De Corrente em direção a cidade de Parnaguá, que está em obras, Visitamos lá a obra em andamento.

Parnaguá é uma cidade histórica, uma das mais antigas do Brasil. Ao lado da lagoa de Parnaguá, uma região com grande potencial na área de criação do gado bovino. No sul do Piauí, está o nosso grande rebanho, além do minério e da produção agrícola em outras áreas para aquela região.

Ali, também tivemos o compromisso do governador em parceria com o Governo da Presidenta Dilma de retomar a obra para Júlio Borges, a obra para Sebastião Barros e o recapeamento asfáltico, a recuperação em direção a Redenção do Gurguéia.

Essa rodovia, como disse, que passa por Corrente, Parnaguá, Curimatá e vai até Avelino Lopes, tem no Orçamento deste ano uma emenda do Deputado Marcelo Castro. Espero que, nesses cortes, tenhamos condição de discutir sobre as emendas estratégicas ao desenvolvimento de cada Estado com a Presidenta Dilma, porque uma delas é para completar a ligação de Avelino Lopes em direção a Morro Cabeça no Tempo até a divisa com o Estado da Bahia.

Portanto, é uma alegria muito grande. Estivemos aqui, neste período, V. Ex^a e toda a Bancada do Piauí, ajudando para que tenhamos a liberação dos recursos para a retomada dessas importantes obras. Não só testemunhei a conclusão e a inauguração dessa obra, começada no meu governo, tanto essa de Avelino até Curimatá, que ficou pronta, como o outro trecho de Curimatá em direção a Parnaguá. Agora, faltando cerca de 20km a 24km para completar entre Parnaguá e a cidade de Corrente.

Ali estavam presentes os prefeitos, as lideranças daquela região, bastante satisfeitos com todas essas obras.

Depois, um evento de que tive a privilégio de participar, dessa vez na região Norte, na cidade de Parnaíba. Com lideranças do Ministério da Educação e representantes de faculdades, pudemos analisar a possibilidade da implantação do curso de medicina naquela região.

Naquela mesma audiência a que V. Ex^a fez referência aqui, o Ministro Alexandre Padilha se comprometeu com um conjunto de mudanças nessa área da saúde. Entre elas, a implantação do cartão SUS, o cadastro dos equipamentos e profissionais de saúde, a central de regulação, a central de compensação que vai resolver problema como esse de Teresina, do Hospital Pronto-Socorro de Teresina. Ou seja, um paciente de

um outro Município, do Piauí ou de outro Estado, que seja atendido em Teresina, Teresina tem de receber a compensação pelo serviço prestado. Acho que esse é o caminho que marca uma grande diferença, além do pacto pela saúde.

Pois bem, nessa ocasião também, o Ministro reconhece a carência de profissionais médicos em muitas regiões do Brasil. Estive com o Prefeito José Hamilton, seu correligionário, nosso amigo de Parnaíba, e o Vice-Prefeito Florentino. Veja a aflição que vivemos em algumas regiões. Ele acaba de fazer um concurso, com trinta vagas, para médico, oferecendo um bom salário. Agora, de trinta aprovados, apenas dois compareceram. Por quê? Porque não pode haver duplicidade de atividade além da carga horária exigida pelo Ministério. E não há outros médicos livres, em condições de poder preencher essas necessidades do Município. Some-se a isso a falta de especialistas, lá mesmo, no Hospital Dirceu Arcoverde, que visitamos, discutindo a ideia da implantação, no norte, do curso de medicina.

E o Ministro dava essa boa nova, quer dizer, a ideia de trabalharmos mais cerca de três mil vagas de medicina, no Brasil – essa é uma idéia –, além de engenharia e de outras áreas que o MEC também está discutindo, e fazer isso em regiões onde há problemas. E no Piauí, os estudos apontam o norte, onde Parnaíba deve ser a sede, por ser a cidade mais importante daquela região, e onde existe um hospital de média e alta complexidade. Enfim, existem todas as condições. No sul, provavelmente Picos, mas alguma cidade ao sul, que também possa abrigar o curso de medicina.

Estamos trabalhando com a Universidade Federal e com faculdades do Piauí e de outros Estados que possam ali abrigar as condições desse curso de medicina.

Pois bem, na visita ao Hospital Dirceu Arcoverde, o diretor dizia da sua dificuldade de fazer funcionar o hospital. Faltam pediatras e um conjunto de profissionais e especialistas, como ortopedistas. Naquele dia, ele disse: "Estou hoje sem plantão de ortopedista, por falta de profissionais. Ou seja, não temos condição de fazer funcionar essa unidade".

Então é algo também que considero importante.

Ali participei de um debate sobre a reforma política, puxado pela direção do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, oportunidade em que pudemos ali ver o sentimento, há uma vontade muito grande de uma reforma, embora haja muitas dúvidas com relação ao caminho mais adequado para essa reforma.

E aí eu destaco ainda uma visita que fizemos a Campo Maior, onde tivemos a participação em um congresso, em uma conferência nessa área da pessoa com deficiência, liderada pelo Helder Jacobina, Secretário da Pessoa com Deficiência, que substituiu a hoje De-

putada Rejane Dias, que fez ali esse belo trabalho com relação a pessoa com deficiência. Foi um evento com o qual fiquei encantado, mais de mil pessoas, participando desse evento. Agentes de Saúde, estudantes, médicos, pessoas da área social, de toda uma região, com cursos de qualificação para profissionais nas mais diferentes áreas, para a educação, para a área do trabalho, para a área social, para a área da saúde, e o amadurecimento com relação a como lidar... Ali a presença de faculdades, de empresários e de comerciantes, dizendo que estão fazendo as adaptações.

Lembro-me de um depoimento, do dono de uma faculdade dizendo: "Olha, nós percebemos que as pessoas com deficiência hoje têm uma autoestima mais elevada, estão estudando. Então, nós temos que, não só adaptar a nossa faculdade, ter banheiro, ter rampa de acesso, mas também viabilizar as condições técnicas para receber esse público. É um público que tem renda, é um público que trabalha e que também busca as condições de consumir produtos no comércio e em outros serviços e também na educação".

Então eu quero aqui louvar o momento em que ali se comemora esses três anos de funcionamento como secretaria, mas, desde 2003, temos essas conferências. A próxima vai ser na cidade de Valença, e eu quero destacar todo esse belo trabalho ali, com a presença novamente também do Governador.

Esteve ali o Deputado Wilson Brandão, a Deputada Flora Izabel e o Deputado Federal Assis Carvalho, para citar aqui algumas das lideranças, além da Deputada Rejane Dias.

E destaco um momento triste. A Deputada Federal Rosinha, de Alagoas, que se deslocou aqui da Câmara Federal para participar desse evento, estando lá, foi informada do falecimento do seu noivo, uma pessoa com quem ela estava de casamento marcado para os próximos dias. Isso a abalou muito, e ela teve que voltar ao seu Estado. Nos juntamos aqui também com o povo do Piauí para demonstrar o nosso sentimento de toda a força de Deus, para ela, para a família dele e dela, neste momento de muita dor.

Destaco a importância desse trabalho. Vou tratar exatamente com mais carinho sobre isso. Por último, Sr. Presidente, ainda hoje praticamente acabei de chegar do aeroporto de Teresina vindo de São João do Piauí, onde lá também nosso amigo e seu correligionário Deputado Paes Landim, a Deputada Rejane, o Prefeito da cidade, o Robert Paes Landim, outras Lideranças, vereadores e o Professor Santana, nosso reitor do instituto Federal de Ensino Técnico e Tecnológico. Tivemos ali o lançamento da pedra fundamental – V. Exª tem contribuído nessa direção – para instalação do Instituto Federal de São João do Piauí, um instituto

que, na verdade, é ensino técnico, que é a base principal, e é esse o destaque, nessa área da mineração. Lá temos a presença da Vale do Rio Doce, no Município de Gervásio Costa, a presença de argila branca, de que se faz louças e um conjunto de outros produtos, a presença do fósforo com reserva de fosfato, de calcário, ou seja, de todo potencial que tem naquela região.

Então, Pedro II, que também foi lançada essa base do Instituto Federal Paulistano em São João do Piauí, com foco nessa área da mineração, logicamente também atuando em outras áreas, por exemplo, com cursos de nível superior na área de química, física, biologia e cursos técnicos na área de gastronomia e outros cursos, já que é uma região turística perto da região da Serra da Capivara.

Destaco, portanto, que nessa ocasião recebemos uma forte cobrança das Lideranças para a restauração da rodovia, especialmente do trecho de Itaueiras em direção a Canto do Buriti e de Canto do Buriti à cidade de São João do Piauí. Dali mesmo fiz um contato com o Governador do Estado. Temos que atuar juntos aqui, através da Codevasf, através do Ministério da Integração, através do Ministro Luiz Sérgio para liberação desses recursos.

Vejam, lá tem uma emenda que está empenhada desde o ano passado e essa liberação é importante para a conclusão desta obra.

Destaco ainda que nessa região também foi liberado agora, dessa vez também pelo Ministério da Integração e da Codevasf, pelo Plano de Aceleração do Crescimento, o projeto Marrecas Jenipapo, um projeto de irrigação importante também naquela região. Ali tem já uma experiência com a produção de uva, de goiaba, de banana, de melão, de melancia.

Tem o Festival da Uva, que espero neste ano possa ser retomado. Há ali, ainda, uma experiência da Embrapa, que trabalha em pesquisa em Petrolina, São João do Piauí, nessa área de produção de oliveira, a nossa azeitona, com bons resultados – conversei com o pessoal da Embrapa sobre isso –, produção de maçã e produção de pera.

Quando eu era menino, eu achava que esse negócio de pera, uva ou maçã – a gente brincava muito nos tempos de menino, com as meninas: uva, pêra ou maçã –, era coisa da Itália, de lugares frios. A nossa Embrapa desenvolveu uma tecnologia que nos permite produzir em uma região de semiárido. A região tem muita água de subsolo, tem muito sol e solo profundo, que é o ideal para a plantação.

Pois bem, estou dizendo que essa base do PAC, nesse projeto de irrigação, vai dar um novo salto de desenvolvimento àquela região, com a presença do Banco do Nordeste, com a presença, repito, de um

conjunto de outros investimentos importantes, um comércio forte. Estive lá com o seu amigo Ferraz e tantos outros comerciantes, colocando a importância dessas obras de energia e de um conjunto de outras, estabelecidas naquela região.

Então, eu quero aqui, com essas palavras, dizer que estamos cobrando do Governo Federal, que estaremos acompanhando juntos com V. Ex^a, com o Senador Cyro, com a Bancada da Câmara, a liberação desses recursos.

A Construtora Sucesso já retomou a obra de Simplicio Mendes em direção a Oeiras. Ali, também será feito o recapeamento em direção ao Município de Paes Landim, ou seja, integrando com São Miguel do Fidalgo, com São José do Peixe, com Pedro Laurentino um conjunto de outras rotas que faltam ser completadas. São obras iniciadas no meu Governo e é importante a continuidade delas, agora, no Governo do Governador Wilson Martins.

Enfim, quero aqui com essas palavras registrar essa maratona, que nos dá muita alegria, ao visitar as várias regiões do Estado e ver que as coisas estão começando a acontecer. Estamos aqui cobrando a retomada da obra da estrada – já foi tomada de União em direção a Miguel Alves –, do trecho de José de Freitas em direção a Cabeceiras, também uma estrada importantíssima, que precisa de todo nosso apoio e acompanhamento.

Quero, para encerrar, Senador Vicente, dizer que estou me somando a V. Ex^a e quero ir além. V. Ex^a fazia um apelo ao Governo Federal em relação à situação do Pronto-Socorro.

Faço um apelo ao Supremo. Acho que temos hoje um conjunto de razões para acreditar que houve falha em relação à pesquisa do IBGE na cidade de Teresina. São inúmeras as pessoas que declararam que não participaram daquela pesquisa e com base nisso o Município fez um recurso para manter o cálculo do Fundo de Participação do Município como uma população acima de 840 mil habitantes que com certeza Teresina tem.

Teresina é uma cidade com cerca de pelo menos 900 mil habitantes. E certamente esses estudos o IBGE deverá fazer para poder convalidar exatamente esses dados.

Como é que se imagina uma cidade daquela ter reduzido o número de habitantes?

Todos os dias está.... Só naquela região de Santa Maria da Codipe, há cerca de 20 mil famílias a mais do que havia em 2002. Só agora em Jacinto Andrade são 4.300 casas que estão sendo entregues, mas o conjunto da Vila Nova Teresina e um conjunto de outras comunidades. Estou citando apenas uma região da cidade, para dizer do tamanho da expansão da Capital do Piauí.

Portanto, eu acredito que o Supremo também terá toda a sensibilidade de atender esse apelo do Prefeito Elmano porque se trata de algo importante para essa população. A cidade tem a responsabilidade de cuidar como Capital de um conjunto de atendimentos de necessidades não só da população que ali vive, mas da população que ali transita, de Timon, Caxias do Maranhão, de cidades ali da nossa vizinhança.

Então, é por tudo isso que vamos estar juntos aqui também trabalhando para uma solução.

Era isso, Sr. Presidente. Quero agradecê-lo.

Muito obrigado, era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Vicente Claudino, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Quero parabenizá-lo, Senador Wellington Dias, pelo discurso e registrar tantos eventos em Teresina e principalmente o Ifet lá de São José do Piauí, que é muito importante para a região.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 505, DE 2011

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do procurador de Justiça José Ribamar Machado

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento do procurador de Justiça José Ribamar Machado, aos 88 anos, ocorrido domingo, dia 30 abril de 2011, no Piauí.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento do Ministério Pùblico do Estado do Piauí e, por seu intermédio à Sr^a Maria José Pessoa Monteiro Machado, esposa do Dr. José Ribamar, aos seus filhos Francisco de Assis Machado, Fernando Monteiro Machado, Marco Aurélio Monteiro Machado, José Raimundo Monteiro Machado, Wellington Monteiro Machado e Márcia Beatriz Machado Paiva e Silva ao Dr. Jaó batista de Machado e por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

O Voto de Pesar ora requerido ao Senado da República é um preito de saudade ao procurador de Justiça José Ribamar Machado. Era um modelo de homem, devido ao seu comprometimento, retidão e honestidade com o qual conduzia a sua vida e orientava a família.

Sua história ficará na memória de todos aqueles que foram ajudados por ele e de toda a sociedade, que o reconhece pela sua inteligência e influência no meio

jurídico, sempre compartilhando seus conhecimentos, buscando construir uma sociedade mais justa e mais solidária, além de ter sido um cidadão exemplar.

Por estas razões, o procurador de justiça Ribamar Machado é merecedor de homenagem póstuma desta Casa.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2011. – Senador **João Vicente Claudino**.

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno e, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Justificação

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí é o mais antigo Tribunal de Contas Estadual do Brasil. Somente o Tribunal de Contas da União foi criado antes do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Com mais de um século de trajetória, foi instalado pelo Governador Raymundo Arthur de Vasconcelos ainda no século XIX, no ano de 1899.

O TCE/PI tem atuado fortemente no controle e fiscalização dos recursos públicos em todo o Piauí. O incentivo à transparência, programas de auxílio à prestação de contas e cursos ministrados no TCE/PI são contribuições ofertadas aos gestores públicos, tanto do Executivo quanto do Legislativo, como também para a comunidade, para que exerçam efetivamente o controle social em nosso Estado e que tem tido efeitos positivos para o nosso Piauí.

No meu Estado, o TCE/PI vem atuando exemplarmente em sua missão primordial de fiscalizar a administração financeira dos recursos que são destinados ao Piauí. Para isso, tem investido na qualificação de seu quadro funcional e em um processo continuado de modernização, além da ampliação do prédio sede da Corte, para uma melhor prestação de serviço e atendimento à população.

Diante de tudo que foi exposto aqui, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí, na pessoa do Presidente Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, é merecedor desta homenagem por esta Casa. Gostaria que também fosse retransmitido aos demais conselheiros: Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Alvarenga; Conselheiro Anfrísio Neto Castelo Branco; Conselheiro Guilherme Xavier Neto; Conselheiro Olavo Rebelo de Carvalho; Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva; Conselheiro Luciano Nunes Santos, aos 109 auditores fiscais e cinco conselheiros substitutos, e aos demais servidores dessa Corte, este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, de abril de 2011. – Senador **João Vicente Claudino**.

REQUERIMENTO Nº 507, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à TV Cidade Verde, do Estado do Piauí.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento do Diretor-Presidente, Jesus Elias Tajra, por seu intermédio aos demais funcionários da TV Cidade Verde.

Justificação

A TV Cidade Verde foi fundada em 1998. Com sede em Teresina, é afiliada do SBT e transmite o canal para parte do interior do PI, por meio do canal 5. "A boa imagem do Piauí" é a marca da TV Cidade Verde em nosso Estado. A TV Cidade Verde já desfruta de uma grande audiência no Estado e goza de muita credibilidade junto à população do Piauí.

Além da programação regional de grande qualidade, a TV Cidade Verde também se destaca pelos projetos em que participa e pelos eventos que promove. Podemos citar a Etapa Cidade Verde Junior's Cup de Tênis que reuniu em Teresina 290 atletas de todo o País. Foi a única etapa do Circuito Nacional Correios de Tênis Infanto-Juvenil realizada no Nordeste.

Também merece destaque o projeto Olimpiauí 2016, um projeto que visa mobilizar crianças e jovens para a prática de modalidades esportivas olímpicas. O Olimpiauí promoverá disputas em 13 modalidades esportivas, com competições em várias quadras e ginásios em Teresina, entre os dias 2 e 12 de junho deste ano.

Com essas ações, a TV Cidade Verde tem assumido um importante papel que seria do Poder Público, que é incentivar a formação de novos atletas. Com raras exceções, a formação dos nossos atletas tem dependido de clubes formadores ou então de "patrocinadores", já que não há estímulos para a promoção do esporte e formação dos atletas.

Diante de tudo que foi exposto aqui, a TV Cidade Verde do Estado do Piauí, na pessoa do Diretor-Presidente Jesus Elias Tajra, é merecedora desta homenagem por esta Casa.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senador **João Vicente Claudino**.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Terror e Poder”, publicada pela revista *Veja*, em sua edição de 13 de abril de 2011.

A matéria destaca que a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados apurará as atividades de integrantes de organizações terroristas islâmicas no Brasil. A decisão da Câmara é consequência da reportagem da revista *Veja* que mostrou como grupos radicais usam território nacional para

planejar e financiar atentados, divulgar propaganda e até aliciar militantes.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

TERROR E PODER

Com base em reportagem de *VEJA*, deputados abrem investigação sobre as atividades de extremistas islâmicos no Brasil

LEONARDO COUTINHO E LAURA DÍAZ

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados apurará as atividades de integrantes de organizações terroristas islâmicas no Brasil. Os parlamentares convocaram o diretor da Polícia Federal, Leandro Coimbra, e o da Agência Brasileira de Inteligência, Wilson Trezza, a revelar, em sessão secreta, o conteúdo das investigações já realizadas. A decisão da Câmara é consequência da reportagem de *VEJA*, publicada na edição passada da revista, que mostrou como grupos radicais usam o território nacional para planejar e financiar atentados, divulgar propaganda e até aliciar militantes. “A revista apresentou fatos incontestáveis, que nos obrigam a discutir com urgência uma legislação que distinga o que é terror. Em sua regulamentação, ela deve ser rigorosa e, principalmente, expedita nas providências”, disse o deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ). Nesta semana, a Comissão de Segurança Pública da Câmara avaliará a necessidade de entrar na investigação. A reportagem de *VEJA* ecoou além das fronteiras. Na Argentina, o promotor Alberto Nisman, que investigou os atentados contra organizações judaicas em Buenos Aires nos anos 90, reclamou do fato de o mentor desses crimes, o iraniano Mohsen Rabbaní, entrar e sair iléso do Brasil. “As autoridades brasileiras poderiam tê-lo prendido, se tomassem o mínimo de cuidado”, disse Nisman, ao jornal *Clarín*. O diário inglês *The Telegraph* alertou para o risco que a presença de extremistas traz para a Copa do Mundo em 2014 e a Olímpíada de 2016. O espanhol *El País* destacou o fato de o Brasil não ter lei contra o terrorismo. O Centro Simon Wiesenthal, com sede em Los Angeles, mandou um ofício ao Itamaraty, cobrando providências em relação ao assunto. O diretor para a América Latina da instituição, Sergio Widder, disse que, se não obtiver resposta, o governo brasileiro terá de se explicar a organismos internacionais.

Há novidades. O homem que aparece na fotografia à esquerda, orgulhoso ao lado do deputado Vicentinho (PT-SP), é o tunisiano Manar Skandrani, de 50 anos, monitorado constantemente pela Interpol. O tunisiano, que chegou a ter uma escola de pilotos na catarinense Joinville, se diz perseguido por ter sido militante do Al Nahda, uma organização subordinada à Al Qaeda que defende a implantação de um governo islâmico na Tunísia. Ele nega que hoje tenha amigos terroristas ligados ao bando de Osama bin Laden, como consta nos arquivos da Interpol. Vicentinho conheceu Skandrani na campanha presidencial de 2002. Naquele ano, o tunisiano, então proprietário de uma fábrica de kebab na Alemanha, visitou seus fornecedores de carne de frango em São Bernardo do Campo, reduto eleitoral do deputado.

Dois anos depois, foi a vez de Vicentinho ir à Alemanha. Lá, convenceu seu amigo extremista a emigrar para o Brasil. Skandrani gostou da ideia, porque, assim, iria aproximar-se de seus fornecedores, que mantinham relações ainda melhores que a dele com o governo recém-eleito. “Sou amigo de Vicentinho e estive com (o ex-presidente Luiz Inácio) Lula (da Silva) uma vez, mas não sou terrorista”, disse o tunisiano à *VEJA*. Em 2007, Skandrani chegou a ser preso pela Polícia Federal por temer entrar no Brasil com 14.000 euros não declarados. Na cadeia, pediu ajuda ao deputado petista. “Acredito na inocência dele. É só um perseguido político”, afirma Vicentinho.

O empresário Mohamad Ati Laila, vice-presidente do Instituto Futuro, instituição voltada para os libaneses muçulmanos de orientação sunita radicados no Brasil, mantém uma relação estreita com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nos últimos oito anos, esteve em todas as comitivas de viagens presidenciais ao Oriente Médio. Em 2007, ele próprio descreveu sua relação com o ex-presidente à então conselheira americana em São Paulo, Lisa Helling. Laila contou à diplomata que é “velho amigo de Lula” e sua atividade no Brasil é a de lobista, mas que não gosta de ser chamado dessa

forma, porque sua profissão não é bem-vista por aqui. Na conversa, Laila compara suas atividades de lobista à de Genival da Silva, Vavá, irmão mais velho do ex-presidente. Segundo o libanês, Vavá foi flagrado pela Polícia Federal fazendo tráfico de influência porque é “burro” e “incompetente”.

Laila é tio do comerciante Anuar Pechliye, treinado pela Al Qaeda no Afeganistão e delatado à CIA, agência americana de inteligência, pelo principal recrutador da organização de Osama bin Laden, Abu Zubaydah. Documentos da Polícia Federal obtidos por *VEJA* mostram que Pechliye é suspeito de ter fornecido passaportes brasileiros à Al Qaeda. A sobrinha do amigo do ex-presidente casou-se com Alan Cheide — também treinado por Zubaydah no Afeganistão e suspeito de fornecer passaportes a terroristas. Cheide é um soldado da Jihad Islâmica experimentado em combate. Nos anos 90, mudou-se para a Bósnia à fim de lutar ao lado dos muçulmanos.

Apesar de seus vínculos familiares, não há nenhum indício de que Skandrani tenha usado suas relações com Vicentinho para favorecer extremistas. Mas a proximidade dele e de Laila com o PT ajuda a explicar as ações do partido para obstruir as investigações da Câmara sobre a presença de terroristas no Brasil. Na semana passada, a bancada petista condenou não só as tentativas de seus colegas de apurar as revelações de *VEJA*, como a discussão sobre o estabelecimento de uma legislação antiterrorista para o país. “Não

há terrorismo no Brasil”, descontrou Jane Piatá (PT-SP), em reunião da Comissão de Relações Exteriores, falando em nome de sua legenda. “O silêncio do governo em relação aos extremistas é constrangedor. A revelação da proximidade de investigados com o PT torna o caso ainda mais preocupante”, diz o ex-deputado Raul Jungmann (PPS-PE).

COM REPORTAGEM
DE ICOR PAULIN

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “Gente que mente”, do articulista Eduardo Graeff, publicado pelo jornal Folha de S. Paulo em sua edição de 20 de abril de 2011.

O autor destaca que o grande problema do PT é a desonestade. Segundo ele, não se trata apenas da corrupção desenfreada. Pior que isso é a desonestade

tidade intelectual: o uso sistemático da mentira como arma política.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Gente que mente

Folha de S.Paulo. 24-4-11

EDUARDO GRAEFF

Vou andar com uma cópia do artigo que o senador Walter Pinheiro publicou aqui contra Fernando Henrique Cardoso (“O princípio e o povo”, 17/4/2011). Vai ser útil quando me perguntarem qual é, afinal, o problema do PT.

O grande problema é a desonestade. Não falo só da corrupção desenfreada. Pior que isso, para mim, é a desonestade intelectual: o uso sistemático da mentira como arma política. Este é o pecado original que inspira outros pecados do PT, idiotiza seus quadros, polui sua relação com os aliados, azeda o diálogo com adversários e o indispõe com a liberdade de imprensa.

O ataque do senador petista esconde esse problema. A leitura deturpada de um artigo de FHC (“O papel da oposição”, reproduzido pela Folha.com em 13/4/2011) foi o pretexto do senador para martelar numa velha tecla: FHC não tem “sentimento de povo”!

O PT repete baboseiras como essa desde que escolheu FHC como inimigo. A escolha, como se sabe, deu-se em 1993. FHC pediu apoio ao PT para o Plano Real.

Em troca, o PSDB poderia apoiar Lula para presidente em 1994, como apoiara em 1989. O PT preferiu apostar contra o real. O plano deu certo, o PSDB lançou FHC para pre-

O grande problema do PT é a desonestade, e não falo só da corrupção desenfreada: pior é o uso sistemático da mentira como arma política

sidente e ele derrotou Lula no primeiro turno. Imperdoável!

Um erro leva a outros. Do Fundo Social de Emergência à Lei de Responsabilidade Fiscal, o PT se opôs a tudo que representou a consolidação da estabilidade e modernização da economia no governo FHC.

Como se opôs a tudo que representou inovação das políticas sociais, do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) à Bolsa Escola, que Lula chamou de “Bolsa Esmola”.

A inconsistência das “bravatas” ficou clara quando Lula chegou ao governo e abraçou as políticas de FHC. Isso não impediu Lula de inventar a “herança maldita”. Nem impede o PT de atacar a sua caricatura de Fernando Henrique com tanto mais fúria quanto menos evidentes ficam as diferenças de suas políticas com as do FHC real.

Walter Pinheiro levou esse expediente ao nível do grotesco. Segundo ele, no governo FHC o povo “comia uma vez a cada três dias”. Só

foi comer três vezes por dia no governo Lula. Supõe-se que o povo foi votar em 1998 de barriga vazia.

Na verdade, reelegeu FHC porque queria manter as conquistas do real. Nos oito anos antes de FHC, o valor real do salário mínimo, róiado pela inflação, diminuiu 36%; o valor das aposentadorias do INSS maiores que o mínimo diminuiu 56%. Nos oito anos de FHC, o salário mínimo teve aumento real de 44% e as aposentadorias tiveram aumento real de 21%.

Como se o repertório de mentiras do PT não bastasse, o senador desenterrou uma loretta de Jânio Quadros. Com um toque pessoal: a “arguição” a que o senador se refere, sobre onde fica Sapopemba, nunca ocorreu, porque Jânio fugiu dos debates com FHC. A frase colou pelo jeito histriônico como Jânio pronunciou “Sa-po-pem-ba”.

Se ele sabia chegar lá, esqueceu como prefeito. O PT também. As grandes obras da prefeitura petista de São Paulo foram dois túneis malfeitos ligando os bairros ticos das margens do rio Pinheiros. E as palmeiras imperiais na frente do Shopping Iguatemi. Fino “sentimento de povo”, com efeito.

EDUARDO GRAEFF, 61, é cientista político. Foi secretário-geral da Presidência da República de Fernando Henrique Cardoso.
Blog: www.edugraeff.org.br.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's Senadoras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer da matéria intitulada “Verba, jabá e água fresca”, publicada pela revista *Veja* de 27 de abril de 2011.

A matéria destaca que o MST encolheu, mas seu apetite por verbas públicas só fez crescer. Contrariando a lógica, os movimentos cada vez mais nanicos nunca estiveram tão bem alimentados por verbas públicas. Entre 2003 e 2010, os repasses do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o MST e demais entidades

ligadas à reforma agrária aumentaram nada menos do que 285%.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

VERBA, JABÁ E ÁGUA

O MST e outros grupos que dizem lutar pela reforma agrária perderam seguidores e tornaram-se nanicos. Mas seus líderes nunca receberam tanto dinheiro do governo

FERNANDO MELO

OMST encolheu, mas seu apetite por verbas públicas só fez crescer. Segundo relatório divulgado na semana passada pela inspeita Comissão Pastoral da Terra, braço marxista da Igreja Católica no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra representa hoje apenas 14.509 famílias — incluindo as que estão acampadas sob um pedaço de lona à margem de rodovias e as que participaram de algum tipo de invasão no ano passado. É menos da metade da torcida do time de futebol da Portuguesa. Em parte, o ape-

quentamento do MST se deve aos próprios fracassos. Seus assentados vivem em situação de miséria, como mostrou pesquisa do Ibope de 2009: 37% sobrevivem com renda familiar de até um salário mínimo, outros 35% ganham, no máximo, dois salários por família. Apesar de 1% tem acesso a rede de esgoto. Mas o que mais contribuiu para a crescente irrelevância do grupo liderado por João Pedro Stedile foi o naufrágio do modelo de reforma agrária do país. A ideia de oferecer “um pedaço de terra” e um par de exatas para os assentados tocar em sua própria produção não resultou em mais do que um punhado de mexericas

E FARINHA, TEM NÃO? Na Bahia, o MST bloqueou a sede da Secretaria de Agricultura. O que fez o governador Jaques Wagner? Mandou entregar 600 quilos de carne por dia ao pessoal

milhões de reais. Os números foram levantados a pedido de *VEJA* pela ONG Contas Abertas, uma referência de qualidade e independência no controle dos gastos públicos.

A justificativa oficial para o gasto dessa montanha de dinheiro é que ela serve para pagar cursos de aprimoramento agrícola e outros projetos que beneficiem pequenos agricultores incluídos no programa de reforma agrária. O governo podia fazer isso diretamente, mas desde a administração Fernando Henrique Cardoso decidiu usar o MST e outras ONGs como intermediários. Isso amansa as lideranças, que, por sua vez, podem torrar as verbas como lhes dá na telha, já que a fiscalização dos gastos é ínfima.

Uma análise feita por *VEJA* detectou que, em 2010, sessenta organizações que atuam como “laranjas” do MST receberam 29 milhões de reais do governo. Mas a fatia da turma de Stedile pode ser ainda maior. “Nos últimos dez anos, o MST ganhou muito espaço na divisão de verbas. Certamente, fica com mais de 50% do que é repassado”, afirma o engenheiro agrônomo Xico Graziano, ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no governo do PSDB.

Há muito o interesse do MST não é conseguir terra para quem quer terra, mas, por meio da fomentação da discussão sobre reforma agrária, manter acima da linha-d'água o pescoco de seus líderes e seu poder de barganha junto ao governo. É por isso que Stedile costuma repetir a lenda de que há “4 milhões de famílias” na fila para receber um lote. E é por isso também que todo ano o MST promove o Abril Vermelho, uma séria burocrática de inva-

ções que ninguém quer comprar. Sem o uso de tecnologia intensiva, não há como avançar na reforma. Prova disso é que não apenas o MST perdeu massa, mas também todas as outras entidades que orbitam em torno da causa. Em 2003, havia 124.600 famílias em acampamentos ou invasões de terras. No ano passado, segundo a Pastoral da Terra, esse número tinha despencado para 20.400 (já somado o pessoal do MST), uma queda de vertiginosos 83%.

Contrariando a lógica, porém, os movimentos dos sem-terra, cada vez mais nanicos, nunca estiveram tão bem alimentados — por verbas públicas, claro. Entre 2003 e 2010, os repasses do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o MST e demais entidades ligadas à reforma agrária aumentaram nada menos do que 285%. Chegaram a 282.6

sões cujo único objetivo é ocupar páginas de jornal. Eles querem passar a impressão de ser maiores do que na verdade são, como um baixinho que recorre a sapatos com salto carapeta. Nessa tarefa, contam com o apoio de seus parceiros do PT, que ecoam as manifestações e muitas vezes dão apoio logístico a elas. O caso mais recente ocorreu na Bahia. Um grupo acampou diante da Secretaria de Agricultura do estado exigindo mais dinheiro para os assentamentos do MST. O governador Jaques Wagner, em vez de retirar os manifestantes, decidiu mostrar seu espírito hospitalar. Com dinheiro público, instalou na área chuveiros e banheiros químicos e ainda abasteceu os invasores com 600 quilos de carne por dia, durante mais de uma semana. Foi tanta comida que o pessoal teve de saír e secar parte do carregamento, para preservá-lo. Jabá assim é duro de engolir.

COM REPORTAGEM DE TATIANA PISTAL

FRESCA

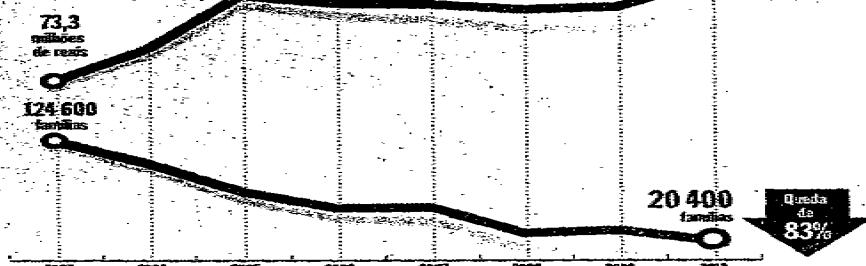
MUITO DINHEIRO PARA POUCO SEM-TERRA

O gasto com a reforma agrária subiu, ...

(Repasses do Ministério do Desenvolvimento Agrário para ONGs e entidades que dizem apoiar sem-terra e assentados)

...mas o número de sem-terra só caiu

(Total de famílias que vivem em acampamentos de sem-terra ou em propriedades invadidas)



Fontes: ONG Contas Abertas e Comissão Pastoral da Terra

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – PA Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, pela Liderança do Governo, tomo parte nesta sessão para louvar, ao lado dos demais Senadores e Senadoras, os 185 anos de existência do Senado Federal.

Um dos símbolos maiores da democracia, um dos vértices do equilíbrio entre os Poderes da República, o Senado, como todo organismo político dinâmico, atuante e vinculado ao seu tempo histórico, passou por diversas transformações ao longo de seus quase dois séculos de história.

Do colegiado de dignitários que compunha o Senado do Império na data de sua instalação, em 6 de maio de 1826, pouco se preservou no Senado atual. O papel político, a missão institucional e as competências e atribuições constitucionais são outras, adequadas ao momento presente e à organização do Estado brasileiro atual.

Diferentemente dos Senadores do Império, os Senadores do Brasil enquanto Estado democrático de Direito são eleitos pelo voto direto, por intermédio de uma eleição baseada em regras claras e estritamente respeitadas. Representam seus respectivos Estados federados, e o fato de cada Estado contar com o mesmo número de representantes oferece ao Senado sua característica especial: a de ser uma Casa que privilegia o equilíbrio entre as unidades da Federação, independentemente do poder econômico ou da grandeza populacional de cada Estado.

Hoje, o Senado, que compõe, com a Câmara dos Deputados, a instância máxima do Poder Legislativo federal, exerce seus deveres com responsabilidade, eficiência e transparência.

Suas discussões, seus debates, suas audiências públicas, seus pronunciamentos e suas deliberações são amplamente divulgados, inclusive pelo rádio e pela televisão. O número de projetos analisados e aprovados a cada legislatura nunca foi tão expressivo. É uma Casa cada vez mais aberta ao diálogo com a população, cada vez mais próxima do cidadão brasileiro.

O Senado chega aos seus 185 anos contando com aquela que talvez seja uma de suas composições mais bem qualificadas. Entre os 81 Senadores, há nada menos que três ex-Presidentes da República. Diversos Senadores já governaram seus Estados, já foram prefeitos de capitais e outras cidades importantes, já exerceram cargos de Ministros de Estado e outras funções do primeiro escalão da Administração Pública, ou acumularam vários mandatos como Senadores ou Deputados Federais.

Essa reunião de pessoas tão experimentadas na vida pública, essa união de currículos voltados para o bem comum do Brasil ao longo de tantos anos, é um dos motivos pelos quais o Senado tem preservado a

condição de foro privilegiado para a discussão e a solução dos principais desafios enfrentados pelo País.

Quero parabenizar, portanto, não apenas o Senado Federal enquanto instituição, mas, principalmente, cada um dos 80 Senadores e Senadoras com os quais tenho a honra de compartilhar essa missão tão honrosa que é a condução desta Casa pelo bem do Brasil e de seu povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 514, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2011, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002-Código Civil; revoga os dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 514, de 2010).

(Lido no Senado Federal no dia 03.05.2011)

Relator revisor: Senador Waldemir Moka
(Sobrestando a pauta a partir de: 26.02.2011)

Prazo final prorrogado: 11.05.2011

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar ou-

tras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 115, DE 2011**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 473, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2011 (nº 2.600/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o *Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009*.

Parecer favorável, sob nº 153, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Gleisi Hoffmann, com os votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Jarbas Vasconcelos e, em separado, do Senador Jarbas Vasconcelos.

4

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a

informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2005 (nº 6.233/2002, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente (determina que alimentos provisórios sejam fixados cautelarmente em favor da criança ou adolescente cujo agressor seja afastado da moradia comum por determinação judicial)*.

Parecer sob nº 1.479, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Romero Jucá, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator “ad hoc”: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito - Pedofilia (SF), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente*.

Parecer sob nº 122, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2011

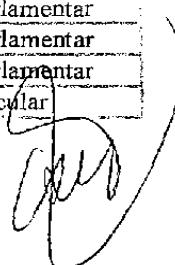
Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 121, de 2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora Senadora Ana Rita), que *institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 17 minutos.)

REQUERIMENTO DE LICENÇA**Artigos 13; e 43, II, do Regimento Interno (sem ônus)**

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
165-M	Kátia Abreu	13	05.05	Atividade Parlamentar
166-M	Renan Calheiros	13	05.05	Atividade Parlamentar
167-M	Cyro Miranda	13	05.05	Atividade Parlamentar
168-M	Lobão Filho	43, II	05.05	Licença Particular



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Anibal Diniz (PT) (2)

Senador Jorge Viana (PT) (1)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)

Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁵⁾

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁷⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

- Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
- Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
- Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
- Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
- Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
- Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
- Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário
o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (1)	1. Armando Monteiro
	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR) ⁽²⁰⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) (12)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO (2)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (7)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) (11)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) (8)	5. Demóstenes Torres (DEM) (9)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vlcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
- 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
- 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antônio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
VAGO (2)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO (8)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (3)	1.
(1)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

- *. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blaio Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
(1)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
Lobão Filho (MA)		1.
João Alberto Souza (MA)		2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)		3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)		4. Eunício Oliveira (CE)
PT		
Humberto Costa (PE)		1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)		2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)		3. Angela Portela (RR)
PSDB		
Mário Couto (PA)		1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2. Marisa Serrano (MS)
PTB		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
DEM		
Jayme Campos (MT)		1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR		
Vicentinho Alves (TO)		1.
PP		
Ciro Nogueira (PI)		1.
PDT		
Acir Gurgacz (RO)		1.
PSB		
Antonio Carlos Valadares (SE)		1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)		

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 03/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amelia (RS) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁴⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1^ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1^ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2^º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2^º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1^º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1^º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2^º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2^º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3^º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3^º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4^º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4^º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: sclcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

Senado Federal

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 3.5.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 290 páginas

OS: 2011/11868